

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO



ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Afrânio Coutinho

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO



DISCURSOS DE AFRÂNIO COUTINHO

ORGANIZAÇÃO

Eduardo F. Coutinho e Vera Lúcia Teixeira Kauss

Rio de Janeiro 2011

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Diretoria de 2011

Presidente: *Marcos Vinícios Vilaga*

Secretária-Geral: *Ana Maria Machado*

Primeiro-Secretário: *Domício Proença Filho*

Segundo-Secretário: *Murilo Melo Filho*

Tesoureiro: *Geraldo Holanda Cavalcanti*

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin

Cleonice Serôa da Motta Berardinelli

José Murilo de Carvalho

Produção editorial

Monique Mendes

Revisão

Fábio Frohwein

Projeto gráfico

Victor Burton

Editores eletrônicos

Estúdio Castellani

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

C871 Coutinho, Afrânio, 1911-2000.

Discursos de Afrânio Coutinho / organização, Eduardo F. Coutinho, Vera Lúcia Teixeira Kauss. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2011.

418 p. ; 21 cm. – (Coleção Afrânio Peixoto ; v. 97)

ISBN 978-85-7440-191-1

Literatura brasileira. 2. Discurso. I. Coutinho, Eduardo F., 1946-. II. Kauss, Vera Lúcia Teixeira. III. Título. IV. Série

CDD B869

Sumário

Nota Introdutória	xi
<i>Eduardo F. Coutinho</i>	

DISCURSOS DE AFRÂNIO COUTINHO

Saudação a Euvaldo Diniz. Discurso do Doutorando Afrânio Coutinho (1931)	3
Missão Revolucionária do Cristianismo (1936)	29
Dia Pan-americano (1936)	49
Saudação a Renato Almeida em Nome de um Grupo de Intelectuais Baianos (1936)	55
Discurso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1936)	61
Discurso de Paraninfo do Colégio Nossa Senhora da Soledade (1941)	81
O Ensino da Literatura. Discurso de Posse na Cátedra de Literatura do Colégio Pedro II (1952)	89
Tradição e Futuro do Colégio Pedro II. Aula Magna (1961)	121
Discurso de Posse de Afrânio Coutinho na Academia Brasileira de Letras (1962)	143

Discurso de Posse na Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (1965)	185
Homenagem a Cecília Meireles (1965)	201
Discurso de Paraninfo dos Bacharéis em Letras da Faculdade Nacional de Filosofia (1967)	203
Desdobramento da Faculdade Nacional de Filosofia e Instalação da Faculdade de Letras (1968)	211
Aula Magna da Faculdade de Letras (1968)	213
Homenagem a Manuel Bandeira na Sessão de Saudade da Academia Brasileira de Letras (1968)	247
Discurso de Paraninfo dos Bacharéis da Faculdade de Letras (1968)	249
Discurso à Saída do Férretro do Professor Thiers Martins Moreira (1970)	263
Homenagem a Clementino Fraga na Sessão de Saudade da Academia Brasileira de Letras (1971)	265
Prêmio Machado de Assis (1973)	269
Discurso de Posse na Faculdade de Letras (1974)	275
Discurso de Abertura do 2.º Congresso Cearense de Escritores (1974)	281
Homenagem a Erico Verissimo na Sessão de Saudade da Academia Brasileira de Letras (1975)	287
Palavras em Sessão do Conselho Universitário I (1975)	289
Palavras em Sessão do Conselho Universitário II (1975)	295
Homenagem ao Ministro Raymundo Moniz de Aragão (1976)	299
Discurso de Abertura do 18.º Congresso Ibero-Americano de Literatura (1977)	301

Recepção de Eduardo Portella na Academia Brasileira de Educação (1979).....	303
Discurso de Emerência na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1980).....	311
Discurso de Doutor Honoris Causa na Universidade Federal da Bahia (1981).....	327
Recepção de Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras (1981).....	331
Cinquenta Anos de Formatura (1981).....	347
Recepção de José Paulo Moreira da Fonseca no Pen Club do Brasil (1984).....	353
Recepção de Sergio Corrêa da Costa na Academia Brasileira de Letras (1984)	359
Medalha ao Mérito Castro Alves (1986).....	377
Recepção de Eduardo F. Coutinho no Pen Club do Brasil (1988)	381



Discurso de
posse na ABL.

☞ Nota Introdutória

EDUARDO F. COUTINHO

Gênero ensaístico de ampla tradição, a oratória já fora objeto de estudo desde a *Retórica*, de Aristóteles, e já encontrara grandes expressões na Antiguidade em figuras como Demóstenes, na Grécia, e Cícero, em Roma. Parte da Retórica, a oratória é, como afirma Afrânio Coutinho, “a arte do orador, ou daquele que fala ao público com elegância, propriedade e eloquência, deleitando, comovendo e, sobretudo, persuadindo por meio da palavra”.¹ É a arte de falar bem, ou, melhor, de usar todos os recursos da linguagem com o objetivo de provocar um efeito determinado no ouvinte ou público. Pelo seu caráter persuasivo, a oratória tornou-se matéria fundamental em áreas como a Política e o Direito, mas, pela sua preocupação com a exploração dos recursos estéticos da linguagem, ela sempre manteve vínculos estreitos com a Literatura, deixando clara, inclusive, a impossibilidade de se instituírem limites entre as searas do conhecimento.

1 ☞ COUTINHO, Afrânio. *Antologia Brasileira de Literatura*. 3 vols. Rio de Janeiro: Ed. Distribuidora de Livros Escolares Ltda, 1965-67. Vol. III, 1967, p. 98.

Na era greco-romana, havia uma distinção clara, decorrente das reflexões de Aristóteles, entre a Poética, que estudava a Poesia, e a Retórica, que estudava a Oratória, levando em consideração sobretudo os artifícios empregados pelo orador para persuadir um auditório, dentre os quais a composição clara e harmoniosa, a organização e apresentação do pensamento e a articulação dos argumentos e provas. Essa distinção, entretanto, perdeu-se com o tempo, chegando a oratória muitas vezes a produzir verdadeiras obras-primas, como é o caso dos discursos de Bossuet ou do *Discours de la Méthode*, de Descartes, ou ainda trechos de obras literárias, como o famoso discurso de Marco Antônio, no *Júlio César*, de Shakespeare.

A oratória se expressa através de composições feitas com o intuito de serem pronunciadas de viva voz — os discursos —, que apresentam grande variedade, sendo geralmente diferenciados não somente pelo estilo, mas também pelo assunto, estrutura e método de elocução, este último incluindo a performance gestual que acompanha cada caso. Além disso, eles estão diretamente relacionados à vida sociocultural de um povo, sendo geralmente classificados de acordo com as circunstâncias históricas em que foram engendrados. Assim, costuma-se falar em oratória forense ou judiciária, política (parlamentar, comicial), militar ou guerreira, acadêmica e/ou didática, religiosa ou parenética (sermão, prédica, homília), epidíctica e/ou apologética, fúnebre, e outras.

No Brasil, a oratória floresceu com grande intensidade, tendo sido cultivada desde os tempos coloniais, a começar pelos sermões do Padre Antônio Vieira e do grupo de oradores sacros da “escola baiana”. Mas não foi só na parenética que a tradição da oratória se firmou. Na política, é incontável o número de grandes oradores, e bastaria citar, a título de exemplo, um de seus maiores expoentes, a figura consagrada de Rui Barbosa. Na prática forense ou judiciária, há uma nobre estirpe de destacados oradores, e o meio acadêmico acha-se povoado

de figuras que imprimiram seus nomes na história do País por intermédio dos discursos que pronunciaram, muitas vezes em momentos cruciais da vida nacional. Tudo isso sem mencionar a prática mais circunstancial de proferirem-se discursos em efemérides públicas de toda sorte, que se estendem desde a fundação ou inauguração de algum órgão ou estabelecimento até as sessões de homenagem a alguém que se tenha destacado por algum empreendimento ou obra.

O escritor no Brasil sempre foi um homem que se destacou não somente pelo manejo da pena, como também pela sua participação na vida pública. Ele era um pensador, um intelectual, e sua atuação era ampla, incluindo todos os aspectos da vida social e cultural do País. Essa versatilidade conferia-lhe um lugar de destaque na vida nacional a respeito da qual ele não se podia calar. Como homem de letras, sua palavra adquiria relevo, revestia-se de certa autoridade e se fazia ouvir não só nas instituições de ensino *stricto sensu*, como também na mídia jornalística e nos fóruns e tribunas de todo o País. Esta situação do intelectual mudou com a especialização, com a ênfase dada atualmente à vida acadêmica e a um tipo de produção mais voltado para atividades específicas. Mas deixou rastros louváveis no meio cultural da Nação, no sentido da busca e do culto a um tipo de conhecimento sem fronteiras, a uma espécie de humanismo, voltado para o aperfeiçoamento e a melhoria das condições de vida do homem.

Muitos foram os intelectuais que se destacaram por esse tipo de visão, intelectuais plenos que se dedicaram a atividades várias e que em todas deixaram sua marca. E que para expressarem suas ideias serviram-se da oratória. Os discursos de Afrânio Coutinho, este intelectual pleno, que viveu com intensidade as mudanças ocorridas em seu país, são o registro de sua trajetória profissional, mas são ao mesmo tempo um relato da história sociocultural de seu País, do momento em que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia aos últimos

anos de sua vida no Rio de Janeiro, cidade que escolheu para viver. Sua oratória inclui textos os mais variados, desde discursos de posse em instituições como o Colégio Pedro II, a Faculdade Nacional de Filosofia e a Academia Brasileira de Letras, até breves e poéticas homenagens a outros grandes intelectuais brasileiros que faleceram ou que foram agraciados com justas honrarias. E são textos de grande densidade, que se destacam pelo cuidado na escolha das palavras e no desenho da argumentação.

Com o fim de acompanhar o seu desenvolvimento profissional e ao mesmo tempo conferir ao livro um sabor meio informal, mais acorde com sua maneira de pensar, optamos por manter a cronologia dos discursos, mesmo que para isso tenhamos tido que alternar longas e densas reflexões com breves mas sinceras homenagens a amigos e/ou figuras de outros intelectuais que para ele constituíram referências. Os discursos acham-se todos precedidos de uma breve nota explicativa das circunstâncias que os cercaram, e os títulos, quando não estavam no original, foram supridos pelos organizadores, com o fim de orientar o leitor. Os manuscritos que serviram de base para a publicação encontram-se atualmente armazenados no Centro de Estudos Afrânio Coutinho (CEAC), localizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A seleção dos discursos que compõem o volume são de inteira responsabilidade dos organizadores.

Estes registram seus agradecimentos ao CNPq que, através da concessão de bolsas de Iniciação Científica e Artística, permitiram que os alunos da universidade, cujos nomes indicamos a seguir, colaborassem para a compilação e digitação dos textos: Beatriz dos Santos Oliveira, Bianca Regina de Oliveira, Débora Silvestre Santos, Guilherme Rodrigues Chaves de C. Neto, Luciana Povia de Almeida Silva, Marcos Santos Netto, Mario Marcio Felix Freitas Filho e Natália Nicácio Ganzer.

∞ DISCURSOS DE
AFRÂNIO COUTINHO



Formatura, 1931

❧ Saudação a Euvaldo Diniz. Discurso do Doutorando Afrânio Coutinho (1931)

Discurso do Doutorando Afrânio Coutinho saudando Euvaldo Diniz Gonçalves, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, em 5 de setembro de 1931. O então estudante Afrânio Coutinho, além de louvar o mestre, dissemina, neste discurso, as ideias que já defendia naquele momento de sua vida sobre a necessidade de se trabalhar, no meio acadêmico, a descolonização do pensamento e da cultura brasileira. Em vários momentos, observamos a preocupação de convocar a todos, mestres e colegas, para a luta que daria aos saberes feições brasileiras que representassem algo nascido da mistura consciente do que vinha de fora com o que aqui já existia.

Non sum dignus...

Saudar a um mestre, ainda a um que muito admirei e admiro, não está em mim, não me cabe. Essa missão que, apesar de uns e a prazer de outros me foi delegada, aceitei-a muito a meu mau grado. Deveis lembrar-vos, caros colegas meus, que envidei os mais ingentes esforços para recusar. Sem embargo do muito que insististes, resisti eu a todo o poder que pude, e temei em vos dizer e redizer de não. Porém,

não houve escusar-me. É que os imperativos da amizade trazem sempre força soberana. Aceitei. Todavia, e em verdade vos digo, não vos perdorei jamais o terdes lançado aos ombros de mim – verme desta terra tão pequeno – como diria o Camões, esse encargo, que sobremodo me desvanece, mas que, também, de muito me sobra. Tanto mais quantos outros há que, melhor por certo, lhe teriam sabido dar lustre.

Entretanto, resta-me um consolo. As ideias grandiosas desse jaez, soem impregnar o ambiente com o seu fluido magnífico, e indiferente é a personalidade do intérprete. Recorda-o de como a chama de uma lâmpada encobre, faz desaparecer as pontas de metal que lhe servem de veículo.

Senhores que me dais a honra de ouvir, não tenhais para vós outra maneira que esta de me ver aqui, na tribuna, verdadeiro substância-contraste, mero bloco de carvão na via láctea desta série magnífica.



Não devera eu, outrossim, e vo-lo suplico, permiti-me insista, ser o escolhido para falar a um médico, professor emérito, e, consequentemente, falar deste médico e da Medicina.

Como houvésseis reflexionado melhor, não erraríeis tão de todo na escolha que escolhestes. É que a Medicina foi para mim a mais amarga das decepções; e o cepticismo, o escalfraço que medrou na sementeira do meu espírito.

As disillusiones e desenganos que me deu levaram-me a limitar a liberdade da imaginativa sonhadora e a comentar os seus problemas com desconfiança, pessimismo e dúvida. Absolutamente não correspondeu aos sonhos que sonhei e acalentei. Bem me lembra, o livro da memória abrindo – nunca me há de esquecer. Era como o viajor que atravessa do deserto hostil a soalheira candente, seduzido pela

miragem encantadora e traiçoeira. Lá nos confins, na mais longe das distâncias, o espetáculo estupendo da Medicina detivera-me a vista. Contemplava-o embevecido e atônito. E o desejei. Quão surpreso fiquei, porém, ao aproximar-me! Todo aquele quadro se foi esvaecendo, como névoas matutinas. Só então compreendi a magia feiticeira da miragem. Que tudo não fora mais que miragem! Ilusão da distância! Sonho! Mentira! A proximidade que se fez menor cada vez mais, cada vez mais me desenganou. Certifiquei-me, assim, do quanto de verdade encerra aquilo do *Ecclesiaste*, de que na vida nada recluir e nada desejar, pois tudo se resolve em desilusão e poeira. E que o estro admirável do nosso Ronald soube aproveitar.

Não desejes: é amargo desejares.
Guarda o que tens, fechado em tua mão.
Pois, só há desenganos e pesares
Na sombra triste deste mundo vão...

Vive no teu jardim de frondes mansas,
Sem ambições nem cóleras pueris:
Quem tem desejos, tem desesperanças,
Quem não deseja é muito mais feliz...

E hoje, examinando o meu mundo interior, dolorosa inquietação é o que vejo. Penso em tudo isso, sem querer pensar; não quero concluir nem me convencer e, contudo, convenço-me e concludo; não lhe quero crer e já lhe não posso duvidar. Indizível melancolia a que sobrevém de empós a todo desencanto! Suprema angústia! E o corvo de Poe a grasnar tranquilamente o *Never more* desiludido, com ironia imensa...



Mas, ocasiões há em que, no imo recôndito de mim mesmo, ousou procurar um remédio e digo, de mim para comigo, estas excogitações: – Que mal vai nisso? Iludir-se, desiludir-se? É a vida mesma... Não podemos deixar de sonhar ilusões e acariciá-las. Não há fugi-las. Negociamos, assim, a nós mesmos, a nossa ínfima e miserável condição. Divertimos destarte a monotonia da vida. E então da retentiva sai à tona aquela adorável parábola dos seixos rolados, contada por Afrânio Peixoto, no seu primoroso e feiticeiro estilo, em livrinho admirável: “Atirando à praia, entre algas e sargaços,” jazia pequeno seixinho, “poído e roliço, uniforme e indistinto, na multidão anônima de outros seixos rolados.” Fora, como os outros talvez,

“uma ponta de pedra, branca e rija, soerguida na cumiada de uma serra, a perder de vista a planície mesquinha... Mas, um dia, o raio do céu chispou-lhe uma faísca de fogo, e a pedra decepada rolou pelos flancos da montanha,”

e veio ter de déu em déu, de queda em queda, através de barrancos e ribanceiras, raladas as quinas, no conflito que o seu bruto orgulho de pedra veio travando com as outras pedras vingadoras do caminho, já sem arestas nem pontas, trabalhada por tantas dores obscuras, veio ter, dizia, à praia, e lá com as outras, irmãs de infortúnio, “rolam no fluxo e refluxo da maré morna, da salsugem amarga”... “Somos todos, na vida, seixos rolados”.

A ponta de pedra, apontando a amplidão dos céus, como a invectivar os deuses, “no orgulho de um ideal”, seja a nossa ilusão... Acalentemo-la, antes de cairmos, anônimos seixos rolados, no vai-vém, fluxo e refluxo da vida...



Veze outras, mais amargas talvez, deixo levar-me por aquele vezo antigo de se maldizer da Ciência. Ironia e ridículo são as armas.

Acorre-me de logo à memória a formidável tragédia do imortal Fausto, que quisera

“com as armas da Ciência chegar até Deus, explicar o mundo pelo seu demônio. E o seu demônio era a Razão. Foi ela que, sob os cambiantes disfarces de Mefistófeles, lhe fez as mais belas promessas, os mais tentadores convites. Fausto, como qualquer um de nós, como os melhores dentre nós, acreditou demasiadamente nas miragens do seu microcosmo. Fausto, quer dizer, Platão e Aristóteles, Descartes e Espinosa, Leibniz e Pascal, a inquietação na posse, a ansiedade no desejo, o desconsolo na alegria. Para compreender o mundo, para refazê-lo, não recuou diante de nada. O pacto com o Diabo é o pacto consigo mesmo, a confiança nas forças imponderáveis que nos regem, nos próprios elementos universais”.

Conseguiu tudo conhecer e estudar, cedendo às vertigens da razão, mas, afinal, desiludido, voltou aos “torvelinhos do seu tormento interior”, e da sua experiência restou a triste conclusão de que “não é para quem pensa o globo mudo”. E o nosso Renato Almeida que, em belíssimo ensaio, nos dá a análise brasileira do monumento imperecível de Goethe, exclama: “A felicidade não existe no homem que pensa; aumentando tua ciência, aumentarás tua desgraça.” E Fausto, pois que o mais inteligente, foi “o mais miserável dos homens”. Somente se salvou, quando deixou de ouvir a voz enganadora da razão. – Ele encarna a tortura do espírito humano em face do inexplicável. É a vaidade da Razão impotente, que, na sua mesquinhez, tenta desvendar o início e a finalidade das cousas. É a tristeza da sabedoria que reconhece a própria inutilidade e que sabe ser a única verdade verdadeira a sua capacidade bem relativa.

Fausto! Meu irmão Fausto! Bem fizestes em reconhecer que na Ciência não se encontra a finalidade da vida e em tempo vos redimistes!

Conta Anatole France que, criança ainda, no seio da família, costumava folhear velha bíblia de estampas. Tudo lhe era encantador. Uma cousa, porém, então lhe escapava à argúcia: a razão por que o velho Deus do Paraíso proibira ao homem tocar naquela bonita macieira antiga de ramos tão volumosos, que lhe mostrava a gravura. Só muito tempo depois, veio a saber e deu razão ao bom velho, até mesmo louvou a sua longa perspicácia. É que aquela era a árvore da Ciência. “*La science ne fait pas le bonheur*”, teria exclamado. “*Et il ne se trompait point*”, conclui o escritor. Na sua imensa curiosidade, que foi o sopro com que o Criador lhe dera vida, provou o homem os frutos, frutos do Bem e do Mal, e sentiu o amargor da infelicidade: “*Nous avons mangé les fruits de l’arbre de la science, et il nous est resté dans la bouche un goût de cendre.*”

Tinha razão o genial visionário burilador do *Silvestre Bonard*.

De lá da mais ignota era, partiu o homem, andando os caminhos áridos do mundo, mortas as piedosas ilusões que os suavizavam, na ânsia jamais sentida de uma Verdade, que nunca dos nuncas encontrará. — Quem quer que tenha ido à maternidade Climério de Oliveira, haverá por certo reparado naquele tronco de palmeira, que de lá se avistava todo envolvido por uma trepadeira. Ontem lhe dera a ela acolhida e apoio; depois, com o contínuo crescer e esgalhar, foi-lhe a parasita a pouco e pouco tolhendo a luz e o ar e acabou por lhe matar; restava somente o tronco, e basta ramaria cobria-o. — Assim também acontece, aos homens, na conquista da Verdade. A Ciência de hoje derruba a da véspera. O que hoje é inconcusso e assente não passa da emenda do que ontem foi erro. Até já se disse, com fino espírito, que “a Verdade humana é o erro da véspera emendado pelo dia seguinte”.

Tenho para mim que ela nos excede, e por isso a linguagem humana é insuficiente a exprimi-la. Apenas houve uma única oportunidade de se conhecer ao certo. Cristo poderia tê-la definido se não fora a pressa de Pilatos.

Ai daquele que saboreia o fruto proibido. Repetirá com o poeta:

Fui em busca do bem e da verdade
E só achei
Onde existia a crença, inanidade
E em lugar de alegria, esta saudade
De quando eu não sabia o que hoje sei.

(Mário de Alencar)



Assim, ante os olhos em certos instantes de recolhimento, como painéis que se sucedessem vertiginosamente, vejo passar todas as minhas dúvidas e incertezas; nesses momentos em que a gente fica sem se lembrar, sem saber de si mesmo, deixando a imaginação e o pensamento atuar de ideia em ideia, pela mente fora, e vadiar derredor, como borboletas travessas em redor da chama. E ele há borboletas bem negras!



Vede pois, colegas meus, nessa atmosfera moral de dubiezas plena, não me posso sentir à vontade em transmitir os vossos sinceros sentimentos ao Professor Euvaldo Diniz Gonçalves, essa figura proeminente que nos hoje prende as atenções. Em todo caso, ouvi-me. Antes, porém, quero penitenciar-me de que, nos meus devaneios

pelos intermúndios da fantasia, ia esquecendo somente dever dizer daqui, hoje, todo o bem que pensamos do nosso ilustre e querido mestre.



Sr Professor Euvaldo Diniz:

Não há nada surpreendente na nossa presença aqui.

Certamente que já vos destes as razões da nossa homenagem merecida, de muita sinceridade, embora de minguada valia. A vossa modéstia, própria dos espíritos bem formados e de fina educação, como vós, decerto cedeu lugar ao vosso orgulho, que o deveis ter, próprio que é dos grandes merecimentos, como vós. Considero sois alvo de manifestação que devera ser feita sempre que se dê valor ao mérito. Por isso, compreendo o vosso orgulho e convosco exulto.

Fora ousio demasiado e irreverência também fora, se me abalancara a tentar o esboço da vossa figura intelectual no breve espaço de uma oração laudatória. Almas não cabem em livros, já se disse. Muito menos cabe o retrato de uma personalidade eminente no quadro estreito de um discurso, cheio de argumentada secura.

De Bilac, se diz que apreciava com um sorriso compassivo, em ocasiões como estas, as falências da expressão literária. Dou-lhe razão ao genial esteta da *Tarde*. Geralmente, nesses momentos, quanto mais em se tratando de mim, as frases não dizem o que se quisera dizer.

Quisera eu dizer, e para tal careceria de muitos dotes, o afeto e gratidão que nos vai em todos nós, por vós, por vosso nome, ligado indissolivelmente a esta casa, que sobreposse estremeceis.



Não vos receeis vá espraiai-me na análise dos vossos trabalhos científicos, pois temeridade maior não houvera do que em tal cometimento, excedente, de todo em todo, à minha capacidade.

Havereis permitir-me, entanto, exalte à contemplação de todos os traços predominantes da vossa vida e obra.

AMOR À FACULDADE

Certo conheceis, senhores, as lendas que giram em torno do uirapuru, pássaro que voa e transvoa nas solidões amazônicas, enchendo os campos de melodia, povoando-os dos sons de música maravilhosa, que atrai, encanta e seduz. Dele, se conta que o possuidor de qualquer porção do seu corpo terá a felicidade. E esse talismã é tanto mais valioso quanto é bem difícil de ser conseguido.

Também tendes um talismã, Sr. Professor, que vos dará a felicidade.

Guardais no vosso coração a mais sagrada das recordações — a lembrança sacrossanta dos vossos pais e dos seus ensinamentos. É quem, dos arcanos da vossa memória, dês que a Providência se comprazeu de levá-los, vos guia os passos na senda incerta da vida, dirigindo-vos no cumprimento rigoroso do dever, como já o houvera feito antes. E a consciência do dever executado já é um pouco de felicidade. E, se, de lá de onde estão, visão existe do que aqui se passa, hoje é dia de grande bem-aventurança para eles, com verem a alegria do filho estremecido.

É do vosso pai que herdais esse amor à nossa querida faculdade, tradicional e notável, e a que o esforço congregado de todos dará dias bem melhores.

Na vossa vida, perdura um traço que não me seria possível calar, pois não pode ser esquecido. É o vosso provado amor dessa casa.

Em todas as circunstâncias, nos prélios mais acesos, aqui e além, em toda parte, é a faculdade o vosso constante cuidado, e, na defesa e realização do seu programa, vos extremais, com um nunca arrefecido entusiasmo.

Destes mesmo, pouco há, mais uma prova da minha assertiva, pois, tendo justos motivos de não servir à causa revolucionária, fostes inesperadamente nomeado membro do Conselho Técnico-Administrativo; acedestes muito de boa mente em concorrer com a vossa inteligência e capacidade, com pressentir-lhe, no entanto, ao encargo inúmeras escabrosidades.

Não haveis mister de outros sacrifícios a demonstrar a vossa dedicação e que não trabalhais não seja a prol da faculdade,

REMINISCÊNCIAS

Não posso deixar de notar a distinção que vos tocou, quando logo depois de formado, tendo como credencial única o curso laureado, fostes escolhido para exercer um cargo na Repartição de Demografia. A escolha foi de Pinto de Carvalho, grande mestre, então diretor da Saúde Pública, que nutriu por vós, durante o curso, admiração intelectual. Nela, acatou o mestre o critério da distinção dos valores, coisa rara entre nós. E falar dele aqui não é somente lembrar o vosso iniciador na vida, senão associá-lo a este ato, ele a quem tomastes por mestre dileto e conselheiro; ele que, tendo-vos na mais ilustre conta, nunca vos faltou com o prêmio da sua amizade. E evocar também a memória daquela mentalidade fulgurante, mentor da mais formidável progênie intelectual que ainda houve entre nós e que é vossa, Alfredo Brito, que, no relato de Prado Valadares, “está a constituir-se, no consenso imortalizante dos pósteros, o orgulho de uma raça”.

Naquela repartição, tendes passado anos e anos de estudo e trabalho constante, sustentado com alento. Um dia, vacante a sua direção, eis-vos diretor. Lá sois o homem no lugar competente.

CIENTISTA

Quisera agora recordar os vossos serviços à Ciência, que são muitos. A cátedra que ocupais vos levou a palma de sucessivos concursos, de assistente a docente livre e a professor catedrático. Concursos todos estes havidos nos mais unânimes dos julgados como de alto valor. Abstenho-me de esmiuçar os trabalhos então apresentados, valiosos estudos que vos grajearam foros de biologista e químico profundo. Para isto, também concorreu a vossa tese de doutoramento, substancial dissertação sobre o Cálcio.

Nessa cátedra que exercéis tão condignamente, à altura do belo apostolado intelectual que é o magistério e a que consagrais o vosso rico talento, servido de larga e variada cultura, apareceis, enquanto a mim, por um lado como professor de alta Ciência e, por outro, como educador social, sumamente conhecedor das necessidades e imperativos brasileiros.

É vasta e variada a vossa cultura, já o notei, fruto de porfiados e silenciosos estudos. Silenciosos disse, porque não é o geralmente acontecido. Com serdes profundo ciente em muitas cousas, uma há que ignorais: é a doutorice jactanciosa, pois desconfiais que a palavra loquaz é índice de ignorância. Vezo é no Brasil ter-se em menor conta o homem de estudo que o improvisador. O fato já atraiu a atenção de muitos, e José Veríssimo testemunha:

“Nas escolas, nas academias do Brasil, o renome, a fama, a admiração vai infalivelmente ao estudante madraço, mas

loquaz, verboso, falador, esperto em enganar os mestres e condiscípulos com aparências de saber, disfarçadas na audácia de dizer o que não sabe, de inventar”.

Saber, tudo sabem. Conhecer, tudo conhecem e de tudo falam com autoridade. Mas quem lhes viu os estudos? Ninguém. Estudar, não estudaram. Aprender, não aprenderam. Nem era preciso. São predestinados... Grandes talentos, trouxeram Ciência do berço, com o leite talvez.. E a fama? É outro ponto interessante. Se nenhuma, nas primeiras provas do curso, nem boa nem má, é desesperar, que sempre será medíocre. Se má, ai daquele que a adquire. Por mais que tente e pertente, não vale a pena de nenhuns esforços. Nunca jamais conseguirá desvencilhar de si a praga. O mesmo Hércules não seria melhor sucedido. Se boa, então sim, nada mais é preciso. Bem que já falou, para sempre, o bom senso popular, na velha parêmia, que, como as outras, não costuma mentir, nem mesmo pequenas mentiras: “Cria fama e deita-te na cama.” – A experiência de todos, todos os dias confirma.

QUÍMICO

Biologista e endocrinologista
Professor de alta Ciência

No exercício da *vossa* cátedra, de uma parte, me parece – vos entregais a transmitir os conhecimentos que é necessário daquela triade imensa.

Poucos, entre nós, terão profundado tanto esses estudos, em seus aspectos mais interessantes e mais difíceis. E as *vossas* aulas revelam o quanto sois douto. Não vos deixais ficar nas exterioridades ilusórias senão preferis descer aos elementos nodais, ao âmago dos temas, certo que os diamantes não se contam à flor da terra como os cogumelos.

Suponho, no entanto, que neste passo, estaria convosco em desacordo, se não fora tão difícil refutar-vos as ideias e os conceitos de tamanha justeza. Fio que seria de mor proveito, nas escolas em se tratando de cursos não especializados, estudos mais pela rama, visões panorâmicas das matérias. Menos profundos e mais extensos.

Na realização do vosso desígnio, socorrem-vos, seguros guias, como aquela luzinha que, no ingênuo conto, orientava as crianças no bosque, a vossa cultura e, mais que ela, a grande e nunca jamais interrompida fé na Química. Com ela, uma das bases da Medicina, esperais se resolvam graves e alevantados problemas sociais. Por ela, se chegou à Endocrinologia, ciência de hoje. Somos todos glândulas, exclamastes,

“e aí está inteiro o critério do mestre da matéria em todo o fulgor do seu assunto especializado. É o bioquímico a relacionar glândulas e atos da vida, como um observador perspicaz dos segredos formidáveis dessa forja misteriosa dos nossos modos e tipos de ser, conforme são os tipos e modos das nossas glândulas”.

Eis como fala Carlos Chiacchio, mestre de prol, referindo-se a vós em magnífica visão crítica.

O HIGIENISTA

Medicina preventiva e social

Educador social

É, sem dúvida, a Higiene a mais formosa criação da Medicina, como demonstrou à exação Afrânio Peixoto, naquela encantadora associação do cientista e do letrado: *A Mais Bela História do Mundo*.

“Certa de que não podia sempre curar, inventou o meio de não se adoecer nunca, e está como – em vez do remédio, a prevenção – a Higiene realizou a aspiração da Medicina!” diz o mestre magnífico do estilo e do pensamento. E assim temos encontrado, talvez, o famoso elixir de longa vida dos antigos. De feito, a Medicina, para ser, deve forcejar por prevenir. Ideal este que devemos aperfeiçoar a todo o nosso poder, verdade incontestada que o “mais belo capítulo da história da civilização”, pois a ele se prende, no que tange à saúde, a salvação da humanidade. É a Medicina do século XX, e disso dá testemunho o sábio Annes Dias: “É a era da Medicina preventiva, fecunda e brilhante, em que o médico desdobra todas as capacidades da sua ciência para garantir ao homem a integridade da sua saúde e à sociedade a plena eficiência dos seus membros.”

Para atingir à finalidade tão nobre e tão elevada a que aspira, viu a Medicina alargar os horizontes da sua jurisdição e, com isso, aumentar o número das suas responsabilidades. É hoje ciência eminentemente social.

Imprescindível é a sua interferência na educação escolar. Na escola, devem os médicos intervir ora como higienistas, “para orientarem, emprestai-me as vossas palavras, programas, horários, classes, etc., e estabelecerem as normas de inspeção médica e mais que tudo realizarem a educação sanitária”; ora como clínicos, para fazerem a pesquisa e devida correção das taras físicas de vária casta, doenças infectocontagiosas e muitos outros males, a fim de, munido de terapêutica eficiente, cercear o mal na raiz. Destarte se elevará em apreço o diagnóstico precoce, único a nos oferecer possibilidades de cura. Ora, para cuidar dos meios de desenvolvimento físico das gerações em botão.

Mas não é só. Máxima é a importância que têm assumido os estudos de higiene pré-natal, de puericultura. São do momento as

cogitações de Medicina pré-nupcial, eugeniização tanto quanto possível dos futuros consortes.

E não é só ainda. Deve fazer-se ouvida a Medicina preventiva em todos os pontos onde se cuide de aperfeiçoar o indivíduo e as coletividades. E vós tendes perfeita, Sr. Professor, notável higienista que sois, a orientação nesse particular. Provam-no – e aqui mostrais a outra face da vossa diretriz didática, o educador social, o sociólogo – todos os vossos escritos e lições. Há uma constante preocupação de propagar a necessidade de assistência preventiva. Combate ao alcoolismo, proteção à mãe e à criança e outros muitos, como esse formidável *Pelo Brasil Futuro*, verdadeira grita de civismo, que recebeu os aplausos unânimes da crítica.

Bendita essa vossa ideia fixa, Sr. Professor, pois somente por ela é que conseguiremos colocar a Medicina no posto que lhe é devido. E com ela possuiremos um dia um Brasil sadio e forte, puro como deve ser.

LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE AÇÃO

No complexo do vosso espírito, entremostra-se uma qualidade que não posso deixar de saudar, pois “no fundo da minha consciência, eu a vejo incessantemente como estrela no fundo obscuro do espaço” (Rui): a Liberdade.

Pondes a Liberdade nas vossas melhores intenções e nas vossas resoluções melhores. Levais de cumprida as vossas ações com a só preocupação de guardar estrênuo, inquebrantável a vossa independência que é afinal a vossa força. Independência de pensar, ajudada de independência de proceder. Antes quebrar que torcer, dizem. Vós não torceis nem quebrais. Ceder, não cedeis. Transigir, não transigis. Recuar, não recuais. Não tendes de que temer.

“Sê tu mesmo” dissera uma personagem de Ibsen. Posso dizer-vos que sois vós mesmo, integralmente, sem artifícios nem máscaras e que fazeis da vida a vossa vida. Sois uma opinião, não receais dizer verdades, por mais duras. E isto já seria muito, se fora tudo em meio em que o abastardamento de caráter é a mais repugnante e triste realidade.

JULGAMENTOS: JUSTIÇA

Amais a Justiça. Compreendestes que não há Justiça sem Liberdade. E, sendo livre, sois justo. Os vossos julgamentos o espelham. Exames ou concursos. Provas em que geralmente é a injustiça que impera, não exprimindo as notas o real valor do candidato, e que, por isto, deveriam ser abolidas – sempre nelas vos mantivestes com retidão e firmeza. É que vos lembrais, nessas ocasiões, que as dádivas feitas por generosidade, sem o cunho da justiça e da verdade, se desmancham, pouco depois, nas mãos dos que a receberam, como aquelas moedas provenientes do tesouro mágico de Cornélio Agrippa. Conta-se dele que, nas viagens, espalhava, com mãos pródigas, moedas de ouro das melhores, que, algum tempo depois em poder de quem as recebia, viravam pedaços de chifre, pedra, carvão...

Na formação onímoda do vosso espírito, tudo se diria obedecer, na imensa variedade de conhecimentos, a uma unidade fundamental, a uma severa rigidez de princípios, donde resulta harmônica a vossa personalidade original.

É assim que, deixai-me dizer, não sois dos que olham com desprezo, senão ódio, as preocupações não somenos de alinhamento escritural. Bem sei que não fugis às preocupações gramaticais quando tendes em mira trasvasar os vossos pensamentos. Muito pelo contrário. Nos vossos trabalhos, rezai precípua um escrúpulo de bem escrever, esse

gosto do nosso bom falar vernáculo, que se me aparece a mim como a completar o vosso prisma intelectual, pois venero e acato aquilo de Rui, o eterno e inimitável Rui, cujo nome é para ser evocado sempre, pois parece haver alguma coisa de divino na sua inteligência. Refiro-me ao opinar seu de que “a inteireza do espírito começa por se caracterizar no escrúpulo da linguagem”.

Escreveis sempre com muito tento, e está-se a ver, por sem dúvida, detrás do cientista, a mão de quem tem grandes notícias da nossa Língua, e, como se isto não bastara, o artista, que, buril em punho, procura trabalhar com as gemas do estilo. Sim, porque não vale somente o escrever correto. Sabeis, com Rui, que a gramática não é a língua. É de mister mais que isto, muito mais, o estilo, arte da forma, dom natural. Sem ele não há escritor. E sois escritor.

MÉDICOS LETRADOS

Talvez que alguém haja de me reprochar queira profanar o templo augusto da Ciência, falando no seu seio em letras.

Não concordo, nenhumentemente, com os que fazem da Ciência as preocupações exclusivas do médico. Creio não haver absolutamente incompatibilidade a uma só pessoa exercer as duas ambas. Creio não haver impossibilidade a uma mesma pessoa dar-se a severíssimos estudos na ânsia de revelar à humanidade o mundo verdadeiro da Ciência, verdade da razão, e a idealizar, em obras imortalizantes, o mundo vaporoso das ficções, verdade do sentimento. Nunca jamais estas separações da Ciência e da Literatura foram exclusivas, no passado nem ainda agora. Basta lembrarmo-nos dos inúmeros exemplos, desde os esplendores da antiga Hélade até os modernos tempos. Não vejo pois com bons olhos a esses que criticam mordazmente, talvez

por incompetência e inaptidão própria, despeito portanto, aos que, sendo médicos, se dedicam também às criações da fantasia.

Mas nem todos podem fazer belas-letras, à falta de tendência. São, no entanto, avezados cultores da literatura, contumazes e afervorados leitores de amadas e belas leituras.

Sois destes. Compreendeis que é indispensável. A feição literária do vosso espírito, fornecida de cultura aprimorada, está aí a ornar o vosso profundo pensamento científico e a nos mostrar que não somente sabeis, senão que sabeis dizê-lo. Na vossa biblioteca, que a tendes bem sortida e vasta, vos sorriem meigos, ao lado dos volumosos e graves estudos sábios, os mimosos livrinhos, que deleitam com as suas graças fáceis e encantadoras. E a todos tratais com enorme carinho, grande amoroso que sois deles. Julgo não ser indiscreto, revelando-o, nesse amor pondeis até um pouco de religiosidade. Quase que o posso dizer, padeceis a doença deles, os vossos queridos namorados.

Os vossos gostos literários, que vos valeram na mocidade o convívio do brilhante espírito de Carlos Chiacchio, vos deixaram impregnadas no estilo as cores da elegância feitiça, que, antes da explicação convincente, nos oferecem as galas da atração e sedução.

MEDICINA BRASILEIRA: IDEIAS E ALVITRES

Senhores. Certamente que conheceis as façanhas da Iara, a formosa e perigosa Iara, que vive em toda a extensão dos nossos imensos e largados sertões,

“a Iara é uma ninfa das águas, ao mesmo tempo mulher e homem, mulher para seduzir os homens e homem para seduzir as mulheres. Quem olha descuidadamente o espelho do rio ou da lagoa vê a Iara, na sua radiante formosura: ela

abre os braços num pérfido convite, atrai a vítima, leva-a para o fundo do seu palácio encantado e mata-o no arrebatamento delicioso das núpcias funestas.” (Bilac)

Pois bem, a Iara é um símbolo do Brasil. Notou-o eminente sábio patricio, Roquette-Pinto. Eis como se expressa:

“O Brasil tem um segredo na sua natureza: é o mistério das Iaras. Se alguém se atreve a conhecê-lo, se leva a peito estudá-lo, começa a ver tanta cousa, e cousas tão linda; nas suas montanhas e nos seus vales, nas suas florestas e nos seus rios, enleva-se de tal maneira no capricho de suas formas vivas, nos imprevistos da sua população primitiva, que logo se prende dum amor tão grande, tão sincero e tão profundo, que nada há que o afaste desse abismo. Na lenda dos seus primeiros filhos, houve talvez a idealização do Brasil; quem logra vê-lo não resiste, mergulha, desce, afunda-se nos seus encantos e perde-se por amor de suas maravilhas”.

Eu sou, senhores, um deslumbrado e seduzido pela magia estonteante das nossas cousas. Por isso, haveis de desculpar-me as maneiras um tanto revolucionárias, tanto mais de reprovar quanto são pronunciadas diante de figuras venerandas, conservadoras por idade. É próprio da mocidade o ser dissidente e, por convicção e vezo, insubmissa e desassombrada. O que direi, por desluzido que pareça — e há de ser, pois não sei que diga que não seja inútil —, não destoará, entretanto, do tom geral da solenidade. Espero, assim, que, de onde vier o reproche, daí mesmo virá a absolvição.

Senhores, urge imprimirmos à Medicina feições brasileiras. A nossa Medicina precisa ser brasileira. Sejamos brasileiros. Vejamos tudo

e tudo sintamos como brasileiros. Desbanquemos essa servilidade de imitações estrangeiras. Aperfeiçoemos a nossa expressão, o nosso caráter. Ao invés de imitar, criemos. É um dos nossos maiores defeitos esse, que traduz um como acobardamento intelectual, não compatível com os nossos foros de inteligência.

Cumpra-me a nós bem conhecer o nosso Brasil. Cumpra-nos estudá-lo, para revelarmos ao mundo. E o modo único de fazê-lo é o estudo sistemático da sua terra, natureza e gente, até então quase desconhecidas. E os brasileiros seremos, e somente nós, os interessados legítimos nesse conhecimento e divulgação.

A corrente nativista ou nacionalista intensifica-se progressivamente. Para dar maior firmeza a estes assertos, traslado para aqui as palavras cheias de fé de Ronald de Carvalho, espírito moço e de escol, um dos propugnadores do movimento “Precisamos disciplinar a natureza pelo estudo direto do Brasil”. E alhures: “Vencer a natureza pela disciplina da inteligência, eis a primeira lei que a realidade brasileira impõe ao homem moderno.”

O Brasil aí está, imenso e desconhecido, a nos convidar, qual a Iara da lenda. Vamos, colegas meus, a nós moços cabe-nos a tarefa. Atiremo-nos sôfregos aos braços da ninfa. Conheçamos-lhe. Entendamos-lhe. Serão inúmeras as nossas preocupações de estudo, que os nossos estão todos por fazer. Ao invés de concorrermos com os estrangeiros, no deslindar grandes problemas gerais “estão em folha os problemas nacionais, a reclamar a nossa solicitude e o nosso carinho, distraído e errabundo”. (A.P.).

Em Medicina, pouco ou nada se tem feito, no particular. Eis o que diz o meu grande e querido mestre Afrânio Peixoto, a quem muito louvo e admiro:

“Neste clima, para tratar dos rudimentos de Biologia, Fisiologia e Higiene, quais são as necessidades humanas de

alimentação, vestuário, costumes sanitários, defesa contra as infestações e infecções autóctones e forasteiras? Temos para nossa nutrição de citar tabelas de Voit, Rubner e Atwater? Adotar e suportar a moda de Paris, Londres ou Nova York, embora em hemisférios opostos? Copiar as posturas municipais das velhas cidades europeias, com os defeitos da rotina, todas as prementes necessidades de climas diversos e hábitos desconhecidos? Legislar sobre saúde pública, pelos regulamentos dos chamados países cultos, sem nenhum resguardo aos hábitos do nosso povo, dessa indisciplina americana, tão cara em certos momentos, tão perniciosa quando uma necessidade assume o aspecto de coação e que é preciso contornar para vencer?”

Não nego já haver alguns belos rebentos. Há mesmo muitos ensaios de naturalização, procurando “aplicar ao nosso povo todas as vantagens obtidas por estrangeiros”. — Mas não basta. É preciso criação. Criação brasileira. — “Todos os povos criaram. O próprio americano do norte, ainda inculto criou. Só o brasileiro se julga incapaz de criar e resignado se humilha da imitação”, exclama, com a força do seu gênio, Graça Aranha, cuja obra é um constante conselho para criar. “Cria e serás perfeito”.

Escapar da cópia europeia ou americana não quer dizer que permanecemos na incultura. O nosso dever está em associar, ou como bem diz Tristão de Athayde, “fundir as duas correntes contrárias que nos solicitam: a que vem de fora e a que vem da terra. A que importamos como alimento de cultura e a que vivemos aqui como elemento de cultura”.

Tem sido a nossa preocupação única e absorvente conhecer os últimos artigos dos doutores do lado de lá. Provam-no à exuberância as

teses de doutoramento, com raras exceções, meros reflexos das ideias europeias ou americanas, sobre tal ou tal assunto. Se se cogita de tratamento, os cânones estrangeiros somente são ouvidos e acatados. Regimes alimentares, aplicam-se Tabelas, a conselhos da experiência alheia, sempre discordante das nossas necessidades e condições. Preceitos higiênicos, aplicam-se sem que se atendam às exigências climáticas e mesológicas. As patologias estudam-se sem se cuidar das modificações assumidas no nosso clima e meio. — E assim muito mais, e assim quase sempre. Fora exaustivo continuar em exemplos.

Pois bem, senhores, é de mister mostrarmo-nos. À ciência de importação ajuntemos a ciência de exportação. Compreendamos que Medicina para o Brasil deve ser feita no Brasil. Desenvolvamos o sentimento de brasilidade. Aos problemas brasileiros, oponhamos soluções brasileiras.

Para isto, se quisermos ver a Bahia tomar parte no movimento e elevada no conceito nacional, possuidora de um centro médico notável — e a nós moços cabe-nos a tarefa maior —, desenvolvamos e melhoremos as nossas capacidades de trabalho e estudo. Melhoremos as nossas instalações. Intensifiquemos as produções e divulguemo-las. Aqui não se escreve, ou muito pouco. A vós, mestres, se impõe o dever de gravar em letra de forma os frutos opimos da vossa longa experiência e meticulosa observação. Que aulas são palavras, e palavras se perdem com o tempo. Trabalhemos com carinho pelas nossas sociedades médicas, ora em promissora atividade. Fundem-se revistas científicas. Agora mesmo, entrevejo uma bela iniciativa, a revista *Cultura Médica*, esforço de algumas mentalidades moças, verdadeiro toque de clarim ao trabalho produtivo. Façamos intercâmbio intelectual. Para nosso aproveitamento e, também, para mostrar que existimos.

Nos cursos, não somente deve ser o nosso fito conhecer, para pagar em exames, a matéria clássica; esta se encontra nos livros, facilmente acessíveis; nos cursos, muito nos deveríamos preocupar

com a observação própria e a experiência dos mestres para firmar-se opinião. Investiguemos o que há de médico no folclore, que daí tiraremos grandes proveitos. Aliás, disto eu cogito no momento para a tese doutoral. Além de outros frutos, que me fora longo exarar, dar-nos-á valiosos indícios no estudo da flora e fauna brasileiras.

Por todas estas aspirações, deveremos estar dispostos a todos os sacrifícios. Se se fizer mister, até o rompimento com os preconceitos e verdades antigas, estrangeiras ou não. Nada de passadismos. “Respeitemos as tradições, saibamos compreender a obra do passado, mas não nos confinemos dentro das fórmulas rígidas, nem confundamos o preconceito com a verdade”. (Ronald). Veneração aos antigos, mas fugir aos métodos do passado.

Amigos meus, sim. Se não reagirmos contra essa inércia, essa estagnação intelectual, essa atmosfera de marasmo que nos asfixia, morreremos.

Reajamos pois, moços. Vida, movimento, ação. Vida ativa, como quer o século nevrotico da máquina. É trabalhar e trabalhar. Que nada resiste ao trabalho. Se é que a realidade existe, os modernos queremos viver esta: a realidade do momento. Eia pois *sursum corda*. Pela Medicina brasileira.

“Uma ciência não apenas feita de generalidades aprendidas e de verdades por outrem descobertas e alhures verificadas, mas também construída com nossos recursos, baseada na observação direta e independente das nossas cousas, impulsada pelas iniciativas livres da nossa razão experimental diante das interrogações da nossa natureza e assim capaz de não ser apenas aluna submissa da grande Ciência universal e sem pátria, mas colaboradora operosa e original, que a enriquece, e também a corrija, que é maneira não menos valiosa de enriquecer” (Amadeu Amaral).

E ainda bem que eu aqui sempre me fiz acompanhar de nomes de prol. Ainda bem que não opinei sem dar autor, como diria o Vieira.



E bem, senhores, já foi longo. Posto que é ilimitada a vossa paciência, pois me tolerastes, eu a excedi. Mas da certeza de se perdoais estou certo. Sei que o mérito do que disse é nenhum. Intenção era minha de fazer demais; todavia, talvez fiz de menos. Porém sempre estou que somente deveis guardar na retentiva a personalidade inconfundível do mestre que saudei, honrando-me. Pelas galas que vos expus, podereis avaliar da grandeza do todo, assim como por um osso da estrutura perdida se conseguem refazer esses monstros pré-históricos, cujo desmarcado tamanho nos assombra.



Meus caros colegas, refere a lenda evangélica que certa vez, naquele tempo, vinham de Galileia para Jerusalém, pelo caminho da Samaria, Jesus com seus discípulos. Ensejou-se-lhe ao doce nazareno, por essa rota, ocasião de lhes ensinar qual o melhor caminho a escolher na vida. Não vos reconto a lenda, ao completo, por não desmesurar-me. Eis só as suas palavras, na traslação vernácula:

“Em verdade, em verdade vos digo que Salomé, o Procurador, o Sumo Pontífice que passam... imaginações! — O amor, o governo, a sinagoga são vaidades do mundo... Só Deus é real, só Ele é certo e eterno. E quem cumpre o seu dever, simplesmente, tem Deus consigo”.

Ficai tranquilos, colegas meus, que dessa vez ainda não vos atin-girão as pedras que vos lançam os zoilos que de vis maldizem. Ficai tranquilos. Dessa vez ainda, haveis cumprido com o vosso dever.

SR. PROFESSOR EUVALDO DINIZ, atentai bem na significa-ção da nossa homenagem que não podia ser mais desinteressada. Ela parte desta série que sempre se prezou, em todo o percurso do sextênio de vida acadêmica, de muita independência, a par de algum estudo. E eu posso falar sem suspeição, pois que sou o mais péssimo dos seus membros, embora empregasse todos os esforços por afastar de mim o espectro apavorante da mediocridade, que já se me tornou familiar.

Mantende a orientação que vos traçastes. Continuai a dar bons exemplos de interesse pela nossa terra, o nosso amado Brasil. Que o exemplo é o melhor dos mestres.

O Brasil atravessa uma hora de enormes apreensões; hora crepus-cular e sombria. E, no horizonte escuro, um ponto reluz: a Mocidade. Somos nós, meus colegas e amigos meus.

Cultuemos a nossa Pátria. Cultivemos o seu amor. E, para isto, an-tes de tudo, cumpre-nos renunciar o egoísmo, o utilitarismo pessoal. Isso de somente empregar-se esforço onde se possa tirar proveito é a maior doença do Brasil. Malditos são os que têm como lema a indi-ferença e como incentivo único o interesse pessoal. Só com altruísmo salvaremos a nossa Pátria Não esperemos dos governos somente a obra de reivindicação nacional. A tarefa também nos compete. E aqui entre nós há um patriotismo, muito digno e elevado: o patriotismo científico.

Avante pois. Trabalhar, trabalhar e trabalhar. Com o desinteresse e a renúncia contra o egoísmo e a indiferença.

Avante pois, irmãos meus, para a conquista do nosso Brasil re-dimido!

❧ *Missão Revolucionária do Cristianismo (1936)*

Nas palavras do Professor Afrânio Coutinho, o maior inimigo do cristianismo é a burguesia. Neste texto, ele nos mostra como o segmento burguês se apossou da ideologia cristã e a transformou segundo seus interesses: despojou-a de sua força revolucionária, vestindo-a de conformação. Na realidade, segundo Afrânio Coutinho, o burguês enredou o cristianismo em uma trama que o despiu de suas características originais para usá-lo de acordo com sua necessidade de promover o surgimento do tipo de homem que queria: o do dinheiro.

“Toda revolução autêntica supõe que alguém haja começado um dia a afastar-se do presente e, em certo sentido, a desesperar dele. Trasladar os fins especificadores de sua atividade a um estado incompatível e com os princípios do estado presente, levar em si esse futuro que não pode nascer senão de uma *ruptura essencial* e cuidar primeiramente dele, prepará-lo por todos os meios convenientes, elaboração doutrinária, ação sobre os espíritos, obras sociais e culturais, ação política, é o primeiro rendimento de uma postura revolucionária no sentido mais amplo e mais legítimo da palavra.”

É sob a égide dessa frase lapidar de Jacques Maritain, o grande filósofo da França atual, em sua magistral e recentíssima *Carta sobre a*

Independência, na qual ele indica a posição de liberdade e independência em que deve situar-se o filósofo, que eu coloco este meu trabalho.

Já mostrei em diversas ocasiões a falsidade daquela atitude essencialmente burguesa do intelectual isolado da vida e cuja atividade não mantinha nenhum contato com as realidades humanas. Era um puro jogo abstrato e convencional. Os humanistas burgueses não se preocupavam em fazer valer as suas ideias, nem influir na vida, mas apenas deleitar-se em acrobacias mentais engenhosas e fazê-las brilhar. Pensavam por pensar e não para viver mais profunda e completamente, que deve ser esta a finalidade do pensamento.

No entanto, e é o que prova Maritain, este dever de presença no mundo, para o humanista verdadeiro, para o filósofo, não implica numa obrigação de partidarismo apaixonado. Este faz perder a razão. E para o filósofo, ao qual incumbe o dever de orientar, a razão é o único instrumento, indispensável, imprescindível. O filósofo é como o louco, do qual alguém já disse — é a criatura que perdeu tudo menos a razão.

Ele deve estar em toda parte, porém sempre livre.



O seu dever, o dever dos moços, moços de todas as idades, é desentranhar, por todos os meios, ajudar a nascer a esse homem novo, que sentimos palpitante em nosso ser profundo, no inconsciente da época, que não sabemos ainda que fisionomia terá, mas da vinda do qual não temos dúvida. Esse homem novo que encarnará o mundo novo. Esse novo tipo do homem que representará a nova civilização a nascer, pois sempre foi assim na história: todas as civilizações se distinguem por uma imagem diferente do homem.

Bem sei que há velhos, também de todas as idades, que não acreditam, ou fingem não acreditar porque não podem, como os peixes,

compreender a vida fora d'água, a água aqui sendo o casulo que os cerca, de defeituosas e atrasadas formações intelectuais, tornando-os inabordáveis a qualquer centelha de novidade, em que não acreditam, dizia, neste trabalho, que se processa nas profundezas inconscientes do tempo, de formação do homem novo e da nova ordem.

Não acreditem que estamos numa das grandes encruzilhadas da história, “*années tournantes*”, como já a designou esse fino espírito — Daniel-Rops. Sempre houve crises, desordens, distúrbios, dizem eles, com superior sorriso de curta sabedoria, moda da mocidade, acrescentam, provando destarte que a palavra nova os fere, e por isto procuram disfarçar sua confusão com essas respostas cépticas e precipitadas.

Sempre haverá legiões de Anatole France para opor sua velhice liquidada, sua decadência, seu espírito desmoralizante e fim de século, à riqueza e variedade da vida. Mas, já agora, à mocidade atual do mundo não intimida mais, nem envergonha o sorriso céptico e cínico de um qualquer Anatole France.

Todos os profetas da hora o afirmam, tendo apreendido, com suas poderosas antenas, há muito tempo, os anúncios longínquos da erupção. Um deles, Nikolai Berdyaev, em seu último e admirável ensaio por compreender o tempo — *Destino do Homem no Mundo Atual* — mostra qual o sentido do apocalipse de nosso tempo. Não é o fim do mundo que se aproxima, porém o fim de *um* mundo.

Mas não é preciso ser-se profeta para compreender. Só os cegos ou os ignorantes não reconhecem o apodrecimento do mundo em que vivemos... Nada mais é possível esperar do nosso tempo. Mais uma civilização humana está desaparecendo, e uma época histórica chegando ao fim (Berdyaev).

A chaga social já é enorme. É profundo o infortúnio da humanidade atual. O homem está mergulhado num estado de demência generalizada. Tudo conspira contra a dignidade humana.

O burguês satisfeito e empanturrado põe à conta de fome e de-sequilíbrio orçamentário a revolta do miserável contra uma injustiça legalizada, deprimente e escravizadora. O sentimento de desespero e de revolta, de todo o mundo, vem, no entanto, de mais fundo que do estômago. Não é uma simples questão de ventre.

Ele provém de toda a alma. É a vontade intransigente de ruptura com um mundo de miséria. Se a pobreza eleva, a miséria degrada o homem, atinge-o na sua dignidade, no seu ser profundo. A revolta do homem no mundo atual tem raízes metafísicas, ontológicas.

A mocidade de todo o mundo, que melhor do que ninguém encarna a revolta, procura uma nova ordem. Faz ato de presença à miséria do mundo atual, toma posição diante da injustiça, “este pus da sociedade” (G. Izard), recusa o mundo moderno, “recusa todos os conformismos, repele as soluções feitas, volta às evidências e verdades últimas, sem as quais não há vida humana”. A sua ambição é retomar as coisas pelo começo, ambição vasta, mas como diz Alexandre Marc, jovem do grupo revolucionário *Ordre Nouveau*, por isto mesmo, é querida. Ela repele a facilidade.

A posição da mocidade em face dos velhos, hoje, esse conflito a que tantas vezes me tenho referido, não é uma nova querela de gerações e de ostracismos por uma questão de idade. A nossa oposição é contra os velhos, mesmo de 20 anos. Há uma velhice biológica e uma velhice de espírito. Como existe uma mocidade eterna do espírito e do coração, generosa e viva, permanecendo sempre, heroicamente, à altura e em contacto com o novo; esta pode ter também todas as idades. O choque é entre um mundo antigo que não se conforma com a ruína inevitável e um mundo novo que se esforça por nascer. Velhos e moços, dois mundos diferentes habitam. Duas atmosferas diversas respiram. Duas linguagens falam. Não são contemporâneos. Os moços compreendem suficientemente os velhos para não se interessarem por eles.

O fato é que, para falar com Berdyaev, é uma banalidade proclamar que atravessamos uma crise histórica, que assistimos ao fim de uma época e ao começo de uma nova era, que ainda não recebeu nome; uns se mostram com isto felizes; outros, aterrorizados, mas todos o repetem.

Esta noção é generalizada a toda a mocidade do mundo. É um prazer, uma felicidade, traz uma alegria insopitável, a quem acompanha de perto os diversos movimentos intelectuais das juventudes modernas, o encontro das mesmas ideias, mesmos pensamentos, e mais ainda, das mesmas palavras, que todos nós dizemos e pensamos a cada momento. Ideias familiares, que todos temos pensado ou escrito, ou de que tínhamos sentido a necessidade. Ideias que dão forma às nossas ideias, que não tinham ainda pernas, braços, línguas, como aquelas a que se referia Machado de Assis.



Há duas revoluções como existem duas espécies de violência.

Há a revolução material, armada, exterior, tomada abrupta do poder e subversão completa das instituições e da ordem antiga.

Há a revolução espiritual, interior, de violência doutrinária, que não visa ao poder nem ao êxito imediato, revolução no homem e não nas instituições, que dura séculos se processando, porque uma mudança de estado de espírito não se faz da noite para o dia, nem à força de decretos, mas por um trabalho lento nas almas. Dela, decorre consequentemente a transformação das instituições. Como se podem renovar instituições, se o homem continua o mesmo? Revolução do homem, no homem e para o homem. Já o disseram Aron e Dandieu, num dos livros capitais do nosso tempo — *Révolution Nécessaire* é que —, a revolução não pode visar a outro fim senão a emancipação do homem. À crise do homem, que é a crise de nossa civilização, não pode ser oposta senão uma revolução do homem.

É talvez a ideia comum da nova geração essa do primado do homem — o homem que é a figura central do universo —, noção esta que foi abandonada pelo materialismo burguês e o laicismo racionalista, noção esta eminentemente cristã.

Parecerá paradoxal dizer que a burguesia a abandonou, ela que foi acusada de tornar o homem isolado, egoísta e contra a coletividade. Mas, bem estudada, esta é que é a verdade. A burguesia nasceu contra o cristianismo.

Sim, porque o individualismo burguês é muito diferente do verdadeiro sentido do homem. O homem que a burguesia divinizou, no seu juridismo abstrato, foi o indivíduo, e não o homem, a pessoa humana, o homem completo, integral. O indivíduo não é o homem, não é a pessoa. O indivíduo é justamente a dissolução da pessoa na matéria. Ou, antes, é a dissolução da pessoa. O indivíduo é o impessoal, e o impessoal é a matéria.

O homem verdadeiro, o homem cristão, é o homem espiritual, isto é, o homem integral, o homem concreto. Mesmo porque já o disseram Aron e Dandieu, em seu livro admirável, entre os jovens, primado do espiritual se traduz de mais em mais por primado do concreto. O verdadeiro espiritualismo vai de encontro ao idealismo burguês como também ao materialismo proletário. Pois, para empregar outra expressão justíssima de Dandieu, “a sociedade dos corpos sem alma é idêntica à das almas sem corpos”.

A revolução verdadeira é esta, espiritual e moral, mudança radical de atitude interior em face da vida, uma profunda e completa revisão de valores e a restauração no justo primado dos valores essenciais da vida.

“Uma revolução é, ao mesmo tempo, uma mudança, uma reação e uma conversação — diz Daniel-Rops —; ela é também e mais do que tudo uma ruptura interior com todas as

cumplicidades que a desordem encontra em nosso débil co-ração; e seu primeiro movimento não é contra as aparências da injustiça nos outros, mas contra si mesmo”.

Esta revolução construtiva criará uma civilização, uma ordem nova na qual será dada a primazia à pessoa humana e terá vida e expansão reais o homem – não o indivíduo esquemático da burguesia. Mas o homem concreto, no seu meio natural – natal, familiar, profissional.

Essas noções, como ainda muitas outras – a condenação do capitalismo e do produtivismo modernos, da democracia formal, do parlamentarismo abstrato, do imperialismo econômico e nacionalista, do pacifismo amorfo e internacionalista –, deixam evidente uma adesão aos princípios essenciais eternos no cristianismo.

Tal adesão, no entanto, entre os movimentos moços atuais, não se faz apenas conscientemente, porém implicitamente, tacitamente, mesmo entre os que julgam combatê-lo, mesmo entre os comunistas.

Já afirmei certa vez que há uma palpitação evangélica em muita afirmação comunista. Um escritor, moço de Espanha, José Bergamín, disse a mesma ideia com outras palavras, vislumbrando a base de cristianismo que há no comunismo de André Gide. É que, no baixo fundo invisível dessas atitudes religiosamente comunistas, late um mesmo afã de comunhões evangélicas... porque as suas raízes se hão nutrido de muitas verdades em certo modo Galiléas...

Os extremos se tocam nessa hora angustiosa de pesquisa do homem novo. É que a verdade é uma, embora por caminhos diversos seja possível encontrá-la.

Esse anelo, a obtenção do homem novo, afirma ainda Bergamín, sejam quais forem as precisões técnicas de laboratório revolucionário que se empregarem para isto, é um fato que se pode chamar de

religioso. Trata-se, para Gide, de ajudar a este homem novo para que se desfaça de seus obstáculos opressores, de suas lutas, de suas falsas aparências, trata-se de ajudar-lhe na sua formação e a que se debuxe a si mesmo.

Ensinar ao homem novo que seja, que se debuxe a si mesmo, comenta Bergamín, é já debuxar-se a si mesmo. E o que se debuxa a si mesmo, sem ver, é já um homem novo. Pois o homem, quando é homem, sempre é novo. E que o homem seja sempre novo é uma das primeiras verdades do cristianismo. Do cristianismo não histórico, nem evolutivo: do cristianismo revolucionário permanente. O cristianismo nos diz do homem que pode renovar-se sempre, fazendo-se de novo.

É essa novidade eterna que dá a eterna atualidade e presença, em todas as épocas, às grandes figuras cristãs. É também essa perpétua novidade que dá a eterna atualidade do cristianismo, em todos os tempos, colocando-o no baixo fundo inconsciente de toda a história, o que faz que volte sempre à superfície, quando esquecida, essa “coisa eterna”, a que se referia Chesterton.

O cristianismo está implícito em muita afirmativa comunista, senão do comunismo prático, técnico, ao menos do comunismo ideológico, a despeito de sua aparente oposição.

Além dessa fé no homem novo – fé e, portanto, como diz ainda Bergamín, esperança, que em si mesma considerada é uma atitude religiosa e não pode se diferenciar em nada, essencialmente, de uma fé religiosa, enquanto a atitude vital –, pode apontar-se ainda aquele anseio de uma comunhão humana, que a sociedade capitalista não favorece, e de cuja necessidade bem patenteia a obra extraordinária do grande romancista comunista André Malraux.

O comunismo é um fenômeno estritamente religioso, e, já o provou Berdyaev, por esta razão é que ele combate a religião cristã. Religioso

na fé, num homem novo, religioso na necessidade da comunhão humana, religioso na confiança mística no proletariado, religioso no ardor até ao sacrifício na realização do plano quinquenal, religioso na fé de sua missão histórica...

Tudo isto é o que há de menos materialista, se bem que na exterioridade seja este o rótulo do regime e de fato o é no fim a que ele tende. As realidades humanas opõem sempre suas resistências insuperáveis a toda ordem imposta por um legalismo artificial e despótico. O homem, a pessoa, centro irredutível de não conformismo, foge a toda imposição dos determinismos materialistas. Haja vista agora, na Rússia fordiana, a grande novidade que a imprensa comunista proclamou, aos quatro cantos do mundo – o Stakhanovismo – é um sistema de trabalho que refoge inteiramente aos cânones marxistas, estabelecendo um móvel moral no trabalho e um senso da qualidade, se bem que deturpados pela filosofia oficial.

É preciso encarar o fenómeno comunista com espírito compreensivo, e não somente combatê-lo sistematicamente.

Não há pureza no materialismo comunista. O único sistema materialista verdadeiramente puro é o burguês. O cristianismo deve ser mais inimigo da burguesia do que o comunismo. Ou, antes, para combater o comunismo – e somente ele o pode fazer porque somente ele possui uma doutrina completa e uma concepção totalitária da vida –, para combater o comunismo, o cristianismo deve ser contra a burguesia, em todas as suas formas e máscaras, da boemia ou da irreverência, da desmoralização e da dissolução, do laicismo racionalista e do moralismo legal, do capitalismo escravizante e do produtivismo louco, do pietismo e do devotismo piegas, do farisaísmo hipócrita e do conformismo anemiante de toda a variada fisionomia da burguesia. Mesmo porque o comunismo doutrinário é filho da burguesia. Lenine e Marx são netos de Descartes.

A burguesia é o verdadeiro inimigo do cristianismo, desde o seu nascimento. Apropriando-se do cristianismo, a burguesia tirou-lhe, para seu uso, o caráter revolucionário permanente e deformou-lhe completamente a feição primitiva. Um burguês, um conservador, é mais estranho a um cristão do que um adversário!

O processo do cristianismo burguês tem sido feito e refeito. Mas este processo não se dirige ao cristianismo como tal, porém aos cristãos, que traíram a sua missão. Berdyaev o provou exuberantemente, o cristianismo não sofre na sua verdade, nem tem culpa da traição histórica dos cristãos. A dignidade do Cristianismo não fica diminuída por causa da indignidade dos cristãos.

O trabalho dos cristãos, conscientes ou inconscientes, nesta hora, é um esforço heroico de ruptura para desembaraçar o cristianismo de todos os compromissos exteriores e interiores com o mundo moderno. Diz Maritain que há sem dúvida, entre os cristãos, uma necessidade divina de ruptura, não com o mundo, senão com as velhas escravidões do mundo.

É por isso que, para um cristão, de nada vale a revolução exterior sem a revolução interior.

A palavra cabe aos homens de boa vontade contra os fariseus, para praticar as dessolidarizações necessárias, para proceder à restauração do primado do espiritual, que a burguesia materialista sacrificou. Os que acreditamos na liberdade humana contra o materialismo histórico exigimos do homem essa missão heroica de executar a ordem odiosa, efetuando a limpeza das realidades essenciais, eternas.

É preciso desligar o cristianismo das formas da conversação e da reação. O cristianismo é a verdadeira revolução, porque é a revolução permanente. Dizia Clemenceau que não há revolução como a dos cristãos quando começam a viver seu cristianismo. Não sei como se pode falar em reação e contrarrevolução a respeito do cristianismo.

Reação e conservação são duas atitudes virtualmente burguesas. Foram o espírito de segurança, de horror à mudança e às formas novas, o apego à ordem estabelecida, mesmo que ela seja a desordem, o amor da tranquilidade e do conforto, qualidades burguesas, que impuseram ao cristianismo essa máscara absolutamente incompatível com sua essência verdadeira. Máscara de hábito, rotina e conformismo, quando justamente o contrário disso é o seu ensinamento e é a mensagem extraordinária da loucura evangélica.

Tivemos, no começo do século, em França, dois grandes escritores, duas grandes figuras humanas e cristãs – Charles Péguy e Léon Bloy, aos quais foi encarregada a missão de dar o primeiro grito contra esse disfarce burguês do cristianismo.

Péguy a exerceu toda sua vida, que foi o protesto encarnado contra a ordem burguesa. Péguy viveu o protesto, a recusa do mundo moderno.

Esta é a missão do escritor atual, decorrente do ensinamento de Péguy. Missão de fidelidade, de testemunho, de presença. Fidelidade à ordem espiritual eterna da vida. Testemunho de protesto e de cólera diante da injustiça e da dor. Presença no mundo, com sua voz discordante e não conformista.

Há valores eternos e realidades essenciais. Acreditamos firmemente neles. Para empregar uma bela expressão de Emmanuel Mounier, acreditamos nesse filete sólido de luz estendido por sobre os tempos e os lugares. É ele que esclarece a cada momento o plano da história. Ele é espírito. E o espírito é que conduz o mundo, como diz ainda Mounier, mesmo por seus abandonos, pois, causa de toda ordem e de toda desordem, ele o é por suas iniciativas ou suas demissões.

É mister retomar esse filete. Mas é necessário, antes de tudo, não confundir fidelidade ao eterno e conservantismo.

Este é uma escola de rotina e hábito. Aquela é uma exigência revolucionária. Exigência heroica. Desse heroísmo cotidiano, de resistência ao mal, que é o drama essencial da vida, como o exprimiu admiravelmente Daniel-Rops, esse escritor moço que é, a meu ver, o primeiro dentre todos os jovens revolucionários da França, o que já está completamente divorciado do mundo antigo, o que dá a impressão de já estar situado em plena revolução, isto é, em pleno mundo novo, o mais puro, o mais novo.

A propósito da *Vida de Jesus* de François Mauriac, escrevi que a mensagem da vida de Cristo, a mensagem do cristianismo é uma mensagem extremista como nenhuma outra. Extremismo do perdão, extremismo do amor. Não sei se haverá maior violência do que a cristã.

A vida de Cristo encerra um sentido altamente revolucionário, que escandalizou aqueles conservadores e reacionários de seu tempo, como ainda hoje é incompreensível aos do nosso tempo. Ela irrita ao homem convencional satisfeito, empanturrado de preconceitos hipócritas, trabalhador da primeira hora.

Mas então, escolher precisamente a mulher suja da raça inimiga para revelar seu segredo! Então, absolver os pecadores! Correr atrás da ovelha desgarrada, quando todo o rebanho aí ficou! Não esconder uma preferência simpática aos pobres, infelizes, pecadores! Receber o filho que se foi, quando aqui está o fiel, e ainda reprovar o seu ciúme! Exigir um amai-vos uns aos outros impossível, porque em 20 séculos, jamais os homens o praticaram! Ter sempre na ponta da língua aquela palavra incrível – teus pecados estão perdoados! Advogar uma vil pecadora, pegada em flagrante adultério, e com ela confundir aos doutores, filósofos, gente bem pensante e virtuosa! Perdoar toda uma vida de crimes, do alto de uma cruz a um simples movimento de amor!

Tudo isto é do mais puro extremismo, porque é contra a natureza humana. Aliás, nessa luta contra si mesmo, porque a vida verdadeira é interior, é que está o essencial do cristianismo. O drama se passa dentro de nós, como diz Mauriac, entre nosso desejo mais recôndito e este Filho do Homem que se dissimula no secreto dos corações.

A sua preferência para os pecadores é explicável porque são os pecadores que mais renunciam, renunciam a si mesmo, a seu passado. E não existe maior heroísmo do que este de renunciar a si mesmo.

Mauriac dedica-se a um trabalho árduo, lavando da camada de ferrugem acumulada em dezenove séculos, limpando da “crosta do lodo entretida pelo hábito” as palavras de Cristo, e no-las mostra com toda a violência inicial, toda a aspereza, todo o sentido primeiro, todo o imprevisto, sua temeridade e não conformismo, sua dureza metálica, sua limpidez, sua novidade e, pois, sua eternidade.

O Cristo foi um magnífico reformador, e sua obra mudou a face da terra e a fisionomia da história. A mensagem cristã é eminentemente revolucionária.

A burguesia, utilizando-se do cristianismo, enfraqueceu a revolta evangélica e esqueceu que existe uma violência cristã. Já o disse Claudel, que o sal dos evangelhos a burguesia católica procura substituir por açúcar.

Mauriac limpa a figura do Cristo daquele caráter de suavidade plácida que lhe emprestou a burguesia. O Jesus que ele pinta não é o Jesus que se representa a burguesia, criatura artificial, adocicada, levando uma vida calma, sem reações e acabando romanticamente pregado numa cruz.

É um Jesus essencialmente antiburguês, porque é o Jesus vivo e verdadeiro dos Evangelhos. É um Jesus não conformista, que exige dos seus discípulos, como de seus fiéis o mesmo revolucionarismo. Revolução permanente.

Há uma necessidade urgente de reivindicações das eternas verdades cristãs e humanas. A burguesia tudo contaminou e tudo perverteu. Do Estado à família. Da vida pública à maior intimidade. A vida pessoal e a comunidade. Valores humanos e divinos. Da ordem natural e humana, fez a desordem coletiva e legalizada. Um mundo perdido. Uma civilização que se finda.

Não há salvação para o homem fora de uma nova civilização cristã, de uma nova cristandade. Mas o farisaísmo burguês se desenvolveu a tal ponto, que o próprio cristianismo foi contaminado. Mister se faz, por isto, retomar o fio na origem, reconstruir o edifício desde a base.

Há todo um montão de traições e mal entendidos a desfazer. Em nome do cristianismo, se praticam os maiores crimes, ainda agora. Lança-se mão dele para argumentar em favor da causa da injustiça e da opressão, dos interesses de classe, de partido e de ordem. Há uma espessa camada de confusões e hábito, entretidos pela hipocrisia burguesa, em favor de seus preconceitos.

Valores humanos essenciais foram desfigurados; da propriedade, se fez a odiosa propriedade capitalista; desenvolveu-se um egoísmo familiar o contrário daquela realidade simples de amor que é a família; o sentimento de pátria carnal deu lugar ao nacionalismo imperialista e guerreiro; o sentimento religioso foi substituído por um devotismo e pietismo hipócrita e supersticioso. É um triste espetáculo este de uma civilização inumana e escravizadora que substituiu a Caridade cristã por um filantropismo farisaico, escandaloso, corroe as raízes da Fé, trocando-a por uma confiança num cientificismo eugênico e biológico, e cortou as antenas da Esperança, deixando em seu lugar a desilusão e o senso do acabado, do terminado, do fim.

Disse no princípio que os burgueses eram os únicos materialistas puros. Antes de mais, quero insistir sobre uma distinção necessária.

Refiro-me à burguesia como valor e não como classe. Não há classes boas nem más, porém maus valores e bons valores.

Pode-se pertencer à burguesia, sem possuir espírito burguês. Como se pode ser proletário e ter espírito burguês.

A burguesia é que é materialista pura.

Desde a sua imagem do homem, como já disse, o indivíduo, imagem materialista, dissolução da pessoa na matéria. Não posso aqui estender-me nessa diferença entre pessoas e indivíduo, porque iríamos longe.

Pode-se apreciar muito bem este processo de dissolução do homem, que terminou a burguesia, na literatura contemporânea. A literatura é a expressão do homem, e não da sociedade, do meio, da raça, ou das forças econômicas como querem os deterministas das várias escolas, burgueses ou comunistas. Pois bem, o homem que vive nas grandes obras literárias da época, de Proust, de Pirandello, de Gide, e muitos e muitos outros, é o homem dissociado. É a falência do ser que elas exprimem.

O mundo da burguesia é o mundo da quantidade. Encarando tudo quantitativamente, ele oferece a todos os problemas soluções quantitativas.

É o caso da redução progressiva das horas de trabalho. Solução quantitativa. É o caso da legalização do aborto, do anticoncepcionismo, do divórcio. Soluções materialistas. Se existe de fato essa tendência moderna a abortar, legalize-se o aborto para evitar o aborto clandestino, de consequências desastrosas. Há dificuldade para as famílias pobres na educação de prole numerosa, legalize-se o anticoncepcionismo, como recurso econômico. Institua-se o divórcio para remediar os dramas de casamentos infelizes.

Soluções fáceis, ao sabor de penas inconscientes e ignorantes, ao sabor do momento de degradação.

Soluções unilaterais, superficiais, que não atentam na causa profunda de todas estas desordens, não podem ver que estes problemas

nada têm de econômicos, sociais ou científicos, porém, ao contrário, são de ordem metafísica.

Tudo decorre dessa crise do homem que é a crise de nossa civilização. Todas as soluções exteriores, novos sistemas de governo, organizações sociais mais perfeitas, soluções econômicas avançadas, tudo vai de encontro a esse rochedo — um homem falido.

Não é em vão que as gerações do momento possuem aquele senso do acabado e pensam que são as últimas. *Après moi le déluge...*

Que importa venham ou não outros depois? Que importa se extermine a espécie! É o suicídio coletivo.

É materialista ademais, a burguesia, pelo seu entranhado apego ao dinheiro e ao sexo. Ainda aqui, é suficiente lembrar que o homem que ela instituiu como tipo é o homem do dinheiro, todos os bens são reduzidos ao valor dinheiro, e é na proporção da maior ou menor quantidade possuída que reside a correspondente respeitabilidade. Dinheiro resume tudo, e diante dele cedem lugar todos os valores humanos, da bondade, da inteligência, do caráter...

Mas, para tornar mais vivo o quadro, basta dizer que foi a burguesia quem criou esse capitalismo deprimente e escravizador.



Por isto, e por muito mais que não disse, é dever do cristianismo desembaraçar-se de todos os compromissos e ligações que a burguesia manteve com ele, de todas as confusões que ela, cinicamente, procura estabelecer em próprio proveito.

Só os burgueses, crentes ou ateus, mas burgueses, já o disse, veem no cristianismo uma oportunidade para a calma, a paz, o conforto, a serenidade imperturbável, o conformismo. Ou então a má fé e a ignorância.

E são justamente estas duas últimas que se referem a qualquer assunto religioso, mesmo de fundo filosófico, dizendo orgulhosamente – é negócio de padre. Para eles, não há filosofia de religião, não há seriedade nestes estudos. É tudo negócio de padre.

No entanto, já se foi o tempo em que se considerava o ateísmo e o livre-pensadorismo uma atitude de libertação e um atributo de maturidade do espírito. Repito, agora, à mocidade presente, não envergonha nem confunde, para falar com Péguy, os sorrisos de qualquer Anatole France.

Mas, para que não subsista dúvida às minhas palavras, quero deixar bem patente que esse trabalho contra uma civilização inumana, em favor de uma ordem cristã, de modo nenhum quer dizer a aceitação de clericalismo ou política clerical. Etienne Gilson, o grande filósofo católico, pôs a questão nos devidos termos. Há dois males fundamentais, contra os quais há que lutar sempre, em favor de uma ordem espiritual: o laicismo e o clericalismo; o laicismo – “exorbitância totalitarista da laicidade, isto é, utilização da origem temporal para a perseguição dos fins espirituais, até que a ordem espiritual mesma seja absorvida nele”; o clericalismo – “utilização da ordem espiritual com vistas a fins temporais, exploração da ordem temporal, sob a capa da religião”. Gilson pensa que, entre o laicismo e o clericalismo – uma das piores corrupções que ameaçam o dogma católico –, não duvida em apontar o último como seu pior inimigo.



Não se trata, pois, de outra coisa além da instituição de uma civilização de fundo cristão.

Antes, porém, cumpre aos cristãos fazerem a separação entre o espiritual e o reacionário, entre os valores eternos e o conservadorismo.

Ruptura entre a ordem cristã e a desordem estabelecida, dizem os revolucionários franceses. Volta aos valores essenciais do cristianismo.

Retirar ao mundo burguês o direito de defesa dessas realidades fundamentais – a família, a criança, a propriedade. Denunciar sua proteção hipócrita dos pobres.

Uma purificação do cristianismo se impõe. Ela já está sendo praticada na Rússia, no México e quiçá na Espanha, pelo sofrimento e pela perseguição. Que ele triunfará de todas essas vicissitudes é certo, que já triunfou uma vez. Delas, sairá purificado. Disse Keyserling que o renascimento religioso virá da Rússia.

Aliás, o seu maior triunfo não foi contra os perseguidores, mas contra si mesmo, através da história. Conta Bocaccio – é Berdyaev quem cita esta passagem – que certo cristão tentava converter um amigo judeu. Este, para melhor firmar as convicções, desejou ir a Roma, ao que se opôs terminantemente o cristão, receoso de que os espetáculos de degradação da Roma da época tornassem vãos os seus esforços até então. A despeito disto, o israelita partiu e constatou a hipocrisia, a depravação, a corrupção que reinavam na corte papal e no clero. A seu regresso, o cristão inquieto ficou surpreendido com a resposta do judeu: “Se a fé cristã havia podido resistir a todos os escândalos e abominações que vira em Roma, e apesar de tudo estava fortalecida, devia ser esta a verdadeira”; e se converteu.

Ainda agora, é contra si mesmo a luta maior.

É retomar, contra todo o enfraquecimento e o farisaísmo contemporâneo, o sentido inicial de sua mensagem, que é altamente revolucionária.

Nesse trabalho de heroísmo, devem-se empenhar todos os espíritos que o conformismo burguês não desregulou por completo e não falseou, a ponto de torná-los definitivamente surdos às evidências mais gritantes, mais brutais, mais imediatas. Todos os homens que

não se limitam a ver a chaga social, apenas quando ela lhe bate as portas.

É trabalho de mocidade, isto é, de pureza interior, de generosidade. Sempre foi a mocidade – a perpétua renovação – que resguardou as verdades eternas.

É trabalho de revolução, isto é, de vida, que é, para o cristão, uma revolução permanente.

Por toda a parte, em aguda fermentação, esse trabalho já se está processando. Há uma corrente de pensamento, em todo o mundo, orientando-se em sentido idêntico, procurando restabelecer o primado do espiritual. Mas essa primazia do espiritual é justamente o contrário do idealismo burguês. Ela não quer dizer esquecimento do “praticamente prático”, na excelente expressão de Maritain, ela não esquece o homem. Os cristãos não têm, como os burgueses, a mania de viver à parte. Há uma ordem espiritual cristã, como há uma ordem temporal cristã. Há uma política cristã paralela à filosofia cristã.

É sobre esta base que se está procurando construir o edifício da nova cristandade.

A nova civilização será a encarnação de um novo tipo de homem. O homem novo nascerá de uma filosofia nova, de uma nova concepção da vida.

Esta nova sabedoria já está surgindo. Todos os valores humanos, todos os problemas serão revistos e renovados: família, propriedade, profissão, trabalho, artes, letras, política, economia... Serão encarados por uma outra maneira.

É um prazer extraordinário entreter-se com essa criatura que se esforça por nascer, em meio aos cataclismos universais.

☞ Dia Pan-americano (1936)

PELA PAZ E AMIZADE CONTINENTAIS

Neste discurso, o Professor Afrânio Coutinho defende a ideia de “unidade na diversidade” tão cara aos estudiosos de “nossa América”, como disse José Martí. O Professor Afrânio afirma que “somente reforçando-se, cultivando-se e respeitando-se os particularismos, é que se elevarão os homens em comunidades supranacionais”, ou seja, somente conhecendo e respeitando o regional se pode alcançar o universal sem que haja imposição nenhuma entre os povos. Para ele, somente a educação pode proporcionar um caminho possível para “a implantação da nova ordem revolucionária no mundo”.

Certo extraordinário humorista espanhol disse uma vez esta coisa estupenda: que um homem com uma muleta na mão diante de um touro não é um problema: é uma atrocidade.

Esta situação verdadeiramente crítica é semelhante à que, em hora má, aprouve-lhe à exma. diretora desta casa colocar-me. Perplexo, suspenso entre dois abismos, o de tornar-me indelicado – desobedecendo, o de me perder – arriscando-me, minha situação é singularmente atroz.

Foi uma atrocidade o encargo, dada a muleta de que disponho, em face de um tema de responsabilidade e alcance educativo.



COMEMORAR O DIA PAN-AMERICANO

Deixa-me que diga sem rebuscos: sou contra toda sorte de internacionalismos, venham eles de Genebra ou de Moscou. É indiferente a origem, pois todos eles se pautam pelo mesmo despautério.

Não irei daqui debater essa questão: o internacionalismo – liberal ou comunista – tem diferenças apenas de rótulo. Na essência, revelam identidade absoluta, completa. A sua origem é num tronco comum, de natureza bem definida. Haja vista a sua união política – pelos órgãos representativos – Sociedade das Nações e Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, da qual o pacto recente franco-russo não é senão um dos aspectos. A política é a forma exterior de organização humana. Não haveria união política, se não estivessem bem acordes as ordens interiores. Não haja dúvidas: Litvinoff e Briand – são expressões de um mesmo estado psicológico.

São expressões de um mesmo processo orgânico: um processo de demissão do homem: de demissão da realidade humana, de renúncia às realidades essenciais da vida, pois renunciando-se à realidade – pátria – renuncia-se automaticamente, insensivelmente às outras realidades vitais – família, profissão, propriedade... É a *débâcle*, é a dissolução interior, é a descaracterização, é a quebra de vitalidade, da capacidade interior, é a perda do sentido da vida humana.

Foi este, aliás, o trabalho que veio realizando, aos poucos, até nós, o liberalismo burguês, ao qual daria a última demão o internacionalismo marxista.

Não é, não pode ser este o verdadeiro sentido do universal, da comunidade humana. Não é na renúncia às formas particulares da vida que se alcançam as universais. Muito ao contrário. Já o disse, em conceito para antologia, o grande escritor contemporâneo, o Goethe

do nosso tempo – André Gide: a Universalidade só se alcança pelo particularizado – o mais singular e indefinível. Somente sendo o mais singular possível, é que cada um serve melhor à comunidade. Ao particularizar-se, foi quando os maiores criadores literários da humanidade – Shakespeare, Cervantes, Gogol, Rabelais – alcançaram uma comum humanidade profunda.

Nada mais verdadeiro. E não será pois, abrindo mão da ideia de pátria, que se tornarão os homens mais amigos e se unirão ao nível do universal. Ao invés somente reforçando-se, cultivando-se e respeitando-se os particularismos, é que se elevarão os homens em comunidades supranacionais.



O epicurismo egoísta dos internacionalismos ensina um meio artificial e abstrato – por isto improdutivo – diante do eterno fantasma da guerra: a fuga, a demissão em face do perigo. Não escutes o tambor longínquo – disse o poeta. O medo, o terror da situação faz que procuremos não reparar nela, para que possamos atravessá-la. Mas isto não é a vida, é passear em branca nuvem. A paz é uma luta, uma vitória, de certo, para quem encara a vida espiritualmente, mais violenta do que a guerra.

É uma vontade, uma afirmação.

Por isto, não se deve fingir que não se ouve o tambor distante. Não correr dos toques de clarim. Porém, procurar opor-lhes uma firme decisão, voluntária, enérgica, de paz, e consequentemente de justiça.

A guerra é um desespero. Desespero de quem não pode viver na paz, porque a paz lhe pesa, lhe é enfadonha, não tem sentido. Quando a paz é uma escravidão, então a guerra é a válvula de

escapamento. Quando a paz não é ação viva, livre, fecunda, revolucionária do espírito humano, então, a guerra se afirma em toda sua negatividade, sua barbaria, sua ação destruidora. Não há, pois, guerras justas, nem guerras colonizadoras... Toda guerra é a negação da vida. Da vida que é a paz, vontade criadora de valores sempre e sempre renovados.

Porém, a vida deve afirmar-se em face de guerra e não demitir-se: por uma voluntária, revolucionária, violenta afirmação de paz, e não por uma abstrata e falsa fuga e renúncia.

Aos povos fortes — cuja vida tem sentido, isto é, cuja vida pacífica não se fundamenta somente na matéria, mas é uma luta perene, uma renovação incessante e uma criação ininterrupta —, a guerra é de todo inútil e mesmo prejudicial. Só os povos débeis, que não tiveram capacidade interior para imprimir direção à sua vida, encontram no furor belicoso a expressão de seu desorientado mundo.



É por isto que o dever histórico das gerações novas americanas não deve ser o idealismo oco dos apóstolos genebrinos, mas a firme aceitação do fato bruto para a consequente e convincente resposta. Não devem eles fugir aterrorizados à guerra. Mas estudar o meio de impor-lhe a paz. E este meio é a ascensão consciente à altura de uma vida forte, de afirmação, de luta, e não a aceitação miserável de um destino qualquer.



É o que deve visar seguramente esta ideia de dedicar-se um dia para a comemoração escolar da amizade interamericana.

E, já que estamos em ambiente escolar, não será mal que se insista sobre qual deverá ser o verdadeiro sentido da ação educativa para o desenvolvimento da tão almejada solidariedade americana.

A ação não deve limitar-se aos floreios românticos tão do gosto da nossa gente. Deve ser uma voluntária afirmativa de orientação humanística.

O humanismo está na ordem do dia, com os dois magistrais discursos de Francisco Campos e Afonso Pena Junior. Sinto-me à vontade em referir-me a eles, pois enorme foi a satisfação que experimentei à sua leitura, tal a correspondência neles encontrada com as ideias por que me venho há tempos batendo.

É no humanismo bem compreendido que encontraremos a atmosfera na qual mediará o verdadeiro sentimento de solidariedade e respeito humanos.

Pois — como muito bem mostrou Francisco Campos, com o felicíssimo poder de síntese que o caracteriza — o humanismo não é o cosmopolitismo vago, o vago diletantismo que leva o homem moderno a passear por todas as ideias sem se prender a nenhuma e levado apenas por uma curiosidade malsã e por um gosto doentio de acumulação numérica e indigesta de noções.

O humanismo não é a negação do humano. Ao contrário, é a integração no verdadeiro sentido do humano. Humanismo não é apenas curiosidade, informação, conhecimento, erudição, diz o nosso humanista.

E acrescenta: Humanista não é o ser que passeia no Universo com ar de quem procura o que não deseja encontrar. E sobretudo isto:

“O humanista tem a sua casa e a pátria, os seus vínculos de sangue, de afeto, e de espírito, o seu canto de terra e as suas árvores, o amor das coisas domésticas e próximas, somente

por intermédio de cuja presença se torna possível ao homem compreender, sentir e amar o Universal”.

É este humanismo que torna o homem verdadeiramente humano. É amando e cultivando a sua gleba, o seu canto de terra humilde, que ele compreenderá o amor que o seu vizinho dedica à sua, dele, e permitirá que a cultura também.

Aí, está, pois, nesse desenvolvimento da cultura – que não é nem o diletantismo vadio, nem o especialismo limitado, nem o cientismo presunçoso, mas o enriquecimento das almas pela sabedoria, a integração do homem, a síntese totalizadora de todas as noções, vivificada em permanente contato com as mais vivas realidades, humanismo em suma –, que está a solução dos nossos problemas.

É esse humanismo que elevará o nível vital dos brasileiros. Torna-los-á mais brasileiros. Torna-los-á mais americanos. Torna-los-á mais humanos.

Não é, pois, num falso internacionalismo americano, falso porque abstrato e nivelador, mas num humanismo brasileiro e americano, que respeita, e mais do que isto, cultiva os particularismos regionais e tradicionais, das terras e das gentes, que reside o segredo da maior comunidade humana.

E é bem que se digam estas coisas em ambiente escolar, porque é da educação que esperam – os que ainda não perderam a fé – a implantação da nova ordem revolucionária no mundo. A educação é, para a humanidade, nesta aguda encruzilhada de sua vida, como aquela pequena luz, que, no canto de Perrault, orientava as criaturas no bosque...

❧ Saudação a Renato Almeida em Nome de um Grupo de Intelectuais Baianos (1936)

Mais uma vez o discurso laudatório a um Mestre é transformado por Afrânio Coutinho que, aproveitando o momento propício, não apenas saudava brilhantemente o amigo, como também mostra, de maneira enfática, a necessidade urgente de que o literato abandone sua “torre de marfim”, passando de espectador a personagem principal. Para Afrânio, a formação de uma elite pensante era fundamental na construção de um Brasil realmente brasileiro, que se olhasse e se valorizasse. Exatamente esse ponto é que vai destacar ao falar de Renato Almeida, a quem chama de um dos “campeões da renovação estética, contra o academicismo e a retórica” que, conforme assevera, “eram as pragas que asfixiam a nossa arte no nascedouro”.

Você procurou, logo à chegada, pelos moços, dos quais, meço também, dessa mocidade eterna do espírito e do coração, você se fez na vida o arauto e companheiro.

Muitos dos quais você já conhecia, eis aqui alguns, que, se não são todos representativos, têm no entanto um vínculo a uni-los – a mesma fé no primado do espírito.

Quis esse grupo de amigos, seus como sei que são meus, qual lhe falasse, em seu nome, nessa festa que lhe oferecem, alguém que não

fosse literato nem orador. Pretenderam destarte realizar essa coisa incrível – uma festa baiana sem oratória enfática – e evitar esse vício tão literário das igrejinhas. Por isso, eu fui escolhido. Tão somente.

E por isto você vê aqui, também, rapazes de outras profissões. É que se desejou emprestar à festa um mais amplo caráter de intelectualidade, para patentear destarte o desprezo em que se tem o velho preconceito de intelectual segregado da sociedade, encerrado na sua torre de marfim, literato puro, limitado exclusivamente à sua arte. Não são possíveis mais no nosso tempo de grandes reformas o diletantismo literário e o estetismo puro, as abstrações inúteis, a fuga da realidade.

As realidades são maiores, mais prementes e mais duras no nosso tempo. É impossível a posição espetacular que propugna o famoso autor de *La Trahison des Eleres*. Não teria sido o egoísmo dessa atitude de esplêndido isolamento, e contemplação imóvel e muda, o responsável por grande número de males e ameaças por que passa o espírito?

Recusam-se os seus amigos a viver uma simples e fácil posição de espectadores, preferem uma existência patética e perigosa, querem participar diretamente dos riscos fecundos.

Repugna-lhes essa posição entre o pensamento e a vida. Como tirar ao espírito as suas obrigações maiores, senão incorrendo em sua demissão e conseqüentemente nessa rebelião das massas, que é o mal característico do nosso tempo?

O mundo novo que nasce, só o homem novo o pode compreender. Por isso, ele sente-se atraído a entrar *dans la mêlée*.

O intelectual – clérigo do espírito – não se pode furtar a intervir na ação, contanto que limite a sua atividade ao círculo da função vital que representa e se contente com a contribuição que oferecem as suas condições naturais de trabalho.

Contanto que não aspire a uma ação outra que intelectual.

Já vai longe a ideia da gratuidade. Nenhuma obra existe que não contenha uma mensagem, nenhuma linha que não seja tendenciosa. Expressão da sensibilidade da sua época os escritores, por sua vez, influenciam sobre ela. Já se tem feito notar, regulando as relações entre o escritor e o público, este encadeamento de ação e reação. Assim, de Bourget, romancista de tese, até esse diabólico Lawrence, que confesadamente escrevia para mudar os ingleses, e, dos “gratuitos” até os nossos modernos romancistas revolucionários, todos mais ou menos procuram deixar o traço de uma ação qualquer.

Essa nova geração intelectual do Brasil — geração grave — nasceu numa época beligerante. Considerando o espetáculo de um mundo em fase de transição e de um Brasil, que ainda não é o Brasil, convenceu-se da necessidade da sua contribuição direta. Solicitada por todos os lados, vê que não é possível ficar limitada a este ou aquele setor do espírito, mas tem de abranger horizontes amplos numa ação total, sintetizadora. Que adiantará construir a Literatura Brasileira, quando o Brasil ainda não existe? Ela virá depois, decorrência inevitável, e não prematuramente, de modo artificial, sem raízes profundas.

O que ela quer, o que desejamos os seus amigos, é o aperfeiçoamento da vida espiritual e uma concepção da vida, que dê lugar a atitudes nobres e autênticas. E só um conceito, geral, só uma visão larga, só a cultura nos dará. Só ela fará de nós **homens**, que é o de que carece o Brasil. Somente por meio dela, teremos formadas essas elites da inteligência, esses grupos votados do sacrifício, que, tendo por função primordial servir, pela imprensa, a cátedra, o livro, procurará melhorar o meio e construir o Brasil.

E, no entanto, apesar de toda a nossa vontade, de todo o nosso apetite de viver e de toda a nossa energia íntima, quando olhamos para nós mesmos, quanto praticamos o nosso exame de consciência, a ver se estamos aptos a arcar com a tarefa, ficamos arrependidos de ter

pensado no assunto, tal as nossas precárias condições, tal a situação de caos intelectual e moral em que estamos.

Ao apelo angustioso da Pátria a nós, como sendo suas fontes mais puras e suas forças mais viris, responde outro grito de angústia, impotente, incolor!

Impossibilitados de sair do desarvoramento, das flutuações permanentes, das hesitações angustiosas, das constantes contradições e incoerências, da perpétua inquietude em suma, nós nos queixamos amargamente das gerações que não tiveram para conosco as menores atenções, deixando-nos nascer sozinhos, num deserto, decapitados.

Quem nos auxilia a pensar nas nossas questões íntimas? Que vemos de experiências herdadas que nos ensinem e nos deem tranquilidade à alma? Que diretores espirituais e que doutrinas nos deram!...

Na ânsia de resolver o problema do nosso destino, uma alternativa surge diante de nós: ou deixar-nos permanecer flutuando à mercê dos acontecimentos ou procurar em nós mesmos, já que não nos indicaram os que se fizeram os nossos mestres, os elementos necessários para a sua construção.

Estamos cansados de vagar na terra. Onde o porto? Onde a estrada firme que nos conduza à nossa plena realização?

Renato.

Os seus amigos compreendem bem a sua atitude intelectual, que é das mais nobres. Soube você, em um meio em que os falsos valores são endeusados, impor-se por uma atividade espiritual fecunda, alimentada de cultura completa. Discípulo do grande Graça Aranha, você se fez um dos campeões da renovação estética, contra o academismo e a retórica, essas pragas que asfixiam a nossa arte no nascedouro. Na nossa época de renovação, é preciso ser novo ou morrer.

Não pode haver ensinamento mais profícuo para nós, para a nossa vida, do que o seu de comentar à nossa intenção a lição de Goethe, desse Goethe eterno, cuja obra e vida, no dizer de Casseus não são mais do que uma meditação da vida, a meditação mais longa, mais profunda, mais ativa, mais vivida, que a vida jamais inspirou a homem vivo. Desse Goethe, a cujo exemplo será salvo o espírito, no ressurgimento dos eternos valores espirituais, que estão no fio do pensamento das idades e na reconquista do senso perdido das disciplinas profundas.

E, porque assim compreendemos e julgamos a sua obra, aqui estamos, um grupo de moços, a agradecer o muito que tem você feito por nós.

❧ *Discurso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1936)*

Discurso pronunciado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia a 3 de maio de 1936. Afrânio Coutinho diz, neste discurso, que “o dever do homem presente não pode ser outro: trabalhar por todos os meios pela eclosão da nova forma humana que encarnará a civilização futura”. Volta a falar das “torres de marfim”, dos intelectuais e literatos que se davam ao “luxo de pensar por pensar, e não para viver mais profunda e completamente”. Enfatiza, também, que o homem deve fazer a história e não sofrê-la e que, para isso, tornava-se necessário o surgimento do que chamou de “um novo homem”, um novo ser, espiritualmente forte, capaz de produzir um realismo humano, bem diferente do realismo abstrato imposto pela ideologia burguesa. Finalmente, volta a afirmar que o caminho possível para a renovação social que se faz necessária virá a partir de “um programa reeducativo ou educativo”, ou seja, pela educação da humanidade.

Já vai longe a época tranquila em que o intelectual, o escritor não era perturbado na mansão retirada em que se debatia nas mais vertiginosas acrobacias mentais ou conversava intimamente com os deuses da poesia. Até porque, aqueles ideais recantos em que se podia fugir à vida agitada ou aborrecida, aquelas torres de marfim às quais não chegavam os ruídos solicitadores da vida, onde se encastelavam os escritores de outrora, já agora são dificilmente encontrados. Não há na atualidade, não existe nessa tremenda encruzilhada do mundo

nem um cantinho para onde possamos fugir à cata de uma vida mansa, de uma vida sossegada, de uma vida quieta. Não há mais recantos tranquilos no mundo, a não ser os rudes desertos gelados, verde ou arenoso onde não é ainda possível viver a humana criatura. Por toda parte, penetrou a desorganização social. Por toda parte, a desordem é estabelecida. Em todos os meridianos, os homens lutam, em guerra ou em paz, que até já se tornaram sinônimos os termos. Em todos os pontos, se ouve o ribombar dos canhões. Por todos, os toques de clarim. Mas não é somente o fantasma da guerra que domina o momento. Não são apenas os conflitos internacionais, mas também se luta entre irmãos. Ao espectro da guerra, associa-se o não menos terrífico duende da luta civil. Separados pelo antagonismo de classes ou pelas ideologias políticas, conspiram irmãos contra irmãos, assassinam-se mutuamente. Foi-se o respeito pela vida alheia. Perdeu-se o amor pelas próprias coisas, outrora motivo de orgulho coletivo, hoje destruído brutalmente, com toda a força iconoclasta e vandálica, da barbaria. Mas não é só. Não é o só aspecto exterior desta desagregação universal que nos espanta. É também o seu aspecto interior. É a sua feição íntima. É essa feição íntima da vida, na qual está a fonte primeira e verdadeira de tudo. Descalabro moral, intelectual, religioso, social, sem falar na regressão econômica, consequência de tudo e mais. Decididamente, é a vida que está fugindo do mundo moderno, como em tempos remotos ela havia fugido do mundo antigo – greco-romano. Para onde estará ela desertando?

A inquietação é universal. Universal também é a porta dolorosa da qual será a saída para todo esse imenso impasse.

Em meio a essa angústia generalizada, como conservar-se insulado o escritor? Só se lhe arrancassem a poderosa antena do espírito.

Aliás, falso é o conceito que faz do intelectual um ser afastado da vida. O humanismo desse estilo, que encontrou em Erasmo de

Rotterdam e no Goethe olímpico de Weimar os pontos culminantes, não pode ter guarida nessa hora angustiosa em que vivemos. Aquele soberbo isolamento a que se votavam os intelectuais de outrora, isolamento recomendado por Julien Benda, em uma famosa campanha, como o supremo dever dos clérigos que não desejassem trair, não pode ser compreendido pelos moços de agora.

Aquele humanismo era humanismo burguês.

E, como de toda a vida, os humanistas burgueses faziam da cultura erradíssimo conceito.

Partindo do dualismo cartesiano, que rompeu a unidade medieval, a filosofia idealista moderna formou uma cultura ao lado da vida, uma cultura que isola e diverte, uma cultura fictícia, do irreal e do abstrato.

A cultura era deificada. Considerada uma atividade independente de todas as outras, infinitamente superior às atividades práticas, somente ela era digna de respeito e acatamento, todas as outras eram inferiores e desprezíveis.

Mutilava-se destarte o homem; seccionavam-se as ligações entre o espiritual e o homem total. Somente o pensamento puro valia; todos os outros valores e estados de alma, o homem na luta cotidiana pela vida, desprezavam-se.

Eles tinham o luxo de pensar por pensar e não para viver mais profunda e completamente. Neles, a curiosidade de conhecer as coisas era superior à vontade e mesmo à capacidade de vivê-las.

Era o que se dava com Erasmo. Ele pensava como um recurso de fugir à vida, à vida que lhe inspirava um terror extraordinário. Ao contrário de Lutero, que sustentava contra Erasmo as verdadeiras prerrogativas do espírito, não lhe importava a ele impor as suas ideias nem a verdade que possuía. Queria somente que lhe deixassem em paz. Não lhe preocupava a salvação dos homens, porém somente a própria conservação egoísta.

Esses idólatras do espírito abstrato têm horror à vida, recusam-se formalmente a toda aproximação com as realidades vivas e ao mundo dedicam o mais orgulhoso dos desprezos.

Hoje não mais podemos admitir esses homens abstratos, puramente dedicados à atividade intelectual e que não tenham ao mesmo tempo suas raízes bem vivas ligando-os ao solo, à família, à raça, à profissão, que são as realidades essenciais, as fontes últimas da vida, as “coisas humanas” primeiras. É neste realismo humano que se devem firmar os que se opõem ao abstrato idealismo burguês, que iguala o homem a Deus, e não num pretendo realismo da técnica e da ação, um ativismo também abstrato, pois a ação não é, como aquelas realidades vivas, indispensável ou primordial ao homem. Muito ao contrário.

Qui veut faire l'ange, fait la bête. Porque procurou confundir o homem com Deus. O humanismo burguês degradou-o, diminuiu-o, escravizou-o às potências telúricas.

O humanismo novo a nascer não baralha os termos. Dá a César o que lhe cabe, a Deus o que lhe pertence.

O humanismo novo, a nascer com o homem novo que surgirá da fermentação presente, é integral, isto é, deve encarar o homem completo, em todas as suas faculdades, sustentar as prerrogativas do homem que não se limita apenas a pensar, mas vive, tem fome e morre, esse homem integral no dizer de Garrick, com todas as suas aspirações, todas as suas linhas de declive, todas as suas ascensões, todas as suas quedas, todas as suas linhas para cima, o homem no seio das mil influências da terra e do céu, que o modelam e o compõem, e do qual dizia Marx que era rico de todas as necessidades humanas.

Com o debate travado há pouco em torno do humanismo, a propósito dos memoráveis discursos de Francisco Campos e Afonso Pena, na Universidade do Distrito Federal, sentimos como se aclaram

os rumos no particular. Nada mais auspicioso, nesse momento em que pelo canal do liberalismo e do ecletismo intelectual chegamos ao mais negro confucionismo. O de que mais necessitamos, já o afirmou Keyserling, baseando-se em princípios da sabedoria chinesa, é da precisa delimitação das noções e da justa definição dos termos.

Do humanismo inumano de que se responsabiliza a burguesia, nós caminhamos para um humanismo humano verdadeiro que não é, como o afirmou Campos, o vago cosmopolitismo, o vago diletantismo que leva o homem moderno a passear por todas as ideias sem se prender a nenhuma, levado apenas por uma curiosidade malsã e por um gosto doentio de acumulação indigesta e numérica de noções. “Humanismo”, continua o nosso humanista,

“não é apenas curiosidade, informação, conhecimento, erudição. Humanista não é o ser que passeia pelo Universo com o ar de quem procura o que não deseja encontrar. Ele tem a sua casa e a sua pátria, os seus vínculos de sangue, de afeto e de espírito, o seu canto de terra e as suas árvores, o amor das coisas domésticas e próximas, somente por intermédio de cuja presença se torna possível ao homem compreender, sentir e amar o Universal.”

O humanismo é o ponto de equilíbrio entre o universal e o regional. Sendo mais humanos os homens, se tornam ao mesmo tempo mais nacionais e mais universais. Só na aparência é que isto é paradoxal. Basta atentarmos na duplicidade que realizaram os grandes escritores – Shakespeare, Cervantes, Rabelais, Dostoyevsky – de absolutamente universais ao mesmo tempo que absolutamente nacionais – para nos convenceremos de que o seu segredo residiu no fato de sua profunda humanidade.

O humanismo deve tornar mais humanos os homens. *Hominem humaniorem facere.*

A civilização burguesa perdeu a noção de homem, isto é, de pessoa humana, original e irredutível a qualquer denominador comum, ligada que era ela ao indivíduo, ao convencional, ao geral, ao comum, ao inumano. Não pode haver maior obrigação para os intelectuais de hoje do que essa de reencontrar a medida do humano, de proceder a uma nova síntese do homem, de procurar o sentido do homem, sua dignidade, sua essência e recolocá-lo no centro de todas as coisas. O dever é salvar o homem da ameaça terrível que paira sobre sua cabeça, ameaça de uma civilização escravizadora e devorante.

O dever é recriar o homem. É criar o homem novo. O que importa do homem, disse um escritor novo da Espanha, José Bergamín, com acento eminentemente cristão revolucionário, o que importa do homem é sua revelação eterna, que é sua revolução constante. O homem sempre novo.

O do que se trata é, pois, da obtenção do homem novo. É nesta esperança do homem novo, é nesta inquietude do homem novo, que vivem os que já romperam interiormente com a desordem estabelecida. Eles o sentem nas vibrações do seu ser profundo. O homem novo! Eles o sentem, os que já se desligaram do passado e já romperam as relações de contiguidade ou continuidade, as diversas maneiras de ser desta civilização agonizante. Eles o sentem indeciso na sua fisionomia porém certo, em seu inquebrantável apetite de viver! Ele aí está em germinação nessa formidável sementeira que é o espírito humano.

Não pode ser outro o dever do homem presente. Já se vê, entretanto, do homem que não está fossilizado ainda, não perdeu ainda a capacidade interior que lhe fornece a união com as realidades da vida, em suma do homem que não está decadente, acompanhando em sua

descida a própria civilização. Estes são multidão. Convencidos, iludidos, interessados, indiferentes...

Que fazer com eles? Deixá-los, que amanhã poucos serão os lembrados, ainda assim os que, embora do número dos decadentes, se instituíram em juízes e críticos do espírito abominável de seu tempo. É clássico o aparecimento dos grandes humoristas e cínicos nessas fases finais das culturas. Os outros, os gozadores, os aproveitadores, é abandoná-los no festim macabro, pois, quando terminar o objeto de sua cobiça, eles acabarão devorando-se mutuamente.

O dever do homem presente não pode ser outro: trabalhar por todos os meios pela eclosão da nova forma humana que encarnará a civilização futura. Ajudar a esse homem novo, a quem amamos, a quem queremos; ajudar-lhe para que se desfaça de seus obstáculos, opressores, de suas lutas, suas falsas aparências. Trata-se de ajudar-lhe na sua formação e sobretudo, como diz o grande André Gide, ajudar-lhe a que se debuxe a si mesmo.

Esse debuxar-se a si mesmo é profundamente espiritual e religioso, como profundamente religioso é, aliás, esse anseio agudo pela renovação do homem. Uma das verdades primeiras do cristianismo – no dizer de José Bergamín – do cristianismo não histórico, nem evolutivo ou progressivo, mas do cristianismo revolucionário permanente, é que o homem seja sempre novo, senão deixa de ser homem.

O inglês Christopher Dawson provou-o exuberantemente, em seu magistral livro recente, *Progresso e Religião*, que a religião está na origem de todas as civilizações.

Assim também, na encruzilhada presente, é pela via espiritual e religiosa que chegaremos à criação do homem novo. Aliás, pode dizer-se que ela já está sendo religiosa. Pois, da alma profunda do povo russo, não se extirparia do exterior o seu eterno sentimento religioso. E, como na Rússia, em todos os países que já atravessam

fase revolucionária, late, no baixo fundo invisível de suas atitudes, um mesmo afã de verdade religiosa.

O dever do intelectual de hoje não é, pois, aceitar aquele conselho diletante do credo goetheano, segundo o qual se deve reverenciar de igual modo a todos os credos. Tampouco o recolhimento, por orgulho, presunção, fatuidade...

Como se caracterizará o homem novo da nova civilização? Como todas as civilizações por um conceito da vida. Mas uma nova, inteiramente nova, maneira de conceber ou entender a vida – uma nova maneira de viver.

A pesquisa dessa nova conceituação é o trabalho dos escritores. Do escritor, porém, que não seja apenas literato, sociólogo, historiador, filósofo ou cientista. Do intelectual que não se limita. Do escritor que é tudo aquilo, possuindo, além daquilo tudo, essa qualidade superior que harmoniza, que integra o homem no verdadeiro sentido do humano – a sabedoria. Em uma palavra – do intelectual humanista.

A sua obrigação é levar a todos os recantos, por todos os meios a seu alcance, a palavra mágica reveladora – consciente ou inconscientemente – do trabalho íntimo de fusão da nova criatura. Ele não deve recuar diante dos preconceitos e das falsas noções enraizadas. Para desempenhar dignamente sua missão, deve corajosamente assumir a tarefa que lhe impõe sua consciência. Não pode limitar-se ao diletantismo superficial. O momento é de atitudes decididas, bem definidas. A sua ação é de combate, de luta espiritual. Destruir os preconceitos errados e as ideias falsas. Combater as noções prejudiciais. Desenraizar os escabrachos e plantas daninhas. Que a sua presença, a sua palavra sejam sempre um protesto vivo contra a falsa concepção da vida, sobre a qual desliza para a morte a civilização burguesa agonizante.

Ele deve agir sobre seus contemporâneos. E a sua ação do alto das cátedras será definida, una, orientada, contra o ecletismo e a colcha de retalhos do ensino liberal; no seio das academias, abalará os alicerces de seu empedernido pré-conceptismo; nas colunas da imprensa, ajudará a discernir.

Mas que seja uma luta sem tréguas nem desfalecimentos. Permanente. Revolução. Praticar a revolução interior nos outros que estiverem ao alcance, naturalmente depois de praticá-la dentro de si mesmo.

Este é que é o verdadeiro sentido da revolução. Mudança de um estado de espírito. Revolução interior, lenta, permanente. Criação de um ser novo. Espiritualizado.



Há duas Histórias. Uma História falsa e uma História real. Segundo a primeira, a evolução da humanidade é o processo de adaptação do homem à natureza. Para a outra, ela se constitui da adaptação da natureza às necessidades dos homens.

A primeira pertence a todo o acervo filosófico da civilização burguesa, cuja pedra basilar foi o dualismo cartesiano.

É uma História desumanizada. Ela está em direta relação com uma filosofia, que não passa de calendário de doutrinas e filiação de sistemas, deduzidos uns aos outros. O pensamento é reduzido a correntes e perde seu caráter humano original de invenção apaixonada e irreduzível. Procura-se averiguar um progresso contínuo dos problemas, abandonando-se como erros as várias tragédias espirituais, que refogem ao traçado comum. (D. de Rougemont)

Essa História é condicionada à descrição de uma bela série de fatos, desenvolvidos em cadeia ininterrupta, segundo uma filosofia

determinista – ora materialista, ora idealista, ora marxista, ora hegeliana – porém sempre determinista.

Destarte, ela não nos aparece, para empregar a bela palavra de Rougemont, como uma crônica dos atos humanos, como o vivo relato dessa “realidade absurda e magnífica, educadora e desordenada dos gestos da humanidade”.

No processo violento e criador, que está agora praticando, doutrinariamente, a mocidade atual francesa, de todo o edifício cultural que lhe herdaram os antepassados, está bem patente na palavra de René Dupuis, do grupo de *L'Ordre Nouveau*, o que diz respeito à História.

Essa História, que o liberalismo filosófico instituiu nas Academias e nos institutos oficiais, encara as nações e os grupos humanos não como comunidades espirituais, trabalho dos homens, porém como uma sociedade feita ou mais a “menos largamente preparada e quase imposta pela natureza” (Dupuis).

Para essa concepção, os elementos primeiros, determinantes da história seriam a natureza, as necessidades, os fatos, as leis naturais, a evolução, as instituições. O homem, destarte, sofreria a história e não a faria. No muito, limitar-se-ia o seu papel a pesquisar e descobrir as necessidades, as leis naturais que se impõem a ele, a interpretá-las e aplicá-las (Dupuis).

Os grandes homens são sempre indivíduos representativos, expressões do meio; e é na medida em que eles compreenderam as necessidades e aspirações de seu país, de seu solo, de seu tempo, as quais de qualquer sorte encarnaram e realizaram, que eles são grandes, e não porque inventaram ou criaram uma nova forma de vida ou de pensamento (Dupuis).

O que mais interessa a essa História é o desenrolar dos fatos – desenrolar este que constitui uma verdadeira entidade, possui realidade

em si, e é deste desenrolar que ele procura a toda força, as leis da evolução e da marcha através dos tempos (Dupuis).

Os historiadores dessa escola colocam no vértice dos diversos tipos de civilizações o estado nação, fortemente centralizado no interior, estabelecido sobre um território que forma uma unidade geográfica, geológica, climática relativa, protegida por um conjunto de fronteiras naturais, falando uma mesma língua e partilhando dos mesmos hábitos sob as mesmas leis. Essa concepção acarreta naturalmente a encarar praticamente a história das nações sob o ângulo exclusivo da organização política, entendendo ela por organização política o Estado (Dupuis).

Como diz em resumo e admiravelmente René Dupuis, essa História tem como objeto essencial pesquisar os princípios, leis, os mecanismos que regulam e explicam a formação, o desenvolvimento e marcha através dos tempos das sociedades humanas.

De qualquer modo, a humanidade está sujeita ao fator escravizante do tempo. “É o tempo que vive o homem, e não o homem que vive o tempo” (Dupuis). Esse tempo a alguns aparece evoluicionando em fases sucessivas e ascendentes, arrastando o homem através dos três estados – teológico, metafísico e positivo – segundo Augusto Comte; das três classes – feudal, burguesa e proletária – para Marx; dos três regimes – militar, político e industrial – para Spencer. Essa filosofia monolinear e retilinear da História, que enxerga a evolução como um desenrolar contínuo, embora estivesse ligada a todo o movimento filosófico naturalista originário do Renascimento, somente tomou força de lei e vulgarizou-se com o advento da doutrina evolucionista de Lamarck e Darwin, a respeito das ciências naturais. De uma falsa premissa, consequências falsas somente poderão advir. Foi ela que gerou aquela falsíssima ideia do progresso, tão cara ao homem moderno, aquela noção segundo a

qual a humanidade veio da noite da barbaria, em uma progressão regular e fatal, para as luzes da civilização. Para o homem moderno, “cada dia, e em todas as ordens da vida, o mundo se torna melhor, e ainda, o fato de vir depois é sempre motivo de ser melhor”. “Existiria assim um estado ideal e definitivo de civilização – a civilização – em sentido absoluto, a qual seria encarnada pela moderna civilização ocidental-urbana e mecânica.

A falsidade dessa noção evolucionista ficou patenteada com a Guerra, a Crise e a enorme angústia contemporânea, e passou-se então a falar em civilizações mortais – nós civilizações sabemos agora que somos mortais – disse Paul Valéry, em linguagem pitoresca, numa conferência depois da guerra. Compreendeu-se que a evolução dos acontecimentos é muito diversa e muito menos concatenada, não se faz daquela maneira simplista e única, é muito mais complexa. Ela não segue marcha retilínea, porém sofre paradas, desvios, recuos, acelerações, assim nas sociedades humanas como na natureza.

Surgiu então outra corrente, cujo representante mais famoso foi Spengler, encarando a evolução da humanidade dentro de ciclos, cada um dos quais comandado por um conjunto de forças, e cujo equilíbrio é condicionado por certo número de leis. Quando estas não são mais observadas por homens e povos, o equilíbrio rompe-se e o ciclo termina por uma catástrofe (Dupuis). Este conceito mais pessimista, embora mais realista, não foge ao determinismo do outro. Em ambos os casos, a História se limita à explicação passiva e objetiva dos fatos – e se torna assim uma ciência de previsão do futuro pelo estudo do passado (Dupuis).



Para os que aceitamos uma filosofia humana da vida, isto é, os que fundamos a concepção da vida sobre a pessoa humana, profunda e original, responsável e sempre criadora, o objeto da História não pode ser a simples descrição do desenrolar passivo dos fatos, porém, com certeza, a pesquisa dos atos dos homens. Ela ensaia apreender, do interior, e não do exterior, os esforços da criação pelos quais os homens chegaram a transformar em comunidades espirituais as sociedades dadas pela natureza, ou a criar, com a ajuda de sua força de imaginação, de inteligência e de coração, novas associações, novas formas de vida (Dupuis).

Não. O homem não é tão pequeno como – procurando idealizá-lo, tentando separá-lo das realidades materiais – o transformaram os cartesianos.

A história aparece a quem tenha olhos de ver como o desmentido mais formal a todos esses determinismos – seja idealista, seja materialista. Sendo o resultado das ações humanas, a história não pode ser dominada por leis inflexíveis. Sendo o homem o seu dínamo, a história é um campo de surpresas contínuas, e por este motivo é preciso sempre levar em conta o imprevisto, que é por assim dizer a maior lei histórica.

O homem não se submete a leis e mecanismos materiais, porém, se é verdadeiramente homem, isto é, pessoa, luta por dominar e servir-se das leis e automatismos naturais. “A História é a pesquisa no passado dessas pessoas, essa pesquisa permitindo viver com elas em comunhão de espírito e de ações”, diz René Dupuis. Aí é que está o seu valor, o seu sentido, continua, permitindo-nos escapar ao automatismo do tempo, ou melhor, de o vencer, pois, lembrando a magnífica palavra de Imbart de La Tour, “a história nos mostra o esforço incessante do homem para escapar ao automatismo das coisas”.

Aquelas diversas leis antropológicas, etnográficas, geográficas, linguísticas, são as resistências que servem ao homem – ao mesmo tempo

de obstáculos a vencer e pontos de apoio em seu esforço incessante de liberação e criação (Dupuis). São para ele, segundo luta contra elas ou se curva a seu jugo, a condição de sua grandeza ou a medida de sua fraqueza. É em relação a elas e contra elas que ele se afirma e se ultrapassa. São ao mesmo tempo necessários e inimigos. Sem eles, não haveria história, mas é contra elas que o homem faz a história, cria-a, dando assim testemunho de seu gênio próprio (R. Dupuis).

Ainda não está de todo esgotada a fonte dos continuadores intelectuais de Taine, e não são raros, ainda hoje, os livros, outrora numerosos, que — uns a respeito de um homem, outros ao de um povo, outros ao de escolas de Arte ou de Letras ou de Filosofia — desenvolvem mais ou menos com as mesmas palavras as ideias do mestre, reduzindo tudo àquela influência que imaginavam poderosa e inegável, mas que não demonstravam, do meio natural — solo ou clima —, da raça, e do momento, da geografia, da etnografia, da sociedade.

Não se trata de negar, completamente, aquela influência do meio sobre a natureza física e psíquica do homem. Trata-se, porém, de afirmar alto e bom som, com Lucien Febvre, que, se os homens jamais se subtraem à ação do meio, não são nunca movidos pura e simplesmente por ela, ao contrário, eles são um agente modificador do meio, o que o humaniza.

Contra a tese determinista, para a qual aquele conjunto de forças deve agir sobre os homens diretamente, com um poder verdadeiramente soberano, regendo todas as manifestações de sua atividade desde as mais simples às mais complicadas e mais elevadas (L. Febvre), o livro atual e vivíssimo de Lucien Febvre prova à exaustão que “a causa essencial é menos a Natureza com seus recursos ou seus obstáculos que o mesmo homem e a sua própria natureza”.

O homem não é paciente, mas agente. Labor, humano, movimentos humanos, fluxo e refluxo incessantes da humanidade; no primeiro plano, sempre o homem, e não o solo ou o clima (L. Febvre).

Nestas relações estreitas e constantes da natureza e do homem, este representa sempre, diz Henri Berr, um papel mais iniciador. Explorando-a ou para explorá-la, remove-a, e contra a tenaz e inflexível vontade do homem, diz ainda, Berr, todas as probabilidades são a miúdo burladas.

E no seu afã de ser, e de ser o mais possível, o homem não é movido apenas, como querem os materialistas, pelas forças econômicas.

Que tristeza fazer do homem um simples polichinelo movido por fatores puramente materiais, sobretudo econômicos. Que enorme tristeza! Não, insisto, o homem não é tão pequeno como o enxergam, em visão estreita, os materialistas. A riquíssima contextura da vida é empobrecida por essa concepção unilateral e simplista. E é um característico sinal desse tempo de demissão e decadência, desses tempos sofríveis em que o homem renuncia ao seu papel verdadeiro, renuncia a si mesmo, demite-se de si mesmo, este do homem diminuir-se; de sua livre vontade, procurar reduzir-se a simples brinquete de necessidades econômicas, de pôr a cabeça no copo da escravidão material. Demissão, renúncia, suicídio. Que tristeza viver-se numa época assim!

Não, felizmente o homem não é apenas isto. O homem integral, o homem todo, como o entreveem pelas névoas da ante manhã da futura civilização, o homem novo, pelo qual ansiamos, não é só o *homo economicus*, como não é apenas o *honnête homme* ou o burguês, mas o homem todo, com todas as suas qualidades e defeitos, o homem *tout court*.

E, como tal, é à inteligência humana, às paixões humanas, é à fecundidade esplêndida do espírito humano, que está sujeita a vida. As conquistas materiais são o resultado de extraordinária capacidade inventiva e criadora do espírito humano. “A técnica é um produto do homem e não o homem um produto da técnica” (T. de Atayde).



A história do início dos tempos modernos, a história do Renascimento, a história dos grandes descobrimentos, é o testemunho mais evidente e formal contra o determinismo econômico.

Uma era profundamente intelectual e literária; uma era de extraordinários inventos técnicos; uma era de humanismo absolutista; uma era de renascença das letras e da filosofia clássicas; uma era de renovação espiritual aguda; uma era que reuniu o maior número de grandes espíritos e de gênios que qualquer outra; essa era também produziu um tipo de homem – o herói – navegante – que é de todos os tempos, mas naquele tempo não somente se concentrou em número e variedade incomuns, como também acumulou em si soma nunca vista de vitalidade e capacidade interior. A energia que propulsionava aquela gente intrépida era, não haja dúvida, e não podia ser outra, a magnífica energia do espírito. O facho que empunhavam era o da fecunda espiritualidade, essa prodigiosa força que impele o homem todo, a pessoa humana, e não a sua simples face produtora e consumidora.

São os santos, os gênios e os heróis, os homens píncaros. Todos os três tipos são exemplos vivos dessa humanidade profunda e completa, permanente expressão ou irradiação de espiritualidade.

Aqueles heróis o eram a mais não poder. Colombo foi o protesto do espírito, foi a revolta do gênio contra a emperrada máquina burocrática. A sua façanha foi resultado da intuição genial. Espiritualidade. Cabral, cujo feito hoje comemoram os seus pósteros agradecidos – não sei se com ou sem razão –, Cabral levava às Índias, através de misteriosos mares, a vontade inquebrantável de expansão de um pequeno povo. Espiritualidade.

À revolução espiritual – isto é –, uma nova roupagem envolvendo o espírito e imprimindo nova direção ao homem, nova feição à vida, levando o homem para novos caminhos e novas terras – à revolução

espiritual, dizia, seguiu-se uma revolução geográfica, à qual sucedeu como consequência uma revolução econômica. Esta ordem é a hierarquia natural e verdadeira — que aparece a quem não enxergue a vida através da lente restritiva de qualquer unilateralismo. Só assim é que se faz justiça à riqueza e plenitude da vida: à sua multiplicidade, à sua complexidade, ao seu pluralismo. Ligando suas raízes à fecundidade e variedade do espírito, e não aos sós fatores materiais. A realidade vital sempre se rebela contra as fórmulas estreitas e sistemáticas. Jamais, na história do pensamento humano, se tentou reduzir a vida a uma fórmula, sem que imediatamente não surgisse o fato real, estourando, arrebatando escandalosamente, abruptamente as cadeias artificiais.



Não existe melhor trampolim para se refletir no presente do Brasil e consequentemente no seu futuro do que meditar no seu passado. Mesmo porque já o disse Borgeon belamente — o presente é a ponta extrema do passado.

Em data de hoje, comemoramos uma ação humana, que reflete, na sua significação profunda e na sua origem, a fonte pura e eternamente criadora do coração e do espírito humanos, de onde recebeu o impulso inicial; reflete a paixão, a vontade e a inteligência em que foi concebida.

E foi tal o potencial de energia espiritual desenvolvido, que a ação primeira prolongou-se no tempo e no espaço. Transmitindo-se a outros homens, plantando-se em outras terras, frutificou, produziu, criou outra forma de vida e uma nova civilização. O segredo da unidade brasileira reside justamente na extraordinária força espiritual que trazia o ato inicial revelador das terras brasileiras.

Ele é, outrossim, o fator insofismável de conservação, através dos tempos e contra todas as intempéries, dessa unidade geográfica e espiritual, que doutro modo não pode ser compreendida. Tudo traz o selo daquela fé e daquela paixão iniciais. Espiritualidade profunda.

Quatro séculos já se passaram. Quatro séculos depois do feito cabralino, uma nova geração de homens — abandonando a herança desprovida de significação, a herança amorfa da geração de gozadores, de aproveitadores, de sibaritas, que a antecedeu —, procura, inquieta e ansiosamente, retomar o fio que eles perderam da tradição profunda. “Em uma nação que durou — disse Abel Bonnard —, a mocidade é a expressão inédita de um fundo permanente, o vinho de uma velha vinha”.

É o redescobrimento de sua Pátria, o dever que assumiu, perante sua própria consciência, essa geração nova e grave do Brasil.

E, num gesto altamente inteligente, ela compreendeu de logo o verdadeiro sentido da ação dos seus antepassados descobridores.

Viu que na espiritualidade daquele ato é que estava o segredo de seu êxito. Viu que aí era a ponta da tradição, cuja outra ponta havia sido perdida. E, diante da encruzilhada angustiosa que se lhe aparecia, não hesitou, enveredando firme e conscientemente na trilha de seus antepassados.

Compreendeu que só da reforma espiritual e moral poderá vir o ressurgimento social, político e econômico tão almejados. Compreendeu que só a reforma do homem interior poderá trazer a reorganização exterior do homem. Compreendeu que é em bases morais, espirituais, religiosas, que se elevará o edifício monumental do homem novo e da Pátria nova.

É todo um programa reeducativo ou educativo que se abre diante dela. Pois é pela educação que se realizará essa revolução interior espiritual.

Mas ainda aqui é mister mudar. Não será com aquela educação eclética e sem sentido, educação da curiosidade intelectual, instrução melhor que educação; não será também com aquela outra educação da técnica, da ação e da prática da vida que se alcançará a meta desejada. Mas, tão somente, por uma educação que apreenda o homem todo, uma educação humanística, educação para a vida, educação e não simples instrução, que vise formar e não somente informar. Educação em uma palavra, que forme homens, elevando-os ao plano superior da atividade do espírito – a sabedoria.

No livro sensacional, de agora, *L'Homme, Cet Inconnu*, o grande Alexis Carrel pronunciou uma coisa que, embora já houvesse afirmado muita gente, precisava ser dita por um homem de ciência: é que, diz ele, o homem deveria ser a medida de tudo. Nada mais justo e verdadeiro. Ele está mal situado no meio desta civilização que construiu, ou, como diz o grande sábio, ele é um estranho no mundo que se criou, ele não soube organizar este mundo para si, porque não tinha conhecimento de sua própria natureza, não teve consideração para si mesmo.

A lição desse erro formidável é fundamental para nós outros, nesse período que agora se inicia, com muito ardor por parte dos moços, de redescobrimento e reconstrução nacionais.

Não deve ser perdido de vista jamais esse homem completo, que é sem dúvida a medida de todas as coisas.

Nesse humanismo novo, está o caminho da salvação. Por esse humanismo, salvaremos o homem da ameaça de escravização material e evitaremos outra época de barbaria. Recolocando o homem no lugar que lhe é devido, sem restrições nem hipertrofias, livrá-lo-emos de ser presa das forças telúricas, e a estrutura da vida funcionará regularmente.



Meus senhores, obra dos homens, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia não esquece os que lhe são caros e, no dia de hoje, duplamente alegre para ele — pois que também festeja o seu natalício aniversário, além de evidenciar o seu culto vivo de passado nacional —, aproveita sempre para render aos seus amigos falecidos a homenagem que lhe são credores.

É assim que, sobre a campa de José Senhorinho de Oliveira, de João Firmo de Magalhães, de Francisco Gomes de Oliveira, do General Aníbal Amorim e do Marechal Botafogo, ele deposita, por meu intermédio, uma flor votiva de saudade e afirma guardará no ímo recôndito de seu coração a grata e imperecível memória de seus amigos.

❧ *Discurso de Parainfo do Colégio Nossa Senhora da Soledade (1941)*

Desde os primeiros discursos proferidos pelo Professor Afrânio Coutinho, podemos observar, entre outros, dois posicionamentos constantes que ele mantém por toda a vida: a defesa inabalável da Educação e a transformação de qualquer conteúdo em uma aula. Neste discurso de 1941, ainda na Bahia e em um colégio de fundamento cristão, ele busca direcionar as futuras professoras para o papel que, segundo sua maneira de ver, as mulheres estavam sendo chamadas a desempenhar na sociedade moderna: a necessária busca pelo conhecimento para que pudessem tornar-se verdadeiras colunas de sustentação de um mundo mais humano e feliz.

Aqui estou eu na tribuna desse colégio que é sem dúvida um altar da Bahia, um desses templos em que se professa o culto sagrado dos deuses lares da nossa terra, um desses ambientes de ternura espiritual, de conforto moral, de aconchego afetivo em que se respira um ar saturado das nossas mais caras e fecundas tradições cristãs, humanistas e patrióticas; aqui estou eu na tribuna desta casa veneranda para dizer, em nome da sua diretoria e da sua congregação, a palavra de adeus às suas jovens filhas espirituais de 1941. Não vim fazer um discurso. Não mo poderiam pedir os

que conhecem quão inimigo eu sou de discursos, os que sabem as muitas ideias de reação à mania discursiva dos baianos, ao amor da retórica e do palavreado oco e sonoro. Não sei mesmo fazer um bom discurso, que para mim constitui um verdadeiro sacrifício intelectual: sou antes homem da palavra escrita do que da palavra falada. Foi, portanto, esta a condição que impus à nobre diretoria deste estabelecimento para aceitar a incumbência de dizer algumas palavras de despedida às suas professorandas: não fazer discurso. Aproveitaria a oportunidade para dar às minhas antigas alunas uma última aula, para dizer-lhes alguma coisa mais que as procustianas programações escolares não nos permitem aflorar. Foi por isto que aboli até mesmo as clássicas saudações iniciais.

Já me referi daqui à importância que empresto à função da mulher na obra civilizadora. Nenhuma transformação social talvez se possa equiparar à que sofreram as condições da mulher nos últimos 30 anos. Basta recordarmos a maneira de viver das nossas avós para compreender a revolução formidável operada na vida feminina nestas décadas mais recentes, revolução que não é local, mas generalizada a toda a civilização, a todo o mundo.

É à mulher que compete a direção efetiva da sociedade, direção que ela exerce através dos seus súditos, os homens. A mulher está mais próxima da vida. É dotada de uma intuição direta, de uma clarividência, de um senso preciso, de uma compreensão mágica do mistério da vida. Por isto, é que andamos maravilhosamente, nós os homens, escravos da razão geométrica e cegos diante da existência, em nos colocar sob a proteção maravilhosa desses dóceis e meigos dominadores.

É pela influência da mulher — e das qualidades femininas da civilização — que a história progride. São elas o sal do progresso. É por intermédio da mulher que se efetiva o predomínio das qualidades

femininas da civilização que equivale ao primado do espírito – o amor da inteligência, os valores cordiais e afetivos, a paciência, a polidez, a boa fé, o respeito mútuo, a piedade para os fracos, a delicadeza da alma, a nobreza de sentimentos, o amor da paz, a bondade, o perdão, a doçura, o pudor, o carinho, a misericórdia, a generosidade, a abnegação, o amor, a visão poética das coisas e da vida.

Nós estamos em uma época estúpida em que as qualidades masculinas suplantam as femininas na modelagem da fisionomia social e da alma dos povos. Estamos sob o signo da lei das feras e do jângal – expressa no culto da força bruta, das qualidades musculares e físicas, da violência, da guerra, da ambição do mando, do orgulho racial e biológico.

O que constitui hoje em dia a norma geral da vida é essa concepção ferozmente materialista que nada respeita e penetra mesmo nos domínios da educação. Por efeito de uma teoria que aufere tudo segundo os direitos do Estado e da Nação, concebe-se a educação exclusivamente como uma forja de bons cidadãos e bons defensores do Estado. É o monismo pedagógico do Estado, que considera o homem simples máquina de produção de força, mera peça da engrenagem coletiva dirigida pelo Estado. Segundo este princípio, a educação se desenvolve num sentido espartano e marcial, numa verdadeira mania muscular e esportiva, que antes faz homens duros do que homens fortes, e na mulher tende à destruição das reservas de pudor e delicadeza, isto é, tende a masculinizá-las.

Não deveis deixar-vos levar na corrente, minhas jovens alunas, moças de formação cristã que sois. E, dizendo de formação cristã, subentende-se de formação humanista. A missão civilizadora da mulher deve ser entendida como uma luta contra a dureza humana, contra os instintos bestiais e a força bruta, contra as paixões inferiores. É uma luta pelo primado da poesia.

O homem não é um animal de carga. Há no seu santuário invisível e interior uma realidade suprema e inalienável, que constitui o fundamento da sua personalidade espiritual. Esta realidade espiritual empresta à Pessoa Humana direitos que não podem ser postergados ou subordinados a nenhuma outra potência, seja ela o Estado, a Nação ou a classe. Dada a sua origem, o homem é uma realidade em si próprio, de natureza espiritual, e tem pois a sua finalidade em um destino situado para além da vida terrena, sobre a qual apenas é que o Estado é soberano. O homem não existe para a sociedade; ao contrário, esta, e portanto o Estado, é que deve existir para o serviço do homem.

Aplicando à educação este princípio de ordem filosófica, concluímos que a finalidade da educação não é o Estado, nem a utilidade social; a sua finalidade é a Pessoa humana. É o homem o objeto da educação, é a formação da pessoa, e, se esta é uma realidade mais espiritual do que física, é sobretudo o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do espírito que deve pretender.

Preparai-vos, pois, para essa tarefa educativa do meio em que viveis. Como professoras, como esposas, como mães, tereis amplas oportunidades de exercer essa influência direta sobre a formação dos entes humanos. Não deveis ser professoras apenas na escola, porém em toda a parte onde é possível chegar a palavra, o exemplo, o coração, a inteligência. Não enxergai apenas no homem um futuro servidor do Estado. Encarai sempre nele a pessoa espiritual que merece um auxílio para realizar-se plenamente, para tornar-se consciente, livre, digna e responsável perante os homens e perante Deus. Se vos colocardes sempre no ponto de vista do Estado, criareis em vós mesmas o preconceito que caracteriza aquele tipo de solidariedade mecânica vigente nas sociedades animais. Tende sempre em mira que, se o homem for bom e culto, ele será um cidadão produtivo e honesto.

Lembraí-vos sempre de que, se a sociedade hodierna reserva à mulher mais amplas oportunidades e uma preparação superior, é que ela quer exigir em troca maiores responsabilidades de sua parte.

É verdade que é passível de crítica a atual legislação que tende a conferir-lhe uma formação exclusivamente profissional. A mulher hoje em dia, para educar-se e cultivar-se, tem que acompanhar todo o *curriculum* escolar uniforme e padronizado da organização atual: ou se diplomam em professoras ou médicas, bacharelas e engenheiras. Tem que submeter-se à programação estafante do curso secundário de qualquer maneira. Se não pretendem seguir uma carreira, mas apenas adquirir uma formação geral, se querem apenas instruir-se, têm que sujeitar-se àquele curso e encher a cabeça de tanta noção inútil, que ficará atravancando a mente sem nenhuma vantagem. No caso da formação feminina, para a maioria, eu gostaria de voltarmos aos velhos educandários livres, reservando as que possuíssem realmente vocação para os estudos liberais e técnicos ou para a carreira do magistério. Só seria professora quem tivesse inclinação, do mesmo modo que para as outras profissões. A moça comum, que é a grande maioria sem aspirações ao magistério e às profissões liberais, não tem necessidade de todos esses cursos atuais.

E o que elas necessitam aprender é o que justamente não aprendem: saber viver, como esposas, como mães de família; saber encarar a vida, dominá-la e controlar bem as relações sociais. Tudo aquilo que um escritor famoso estudou num pequeno livro admirável: a arte de viver, de viver bem. E de realizar-se. As moças em geral no Brasil são atiradas na vida — seja na vida matrimonial, ou na vida prática, excetuando-se nestas a tintura de formação técnica, são atiradas na vida sem nenhuma preparação, sem nenhuma noção real, e somente o seu poderoso instinto é que as salva. É digno de maior admiração o que muitas logram por vezes realizar. Mas o que é muito comum

é o fracasso ou o embrutecimento progressivo no prosaísmo de uma função e de uma situação puramente mecânica, pela ausência de um estímulo interior que lhe teria fornecido uma formação apropriada, superiormente espiritual e intelectual.

É bem verdade que, por efeito daquela revolução a que me referi de início, já são bem sensíveis as modificações nas condições de vida da mulher. Já se nota que elas não mais se conformam com o papel secundário, quase animal, que desempenhavam. Já se pode observar nelas uma inquietação de espírito que é sinal bem promissor. Procuram elevar o seu nível mental, a sua cultura, e nesse particular de interesse de espírito, de inquietação intelectual, de curiosidade e ânsia de aprender, eu posso afirmar, com a responsabilidade e a experiência de professor, que me sinto muito mais à vontade, muito mais estimulado, em meio às jovens do que entre os rapazes.

Serão fecundas em resultados estas transformações, não somente no campo da formação técnica, mas também quanto à formação geral das moças. Nada têm a perder com isto. A sua própria felicidade, a sua situação dependem do seu cultivo maior, da sua independência intelectual e da sua autonomia de personalidade. Com isto, elas se tornarão mais exigentes e conseqüentemente, por via indireta, farão com que se eleve o nível intelectual e moral coletivo. Estimularão os homens, e vós sabeis que até na guerra muitas vezes são as esposas e mães que incitam os seus parentes para o cumprimento do dever sagrado de defesa do torrão. Assim também na vida comum e normal de todos os dias. Mulheres finas, cultas e superiores, normalmente bravas e intelectualmente desenvolvidas, senhoras de si, tornar-se-ão elementos certos de reerguimento coletivo. É a vós, moças, que incumbe a maior responsabilidade em trabalhar pela salvação da civilização, lutando contra a onda bárbara de violência, animalismo e materialismo que ameaça destruí-la. Não vos deixeis levar na corrente.

Lembraí-vos sempre de que a atual ameaça bárbara não vem de fora das fronteiras somente. É sobretudo dentro de nós mesmos, em nossas casas, em nossa cidade que ela germina e avulta. Os bárbaros atuais são os nossos próprios filhos, irmãos e comensais. São eles que se têm deixado incutir pelo espírito de massa, nessa tremenda rebelião que põe em perigo até os fundamentos da civilização. As próprias invenções técnicas admiráveis do homem, criadas para o seu serviço, engrandecimento e prazer servem de instrumentos de desagregação e luta. Tendes o dever de aperfeiçoar em vós próprias aquelas qualidades femininas, fazendo ao mesmo passo que elas suplantem na ordem da vida temporal aquelas outras qualidades masculinas.

Para exercer o papel marcante que vos compete, não vos descuideis de preparar-vos. A preparação não terminou só porque recebestes hoje um diploma. Agora é que a obrigação de vos aperfeiçoardes é maior, porque a responsabilidade cresce ao transpordes os umbrais dessa escola.

☞ O Ensino da Literatura¹. Discurso de Posse na Cátedra de Literatura do Colégio Pedro II (1952)

Em sessão solene, a 26 de maio de 1952, sob a presidência do ministro da Educação e Saúde, Doutor Ernesto Simões Filho, a Congregação do Colégio Pedro II recebeu o Professor Afrânio Coutinho, tendo falado o Professor Gildásio Amado, presidente do corpo congregado, e o Professor Roberto Bandeira Acioli, saudando o recipiendário. Em seu discurso de posse, Afrânio Coutinho defende, de maneira enfática, dois pontos que considera fundamentais para a evolução da educação no Brasil. Em primeiro lugar, aborda a questão do concurso que enfrentara como candidato à vaga para lecionar Literatura no citado colégio: para ele, o concurso não

¹ ☞ Por edital publicado no Diário Oficial de 28 de outubro de 1949 e assinado pelos secretários do internato e do externato, foi aberto, pelo prazo de seis meses, concurso para o provimento de duas cátedras vagas de Literatura (internato e externato) do Colégio Pedro II. Realizado o concurso em 24 de novembro e 9 de dezembro de 1951, obtiveram indicação unânime para as duas cátedras os candidatos Álvaro Lins e Afrânio Coutinho, tendo sido nomeados, por decreto de 4 de janeiro de 1952, para o externato e para o internato, respectivamente. A comissão examinadora foi constituída dos Professores Clóvis Monteiro, Cândido Jucá Filho, Abgar Renault, Afonso Arinos de Melo Franco e Cassiano Ricardo, sob a presidência do primeiro. Pela educação, nobreza e profunda cultura, colocou os debates no nível dos mais belos prêmios do espírito.

passava de “um sinistro processo de tortura mental, que herdamos, nós povos de tradição ibérica, dos tenebrosos tribunais da inquisição” e que não atingia realmente o objetivo de avaliação da capacidade do candidato. Em seguida, mostra claramente sua posição quanto à necessidade de se valorizar o ensino da Literatura e de libertá-la do aprisionamento a que estava submetida em relação ao ensino do Português. Como sempre, Afrânio Coutinho deixa explícita sua posição diante do cargo que assume e expõe com clareza os objetivos que pretende atingir e pelos quais lutará sem medo.



Não é sem certo sentimento de amargura, espuriamente misturado à natural alegria da conquista, que um concorrente à cátedra atinge o topo da colina após a dura refrega. Não seria ele um insensível moral que não sentisse, ao contemplar a retaguarda, o desgaste sofrido e expresso nos destroços de si mesmo espalhados pelo campo da luta, resultantes do esforço físico e mental inaudito, do monstruoso impacto recebido pelo seu sistema emocional e nervoso. São anos de saúde coronária que um concurso à cátedra exige de uma humana natureza, prova mais de resistência física do que de ajuste intelectual legítimo ou meio idôneo de seleção de capacidades para o magistério.

É comum entre nós a frase, já com valor de chavão, de que o concurso ainda é o melhor meio de selecionar profissionais em nosso País. Ouso pensar diferentemente, sempre pensei, aliás, e, agora, mais do que nunca, meu juízo está revigorado com a experiência, e minha opinião pode ser expendida porquanto me sobra autoridade, não só por já me haver submetido ao castigo, senão também por não ter a menor queixa, quanto ao resultado do concurso de Literatura, nem quanto ao modo como fui tratado pela minha notável banca examinadora.

No meu entender, e não está aqui em causa qualquer situação concreta, mas o sistema do concurso, o concurso não passa de um sinistro processo de tortura mental, que herdamos, nós povos de tradição ibérica, dos tenebrosos tribunais da inquisição. Temos bem presentes na retentiva imagens da Idade Média, nas quais aparece um pobre frade sozinho, num estrado, diante de furibundos teólogos de catadura ferrenha a inquiri-lo sobre pontos de doutrina, a respeito dos quais teria caído na suspeição dos superiores, por essa ou aquela manifestação de heresia, ou por simples gesto de desobediência e inconformismo. Submetido ao tribunal de julgamento, após passar pelo exame severo e degradante, ou confessava-se arrependido e sujeitava-se à penitência restauradora da confiança, ou dali saía direto para a fogueira, réprobo e apóstata, mísero individualista que desejou sobrepor os seus aos pontos de vista admitidos pelos organismos coletivos, competentes exclusivistas em matéria doutrinária. Nem um São Tomás de Aquino refugiu à fúria sancionista, ele cuja doutrina, depois de Leão XIII, é não a oficial da Igreja Católica, que não pode ter uma no campo do pensamento, mas aquela que se aconselha para o ensino da Filosofia.

Processo de tortura mental, de humilhação intelectual, de verificação do grau de obediência e ortodoxia, não me parece mais consentâneo com uma civilização que se distingue da medieval pela ausência de sacralidade e que obedece precisamente ao liberalismo e à pluralidade no campo intelectual. A Idade Média utilizava esse meio de imposição, porque se baseava numa estrutura sagrada e monista, sendo-lhe defeso tolerar a diversidade de opiniões intelectuais, a variedade de confissões e mesmo a pluralidade de direitos políticos. Que outro sentido encerram as lutas entre o Imperador e o Papado, entre cristãos e muçulmanos, entre a Inquisição e as heresias? Em todos os casos, é o mesmo pensamento monista, na sua tarefa de

liquidar os opositores. Essa unidade foi estraçalhada com o Renascimento, no plano intelectual, e com a Reforma, no plano religioso, perdurando, ainda algum tempo, num equilíbrio instável, a unidade política, porém, então, não mais sob a forma do *Imperium*, mas das nações internamente unificadas pela monarquia absoluta, à espera de que o pluralismo democrático viesse romper a estrutura.

Não se justifica, portanto, o concurso, legado de uma época diferentemente estruturada e concebida. E, na realidade, como método de aferição intelectual, é dos mais precários.

Tal como exige a legislação brasileira, é deficiente e falho. Julgam-se provas, comparam-se exibições momentâneas, sujeitas a uma série de fatores condicionantes, que lhe podem modificar o efeito, procura-se reduzir absurdamente a uma pílula toda uma cultura. Muita vez o que está na balança não é a simples prova de um improvisador brilhante ou de um embromador irresponsável: é um homem inteiro, toda uma vida, uma carreira, uma cultura acumulada, um tirocínio adquirido na dura arena do trabalho, do estudo, do exercício da atividade especializada; é uma orientação doutrinária, um sistema intelectual criado ou adotado e vivido com seriedade dia a dia, que não se procura compreender, cuja orientação se ignora, cuja unidade passa despercebida, no afã, que é um desrespeito ao espírito, de nivelarem-se os candidatos para um cotejo consoante critério absolutista e uniforme ou norma abstrata de perfeição. Sou dos que pensam que uma produção intelectual, uma manifestação de inteligência não podem ser julgadas no vácuo, mas em relação ao todo doutrinário a que estarão ligadas. Há que aferir-se a sua fidelidade ao sistema global que o seu autor sustenta, se este autor é realmente um intelectual responsável e categorizado, e não um simples calculista, cujo interesse não é ser fiel a si próprio, mas simplesmente conquistar um emprego, abdicando de sua personalidade intelectual, submetendo-se aos cânones

comuns da legislação e aos métodos usuais da estratégia de concurso. Uma prova, na sua fugacidade, dificilmente resumirá uma vida, e um intelectual honesto e sensível não assistirá sem amargura à sua vida de estudo e meditação ser estimada segundo o mesmo estalão que a de um improvisador. Não é justo avaliar-se um intelectual adulto, com sua personalidade intelectual definida, enquadrada numa doutrina, do mesmo modo que um escolar a quem se dá um tema, e depois se julga por um padrão absoluto preestabelecido. É toda uma vida que está em jogo, e as consequências do ato podem ser tão graves e profundas – para o resto da existência a ser percorrida –, que repelem a noção corrente de que o concurso é um simples torneio intelectual. A violência do ato, tão grande que só quem por ele passa poderá atestar, tão forte que só uma sólida resistência física e nervosa dele sairá sem cicatrizes, acumula em muitas almas uma carga de resíduos e recalques de que jamais se livrarão pela vida e que se extravasarão por sobre os alunos, os colegas, os concorrentes. Exigindo demais à natureza humana, mesmo aos que logram êxito, acaba tornando a vitória uma compensação mínima, decepcionante, desproporcional ao esforço despendido.

Mas, para a lei, a que visa o concurso? Sua finalidade é o preenchimento de uma cátedra vacante pelo melhor professor.

Sem ser necessário aludir às injustiças consequentes de manobras da politiquice a que o concurso pode prestar-se e a que frequentemente se tem prestado, a experiência brasileira evidenciará à farta quantos péssimos professores emanaram de grandes fazedores de concurso.

Não me refiro somente aos que demonstram sua ineficiência pela inassiduidade, aspecto da questão a envolver antes fatores morais. Cogito aqui daquele que, a despeito de haver alcançado retumbante vitória em concurso, se revelou no exercício do magistério baldo de

qualidades necessárias para tornar-se um proficiente instrumento de ensino, nessa misteriosa capacidade de transmitir conhecimentos que é sobretudo um dar de si constante, um generoso desfolhar de uma alma sobre outras almas. No entanto, grandes mestres nunca fizeram concurso, outros haverá que nunca o fariam, por circunstâncias individuais, por temperamento, por falta de certas qualidades de exteriorização que constituem por vezes a condição do êxito no concurso. Vencer em concurso não significa sempre ser bom professor. E, para ser bom professor, não é necessário haver passado bem pelas suas provas.

O concurso, aliás, é antes uma prova de habilidade do que um pleito intelectual. É claro que às vezes podem coincidir categoria intelectual superior, boas qualidades para concurso e excelentes para o magistério. Mas o que predomina no concurso não são as qualidades intelectuais. Não há mesmo tempo, nem as condições em que se processa dão oportunidade para uma satisfatória manifestação das qualidades de inteligência e de cultura dos candidatos. Via de regra, associam-se faculdades exteriores de brilho, de prestidigitação, de encenação, de representação, com alguma inteligência pirotécnica para o bom êxito dos concursos. A própria cena em que se desenrola é mais de teatro ou talvez melhor de anfiteatro, em que um escudeiro peso leve é atirado sozinho à implacável e inclemente frente de adestrados seteiros bem protegidos detrás de suas muralhas. É de avaliar-se o espetáculo ridículo que oferece para gáudio de uma plateia cujo único interesse é uma espécie de catarse à custa do papel tragicômico do personagem principal da representação.

O concurso, como processo de escolha de professores catedráticos, não se coaduna com os métodos que devem regular e regulam a rede do magistério nas sociedades civilizadas hodiernas. Só países ainda presos a normas de um passado caduco, ou os que as receberam por herança,

preservam tal método, ainda com a agravante, como ocorre conosco, de considerá-lo o melhor meio de selecionar professores, para repetir a frase corrente nas rodas mais reacionárias de nosso magistério.

Qual a explicação que se dá para tal assertiva? Porventura, já se teria experimentado outro processo, para se ter um critério de comparação?

Nosso sentimento de inferioridade colonial obsta-nos a mudar qualquer norma de vida legada por nossos colonizadores, e então nos exprimimos por fórmulas – como “é o que serve para nós”, “aqui não dá resultado coisa melhor”, “deixe-se ficar como está” – e, quejandas, todas a trair um pessimismo ou um conformismo indigno de gente nova.

O curioso é que, para o magistério, julgamos não ser lícito tentar qualquer mudança, justamente uma classe intelectual que deveria dar exemplo de melhor compreensão e capacidade de renovação. Pois, se considerarmos que no magistério qualquer tentativa de mudança resultará contraproducente, porque os vícios nacionais corroeriam a instituição, que diremos se atentarmos a que, nas forças armadas e no Banco do Brasil, o sistema funcional ainda não foi viciado pelo mandonismo, pelo pistolão, pela política? Fio que, também no magistério, se adotado o sistema da carreira de professor, o funcionamento se processará com igual eficiência e legalidade. O concurso seria reduzido às proporções modestas de uma prova vocacional, para o acesso inicial à carreira, ficando todo o resto na dependência de uma série de critérios de avaliação – eficiência didática, trabalhos publicados, assiduidade, competência, registrados como créditos na ficha funcional que regularia suas promoções – verticais, na pirâmide da carreira, e horizontais, aquelas verificadas com a transferência de um estabelecimento de ensino para o outro, de um estado para outro, tal como ocorre nas carreiras militar e bancária, e mesmo

entre certas carreiras de funcionários civis, cujo acesso obedece às regras mais rígidas.

Por que somente o magistério será menos propício a semelhante regulamentação? Seus membros serão insubmissos, agitados, impróprios para a vida coletiva, desrespeitadores das leis?

Noutros países, não é esse o exemplo que oferecem, ao se enquadrarem pacificamente nos sistemas que regem a vida da classe, e, no Brasil, é-nos difícil atinar com grupo mais laborioso, mais profícuo, mais cordato e que maiores serviços prestasse ao País, podendo asseverar-se também que nenhum há sido, até pouco, mais abandonado a si próprio. Não tenho dúvida de que está bem maduro para aceitar uma reforma que o integre, coletivamente na vida nacional.

Mesmo porque, tal como está a estrutura do nosso magistério oficial, jamais chegarão à cátedra plena inúmeras personalidades que nela fazem falta e que só a iriam honrar. É que não há lugar senão para um pequeno número, ficando a sobrar elementos de valor, uns que, por temperamento ou orgulho, não se submeteriam às forças caudinas do concurso, outros porque sobreerrestaram ao naufrágio das ilusões.



Esta cátedra de Literatura do Colégio Pedro II tinha que ser minha, e eu a conquistei porque quis. Há acontecimentos ou ações forjados no bojo da história com a força da inelutabilidade. A fim de esclarecer assertiva tão impertinente, permiti que vos fale um pouco de mim, mau gosto compreensível em ensejo como este.

Nascido e criado entre as ladeiras quadricentenárias, o doce céu azul e as praias marulhosas de minha adorável Bahia, que não posso recordar neste momento solene de minha vida sem a mais profunda

emoção, atingira depois da infância e adolescência felicíssimas, aos 30 anos, o ápice do desenvolvimento mental que a província propicia a um homem de letras. Naquele momento, consciente de minhas possibilidades e alimentando as mais legítimas ambições, senti avolumar-se-me no íntimo uma crise só compreensível a quem já viveu vida intelectual nas desertas, solitárias e esquecidas províncias brasileiras, vítimas do sistema funesto de centralização intelectual na metrópole. Penso, como Monteiro Lobato, que a Capital é uma espécie de câncer a sugar as energias do Brasil, e não lhes deixando às províncias nem o direito à vida.

A crise aludida, que faz o intelectual viver um drama de ordem psicológica, moral e intelectual dificilmente caracterizável em termos de definição, coloca-o de logo em franco desajustamento e conflito, cujo desfecho se dará segundo duas alternativas: ou a destruição — pois a tanto equivale a submissão, o conformismo, a perda do estímulo interior, a descrença na própria sobrevivência, a desesperança, o desânimo para o trabalho desinteressado do espírito, a submissão ao hábito, uma atitude de que-adianta-estudar-escrever, decorrente da indiferença do meio —, todo um complexo estado de alma contra o qual uma única reação existe e é a segunda alternativa: a ruptura, a libertação, a saída; ruptura que exige muito, porque importa na violentação de raízes fundamente fincadas e toda uma desambientação espiritual, emocional e física, a que só os seres fortes resistem.

Vivia eu aquela crise ao aproximar-se a quarta década de existência. Já pressentia a ameaça do esmorecimento e da filosofia do para-que-fazer-literatura, senão para servir de figura decorativa e de orador oficial nas festas cívicas. Dotado, porém, de uma inquietação e um inconformismo, que não sei bem se condições de felicidade ou desventura, imaginava a salvação numa fuga temporária. Quis o destino que essa oportunidade de viagem, impossível a quem, pela

pobreza da vida, não lhe poderia jamais aspirar, quis o destino que essa oportunidade feliz chegasse pelas mãos de um grande homem, que é também um grande amigo, Otávio Mangabeira, ao indicar meu nome para secretariar em Nova York a edição brasileira do *Reader's Digest*, as *Seleções*. Porta ampla abria-se para um horizonte desconhecido. Atirei-me por ela, não sem dúvidas e temores, mas com a coragem forte de quem pretendia tudo extrair da vida. Dura experiência aquela de um lustro em terra estranha, não como turista, mas participando da vida de toda a gente e de todo dia, no trabalho, no estudo, no sofrimento. Experiência equivalente à de um serviço de guerra, não fosse ela na realidade vivida durante todo o período da Segunda Guerra Mundial. Experiência duríssima, em país convulsionado e mobilizado, sobre ser estranho e de clima adverso, de costumes e sistema de vida diametralmente opostos aos nossos. Experiência que me marcou indelevelmente a alma, curtindo-a contra qualquer processo destruidor e enrijando-a para os futuros recontros com o destino. Estava curado. A crise provinciana fora superada e uma alma nova surgira, totalmente libertada dos grampos da timidez, da auto-desconfiança, da desorientação. Apareceu em mim um homem novo, que sabia o que queria, e estava convencido de que alcançaria a meta de suas aspirações.

Por isso, não posso deixar de beijar a mão generosa que me estendeu aquele grande espírito e aquele imenso coração, lembrando-se, no exílio, do jovem conterrâneo para a sua grande oportunidade.

Naqueles cinco anos, consolidou-se minha formação intelectual. Ao desarvoramento e falta de direção, substituíra-se uma convicção firme e uma diretriz lineira. Ao vício, tão comum entre nós, e de que participava, de borboletear sem pousada, foi-se opondo a tendência a restringir a mira, na certeza de que ninguém serve bem muitos senhores. Nada iguala para um intelectual o contato prolongado com

as universidades americanas. Na realidade, a universidade norte-americana é a oitava maravilha do mundo, e isso o afirma quem nutre um julgamento severamente restritivo sobre o sistema de vida americano, com o qual jamais se conciliou. Mas a universidade é coisa à parte. A ordem que põe numa cabeça, a capacidade que lhe reforça de pensar por si, a coragem que lhe consolida para assumir os riscos das ideias, a segurança de si mesmo e os trilhos firmes e retos com os quais lhe desafia a curiosidade e a perspicácia são efeitos que só sente quem os experimenta na própria mente.

Saí das universidades e, mais, de uma incansável observação dia a dia dos homens e das instituições, no ato de viverem e funcionarem, no trabalho e no divertimento; e, ainda mais, de um intenso contato com os meios intelectuais, com os escritores e artistas, dentro e fora das universidades, com a produção livresca e com as revistas de cultura e de vanguarda literária, saí inteiramente renovado, porque, da revolução por que passei, me encontrei a mim mesmo, achei o meu destino, o meu caminho, até então confundido com um labirinto de veredas ínvias, pelas quais me vinha desperdiçando.

Renunciando a uma situação para muitos invejável e de muitos cobiçada, e contra a opinião generalizada, deixei os Estados Unidos em 1947, confiante no futuro e certo de que aquele salto no escuro trazia a maior das resoluções fecundas e necessárias. Regressava ao meu País, de onde saíra em missão provisória de estudos e do qual, aliás, jamais me despregara de todo. Convencido de poder prestar um serviço à nossa cultura, na ordem literária e estética, espalhando aqui as sementes que acumulara, atirar-me-ia ao trabalho com toda a força de um temperamento combativo. Dois campos se me antolhavam, para o exercício da atividade literária que eu forcejava por fazer exclusiva, bem sabendo a que riscos me condenava num país em que o exercício puro das letras constitui antes que compensação um ônus

para o indivíduo que a ele se dedica. Em verdade vos digo, todavia, que não tenho nesse particular nenhuma queixa nem motivo de arrependimento, pois da atividade literária exclusiva, no magistério ou na imprensa, tenho tirado o sustento de minha família e doutra fonte não pretendo viver. Não me movem aspirações fora da literatura, e só uma personalidade marcante e aliciadora, que não convida mas convoca, tendo para isto sobre mim a autoridade paternal cimentada na amizade de infância com meu saudoso Pai, o Ministro Simões Filho, meu chefe e meu amigo, a quem rendo nesta oportunidade o preito de minha estima, só mesmo a sua capacidade de sedução é que conseguiria arrancar-me de minha torre de marfim – de minha *arrière-boutique*, como diria mestre Montaigne – para envolver-me na rede da administração educacional, onde o que me move é menos o gosto pela coisa pública e por interesses e ambições políticas e administrativas, que não alimento, do que o prazer e o dever pessoal de lealmente servi-lo.

Dois campos tinha assim à disposição para o exercício da literatura e a eles me lancei: o magistério e o debate pela imprensa e pelo livro. Ainda nos Estados Unidos, decidira-me a pleitear uma cadeira de Literatura onde quer que encontrasse vaga. Não faria mais do que prosseguir a vida de professor iniciada em minha terra natal, para a qual, pela oportunidade proporcionada em seu admirável colégio e pela sábia orientação pedagógica, fora decisiva a influência de uma figura extraordinária de mestra, a Professora Anfrísia Santiago, cuja personalidade e cuja obra a penumbra provinciana impede que o resto do Brasil aprecie devidamente.

Feliz circunstância facilitar-me-ia a consecução daquele objetivo de reingressar no ensino de Literatura. Conteí com o interesse e a simpatia de eminente conterrâneo naquele momento, ocupando a pasta da Educação e Saúde, o Ministro Clemente Mariani, cujo

nome aqui pronuncio com toda a reverência do apreço e da gratidão. Disponha ainda do patrocínio de meu querido amigo e velho companheiro de sonambulices literárias, na província, o escritor Eugênio Gomes, primoroso crítico e ensaísta que honra as nossas letras e que era então secretário do ministro da Educação. E foi consumado o projeto. Vaga estava uma cadeira de Literatura no Colégio Pedro II, conforme informava Nazaré Dias, diretor do Pessoal. Não fora pleiteada por ninguém, embora pudesse ter sido. Não tomaria assim o lugar de quem quer que fosse, o que para o meu código ético era de suma importância. Por outro lado, consciente embora que jamais me situaria à altura das tradições culturais da congregação do Pedro II, sentia-me capaz, todavia, de não envergonhá-la.

Desconhecido no ambiente magistral do Rio de Janeiro, não obstante já figurar na Crônica literária por livros e produções de imprensa, fui recebido no colégio com as naturais reservas que cercam o adventício paraquedista, que se supõe mero filhote extraído do bolso do colete ministerial e ao qual se propina uma boa sinecura. Tendo a cadeira havia muito saído do currículo, imaginou-se que a nomeação seria a repetição daquela de certa autoridade provinciana que, para premiar um afilhado político, o nomeou professor de Grego, na certeza de que, em localidade de interior, não iria dar na telha de ninguém vontade de matricular-se no curso de Grego. Qual não foi a surpresa, contudo, ao aparecer um aluno desejoso de aprender a língua clássica, sem embargo dos esforços insistentes do professor em dissuadi-lo. Só houve um jeito quando o mestre assustado se queixou ao protetor que o nomeara: para a tranquilidade do professor, o gremianíaco foi recolhido ao xilindró.

Não era das tradições desta casa recurso tão grosseiro. O que rezam as suas crônicas é expediente diverso, de que é farto o anedotário de Carlos de Laet. Consta que, ao ser nomeado para o colégio algum

oportunista da amizade oficial, o mestre do sarcasmo e da diatribe resolvia pôr à prova a sua capacidade, colocando-o de logo em bancas examinadoras ou expondo-o à malignidade dos estudantes nas salas de aula, o lugar precisamente onde se demonstra o professor. Muitos desistiam, ao primeiro choque, correndo a pedinchar sinecura mais fagueira. Salvava-se a dignidade do magistério, assim reservado a quem de vocação.

Presumo haver passado na prova a que me submeteram, estou certo de que, no meu caso, por nímia generosidade para comigo e pelo interesse de assegurar a minha estabilidade, os diretores de então e hoje meus prezadíssimos amigos e colegas dessa nobre congregação, os Professores Gildásio Amado e Jurandir Paes Leme. Tendo-me sido designadas várias turmas de duas disciplinas diferentes, é-me lícito inferir que foi razoável a conta que dei do encargo, pela assiduidade e pelo capricho no desempenho da missão, que por certo não escaparam à severa vigilância dos responsáveis pelas duas casas do colégio. O mesmo terá ocorrido com o novo diretor do internato, Professor Vandick Londres da Nóbrega, que, antes de me ter sido proporcionada a ocasião de conhecê-lo pessoalmente, por um gesto espontâneo demonstrou para comigo a simpatia transmutada hoje em para mim honrosa amizade. E com esse sábio mestre, queridíssimo de todos nós, o Professor Quintino do Vale, glória desta casa, que percorreu nela todos os degraus, que é uma verdadeira encarnação de seu espírito e de suas tradições e que, como orientador compreensivo e vigilante do ensino de Português no internato, houve por bem lobrigar alguma utilidade na modesta cooperação que lhe oferecia, a ponto de também passar a envolver-me, para minha vaidade, pelo amplexo de sua generosa estima. O fato é que a pouco e pouco a suspeita foi cedendo o lugar a generalizada simpatia, até

que, em dois anos, havia conquistado, não só a confiança da congregação, mas também a amizade de seus membros, a ponto de alcançar a situação singularíssima de não ter contra mim uma voz discordante, uma divergência, como sói ocorrer em casos que tais. Como não sentir real desvanecimento, a acrescentar-se ao orgulho de pertencer a essa ilustrada confraria? Cochicha-se por aí, como sendo razão para reproche, o fato de um candidato a concurso contar com a simpatia da congregação. Os que isso alardeiam denotam apenas o sentimento do fracasso em não lograr, por deficiências pessoais, aquilo que muito desejariam. Porque, em verdade, a simpatia de uma agremiação douta por si só constitui um galardão, não obstante ser insuficiente para a decisão do prélio. Assim, permiti que reitere, é para mim motivo da maior ufania penetrar os aureolados umbrais desta casa debaixo de aplauso amigo e irrestrito.



A nomeação interina foi o primeiro passo de um longo trabalho para a revalorização da cadeira e possível restauração da disciplina de Literatura no currículo secundário, trabalho a que me atirei, sabendo ir ao encontro do desejo e do interesse da colenda congregação do Colégio Pedro II, expresso na moção unanimemente aprovada e apresentada ao ministro da Educação, no sentido de manter no colégio o ensino facultativo, ou de extensão cultural, de Literatura e Línguas Grega, Alemã, Italiana, tal como é da tradição do estabelecimento padrão do ensino secundário no País. Não seriam poucos, no entanto, os óbices que se deparariam a essa revalorização.

Um risco muito sério tivemos que enfrentar quando do projeto de lei que percorreu vitoriosamente as duas casas do Congresso,

segundo o qual o provimento das cátedras seria permitido por transferência de titular de cátedra congênere de estabelecimento estadual. Liquidar-se-ia, destarte, o princípio da oportunidade para todos, facultado pela exigência constitucional do concurso. No meu ativo de contribuições ao assunto, figura o esforço no sentido de derrotar aquela lei. Se as duas casas do Congresso lhe deram aprovação, foi graças ao meu apelo ao nobre Ministro Clemente Mariani que se obteve o veto presidencial ao projeto. Posso revelá-lo agora, não sem certa vanglória, já passado o perigo, porque minha participação no caso não decorreu de interesse ilegítimo, mas do respeito à lei, que no caso era a liberdade do concurso.

Vencido esse obstáculo, ficou a situação consolidada com o Decreto nº 26.925, de 21 de julho de 1949, que, reestruturando a distribuição das cátedras no colégio, ratificou a existência de disciplinas facultativas, entre as quais a de Literatura. Não preciso insistir em que, também para a articulação desse decreto, não foi pequena a parte de que me desincumbi.

Tudo isso, minhas senhoras e meus senhores, não teve o objetivo inconfessável de empalmar uma cátedra. Meu intuito era disputá-la, como vim a disputá-la. Pelo caminho estreito e pedregoso do concurso, de um concurso que veio a ser memorável e de repercussão nacional. Bem desconfio que a amizade, hoje para mim gratíssima, do circunspecto diretor do externato e presidente desta colenda congregação, Professor Gildásio Amado, eu a conquistei numa tarde, quando ele se esforçava por obter do ministro a autorização para abrir os concursos às numerosas cátedras vagas e compreendeu que os nossos pensamentos se afinavam na preocupação de não eternizar-me na interinidade.



Resta, contudo, neste trabalho de revalorização do ensino literário na educação média, uma última etapa, para galgar a qual estou firmemente decidido agora. Trata-se de dar independência no currículo secundário à disciplina de Literatura, libertada da de Português.



Dois tratamentos têm viciado fundamentalmente o ensino da Literatura: o histórico e o filológico. Habituaamo-nos, de um lado, a considerar o ensino da Literatura como ensino de História literária, isto é, a exposição da ambiência histórica, social ou econômica, que teriam condicionado a produção da obra, e da vida do seu autor, em todos os pormenores exteriores. Tal orientação decorreu das premissas estabelecidas pelo “positivismo” oitocentista, pelas teorias deterministas, que tiveram em Taine e Brandes seus maiores propagadores em literatura, e pelo biografismo literário de Sainte-Beuve. A obra em si mesma era desconsiderada, só servia na medida em que concorria para explicar o autor ou a época. A História literária tinha essa denominação, mas em verdade era mais História do que Literatura, relacionando-se com esta apenas, muitas vezes, por ser um catálogo dos nomes de escritores. Ou, quando muito, porque consistia numa coletânea de ensaios críticos, sem qualquer nexa a articulá-los, sem a menor atenção ao problema que deve ser central na verdadeira História literária — o da descrição da Literatura como Arte, nos seus gêneros, na sua evolução, nas suas leis. Esse é o critério historicista no estudo da Literatura.

A outra perspectiva é a filológica. A literatura serviria apenas como texto de estudo da Linguagem. E essa orientação é a que predomina na maioria dos professores de vernáculo, de mentalidade predominantemente filológica, que identificam análise literária com análise

gramatical, estudo do estilo, do ponto de vista da Estilística e da Literatura, com análise sintática ou levantamento de vocabulário. E por isso é que a escola transforma para sempre Camões e outros grandes escritores em verdadeiros suplícios da alma juvenil.

Os dois vícios, aliás, não foi só no ensino que se introduziram. Podemos vê-los associados na técnica da edição crítica que a metodologia alemã do século XIX, de cunho positivista, espalhou pelo mundo. São edições de clássicos, entulhadas de um aparato de notas e notinhas, que tornam a leitura da obra um penoso sacrifício, notas essas exclusivamente de cunho filológico ou histórico: comentários ou explicações das formas gramaticais, sintáticas ou prosódicas, ou de passagens da vida do autor. Ressalta de tudo um conflito entre a Crítica e a erudição, entre a Literatura e a História, entre o gosto e o conhecimento, entre o detalhe e o significativo, entre a arte e a ciência, entre a pesquisa e a interpretação, entre o humanismo e o industrialismo, como se o tijolo, no dizer de alguém, resumisse a catedral, e como se a edição crítica não devesse, acima de tudo, ser interpretação.

Essa deformação do estudo literário foi consagrada entre nós pela diretriz que regulou o ensino de Português no curso secundário, ao fundir o aprendizado da Língua com o de Literatura e História literária. É o programa vigente desde 1943 para os cursos clássico e científico (Portaria no. 87). O intuito era corrigir o ensino de Língua, puramente gramatical, pelo estudo do idioma no texto literário, isto é, a língua no ato. A matéria literária seria, para isso, meramente informativa, a fim de situar e esclarecer as obras analisadas pelo comentário filológico e gramatical. No entanto, não se compreendeu o espírito da reforma, e, como tudo se deturpa neste País, a função designada para a literatura no curso secundário reduziu-se ao fornecimento de dados históricos, sociais e biográficos. O ensino de

Português no segundo ciclo passou a ser exclusivamente o estudo histórico das Literaturas Portuguesa e Brasileira, calcado sobretudo nas biografias dos autores. Temos presenciado este fato criminoso: dezenas e dezenas de biografias sucintas dadas a memorizar aos alunos na suposição de que se está ensinando Literatura. Na verdade, com isso apenas fornecemos prova de que laboramos em lamentável equívoco: confundimos o fato histórico — a vida dos escritores, o meio social, histórico, político — com o fato literário, que são as obras literárias elas próprias. Pois bem, tal erro tem sido de duplas e funestas consequências: nem se dá atenção ao ensino da Linguagem nem ao da Literatura, e o aluno não aprende uma e detesta a outra. A orientação, contrária a toda a doutrina mais recente e mais autorizada em pedagogia literária, redundou num fracasso sem precedentes, gerado pela mistura do ensino de várias disciplinas como se foram uma só. E disciplinas que exigem formação, métodos, terminologia e perspectiva diferentes, por parte dos que as professam. O caráter híbrido do programa tornou-se um elemento perturbador, os educandos não tirando proveito no terreno literário, nem no linguístico, e os professores acabando por não se especializarem em suas respectivas disciplinas, desestimulados pela escapatória de transmitir sumárias biografias de escritores, em vez do estudo direto dos textos, seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista literário.

O fato é que a separação das disciplinas se impõe, não só pela sua natureza diversa, como por ser dessemelhante o objetivo por elas colimado, e até porque a mentalidade dos professores é diferente, havendo excelentes mestres de língua que são péssimos de belas-letas, e vice-versa, fato que concorre para aumentar a confusão e o prejuízo didático.

Em todos os centros mais esclarecidos, o ensino da Literatura emancipou-se da História e da Filologia. Inglis, em seu famoso livro

sobre a educação secundária, refere-se de modo explícito e positivo à deplorável fusão do ensino da Literatura e da Linguagem, considerando que são tão distintos quanto o de quaisquer outras disciplinas. “O ensino da Linguagem visa a desenvolver a capacidade de usar a língua como instrumento de comunicação, enquanto o da Literatura pretende acentuar o aspecto estético e moral da obra e desenvolver hábitos não profissionais de leitura”. Acentua ele, ainda, que a confusão constitui um dos mais sérios obstáculos ao ensino das matérias no curso secundário, pois

“de um lado, resulta numa tendência a subestimar o estudo da Linguagem ou a tratar dele apenas incidentalmente em conexão com o estudo da Literatura; do outro, leva a considerar um texto literário meramente como base de estudo linguístico, interferindo destarte com a realização dos objetivos distintos do estudo da Literatura”.

No plano médio, o ensino literário, como assinala outro tratadista, Morrison, não visa à informação histórico-literária, mas a desenvolver a apreciação ou a discriminação entre o bom e o mau, para criar o senso de preferência pelo melhor, isto é, o cultivo do gosto. Por isso, há que basear-se no elemento estético, não apenas no gramatical, existente na obra.

Tal como está o programa, a Literatura fazendo parte da disciplina de Português, a subordinação de objetivos é evidente da primeira à segunda, com graves danos para a formação literária, sem que se obtenha o menor benefício, como pode testemunhar quem quer que tenha experiência de ensino atualmente, no campo da Linguagem. Por tudo isso, é que se impõe a modificação do sistema, separando-se as duas disciplinas e os dois programas.

A proposta que, em breve, terei oportunidade de levar à Congregação do Colégio Pedro II, a fim de que seja submetida ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, consiste em transformar-se em Literatura, como disciplina autônoma no currículo secundário, a última série da de Português, isto é, a 3.^a dos cursos clássico e científico, cuja matéria programada já é de fato toda ela de Literatura, restando apenas ser efetivada a transformação de direito, por força de uma disposição legal. Tirar-se-ia do programa de Português das duas primeiras séries do segundo ciclo o assunto literário estrito, sem que, com isto, se descontinue o ensino de Língua à base de estudo dos textos, mediante o comentário filológico-gramatical. E concentrar-se-ia a matéria literária num programa para um período letivo – o das 3.^{as} séries clássica e científica –, pois não há necessidade de mais para ministrar um mínimo de noções literárias indispensável à formação humanística do aluno de grau médio.

O ensino tradicional da Literatura consiste em estabelecer largos panoramas das várias literaturas nacionais, como organismos isolados, desenvolvendo-se a exposição em ordem cronológica. Esse critério enciclopédico de estudar a Literatura pela História literária tende a ser substituído por uma orientação funcional, que alargue o âmbito e o objetivo do treino de modo a dar ao ensino um sentido humanístico, encarando-se a Literatura pelo estudo de algumas obras-primas representativas dos grandes gêneros, dos principais movimentos e correntes, e tanto quanto possível segundo o critério comparatista em relação às outras artes – Música, Pintura, Arquitetura, Escultura, etc. –, no pressuposto muito justo, como assinalam vários críticos, entre os quais Thomas Monro, em notável livro recente, de que há uma unidade e interdependência nas artes, pois cada geração modela suas catedrais e esculturas, seus retratos e sinfonias, danças e poemas à sua própria imagem ou à imagem de seu ideal peculiar, comunicando-lhes uma semelhança espiritual interior.

É uma concepção que visa a incorporar a Literatura num plano orgânico e vital de ensino. Sua ideia básica é a de preferir a profundidade à extensão, compreendendo-se que é mais eficiente, no interesse da formação literária, estudar bem algumas figuras, obras ou uma época, do que toda uma literatura nacional, e que é preferível encará-la por cortes transversais do que por exames panorâmicos e superficiais. Consoante tal orientação, pode-se fazer um curso de Literatura em um ano letivo.

O projeto que reivindicarei não me trará senão encargos e deveres, pois, de professor de uma disciplina facultativa, passarei, se vingar, a ter exercício obrigatório no currículo. Estou certo, porém, que não falo somente em meu nome, mas também no do meu colega de cátedra o Professor Álvaro Lins, ao defender essa nova situação, dispostos como estamos a servir o ensino em nosso País com os recursos que Deus nos deu. Não quero, ao mencionar o nome de Álvaro Lins, deixar passar esta oportunidade para mais uma vez proclamar o quanto me sinto desvanecido ao tê-lo como companheiro na posse de cátedras tão ilustres neste memorável estabelecimento de educação, por tantos e tão gloriosos títulos e nomes ligados à literatura nacional. Sobra-me consciência de nossas responsabilidades perante a Nação ao termos entrada neste sodalício como escritores, como críticos literários, como homens de letras. Quaisquer que tenham sido as nossas divergências no passado, e que considero enterradas no desvão das más memórias, se algum ressentimento me tivesse restado, bastar-me-ia, como suprema vingança do destino, o fato de que ele me terá que aguentar a seu lado o resto da vida, circunstância para mim extremamente agradável.



O problema da Literatura, entre nós o seu futuro, a sua consolidação, a sua maioridade, estão a depender sobretudo do estudo e do ensino de Letras. Essa ligação da Literatura com o ensino – secundário e superior de Letras – é assunto sobre que se tem muito escrito, e países há nos quais certo excesso de subordinação das letras à vida universitária cria verdadeira esclerose que impede o florescimento literário. Neles, existe mesmo uma reação contra esse exagero, considerado um empecilho à espontaneidade e à originalidade.

No Brasil, todavia, o mal reside antes na falta de ensino. Se em outros países a disciplina universitária causa embaraços, em nosso meio, onde não existe ensino literário, ela se faz necessária urgente e imperiosamente. Não *estudamos* a Literatura, apenas *lemos* literatura, inclusive os homens de letras, na formação dos quais são a regra o autodidatismo e o diletantismo.

As novas gerações no Brasil começam a compreender que a Literatura pode ser objeto de estudo. Mas há outra noção que carece repetida e difundida: a de que o homem de letras, o criador e o intérprete de literatura – poetas, romancistas, dramaturgos, críticos, ensaístas –, devem basear sua formação no estudo da Literatura mercê de cursos sistemáticos e especializados. Entre nós, a teoria dominante é de cunho romântico: acreditamos mais nas reservas da espontaneidade, da originalidade, da inspiração inconsciente, das forças telúricas, como fontes de criatividade literária. O autodidatismo, a leitura desordenada e a esmo, é o sistema de aprendizado vigente entre nós. A ele, devemos as deficiências de nossos escritores, a ausência de método e sistematização em nossa mente de homens de letras, as falhas da literatura e sua falta de calado. Esses e outros defeitos são passíveis de correção à custa de aprendizado sistemático, nos cursos secundário e superior.

É claro que não se pretende, com o ensino de Letras, instalar uma fábrica de literatos. O objetivo em mira é apenas disciplinar o estudo

da Literatura para uma formação literária mais consciente, refletida e metódica. Não se criarão escritores, que já nascem com a inclinação; mas se formarão melhores escritores, mais seguros de sua técnica, com uma cabeça mais disciplinada, cultivada e metodizada, mais dominadores da própria inspiração, com maiores recursos de mobilizá-la e veiculá-la. Essa é a finalidade dos cursos não de História literária simplesmente, mas dos cursos especiais daquilo que a Língua Inglesa designa como *writing*, isto é, de ensino das técnicas da Poesia, da Ficção, do Drama, a futuros escritores que destarte adquirem o *craft* de sua arte.

A criação envolve um problema de técnica, a partir do momento em que o espírito criador se projeta sobre o material a ser modelado em obra de arte. O artista é também um artífice, e há um aspecto técnico na Poesia, no Romance, no Teatro, na Crítica, afirmação truística mas necessária entre nós, pois concebemos a criação literária como partida exclusivamente do talento improvisador, da espontaneidade vocacional. Daí desdenharmos o aspecto técnico da obra, o trabalho de artífice, o *métier*. Pois é precisamente o aspecto técnico da produção que se pode aprender, aquele que se absorve pelo estudo e se ministra pelo ensino. O poeta já nasce feito, jamais porém será um grande poeta se, pela observação e análise das obras mestras, não aperfeiçoar a sua técnica e o seu instrumental, pelos quais dominará a matéria-prima.

O ensino sistematizado de Letras terá ainda como resultado entre nós a criação de uma “consciência crítica” entre os escritores. Porá por terra a crença romântica na inspiração inconsciente como origem exclusiva da arte literária. Realizará aquilo que um crítico americano denominou a morte do mito de uma literatura autóctone, de conteúdo primitivo e selvagem, produto do gênio local, virgem, indisciplinado, que é ideia comum no continente americano. Essa consciência crítica corrigirá a atitude acrítica e empírica no tratamento da Literatura,

graças à valorização, pela educação, da tradição válida, do “passado útil”, que contrabalance as forças telúricas locais, amalgamando tradição e gênio local para a produção de uma literatura madura e consciente, não simplesmente empírica. A inteligência crítica é, por assim dizer, sinônimo de espírito científico, e é precisamente esse espírito, esse método científico em aplicação ao estudo literário, que se adquire nos cursos sistemáticos de Letras. O professor de Literatura tem função essencial de todo em todo idêntica à do crítico de literatura, disse em artigo recente um crítico norte-americano, Mark Schorer. E é tão identificada a função de um com a do outro, que se vem observando, recentemente, um movimento de entrada dos críticos e da Crítica para o ensino da Literatura, transmutada ela em Ciência da Literatura. Identificando-se o ensino de Letras com o exercício superior da Crítica, disporemos de um instrumento poderoso de auxílio à criação racionalizada, pela formação de um clima de autocritica nos autores e, do outro lado, de uma arma decisiva para a formação de um público, que será dotado de um padrão médio de gosto, policiado e exigente, mais apto a compreender e apreciar a arte literária autêntica e, portanto, mais exigente em relação ao artista.

Vemos, pois, minhas senhoras e meus senhores, o papel relevante que está reservado ao ensino de Letras bem entendido e segundo critério moderno e vivo. É, na realidade, um fator de alevantamento cultural e de melhoria da própria literatura, visto que os futuros autores e escritores, bem como o público, sairão dos quadros de alunos e professores de Letras.

O Colégio Pedro II está, pela sua história, estreitamente vinculado à história da Literatura Brasileira. Por aqui passaram, como professores ou como alunos, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Caetano, Joaquim Manuel de Macedo, Alfredo Taunay, Álvares de Azevedo, Franklin Dória, Fernandes

Pinheiro, Coelho Neto, João Ribeiro, Carlos de Laet, Mário de Alencar, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Farias Brito, Rio Branco e quem mais será necessário mencionar para que se justifique o orgulho de quem lhe penetra o pórtico como catedrático, sentimento este só comparável em força à noção de responsabilidade e ao compromisso que nos obriga o fato de termos antecessores tão ilustres. Em verdade, o Colégio Pedro II, além desta aliança com a literatura nacional pelos grandes vultos de seus mestres e alunos que dela participaram, sempre exerceu outro papel através do ensino de Letras, no desenvolvimento de nossa cultura literária. Assim é que, fundado pelo decreto da Regência Imperial a 2 de dezembro de 1837, logo no ano seguinte foi instituída a cadeira de Filosofia e Retórica, sendo seus ocupantes, primeiro, Joaquim Caetano da Silva e em seguida Tibúrcio Antônio Carneiro, Santiago Nunes Ribeiro e D. Francisco de Paula Menezes. Em 1857, desdobrou-se a cadeira de Filosofia, surgindo a de Retórica e Poética, sendo ocupada por D. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Em 1870, exerceu-a Ramiz Galvão, e em 1878, já transformada em Retórica, Poética e Literatura Nacional, ocuparam-na o Dr. Franklin Augusto de Menezes Dória, Barão de Loreto, e o Dr. Joaquim Maria Velho da Silva. Em 1890, Carlos Ferreira França foi nomeado lente de Literatura Nacional, cadeira que, por decreto de 1898, recebeu a denominação de Literatura Geral e Nacional, nela confirmado o Professor França. Em 1903, tornou-se privativa a cadeira de Literatura, tendo sido para ela transferido o Professor Pinheiro Guimarães, catedrático de Português do internato. Também ministraram o ensino literário, por esse tempo, Coelho Neto e Julio Nogueira. Extinguiu a cátedra a Reforma Rivadávia, em 1911, sendo restabelecida, em 1931, com a Reforma Francisco Campos, quan-

do a exerceram ainda Pinheiro Guimarães e, interinamente, Manuel Bandeira e Álvaro Lins.

Meu antecessor na cátedra de Literatura do internato foi o Professor Francisco Pinheiro Guimarães, antigo aluno do colégio, mestre eminente de Medicina e de Humanidades e chefe de uma ilustre progênie de professores. A biblioteca que doou ao internato, guardada na sala que tem o seu nome, é patente prova de bom gosto e sólido saber humanístico. Seus trabalhos e sua atuação na vida pública refletem um espírito preocupado com os grandes problemas nacionais.



Assim, quer sob a rubrica da velha Retórica, cuja reabilitação em novos moldes no ensino é uma necessidade, que sinto aqui, como sentem muitos mestres da literatura em todo o mundo; quer sob a denominação de Literatura, antes da fusão com a cadeira de Português; ministrou o colégio o ensino literário. Sabemos quão importante é, em nosso País e, de modo geral, nos países latinos, a tradição literária, para não compreendermos que aí está o caminho da verdade. De minha parte, proclamo-o alto e bom som — não é outro o meu desejo e intenção senão o de servir a Literatura Brasileira, a todo o poder que eu possa, pois que para aqui vim por livre escolha, após resistir a todas as tentações e solicitações da política e da administração. Sim, esta foi uma escolha que eu fiz, o que significa ainda maior obrigação de minha parte em relação ao ensino e à Literatura. Meu passado de intelectual é uma garantia de fidelidade aos compromissos travados comigo mesmo e até hoje não falhei. É de todos conhecida minha posição intelectual e as atitudes que tenho assumido. Sobretudo, é notória a campanha que venho há anos mantendo pela melhoria de nossos hábitos literários e padrões de produção. A ninguém será lícito esperar

que me venha desvestir agora de minhas ideias e pontos de vista. Serei o mesmo batalhador, o mesmo intelectual, o mesmo homem. Desta nobre tribuna e desta cátedra gloriosa, com os alunos, no livro, na imprensa, hei-de clamar em favor da Literatura. Bem sabeis quão severo é o meu julgamento sobre a vida brasileira, que é, no dizer de alguém, um beco mesquinho e sujo. Pois bem, só acredito na possibilidade de correção ou saneamento desse estado de coisas pelo estudo. Só com uma atitude diferente, um conceito diverso da Literatura, unicamente possível mercê do estudo sistemático e da aquisição de um grave espírito científico, é que lograremos matar a literatice das panelinhas, dos cafés e bares, a literatice da piada e do epigrama, o diletantismo dispersivo e improdutivo. É a mudança que espero para o nosso País no terreno literário e que confio realizarmos com tempo. Para esse bom combate, aqui estarei alerta, na estacada, inspirado nos exemplos de lutadores da marca de Sílvio Romero, João Ribeiro, Carlos de Laet.

E a melhor inspiração que me proporcionaram é a de falar francamente. Formo sem hesitações nem dissimulação no grupo de nossos homens que olham para o Brasil com amor porém sem receio de ver as suas coisas como realmente são. Pertencço à equipe dos que não se ufanam levemente de seu país, dos que não se nutrem de ilusões e falácias, dos que não gostam de fingir ou mentir a si próprios. Filio-me ao partido dos homens desagradáveis, que preferem falar o que pensam, sem reboços, apontando as fraquezas para correção em vez de fazer das fraquezas forças. Fato curioso que ocorre conosco é que, na intimidade, não temos reserva de usar sinceridade na análise e escarpelamento de nossos males. Mas, em público, afigura-se-nos falta de patriotismo falar outra linguagem que não a do faz de conta nacional e do ufanismo.



Minhas senhoras e meus senhores, consenti que, por último, sufoque no mais recôndito de meus porões psíquicos, nem que seja por um instante, o negro olhar do pessimista, para fazer falar o coração. Já vos dei a entender que sou devoto cultor da religião da amizade. Desejo acrescentar que me considero mesmo um produto exclusivo da amizade; e a minha vida, um fruto de amigos que prezo acima de tudo.

Nenhum bem na vida lhe supera, à amizade, já nos ensinara o príncipe dos prosadores latinos: “Ego vos hortari tantum possum, ut amicitiam omnibus rebus humanis, anteponatis; nihil est enim tam naturae aptum, tam conveniens ad res, vel secundas, vel adversas” (Cícero, *De Amicitia*, 17). Nenhum será tão bem adaptado a nossa natureza, e melhor lhe convirá, na ventura e no infortúnio, a tal ponto que, é ainda Cícero quem fala, a vida seria indigna ou mesmo impossível sem ela: “Sine amicitia vitam esse nullam, si modo velint aliqua ex parte liberaliter vivere” (Cícero, *op. cit.*, 86).

Meu pai foi o primeiro e o maior de meus amigos, e é sufocando lágrimas de uma saudade infinda que neste momento recordo sua imagem querida. Foi ele o meu grande amigo, o meu amigo. A mágoa sagrada de havê-lo perdido jamais se me apagou da alma.

Ainda estou a vê-lo, nos últimos tempos da existência, grande pássaro malferido na sua sensibilidade de artista e rendido na sua extraordinária vitalidade; ainda estou a vê-lo, e é uma recordação que me contrista, ainda estou a vê-lo entregue a si mesmo pela nossa sociedade injusta, regida por normas de individualismo econômico, que abandona o homem à sua própria sorte, pois não lhe importa aquele que não tem êxito financeiro, seja qual for o montante de serviços prestados à coletividade. Não me é possível esconder o ressentimento ao lembrá-lo, e aqui, em público, diante de vós, como fazem os adeptos do credo religioso de Oxford, formulo uma confissão em voz alta para libertar-me de um pecado, o de que me esforço por

arrancar o máximo da sociedade como uma revanche pelo que ela lhe ficou devendo.

Outros amigos foram meus amigos, amigos de infância e adolescência alguns, e já tive ocasião de definir-me como um fiel aos credos de minha infância, amigos de mocidade, amigos de companheirismo ginasial e acadêmico, que todos eles ainda hoje os cultivo como o melhor prêmio de nossa vida — um Jones Seabra, um Catão Newton da Costa Pinto Dias, um José de Oliveira Dias, um Hilderico Araújo, os Madureira de Pinho, um Orlando Gomes, um Jorge Olivais, um Fernando Tude e outros mais tarde, um Eugênio Gomes, um Osmar Gomes, um Anísio Teixeira, um José Valadares, um Godofredo Filho, um Carvalho Filho. Seria um desprimor de minha parte não referisse alguns mestres, três dos quais também amigos exímios e que, durante os anos de escola superior, marcaram minha formação do selo de sua personalidade singular: Euvaldo Diniz Gonçalves, o cientista, o meticoloso professor, o humanista, o grande coração e sobretudo o homem de caráter, do tipo dos que preferem quebrar a torcer; Aristides Novis, artista inigualável da palavra, espírito sedutor e personalidade encantadora de professor; Prado Valadares, talento fulgurante e figura marcante que deixou um traço indelével de influência em quem quer que dele se haja aproximado mais intimamente.

A este e outros mestres da velha Faculdade de Medicina da Bahia, ao famoso espírito daquela escola que é uma estupenda forja de mentalidade científica, reconheço dever um dado fundamental de minha consciência. Em meus momentos de meditação solitária, surpreendo-me constantemente a fazer esta verificação: minha preocupação com uma base científica para a Crítica e o estudo literário, com a metodologia científica e com a ciência literária, encontra explicação remota na parte que tiveram em minha formação mental as ciências biológicas e obras imortais como a de Claude Bernard. Apesar de me haver

distanciado da Medicina, é justo pensar em que não é impunemente que se despendem seis anos dos mais aquisitivos da vida em contato estreito com o método e os problemas das ciências exatas, com a precisão e a objetividade, com a experiência e a observação, com a humildade do melhor espírito científico.

Por último, *last but not least*, esse príncipe dos amigos, Roberto Bandeira Acioli, que me saúda, com a sua generosidade em nome deste nobre corpo congregado. Educado pelo seu grande pai no leite de eterna inspiração humanística da latinidade, o nosso primoroso companheiro afeiçoou o espírito a todas as virtudes que fazem da amizade a fina flor da civilização humana. É muito à vontade que falo de um amigo mui caro ao meu coração, desses cujo convívio é um constante encantamento, conhecedor consumado de todos os segredos do código da amizade – a lealdade, a fidelidade, o respeito pela pessoa do amigo, a benevolência, a tolerância, o desinteresse, a cordialidade, a simpatia, a doçura no trato e essa faculdade de se anular, de se retrair, de não se impor, que é o fundamento da amizade, só encontrada, segundo Cícero, nos indivíduos autênticos, não dissimulados, dotados de confiança em si mesmos e independência. Sabe ele que não é por lisonja que o afirmo, pois o mestre latino lhe terá ensinado que não são próprias da amizade a adulação e a baixa complacência. A amizade só é possível sobre o fundamento da virtude, disse Cícero, “*sine qua amicitia esse non potest*”, isto é, a amizade só pode existir entre homens de bem, “*sed hoc primum sentio, nisi ni bonis amicitiam esse non posse*”, a que ecoa Montaigne, “*L’amitié ne se met jamais qu’entre gens de bien*”. É esse tipo de amizade que desejo louvar em Roberto Acioli, uma amizade cimentada por uma reciprocidade de cuidados e assistência, afeição e conselhos e nascida de uma comunhão de gostos, de um parentesco de espírito e de uma identidade de inclinações, bem diversa da cumplicidade e da aliança

selada por compromissos inconfessáveis e por manobras escusas que degradam e corroem a independência. Nada mais agradável, “*nihil est enim remuneratione benevolentiae*”, nada mais compensador do que a amizade, nada que mais enriqueça a alma.



Nos últimos anos de sua vida, residia Samuel Taylor Coleridge, personificação verdadeira do gênio da Crítica, a maior figura da Crítica Literária de Língua Inglesa e quiçá de todas as línguas, residia num subúrbio londrino ao norte da cidade, Highgate. Certa tarde, andava então pelos 42 anos, passeava ele em companhia de um amigo, esmigalhando o ser em palavras como era próprio do espírito da conversa que nele residia, quando se aproxima, para um encontro de alguns instantes, e que seria memorável na história das letras, estoutra figura mágica de artista, John Keats, então com 24 anos, dois antes de morrer. Foi a única vez que se encontraram, encontro fugaz de Ariel com a Sabedoria, e passaram um pelo outro como dois navios iluminados varando o negror da noite. Naqueles minutos, Coleridge falou de tudo, relembrou Keats mais tarde, rouxinóis, poesia, metafísica, sonhos, pesadelos, monstros, fantasmas, diferença entre a volição e a vontade, mil e um assuntos e episódios, que o poeta escutou meio embevecido, meio assustado, meio estonteado, dir-se-ia com mais justeza, a ponto de afastar-se dele para, mais adiante, um pouco, voltar e apertar-lhe a mão, dizendo: “*Let me carry away the memory, Coleridge, of having pressed your hand!*” (“Quero guardar para sempre, Coleridge, a lembrança de ter-lhe apertado a mão!”)

Minhas senhoras e meus senhores, serei fiel a vossa homenagem, à homenagem de vossa generosidade e ao aconchego de vosso carinho, guardando para sempre a memória de haver-vos apertado a mão.

❧ Tradição e Futuro do Colégio Pedro II. Aula Magna (1961)

Proferida pelo Professor Catedrático Afrânio Coutinho, em sessão solene no dia 24 de março de 1961. Neste texto, Afrânio Coutinho resalta a importância do Colégio Pedro II para a educação da juventude brasileira. Torna a criticar o sistema de concurso e aponta, como solução para a crise vivenciada pela instituição, a descentralização administrativa e didática, ou seja, a autonomia da reitoria e do colegiado nas decisões relativas ao colégio. Com mestria, ele aponta os problemas que assombram o Colégio Pedro II e, ao mesmo tempo, mostra as soluções que acredita levarem à reforma que irão propiciar a manutenção daquela que chamou de “regra de ouro” da instituição: “O necessário hábito de mandar sem despotismo e obedecer sem servilismo.”

Em 1873, ao findar o ano letivo no Colégio Pedro II, entre os bacharelandos que deveriam colar grau, figurava um jovem que fizera um curso brilhante e viria a ter enorme papel na história intelectual do País: Raimundo Teixeira Mendes. Estudara no internato como aluno gratuito e, no instante de prestar o juramento de estilo, recusou-se a fazê-lo por discordar dos seus termos. Rezava o compromisso que o bacharelando se obrigava a “manter a religião do Estado, obedecer e respeitar ao imperador e às instituições vigentes, concorrendo quanto possível para a prosperidade do Império”. O futuro chefe do Positivismo no

Brasil, já a esse tempo impregnado das ideias novas que varriam o País, concorrendo para o surto de progresso intelectual e material que marcou a segunda metade do século XIX, confessou mais tarde que foi no 7.º ano do Colégio que sentiu “a ruína das minhas crenças teológicas”, ao mesmo tempo que compreendia “o antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas, o fator preponderante de minha emancipação intelectual”. O curioso mais a assinalar, para bem caracterizar a situação, é que, ainda na confissão de Teixeira Mendes, aquele antagonismo lhe foi revelado por um livro do jesuíta Ramière, “cuja leitura me seria proporcionada pelo atual Revmo. Sr. Bispo de Mariana, então vice-reitor daquele internato”.

Nenhum fato mais significativo se poderá referir para definir o que constitui o espírito do Colégio Pedro II. Sim, esta casa tem uma alma, um espírito, argamassado através de mais de um século de sua existência de forja de mentalidades dinamizadas pela perpétua ânsia do belo e do bem e pelo idealismo sem fadigas. E esse espírito é um misto de altivez, independência intelectual e consciência democrática. E é esse espírito que não consente medrarem aqui a intolerância e o facciosismo político ou religioso, nem tampouco os preconceitos de classe, raça ou credo. É uma casa do Brasil, para o Brasil, dos brasileiros, para os brasileiros. Uma instituição como esta não permite que se lhe tente pisar, malbaratar o seu patrimônio moral e espiritual, amesquinhar a sua glória. Uma instituição não tem dono. Nela, não se manda: governa-se. Pelo seu espírito, ela repele todos os que pretendem apossar-se dela, tentando tornar-se seus proprietários. Nem mesmo seus administradores e dirigentes, os seus altos conselhos ou o seu colegiado, se devem considerar donos dela, como um pertence doméstico. Ela não é de ninguém,

porque é uma propriedade coletiva, pertence à sociedade que a gerou, fez crescer e nutriu. E, quando uma instituição atinge a situação de ser um patrimônio da coletividade, ninguém a logra destruir.

O Colégio Pedro II é um desses casos típicos. Quem aqui recebeu a Ciência e plasmou a consciência, e os que não tiveram essa dita, mas a ele se ligaram como a sua casa da maturidade, aquela que se escolhe para viver, tanto quanto a família que se constrói, todos sentimos a alma desta instituição. Uma alma que independe de nós, que já encontramos vinda de longe e que certamente nos ultrapassará pelos séculos em fora. Ela enche as nossas salas, habita os nossos corredores, impregna as nossas paredes. Não é feita senão de impalpáveis, de imponderáveis, de insondáveis. Não importa que a casa e as instalações sejam velhas. Tudo aqui é velho, mas é nobre. E, se a casa está cada vez mais cedendo à pátina do tempo, a nobreza resiste ao tempo. A culpa não é dela, da instituição, se os governos não têm olhos para ver que uma obra dessa estirpe remunera sobejamente qualquer capital que lhe sobre dos banquetes orçamentários. É verdade que às vezes o fogo, como um protesto horrível, vinga as instituições culturais do abandono em que são deixadas pela incúria dos governos.

O Colégio Pedro II vem devolvendo em dobro ao País o dinheiro que nele tem sido despendido. Teve uma rentabilidade generosa o capital aqui empregado.

É que não se poderá, nem por sombra, minimizar o papel que o Colégio Pedro II representou e representa na educação da juventude brasileira e na vida intelectual do País.

Já não será necessário citar a quantidade de homens notáveis que o País recebeu de suas fileiras acadêmicas e que encheram

os seus quadros intelectuais, políticos, administrativos. Porque talvez mais importante ainda, e mais maciça, foi a sua contribuição de obreiros anônimos, desses homens que realmente fazem a história, porque a fazem ingloriamente, mas na constância do dia a dia, nas fábricas, nos escritórios, nos campos, no retiro de suas vidas obscuras e sem retumbância, à margem das torrentes que ocupam a primeira linha dos noticiários. Dos velhos bancos deste educandário, o Brasil se encheu de homens com o caráter e a competência alicerçados no alto ensinamento aqui ministrado. Tornaram-se úteis à Pátria. E isso tanto no passado quanto no presente. Três presidentes da República daqui saíram; não têm conta os seus ex-alunos que alcançaram os supremos comandos da Nação, no parlamento, nos ministérios, na diplomacia, na magistratura, na administração pública e privada, no magistério, nas empresas.

Sua congregação reuniu até hoje homens que representaram o que de mais elevado existia em cada tempo, a fina flor do saber e do magistério na época: Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Justiniano José da Rocha, Porto-Alegre, Joaquim Caetano, Carlos de Laet, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Silva Ramos, Farias Brito, Sílvio Romero, Pinheiro Guimarães, José Accioli, Almeida Lisboa, Jônatas Serrano, Said Ali, Gastão Ruch, Nerval de Gouvêia, Filadelfo Azevedo, Hahnemann Guimarães, Raja Gabaglia, pai e filho, Floriano de Brito, Artur Thiré, Quintino do Vale, José Oiticica... Que maior galeria de homens ilustres na cultura e na cátedra poderá ostentar qualquer outro instituto docente?

Não interessa mesmo averiguar se todos esses eram bons professores, estou mesmo propenso a crer na existência de

muitos que não resistiriam à investigação. Não importa. Fio que uma congregação não reúne sempre os melhores professores, mas é um conjunto de homens píncaros nas suas especialidades, homens representativos e produtores ou aperfeiçoadores de cultura em seu mister e em seu tempo. Nos grandes centros universitários do mundo, o catedrático é do grupo docente o que menos dá aula. Suas aulas são poucas, porém altas, prestando além disso outros serviços pela mais variada forma nos quais pode ser mais útil do que o principiante na profissão. Nada mais injusto, e é uma das aberrações do nosso arcaico sistema docente exigir que um homem se submeta a essa prova monstruosa que aqui se chama concurso para depois obrigá-lo a ensinar o beabá a meninos, no mesmo programa e de forma idêntica à que pode fazer um simples novato contratado. Para tarefas iguais, não deveria exigir-se um preparo desigual. Aqui mesmo nesta casa, à boca pequena, nos cochichos pelos cantos entre os recalçados e frustrados que os há em toda a parte, fala-se mal do catedrático, sobretudo por parte dos que não têm a coragem de se submeter à ordália de um concurso na arena formada por essas bancadas. Estamos há anos com diversas cátedras vagas. Concursos foram abertos e fechados sem que se apresentassem candidatos. É que não é brincadeira passar por essas provas, acima de tudo testes para as coronárias e o sistema nervoso, antes que prélios de significação intelectual e valor pedagógico. Por que razão não concorrem os maldizentes? Não venham defender-se como o fazem frequentemente, arguindo o que chamam a parcialidade e as igrejinhas da congregação, porque são recentes os exemplos de vitoriosos contra a vontade de grupos poderosos. O que falta à maioria dos faladores é coragem de enfrentar as forças caudinas; e a muitos deles, a competência para se saírem com galhardia.

Porque não é baixo o preço para se formar um catedrático. Além da vocação docente, há todo um tirocínio a cumprir, de etapa em etapa, na aquisição de uma mentalidade catedrática, na formação de uma cultura e de uma organização mental e intelectual. Há nele uma diferença não somente de grau, mas também de teor e substância de atitude perante a coisa intelectual, de experiência e capacidade de universalização do saber. E nem todos possuem esses requisitos para virem a tornar-se catedráticos.

O Colégio Pedro II sempre se distinguiu, insista-se, pelo alto nível de seus corpos colegiados. Ainda agora sua congregação não desmerece a tradição ilustre, pois basta um exame de sua lista para vermos que a compõem homens de proa da Ciência, das Letras, da vida política e administrativa do Brasil. Infelizmente, o nosso País não sabe tirar o melhor e mais completo partido dos seus homens. Enquanto exige que alguém se prepare a vida toda para a culminância da cátedra, abandona-o a executar tarefas para as quais não se justificaria tamanho esforço, e mesmo desnecessário e dispendioso inclusive financeiramente. Até o prêmio de ordenados mais vantajosos desapareceu.

Mereceria, sem dúvida, outro destino uma congregação que exigiu tanto de seus membros para atingi-la. Deveria ser mais bem aproveitada e ter um melhor papel e destino. E uma das funções que condiriam com a sua condição — e evitaria o desencanto que se apossa invariavelmente do catedrático ao ser obrigado às tarefas mais próprias dos iniciantes —, uma das funções que deveriam caber aos catedráticos seria o seu aproveitamento numa escola de preparo e aperfeiçoamento dos professores jovens candidatos ou em exercício no magistério do próprio colégio. Desta maneira, a Congregação não perderia a influência nos

mestres-menores e assim não perderia, como está ocorrendo, o controle pedagógico do estabelecimento.

Porque, em verdade, a congregação está-se isolando, tornando-se quase decorativa, pequeno corpo de 33 membros em meio a um grupo de centenas de professores, muitos do mais alto valor, dignos até de nossas cátedras, ao lado de outros engajados por força da camaradagem, da politicagem e da ausência de um sistema adequado de aquisição de professores. Por que se fazem concursos para catedráticos, e, entretanto, para idêntica função junto às almas infantis se admitem contratações de pessoas sem a menor prova de idoneidade intelectual e técnica? Em Minas Gerais e na Bahia, por decisão dos sábios educadores brasileiros Abugar Renault e Anísio Teixeira, como também em São Paulo, foram adotados sistemas de seleção de professores, para as crescentes necessidades estaduais, à base de concursos de títulos e provas, claro que em proporções mais modestas que o de catedráticos, mas que evidenciem aos selecionadores a capacidade profissional e vocacional dos candidatos. Além disso, outro sistema também foi aplicado para o aperfeiçoamento constante do professorado, através de cursos intensivos anuais, de férias, tais como vem realizando a CADES, do Ministério da Educação e Cultura.

Só no Pedro II — não interessa buscar as responsabilidades, mas apenas registrar o erro —, não vigora, sem que se saiba a razão, um processo mais conveniente à sanidade do ensino do que a imposição eleitoral. Daí que assistamos a esse fato corriqueiro de até ditados serem feitos de maneira errônea.

O Colégio Pedro II atravessa uma fase de crise, a mais aguda e profunda de toda a sua história centenária.

E uma das causas dessa crise é a aludida perda de controle por parte da congregação sobre o seu corpo docente e, em

consequência, sobre a vida pedagógica do colégio. Há um abismo entre a congregação e o ensino do colégio. E isso decorreu do aumento de sua população escolar, consequente, por sua vez, do alargamento da escolaridade que a democratização da vida moderna favoreceu. O aumento da escolaridade é uma realidade de todo o mundo, como é mundial a crise dela decorrente. A justa aspiração democrática da educação para todos acarretou por outro lado o aumento do número de professores, que chegaram, na sua maioria, despreparados para a missão. Ao crescimento do número de alunos, correspondeu, em nosso colégio, a sua subdivisão em seções, cada qual mais populosa e mais necessitada de mestres à altura, infelizmente poucos. E, assim, foi-se esboroando uma estrutura tradicional, mantida pelo predomínio rígido de um corpo congregado, que hoje, por mais coeso e brilhante, se sente esmagado ante a avalanche que só faz crescer.

Que fazer? Um estabelecimento educacional da estatura do Colégio Pedro II não pode omitir-se, fugir, desistindo de viver, amedrontado diante das novas realidades sociais. Tem que enfrentar a nova situação, reestruturando o velho organismo pedagógico e reaparelhando-se administrativa, material e pedagogicamente. Porquanto, em qualquer situação social no Brasil, haverá sempre um lugar de destaque para que ele exerça a função relevante a que se acostumou.

E esta sempre foi uma função especial, diferente, específica. Não foi em vão que se tornou o organismo padrão, conforme o estipula a lei. O que os seus fundadores tinham em mira foi concebê-lo à imagem do Colégio de França, a fim de que viesse a exercer um papel semelhante entre nós. E não há explicação para o fato de que é dotado de uma congregação de alto nível

se tem que igualar-se em atividade com os demais institutos de ensino secundário reconhecidos ou fiscalizados pelo governo. E tanto é verdade que o Pedro II não é de função igual à dos demais estabelecimentos de ensino médio, que sempre teve nos seus quadros cátedras de Grego, Alemão, Literatura e outras disciplinas não curriculares segundo o esquema vigente. É que, sendo padrão, deve estar à altura de ministrar ensino de qualquer natureza dentro das exigências de seu corpo discente. Essa tradição universitária nos é muito cara, fazendo do colégio algo de único na estrutura educacional do País, e somente ela justifica o alto teor dos nossos concursos.

Não estaria, aí, precisamente, o germe de uma reforma sanadora da crise que atravessa o colégio? Para o gigantismo que o assoberba a redução às suas proporções antigas, com o externato, o internato e talvez a mais um semi-internato, limitado o seu corpo docente e seus quadros discentes, que constituiriam um grupo seletivo e superior, obrigado a um regime educacional exigente para tornar-se em realidade uma elite intelectual. Nossos ideais democráticos não vão ao ponto de pretender negar as naturais desigualdades intelectuais e vocacionais da criatura humana. Aqui estaríamos para atender a esses melhores, mais bem dotados de capacidade intelectual e gosto por uma formação mais alta. Seria fácil a transferência das novas seções do colégio para outros órgãos do Ministério da Educação e Cultura ou para o Estado da Guanabara.

Com essas e outras preocupações no espírito, a congregação estudou um meio de começar a resolver o problema, encaminhando ao governo um projeto que, como medida inicial na tentativa de reforma e readaptação, advoga a concessão da autonomia e descentralização administrativa e didática. A aspiração se

baseia na doutrina mais moderna na matéria e no exemplo mais insuspeito estrangeiro e nacional. Qual a razão da autonomia universitária no Brasil não corresponder também à autonomia do Colégio Pedro II, quando é mais funda e antiga a sua tradição? E quando sabemos que as deficiências da vida universitária são devidas a não ser ainda completa a sua autonomia?

O primeiro passo para a autonomia foi a concessão à congregação do direito de indicar ao Governo em lista tríplice os seus candidatos à direção das duas casas, prerrogativa há pouco abolida.

Essa autonomia é uma norma adotada para o colégio desde o seu preclaro fundador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, num aviso ao primeiro reitor, estabeleceu a doutrina certa na forma seguinte:

“Fique a reitoria na inteligência de que o regente só quer a execução de ordens quando não possam prejudicar os interesses no colégio ou quando a direção dele não tenha concebido outro plano e sistema com o necessário desenvolvimento a fim de ser resolvido o mais conveniente”.

E noutro passo: “O colégio é o reitor, nele principiando e acabando a beleza e a utilidade do estabelecimento.”

Está mais do que provado que a maioria dos males de nossa vida administrativa decorrem da excessiva centralização, geradora da irresponsabilidade e da impunidade. Quanto mais responsáveis, mais moralizadas as administrações, e justamente o que a descentralização produz é a maior responsabilidade na periferia.

Acredita a Congregação do Colégio Pedro II que, ao formular a sua aspiração antiga pela autonomia, estava sincera e

lealmente, como sempre agiu com os governos, cooperando para resolver melhormente um problema que é seu, mas que também o é da sociedade de que faz parte.

E, mesmo com o risco de cair na posição incômoda de não ser compreendida pelos governantes, não esmorecerá na luta pela sua conquista, declarando-o alto e bom som para não fugir das imposições nobilitadoras da honra. Ela sabe melhor do que ninguém que há erros e onde eles estão. Não dispõe, todavia, de meios hábeis para erradicá-los satisfatoriamente. É demasiado grande o peso que lhe caiu às costas, e sente que é seu dever fazer a advertência, porque o seu silêncio significaria uma cumplicidade que provocaria um doloroso espanto no futuro, definindo do pior modo a fisionomia da atual geração responsável pela sua guarda.

Uma administração autônoma e, portanto, mais responsável teria maiores recursos e mais diretos e imediatos, para agir com mais presteza dentro da organização, utilizando os elementos disponíveis nas tarefas mais adequadas, lançando mão, pois, melhor das reservas, porque fazem melhor aqueles que fazem as coisas com gosto. A autonomia dá o direito aos dirigentes de atuarem sem rigidez, de acordo com as necessidades e disponibilidades internas, e não de conformidade com regulamentações genéricas e anacrônicas, feitas para outro tempo e lugar.

Grande parte de nossa crise advém justamente da legislação anacrônica e absurda, centralista e irresponsabilizante, que manietta e exaure qualquer administrador educacional atualmente no Brasil. Legislação feita segundo o espírito ditatorial e fascista e que não mais atende aos interesses e finalidades da educação hodierna. Legislação que, inclusive, desce a pormenores cabíveis em regulamentos, o que torna o administrador educacional um mero executor de portarias.

Ao admitir a crise por que passa o Colégio Pedro II e ao apontar algumas de suas causas internas e externas, não quero trair a menor sombra de descrença no seu futuro e na sua capacidade de adaptação às novas realidades sociais. As reservas de vida de uma instituição de tal porte são inesgotáveis. Passam os homens, ela fica, domina as intempéries, vence os próprios defeitos, esquece os seus detratores e penetra tranquilamente o futuro. É como esses anciãos ilustres que passam pela rua, alvo dos apupos de alguns moleques que desconhecem o dever do respeito.

Muitos dos defeitos do colégio são próprios da condição humana, outros sintonizam-se com os da mentalidade brasileira. Apesar de tudo, o Brasil já melhorou bastante. Há um vazo muito comum entre nós de comparar a nossa com a atual situação dos países europeus. Ora, não há maior anacronismo. O Brasil tem quatro séculos, com 70 anos praticamente de vida autônoma, pois o Império foi apenas uma fachada de independência, frustrada pelo domínio financeiro da antiga Metrópole através da classe dirigente e da oligarquia financeira. Foi a República, com a sua capacidade de fazer Brasil dentro do Brasil, na feliz expressão de Gilberto Amado, que tornou verdadeiramente autônomo o nosso País, distanciando mentalmente cada vez mais o Brasil de Portugal.

Descontada a era republicana, que Deus conduza para os seus grandes destinos, resta uma situação colonial baseada na escravidão. Desse hibridismo degradante, responsável pela *razzia* de nossas riquezas naturais, pelo espírito de rapina, pela violência como forma de governo, pelo roubo generalizado que o Padre Vieira tanto estigmatizou, pela ignorância como meio de domínio, pela repressão a toda tentativa de progresso intelectual, pela

proibição da imprensa, da escola superior, da entrada franca de livros, pela improvisação como norma geral da vida, ficaram em nossa alma numerosas vivências ainda hoje contraditórias. Mas o que admira é que, a despeito de tal jugo, conseguissem os brasileiros o que realizaram – a unidade de uma pátria territorialmente gigantesca, fabulosamente rica e confiante no seu progresso e no seu desenvolvimento. Pois esse desenvolvimento é uma realidade, a todos nós devida. Sim, a todos nós, sem distinção de classes nem regiões, todos os que labutamos nas fábricas, nas oficinas, nos campos, nos laboratórios, nos escritórios, nas cátedras, nos jornais, nos hospitais, nos livros, nos parlamentos, nas repartições, nos governos, nos mares, em terra, nos ares. Podemos, hoje, olhar com orgulho o que fizemos e dizer bem alto, para que todos o ouçam: *nós o fizemos*. E o fizemos contra tudo, contra uma natureza dura e hostil, contra os que se permitiam ser os donos da terra, contra os exploradores antigos e modernos. Só devemos a nós mesmos o termos conseguido. Vamos para a frente, confiantes no futuro, porque o passado nos dá fé.

Que tal a Inglaterra com três séculos de vida? Que tal a Inglaterra, hoje de certo o país mais bem organizado do mundo, que tal durante o Renascimento, que foi por outro lado, um dos seus períodos de maior fastígio? Tinha unidade política, independência, sem haver sofrido colonização externa no sentido em que a tivemos, e, no entanto, era dominada pela pirataria marítima e terrestre associada ao trono, tinha as suas estradas infestadas de ladrões e salteadores, com a vida política explorada por uma aristocracia sanguinária, os seus barões se entredivorando e devorando os filhos dos monarcas, que às vezes coincidiam ser seus próprios sobrinhos. E esses hábitos pouco civilizados perduraram ainda muito tempo, anos, séculos, apenas transferindo

o alvo de seus instintos predatórios para os representantes humanos das regiões de além-mar, aos quais passaram a levar a palavra da civilização branca envolvendo balas dundum em folhas de bíblia.

Nós há muito pusemos um termo a diversas formas de barbarismo. Já acabamos o cangaço, embora muitos de seus representantes se hajam mudado, com sua volúpia sanguinária, para a profissão de motorista de ônibus e lotação no Rio de Janeiro. Não mais ocorrem, como era comum até na capital da República, os atentados e empastelamentos de redações de jornais, inclusive por oficiais de nossas forças armadas. Há liberdade de imprensa, direito de organização sindical, defesa de classes e garantia de direitos individuais. Há um espírito geral de liberdade e democracia, como em bem poucos países do mundo, além de uma prosperidade que faz inveja a muito europeu, hoje acostumado a um regime rigoroso de vida apertada. Sou de uma geração que ainda comeu e calçou produtos importados. Não medra entre nós a menor sombra de discriminação racial ou religiosa, e as perseguições a minorias são fenômenos que não conhecemos graças a Deus. Já ouvimos de muito europeu recém-chegado: o Brasil, sim, é que é um país onde se pode viver com felicidade.

Não digamos isso para justificar uma atitude de ufanismo lírico destinado a encobrir muita mazela que ainda existe ou para iludir-nos acerca das numerosas deficiências que nos assoberbam. Apontamos as vantagens conseguidas para ganhar força e reforçar a coragem de ver com lucidez o muito que nos falta fazer. Não nos devemos, contudo, apavorar e perder a cabeça. Ninguém é proprietário do patriotismo, e o patriotismo dos alucinados e dos furiosos pode acarretar tanto prejuízo, ou

mais talvez, do que a chaga dos malfeitores e dos corruptos. A virtude proclamada pode disfarçar muito falso austero. A moralidade ou é espontânea e natural ou de nada vale, porquanto mais cedo ou mais tarde ela se esboroa quando criada pela força e mantida pelo terrorismo. A demagogia do moralismo é um farisaísmo, o defeito de uma qualidade.

A propósito, vale referir uma palavra de Euclides da Cunha, quando, em 1894, estava o País tomado de uma onda de terror, os grupos monárquico e republicano procurando cada qual destruir o outro na fúria por impor a sua verdade, o seu patriotismo. Disse Euclides, com a visão dos homens de gênio, verberando o proceder de seus correligionários republicanos:

“Não sei que modalidades deve assumir a minha linguagem para fazer compreender aos que comigo lutam pela mesma causa, com sentimentos diversos, que também condeno inexoravelmente a turbamulta perigosa que irrompe atualmente de todas as sociedades, planeando o mais condenável ataque a todo o capital humano e tentando macular, cobrir com uma fumarada de incêndio o vasto deslumbramento do nosso século. Por isso mesmo que os condeno, é que entendo que eles devem cair esmagados pela reação de todas as classes; mas por isso mesmo que odeio os seus meios de ação repilo-os, entendendo que a reação pode perfeitamente, com maior intensidade, definir a força vingadora das leis. É necessário que tenhamos *a postura corretíssima dos fortes!* Não é invadindo prisões que se castigam criminosos. Nada mais falível e relativo do que esta justiça humana condecorada pela metafísica com o qualificativo de absoluta”.

Palavras admiráveis de clarividência a nos fazer refletir porque partidas de um que se alcançou à culminância dos nubes tutelares de nossa Pátria, dando maior corpo à nossa substância de brasilidade.

Uma casa de ensino só *pode* acreditar numa variedade de reforma e correção de costumes: a educação. É por intermédio da educação que se criam as consciências e se corrigem as consciências. É pela educação, não pelo terrorismo, que um país se civiliza, máxime um país em que, como disse Rui Barbosa, os miasmas da escravidão corromperam homens, costumes, instituições.

A educação cria a consciência civil, a consciência universitária, a consciência profissional. Quem possui consciência profissional, ou consciência universitária, ou consciência cívica, não praticará, com a naturalidade dos tranquilos, atos atentatórios dessas e de quaisquer outras formas de consciência. Muita coisa que se fazia até bem pouco, entre nós, não mais se pratica em virtude justamente do progresso inegável, apesar dos pesares, da educação brasileira e da sua difusão por cada vez mais vastas camadas da população. É a educação que ensina um bruto ou uma criança a abrir uma janela ou uma gaveta com suavidade, sem violência, tanto quanto prepara os homens para as funções públicas ou ensina-lhes a lançar foguetes interplanetários. A unificação, a identidade entre as casas de ensino e o progresso material e moral dos povos é hoje um dado de observação corrente. Foi a universidade que venceu a última guerra, e é nas universidades que se está moldando a fisionomia do mundo de amanhã. É de seus laboratórios tecnológicos e de suas bibliotecas e centros de pesquisa que estão derivando o progresso, o conforto e a felicidade do homem moderno. Aí está o exemplo de Israel, em que uma nação surge das areias do deserto, graças ao espírito científico e ao trabalho

de seus laboratórios e universidades, mas que soube não perder a calma, pois a força de vontade não exclui a serenidade.

Para que a educação funcione, é mister, contudo, que se disponha de um bom sistema pedagógico, e o nosso está mais do que falido. Criado segundo o espírito fascista, vem resistindo por vários fatores, a despeito de condenado pela prática dos mestres e pelo pensamento dos nossos mais autorizados educadores. Há quinze anos tentam os líderes educacionais arrancar dos poderes governamentais uma reforma condizente com as necessidades democráticas da atualidade e as condições do País. Baldados têm sido esses esforços, por mais agitada haja sido a campanha da opinião especializada, a que os responsáveis têm feito ouvidos moucos, pois os aspectos culturais são os que menos interessam aos governos. Aí está o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, feliz no nascedouro, bem-criado e mal fadado, conspurcada e perdida a pureza técnica para atender aos reclamos inconfessáveis da politicalha partidária e, sobretudo, para corresponder aos interesses privatistas, que sempre constituíram uma das desgraças do Brasil.

É necessário que prossiga o diálogo outrora fecundo entre o poder privado e o poder público na educação. Os serviços prestados à causa nacional por ambos os tipos de entidade – o colégio público e o colégio particular – foram os mais relevantes, e será difícil uma avaliação de qual o mais prestante.

Assistimos, todavia, nesta hora a uma polêmica sem tréguas entre os partidários da escola pública e os da escola particular. É possível que se deva ao calor do debate os exageros e o exclusivismo de certos pontos de vista.

O Colégio Pedro II é a maior instituição de ensino público secundário do País e deve ser por isso uma de suas mais aguerridas

fortalezas. E é em nome dessa condição de órgão mais que centenário de educação pública, tendo formado muitos milhares de representantes e filhos da família brasileira, que lanço o meu protesto contra a tese de que o ensino particular é que fala pelos legítimos interesses da família. Por quê? Nosso educandário é também um pedaço da família brasileira, um pedaço da Pátria brasileira, e não serão as inúmeras quitandas e facilitários de diploma que lhe virão pedir meças em questão de patriotismo.

É uma desgraça, isto sim, que cerca de 80% da verba pública de educação sejam dilapidados como atualmente em favorecer, sob a forma de subvenções minguadas, as escolas particulares, impedindo o Estado de exercer o seu mister constitucional, enquanto o Colégio Pedro II espera anos a fio que as suas instalações miseráveis despertem a comiseração das autoridades ou afinal o repúdio do fogo.

O que seria justo era que se deixasse o ensino particular livre de viver à própria custa, sem o controle do Estado, em ordem a permitir a aplicação total dos recursos financeiros auferidos pelos impostos numa vasta rede de escolas públicas. O dinheiro público para a escola pública, e o particular para a escola particular. Viveriam, assim, lado a lado o Estado e o poder privado cada qual cumprindo a seu modo a missão que uma sociedade democrática e pluralista como a nossa exige e paga. Quanto à educação pública, só ela pode ministrar o ensino para todos, sem privilégios e discriminações de raça, credo ou casta, tal como se exerce aqui neste colégio desde os seus primórdios.

Repito o que já disse noutra oportunidade:

“Não há, portanto, por que pretender confundir educação pública e privada. São duas faces do mesmo esforço

em prol da educação juvenil. Ao Estado, compete a educação pública, mercê dos recursos que lhe facultam as leis para esse objetivo específico. Ao poder privado, a educação particular, como um direito também legal, mas com os recursos próprios oriundos da contribuição privada. Pretender o poder privado retirar do Estado os recursos para manter-se é uma contrafação, senão uma negociação, e cumpre ao Estado defender-se para assegurar a sua independência, que reside na equidistância dos grupos religiosos, raciais ou econômicos. E defender o Estado nesse desiderato não é ser comunista”.

Para gáudio nosso, e daqui lanço o meu modesto aplauso, a Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara deu um magnífico exemplo ao consagrar por maioria absoluta a ideia de empregar o dinheiro público exclusivamente na escola pública. É um passo memorável na luta contra a sutil e subreptícia penetração do privatismo na direção oficial do ensino, que se vem dando de alguns anos a esta parte.



Neste momento, o Brasil está numa das mais importantes e difíceis encruzilhadas de sua história. É que somente agora se vem integrando no processo histórico universal ou, mais particularmente, ocidental, em que um tipo de sociedade nova se cria, a civilização industrial. Com mais de um século de atraso, a mudança que se opera não podia deixar de produzir abalos profundos em sua estrutura social, envolvendo não apenas os aspectos materiais da civilização — e estes, diga-se de passagem,

para melhor —, mas o regime de relações de classe e trabalho, de produção e consumo, de vida econômica e financeira, se não também os aspectos intelectuais, espirituais e a moralidade privada e pública. Todos os países que anteriormente passaram pela transformação aludida sofreram o impacto com iguais consequências sobre a normalidade da vida. Não há que desesperar, portanto. Aí estão os estudos de Toynbee mostrando como as mudanças de civilizações ou épocas históricas, a despeito de darem a impressão de que o mundo vai acabar, como no ano mil, nem sempre têm efeito catastrófico, delas a humanidade saindo sem lesão no seu patrimônio acumulado.

Os grandes centros científicos do mundo estão preocupados em estudar o processo de criação da civilização industrial, a fim de prevenir as más consequências de seu desenrolar arbitrário se for abandonado a si mesmo. Procura-se conhecê-lo para orientá-lo em benefício do homem. Assim, é exemplo magnífico desses estudos os que vêm sendo procedidos pelo *Inter-University Study of Labor Problems in Economic Development*, organização criada em 1954 por grandes economistas para investigar o fator humano no processo de desenvolvimento econômico. As pesquisas feitas incluem 35 países até agora e 78 especialistas, já tendo sido publicados numerosos trabalhos. O sumário dos estudos foi há pouco reunido no volume *Industrialism and Industrial Man* (“O industrialismo e o homem industrial”), no qual o objetivismo científico mais rigoroso focaliza a sua análise sobre o problema com o propósito de afastá-lo da área do impressionismo, da intuição ou do profetismo.

Segundo os autores do estudo, o processo de industrialização conduz a uma variedade de civilização de características próprias, graças ao trabalho de cinco tipos de elites, responsáveis

por cinco estilos diferentes de concepção e ação: a elite dinástica, a classe média, os intelectuais revolucionários, os administradores coloniais e os líderes nacionalistas. Em diversas partes do mundo, esses tipos de elite atuam ora isolados ora conjuntamente para levar as respectivas sociedades do estágio agrário ou subdesenvolvido para o industrial, à custa de um processo dinâmico, implacável e irreversível. De fato, a industrialização, como salientam os autores do volume, afeta a sociedade inteira: muda o sistema familiar — da família extensa ou colateral para a família nuclear ou conjugal; mudam as estruturas de classe de rígidas para flexíveis, de fechadas para abertas; mudam as relações entre trabalhador e empregador; mudam valores éticos e religiosos em relação ao trabalho, à economia e à satisfação de desejos materiais e em relação à inovação, à mudança e à utilização da tecnologia moderna; mudam os conceitos jurídicos e legais nas relações entre operário e empregador; mudam o conceito de estado nação, que perde o controle absoluto que tinha sobre os diversos grupos sociais.

Entre nós, por um processo misto e conciliatório entre alguns desses tipos de elite, estamos saindo da sociedade agrária e feudal para um regime de classe média, mas ainda sem alcançar o objetivo em virtude da oposição interessada e reacionária da classe aristocrática tradicionalmente dirigente.

De qualquer modo, o futuro do Brasil como Nação entrosada no sistema moderno da civilização industrial depende da criação de um quadro dirigente caracterizado pela eficiência intelectual e técnica, que o moderno humanismo integral propicia pela conciliação das ciências e das humanidades. A velha aristocracia puramente intelectual, baseada nas humanidades e no espírito jurídico, está superada pelos acontecimentos. Urge a

criação das novas elites à altura do progresso e das necessidades tecnológicas da era industrial, uma elite em que os técnicos e homens de ciência se deem as mãos com os sábios e artistas para a perpetuação de um Brasil novo, bom e feliz, como sonharam os nossos maiores.



Entrementes, não nos devemos espantar se há algo a reformar. Não nos apavoremos ante uma crise transitória nem nos assustemos pelas críticas justas ou injustas. O Colégio Pedro II não se sente atingido, na altura em que está situado, com a lama que salta da sarjeta. Não nos desanimem as desordens havidas e outras. Já Bernardo Pereira de Vasconcelos, da tribuna do Senado, defendendo anos depois de fundado o dele e nosso colégio, proclamava: “Os mais bem administrados colégios e que vivem há séculos sofrem estes choques, a cousa está em saber atalhar o progresso dos males.”

Agora, ele sofre do mal do gigantismo. Com 10 mil alunos e centenas de professores, qualquer sistema administrativo entra em colapso.

Urge uma reforma, que o adapte às condições atuais da sociedade, mas respeitando as linhas mestras de sua tradição. E não nos esqueçamos de que há algo acima de qualquer disputa, a regra de ouro que nos foi legada pelo nosso fundador e que está gravada nas almas e corações de todos os que aqui mourejamos, porque a recebemos no ar que aqui respiramos:

“O necessário hábito de mandar sem despotismo e obedecer sem servilismo” e, na palavra de Euclides, “com a postura corretíssima dos fortes”!

❧ *Discurso de Posse de Afrânio Coutinho na Academia Brasileira de Letras (1962)*

Eleito a 17 de abril de 1962, para a cadeira nº 33, cujo patrono é Raul Pompeia e que teve como anteriores ocupantes Domicio da Gama, Fernando Magalhães e Luís Edmundo, Afrânio Coutinho foi recebido e empossado a 20 de julho de 1962, tendo sido o discurso de saudação feito pelo Acadêmico Levi Carneiro. Em seu discurso de posse, o Professor Afrânio Coutinho faz um passeio histórico-literário através dos acadêmicos que ocuparam a cadeira antes dele. Falando do Impressionismo literário e de seus representantes no mundo e, principalmente, no Brasil, elucida pontos controversos em relação ao aparato teórico usado para analisar as obras de nossos escritores. Além disso, afirma que “coube à República dar a última demão para fazer que em nosso tempo o País atinja a sua fase de maturidade e maioria de civilização”. Trata-se de uma verdadeira aula, não apenas de Literatura, mas também de vida, de luta constante por aquilo em que acreditava.

O IMPRESSIONISMO EM LITERATURA

Ao historiador literário, o século XIX aparece como uma das épocas mais fascinantes, máxime levando-se em conta a variedade de correntes estéticas que a atravessam, cruzando-se e entrecruzando-se,

atuando umas sobre outras, opondo-se ou prolongando-se, superando-se ou interpenetrando-se de modo a torná-lo um dos maiores laboratórios de ideias estéticas e uma encruzilhada de alta relevância espiritual e artística. Graças à ebulição produzida pelo entrelaço das doutrinas, é de intensa fecundidade o período.

Suas correntes e escolas literárias não oferecem, em consequência, contornos nítidos e apresentam, ao contrário, entre si, zonas fronteiriças, quando não misturam os respectivos coloridos estéticos, a ponto de os próprios representantes vestirem roupagens diferentes no curso de sua evolução ou participarem das qualidades e características de diversas. A famosa antologia *Le Parnasse Contemporain*, lançada entre 1866 e 1876, é o ponto de partida tanto do Parnasianismo, quanto do Simbolismo, algumas das principais figuras tendo pertencido aos dois movimentos. Eis aí um dos mais curiosos fatos da história literária.

Aliás, esse e outros exemplos dão razão à historiografia moderna, que se recusa a admitir a noção de delimitação exata entre as épocas literárias, abandonando a ideia de começo e fim em datas fixas. Ao invés, estão mais acordes com a realidade as noções das áreas intermediárias, das gamas estilísticas, das interpenetrações de estéticas, da impureza de estilos ou escolas. A nova historiografia de cunho estilístico arma-nos, assim, de doutrina muito mais flexível e realista.

A década de 1880 assiste à liquidação do Naturalismo como movimento literário, a qual acompanha a crise do materialismo e Positivismo. Em verdade, a concepção materialista da vida e da Arte já cansava os espíritos. Uma onda de religiosidade e reespiritualização, subjetivismo e idealismo, procurava afastar a Arte e o pensamento do mundo da realidade estrita, da crua pintura da Natureza, repelindo a teoria de que Arte e Natureza se confundem. A reação exprimia um sentimento de desgosto, tédio e revolta, contra a hipertrofia da

matéria, em nome do subjetivismo e misticismo. O materialismo era identificado com a concepção burguesa da vida, daí a reação concretizar-se na atitude de rebeldia da boemia, decadentismo ou exotismo, mundos diferentes para os quais se pudesse escapar.

Do âmago dessa tendência, desenvolveram-se novos estilos e escolas artísticas – o Simbolismo e o Impressionismo. O primeiro tem sido devidamente valorizado, mas o Impressionismo, em sua expressão literária, só recentemente encontrou compreensão e estudo crítico adequado, especialmente graças aos métodos e doutrinas da Nova Crítica. Utilizando a periodologia estilística, pela aplicação dos conceitos e da análise dos estilos individual e de época, a Nova Crítica e historiografia literárias vêm descobrindo ou redefinindo épocas anteriores inclassificadas ou figuras retardadas ou perdidas.

Está entre essas o Impressionismo literário. Tanto quanto o conceito de Barroco aplicado à definição da literatura seiscentista, o Impressionismo literário do final do século XIX foi batizado por um conceito oriundo das belas artes. Proveio da Pintura, como extensão da denominação dada por Claude Monet a um seu quadro, *Impression*, exposto no salão de 1874. Mais tarde, com o livro de Louis Durrant, *Les Peintres Impressionistes*, de 1878, oficializou-se a designação para toda a escola de pintura nova. Mas a estética revolucionária não se resumiu à Pintura, contaminando as demais formas, inclusive a Literatura, constituindo uma verdadeira época artística, entre 1860 e 1910, com unidade de princípios estéticos, concepção de vida e artifícios técnicos próprios.

No Impressionismo, como estilo artístico, dominam os princípios da Pintura, repetindo o velho conceito horaciano do *Ut pictura poesis*. A Literatura e a Música deixam-se impressionar de tal modo com as seduções da Pintura, que esquecem muitos dos seus próprios requisitos.

Desde 1850, a Arte buscava novas direções. Em 1863, no “Salon des Refusés”, no qual se reuniram os trabalhos rejeitados pelo júri tradicionalista do salão oficial, um quadro marcou as atenções: *Le Dejeuner sur L’herbe*, de Manet, e a ele deve o impulso inicial da escola impressionista em Pintura, a fórmula pictórica estendendo-se em poucos lustros à Música e à Literatura, num desenvolvimento paralelo ao Simbolismo.

Em Pintura, o impressionismo distinguiu-se por nítidas características. Em primeiro lugar, os problemas da forma tornam-se preocupações dominantes, aliás não somente na Pintura, senão também na Literatura. Demais dela, outras qualidades estéticas se impuseram: a luz solar é a única fonte criadora das cores; a forma e a cor são noções inseparáveis; a Pintura não é imitação da natureza, mas sua interpretação artificial; as cores é que são responsáveis pela profundidade; nas superfícies planas, a sombra não é coerência de luz, mas uma luz de outra classe; o assunto é detalhe acessório, a mesma paisagem podendo oferecer aspectos diversos conforme as mudanças de luz. Em Literatura, o Impressionismo afirmou o triunfo da descrição sobre a narração; o domínio da atmosfera das grandes cidades; o entusiasmo pelo movimento, pela vida, água, sol, cor, ritmo; a superioridade da poesia pura; a obsessão com o elemento psicológico e sua expressão; a redução de todo valor poético à sensação pura e sua descrição, negando a forma externa das realidades; o uso da linguagem em combinações de palavras tais que sejam o instrumento de registro das impressões, abolindo em consequência no escritor a reflexão sobre as coisas e exigindo dele que se anule para assimilar as qualidades do objeto na sua inteireza.

Em verdade, o Impressionismo, em Literatura, é resultante da fusão de elementos simbolistas e realistas. A realidade, cuja reprodução exata era a norma do Realismo, deixou de existir como foco

de interesse, pois o impressionista procura registrar a impressão que a realidade provoca no espírito do artista, no mesmo instante em se dá a impressão. Daí que o mais importante seja o instantâneo, o momento exato em que as emoções e sensações surgem no espírito do observador. Não se trata de apresentar o real tal como é visto, mas como é visto e sentido num dado momento. A subjetividade colabora, e foi graças a esse elemento que o Impressionismo se aliou ao Simbolismo no movimento finissecular de reespiritualização da arte. O real passou a ser encarado através de um temperamento, pelas sensações e impressões que desperta, num singular momento que passa, transferindo o registro das relações externas para o das relações internas e o das impressões produzidas no espírito pelo contato com as coisas, cenas, paisagens ou pessoas, sem falar nas obras de arte e Literatura. Conforme acentua Arnold Hauser, a filosofia da vida implícita no Impressionismo é aquela ideia de Heráclito de que o homem não mergulha duas vezes no rio da vida em eterno movimento, os fenômenos não sendo os mesmos nesse fluxo constante. Daí o domínio do momento sobre a continuidade e permanência, pois a realidade não existe estável e coerente, mas em vir a ser, em curso, em metamorfose, em crescimento e decadência. O método impressionista, assim, é a captação do momento, do fragmentário, instável, móvel, subjetivo. A própria noção de tempo modifica-se, acompanhando a transformação da experiência da realidade, pois é através do fluir do tempo e da soma dos diversos momentos de nossa mutável realidade existencial que se logra a integração da vida espiritual. O presente é o resultado do passado, ressuscitemos pois o passado, recordando-o, revivendo-o. A filosofia de Bergson e o romance de Proust constituem os marcos dessas teorias.

A técnica literária impressionista, arte de cunho pictórico, consiste no “pontilhismo” e “divisionismo”, é uma pintura com palavras,

acumulando sensações isoladas e detalhes de aparências efêmeras, uma gota de chuva, uma linha melódica de som ou de cor, uma nesga de memória, apreendendo a realidade não em estado de repouso, mas nas impressões e na captação afetiva de aspectos do real. O estilo impressionista é dotado, assim, de uma qualidade fugitiva. A narrativa, o enredo, a sequência de causa e efeito entre os eventos e os indivíduos são substituídas pelo registro dos estados de alma, emoções e sentimentos, de acordo com a lógica subjetiva, pessoal, vaga. O que se procura surpreender é a essência do momento, incidente ou paisagem, graças a uma captação instantânea do estado de alma do artista ou do espírito do observador, das intermitências do coração ou da memória, que ou são capturadas instantaneamente ou desaparecem. Além disso, o instante é percebido visualmente, valorizando-se os efeitos da cor e das tonalidades. A própria estrutura da narrativa é reformada, pois não são os acontecimentos que importam acima de tudo, porém o deleite das sensações e emoções criadas, subordinando-se a coerência, a unidade e o suspense à atmosfera, às sensações, às cores e qualidades tonais. As convenções tradicionais da narrativa, o efeito total, os elementos literários cedem lugar aos aspectos pictóricos. As massas quebram-se em detalhes, daí certa impressão de vago, difuso, obscuro, sem começo e fim. A natureza é inventada ou interpretada, antes que vista e descrita objetivamente. A onipotência da natureza cede à liberdade artística.

Além dos traços gerais, a arte impressionista criou um estilo, uma concepção linguística adequada à reprodução do instantâneo e único. A linguagem usada pelos escritores impressionistas compreende a impassibilidade e a impersonalidade, uma sintaxe esquemática, oposta à sintaxe estruturada tradicional, abandonando a estrutura regular da frase, a ordem lógica, as ligações conjuntivas subordinantes e coordenantes, as conjunções; usa a ordem inversa e o anacoluto, o modo

imperfeito, a metáfora e o símile, o colorido e a sonoridade. É uma linguagem expressiva, da fantasia e da imaginação, que recebeu a denominação de “écriture artiste”.

Foi a estética formulada pelos Irmãos Goncourt, na França, que fixou o Impressionismo, libertando a Literatura do Naturalismo pela ênfase na forma artística. Consideram-se eles, destarte, os fundadores e representantes máximos do novo estilo. E se Manet, Degas, Monet, Renoir, são alguns dos mais notáveis pintores impressionistas, e Debussy, Ravel, os músicos mais importantes da escola, em Literatura destacam-se Pierre Loti, Henry James, Joseph Conrad, Anton Chekhov, Stephen Crane, Marcel Proust, Katherine Mansfield, sem falar nos elementos precursores encontrados da técnica estilística de Flaubert, Baudelaire, Verlaine, Daudet.

O IMPRESSIONISMO NO BRASIL: POMPEIA

No Brasil, o Impressionismo triunfou na obra de uma das mais nobres expressões da arte literária entre nós: Raul Pompeia. Por colocá-lo em posição do mais alto relevo em nosso panteão do glórias, é que me sinto feliz, senhores acadêmicos, pela coincidência que me reservou a fortuna ao fazer-me ocupar nesta Casa ilustre a cadeira que o tem como Patrono, ele que foi, para Capistrano de Abreu, o único dos seus contemporâneos que lhe dera a impressão de gênio.

E ainda mais feliz me sinto, e mais que isso, orgulhoso, por ter sabido compreender a sua posição, na história literária que tive a satisfação de planejar e dirigir, quando foi pela primeira vez devidamente valorado. Até antes, a Crítica tradicional, desarmada de métodos e instrumentais adequados à análise do fenômeno literário em si mesmo, na sua qualidade estética intrínseca e no estilo, demonstrava-se

incapaz de penetrar casos singulares como o de Raul Pompeia. Por isso, viveu a repetir-se, definindo o autor de *O Ateneu* como um naturalista ou um realista, e ainda em trabalhos recentes se insistiu nessa gratuita interpretação. Afortunadamente, a Nova Crítica soube trazer a revisão segura da classificação de Pompeia, naquela obra, pela pena de Eugênio Gomes e Xavier Placer.

Se, para a identificação estilística de um autor devemos levar em conta não apenas uma característica, mas uma constelação de elementos ou signos predominantes, Raul Pompeia enquadrou-se perfeitamente no esquema impressionista, sobretudo realizado por Goncourt, cuja obra e estética lhe serviram de modelo. A sua “crônica de saudades” obedece à técnica de recuperação do passado, que seria usada pelo impressionista Proust em busca do tempo perdido e como recurso para encontrar a essência da personalidade. A análise interior e a introspecção condizem nele com a preocupação da escola quanto ao aspecto psicológico. A “escrita artista” veicula a sua obsessão da cor, a que subordina até a solução das metáforas e da sintaxe. Era um visual, atraído pelos gestos, ritmo, movimento e pelas diferenças de matizes corados, e inclusive na caracterização dos personagens, graças à técnica da caricatura, em que se mostrou exímio. Mas também um auditivo, sensível à “emissão de um som prolongado, a crepitar de consoantes, alteando-se ou baixando, conforme o timbre vogal”. Dominava-o a caça às sensações, que registrava com volúpia, como bom discípulo dos Goncourt, o que o sensibilizaria para certas impressões fugazes, que ele próprio referiu na sua obra-prima, aquelas “reminiscências sonoras que ficam perpétuas”, falando uma linguagem que faria inveja a Marcel Proust.

Não se restringe a *O Ateneu* a técnica impressionista em Pompeia. A sua abundante produção de crônicas, contos, poemas em prosa ou canções sem metro, que estou em vias de recolher para a publicação

em volume da Biblioteca Luso-Brasileira, juntamente com seus artigos políticos, documentaram-lhe as preferências estéticas.

De qualquer modo, a técnica impressionista espalhou-se, penetrando aqui e ali na prosa e poesia, invadindo o século XX, com obras significativas, como estoutra inclassificada, *Canaã*, de Graça Aranha, sem falar da impregnação impressionista no próprio Machado de Assis e em Coelho Neto e Afrânio Peixoto, para afinal vir a dar no grande desaguadouro de Adelino Magalhães. Assim, de 1890 a 1915, o Impressionismo cria um período estilístico, sem limites precisos e rigorosos, mas de fisionomia bem caracterizada, com expressões na arte literária, na Crítica e paralelamente nas demais artes, sobretudo na pintura de Eliseu Visconti, Rodolfo Amoedo, Helios Seelinger e outros.

DOMICIO DA GAMA

Ao clima impressionista, deve ainda a Literatura Brasileira a obra de Domicio da Gama, o primeiro ocupante da cadeira para que fui eleito, o qual certamente cedeu aos imperativos de secretas e inconscientes afinidades espirituais e estéticas com Pompeia, quando se bateu para tomá-lo como Patrono, logrando que Rodrigo Octavio lho cedesse, depois de o ter escolhido. Curiosa figura a desse brasileiro, escritor e diplomata, cuja personalidade avulta à distância num quadro junto a amigos que se chamaram Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eça de Queirós, Eduardo Prado, Magalhães de Azeredo, Barão do Rio Branco. Os testemunhos falam alto das excelências de suas qualidades, bafejadas ainda pelo calor da deusa fortuna, que o colocou, desde o início, na senda de uma próspera carreira. Menino ainda, já os seus dotes intelectuais despontaram,

ao liderar um grupo de companheiros em um grêmio literário. Logo após, integrou a *Gazeta de Notícias*, aquela verdadeira academia que Ferreira de Araújo organizara sob a égide do escol intelectual do tempo. Aí, Domicio afia as armas, apura a inteligência, aprimora o instrumental. Outra grande oportunidade o coloca em Paris, na roda de Eduardo Prado e Eça de Queirós. Eram as duas últimas décadas do século XIX, e a batalha estética travava-se com estrépito. Domicio não era de temperamento inclinado à controvérsia, nem às lutas de prosclênio. Tampouco o seduziriam as tintas fortes e as pinceladas grossas com que o Naturalismo se impunha. Sua armadura artística e sensibilidade requeriam outros processos de realização, mais de acordo com sua natureza retraída e tímida. Não lhe deve ter sido difícil encontrar a família impressionista, a cuja estética se filiou. Falam por si as suas crônicas e, sobretudo, os contos dos volumes de *Contos a Meia Tinta* e *Histórias Curtas*. Os próprios títulos denunciam a estética do entretom, da meia tinta, concisão, sugestão, contenção de linguagem, expressão branda, levemente sussurrada, dita baixinho, captando impressões sutis e requintadas de paisagens sombrias e silenciosas. Os seus contos são expressões de arte velada, criada à sombra da memória, saudade, melancolia, filtrada através de uma sensibilidade esquiva, arte de nuances e meia luz, de atmosfera e transfiguração, arte sem contornos, vaga, imprecisa e indecisa, arte do fragmento e instantâneo.



A linha impressionista que constituiu, assim, a tradição da Cadeira 33, pelo Patrono e Fundador, teve que ser interrompida para dar lugar ao segundo ocupante, Fernando Magalhães, mas quis o destino que o fio fosse retomado, pouco adiante, com Luís Edmundo.

Unindo letras e ciências, o que é uma tradição desta Casa, elevando a arte da eloquência ao ápice de uma perfeição em que singulares qualidades vocais e dotes oratórios se ajustavam a um estilo adequadamente tratado, Fernando Magalhães honrou o gênero como os que melhor o fizeram.

A REBELIÃO SIMBOLISTA

Já em 1899, fazia Luís Edmundo parte do grupo de jovens que constituíam a brigada de choque simbolista no assalto às casamatas parnasianas. Desde o começo da década de 1890, rolava a onda simbolista, como uma revanche da subjetividade, interiorização, espiritualização, individualismo. Eram decadentistas, que se reuniram em torno do jornal *Folha Popular*, em 1891, no Rio de Janeiro, do mesmo modo que na *Padaria Espiritual*, em 1892, no Ceará, em nome de novos ideais estéticos, e que tiveram em 1893, com a publicação de *Missal e Broquéis*, de Cruz e Sousa, o seu grande momento. Eram excêntricos, atraídos pelo hieratismo gramatical, pelo gosto da mitologia, ocultismo, misticismo, metafísica, forças invisíveis, magia, satanismo, expressão indireta e simbólica.

É o próprio Luís Edmundo, em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, quem evoca a fase em traços pitorescos:

“Quando o século começa, as hostes novas da nossa literatura vivem assanhadas pelo Simbolismo. É a moderna escola. É a dourada esperança de um grande renascimento literário. Vão ruir por terra — diz-se — as tendências ronceiras que dominam as elites intelectuais. O que não pode continuar — acrescenta-se — é essa arte de representação direta, prosaica e

vil que se chama Realismo na prosa e Parnasianismo na poesia. Novas maneiras para criar a emoção! Processos novos para apresentação de uma forma simples, natural e de todo contrária à habilidade dos malabaristas das letras. Guerra aos ignaros copiadores das *Odes Funambulesques* e dos *Trophées*, de um lado, e de outro lado, violenta oposição à prosa dos que vivem de ancinho de ouro a remexer o lixo vil das sensações terrenas... Entre dez moços que fazem literatura, oito pensam assim”.

Os processos de que se utilizam os paladinos da nova ideia são os mesmos de sempre a caracterizar a antropofagia das gerações novas: a irreverência, o desrespeito pelos consagrados do tempo, a ânsia de alarmar o burguês. Múmias, deuses de pés de barro e outros epítetos muito mais contundentes eram atirados a Machado de Assis, Coelho Neto, Veríssimo, Bilac, arrolados como a “bilacada”. Os franceses também se incluíram na degola, Victor Hugo, Leconte de Lisle, Banville, Coppée, Zola, cedendo ao culto de Baudelaire, Verlaine, Mallarmé, Paul Fort, Samain, Verhaeren...

LUÍS EDMUNDO

Nascido em 1878, tinha Luís Edmundo 21 anos quando em 1899, foi encarregado por Cardoso Júnior da direção da *Revista Contemporânea*, uma dentre as muitas publicações de vanguarda em que foi fértil o Simbolismo brasileiro. Durou a revista de 1899 a 1901, e esses periódicos efêmeros, depõe Edmundo,

“são, em geral, caóticos, confusos, não raro contendo manifestos literários, que são ridículas e fofas declarações de guerra

a líricos, a parnasianos e a realistas, formando uma trincheira onde se encastelam soldados vindos de toda a parte, amigos e inimigos, mas que vivem, somente, a dar tiros para o ar...”

E comenta o saudoso memorialista:

“Anelo de todo novo, anseio natural de demolir, contrário à ânsia de conservar, de todo velha. Tinha de frangão com galo feito, brigando por um galinheiro onde as galinhas são poucas. Luta, porém, até certo ponto, simpática, denunciadora de mocidade e de vida”.

A BOÊMIA E O “NAVIO DA LAPA”

A preocupação de espantar o burguês e violentar os hábitos literários dominantes traduziam-se não apenas nas ideias estéticas e técnicas artísticas intrínsecas, nem tão somente na pura demolição dos ídolos da hora, mas também nos processos gráficos de apresentação de livros e revistas, sob forma bizarra e original, em várias cores e formatos extravagantes.

Os novos decadentistas ofereciam ainda outro feitio na sua atitude de rebeldia contra os cânones estilísticos e sociais estabelecidos. Sua maneira de reagir incluía a boêmia e o socialismo. Ledores de Bakunin, Kropotikin, Marx, seus ídolos eram quem quer que tivesse programa de violência para dinamitar a sociedade moderna, e admitiam o punhal e a bomba contra as injustiças e preconceitos de um mundo antinatural e estúpido. Conta Luís Edmundo que um certo caricaturista francês, fugido da pátria para não fazer o serviço militar, tinha escondidas no quarto de Santos Maia duas bombas, cujo destino

circulava aos cochichos nas rodas boêmias. Uma, dizia-se com ares sinistros de conspirador, era para o chefe de polícia; quanto à outra, envolvia-se em mistério, e só mais tarde se veio a saber se destinava a certo Alberto Pereira da Silva, alfaiate com loja num sobradinho na Rua da Constituição, a quem os boêmios revolucionários deviam os cabelos da cabeça. É que os moços podiam muito bem ter por divisa os versos do colega Rafael Pinheiro: “Como tu andas agitando as massas sem nem ter as massas algibeira.”

A época do começo do século pertence à boêmia intelectual e é da Literatura feita e vivida nos cafés à imitação da intelectualidade francesa da *rive gauche* e de Montmartre. O *Café Paris*, a *Pascoal*, a *Colombo*, o *Papaão*, o *Lomas* reuniam elegantes, boêmios e intelectuais, cada grupo com as suas preferências e pontos prediletos, sem falar na porta das livrarias, sebos e jornais. Era a “*belle époque*”, época frívola, descuidada, da alegria de viver, da confiança no presente e no futuro. A República se consolidara com a estabilização financeira e o esmagamento da reação monárquica e militar e da revolta sertaneja. O Rio tornava-se uma cidade moderna, graças a Pereira Passos, Oswaldo Cruz, Paulo de Frontin, urbanizando-se e assumindo pose de metrópole internacionalizada. Os escritores gozavam de largo prestígio, atraindo para si e a Literatura as atenções de uma sociedade que se requintava nas viagens à Europa e numa vida de luxo, prazeres e cultivo do espírito nos salões, à custa das liberalidades cafeeiras. Vivia-se a Literatura, não somente os escritores, mas também um público ávido de conferências, polêmicas ou saraus literários com declamação e exibição dos maiores das letras. Muitos dos participantes das rodas literárias faziam-se respeitar ou temer menos por alguma obra de valor, do que pela agitação que produziam, capacidade de comprar epigramas e inventar piadas ou de destruir reputações. A maioria distinguia-se pelas vestimentas ou ademanes de elegância, ditados pela

moda de então, o fraque e o chapéu coco, as bigodeiras, o monóculo, as polainas, o colarinho alto, a gravata de plastrão. O que, porém, mais emprestava caráter à vida literária era a boêmia à imitação do montmartrismo. Vindo de todo o País, pobres, os intelectuais levavam existência excêntrica, de costumes bizarros e chocantes, passando a maior parte do tempo em cafés, inclusive aí escrevendo seus versos, queridos ou tolerados pelos proprietários, em vista da notoriedade que assim adquiriam os estabelecimentos.

Exemplo típico da vida boêmia da primeira década de século é o Navio da Lapa. Velho casarão na Lapa estava abandonado, pois ameaçava desabar a qualquer momento. Imaginaram, então, vários intelectuais boêmios, tendo à frente Martins Fontes, tomá-lo de assalto, arrombando-lhe a porta e fazendo dele a sede do grupo. Como navio em mar alto, o assoalho balançava, o que lhe valeu o nome. Estabeleceu-se verdadeira organização naval, com oficiais de dia, ordens de comando, livros de bordo. O oficial, a quem se aproximava, perguntava sempre “Quem vem lá?”, a que o visitante devia responder com a senha, em geral o nome de um dos grandes poetas da devoção do grupo. Não sendo conhecido, a entrada era barrada ao intruso, nem que fosse necessário o recurso à força. Segundo o testemunho de Edmundo, durou mais de um ano o Navio da Lapa, com Martins Fontes no comando.

Uma vez, num carnaval, saiu o grupo com o comandante e em pleno mar, isto é, na rua cheia de foliões, encontrou outro navio apinhado de crioulos, e, à ordem de abordagem lançada pelo chefe, o sururu se formou.

Luís Edmundo era figura habitual das rodas intelectuais boêmias. Bonitão, elegantíssimo, no seu porte de quase 1,90m, de pernas tão compridas que antes pareciam andas, sempre trajado no rigor da moda, com um indefectível monóculo, era um *dandy*, exímio dançarino,

enamorado das mulheres, disputado por elas, com a alma e a poesia aos seus pés, pondo-as em polvorosas nas festas ou no *footing* das cinco horas na Avenida ou na porta da Colombo. Era um furor. E, de fato, foi o derradeiro representante da geração literária do dandismo.

Na Secretaria da Academia, figura atualmente a tela de Marques Júnior, que pertenceu a Edmundo e que representa uma sessão da Sociedade Brasileira de Homens de Letras, por volta de 1914, na qual aparece em meio à fina flor da intelectualidade da época.

A POESIA IMPRESSIONISTA DE EDMUNDO

Desde os dezenove anos penetrara Edmundo na vida literária. Sua vocação para as letras vinha dos dez ou onze anos, quando, de colaboração com um garoto da vizinhança, planejou a representação de uma peça de teatro. Brigando com o companheiro, e como era dono do teatro, um canto de porta, resolveu montar a peça sozinho, um dramalhão com muito choro e fuga de moças, e, como não havia pano de boca a descer, depois de morto ressuscitava para encerrar o espetáculo. Comentava mais tarde, “era a graça única da peça”.

Em 1899, publicou em *O País*, com honras de primeira página, um soneto que compusera para um concurso mas que não enviara. Teve três padrinhos literários, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque e Artur Azevedo, e, com tais credenciais, foi incorporado ao grupo chefiado por Olavo Bilac. Lança, então, seguidamente os seus livros de versos, *Nimbo*, em 1899, *Turíbulos*, em 1900, *Turris Eburnea*, em 1902, para mais tarde em 1907, reunir a produção poética no volume das *Poesias* (1896-1907).

Torna-se extremamente popular, e o seu soneto “Olhos Tristes”, todo mundo sabia de cor, declamando-o nos salões.

Nascido intelectualmente sob o signo do Simbolismo, em cuja revolução tomou parte, Edmundo não fugiu contudo à pressão parnasiana, exercida onipotentemente pelo seu ídolo e chefe de grupo, Bilac. Poesia amorosa a sua, viu nela José Veríssimo “muito mais eloquência, ênfase, pompa, que sentimento no sentido poético desta palavra”, embora reconhecendo-lhe “uma bela pompa” e “concepções de uma beleza mais alta e de uma arte mais nobre que as nossas vulgares cantigas de amor”.

Mas a verdadeira compreensão da posição que a poesia de Luís Edmundo ocupa em nossas Letras só mais tarde seria possível. Era uma poesia que oscilava e hesitava entre os dois sóis do Parnasianismo e do Simbolismo, como a querer fugir de ambos à procura de uma zona de sombra e eclipse. Era uma poesia intermediária, que ocupou toda uma época imprecisa de transição e sincretismo, a dos anos anteriores ao Modernismo, misturando elementos simbolistas e parnasianos, ideias de um e forma de outro, mas, ao mesmo tempo, reagindo contra ambos e renunciando uma nova era estética. Hermes Fontes, Goulart de Andrade, Pereira da Silva, Olegário Mariano, Augusto dos Anjos, Gilka Machado, Marcelo Gama, Luís Edmundo e vários outros marcaram essa fase de indecisão, indeterminado, sincretismo, uns pendendo mais para o Parnasianismo, outros para o Simbolismo, abrindo o caminho para os pioneiros do Modernismo, como Manuel Bandeira e Mário de Andrade, ou como Ribeiro Couto e Ronald de Carvalho, que superaram em si mesmos aquela fase, em demanda da nova estética.

Luís Edmundo foi um poeta de cunho impressionista, e a primeira definição coube a Alceu Amoroso Lima, em artigo de 1919. Nesse ponto, posso dar mais esse testemunho em homenagem à sagaz visão crítica do grande mestre revelada em tantos problemas de nossa literatura. Estava já delineado este trabalho, Luís Edmundo

enquadrado, conforme a minha perspectiva no esquema impressionista, quando se me deparou um ensaio seu sobre o poeta, no qual registrava esse feito. Distingue ele a poética de Luís Edmundo como tecida de impressões pessoais, mais que de sensações, tudo à flor da terra, esfumando-se em meias tintas sob uma atmosfera enevoadada, como manchas impressionistas, em que o próprio sol se vela, esbatendo-se. É uma poesia elegante, suave, agradável, traindo sensações vagas, fugazes, incertas, superficiais, visões rápidas, sem análise, intuitivas. Seu painel é leve, seu colorido esbatido, a tonalidade suave e os sentimentos delicados.

Fiz deste nosso amor um sonho perfumado
Tão tranquilo, tão bom, tão casto e tão profundo,
Que cheguei a esquecer a maldade do mundo
Sem ver que eras mulher e que eu estava ao teu lado!

Assim, dos sentimentos, como das paisagens, essa poesia elegante fala sempre em tom leve, em impressões superficiais, revelando um temperamento artístico, inclinado menos para as glórias do oceano do que para a humildade do regato, como ele mesmo o disse num poema. É um impressionista que fez Impressionismo sem saber e que teve de esperar pela evolução das teorias críticas para ser devidamente compreendido e valorado.

Nessa poesia de sensações fugazes e superficiais do Impressionismo, predominam o elemento de subjetividade e a experiência humana e sensorial, reproduzidos objetivamente e com toda a fidelidade, daí a mistura de Parnasianismo e Simbolismo que há nela, diversamente da poesia puramente realista. O Impressionismo possui um elemento de subjetividade, que é a própria sensação, e outro de objetividade, a reprodução fiel desta sensação, através de um temperamento.

A impressão viaja do objeto para o espírito do artista e é aí instantaneamente captada e gravada. O estilo, no Impressionismo, como ensinaram os irmãos Goncourt, mestres também de Luís Edmundo, como ele mesmo confessou, é a maneira de exprimir a própria sensação em todos os detalhes. As palavras assumem valor pictórico, são palavras ricas de colorido e pitoresco. As frases pintam, pela própria cadência e estrutura e pela abundância de adjetivos, escassez de verbos e conjunções, repetições e insistências a marcar os pontos salientes do quadro. Vejamos seu famoso poema dos “Olhos tristes”:

Olhos tristes, vós sois como dois sóis num poente,
Cansados de luzir, cansados de girar,
Olhos de quem andou na vida alegremente
Para depois sofrer, para depois chorar.

Andam neles agora a vagar lentamente,
Com as velas das naus sobre as águas do mar,
Todas as ilusões do nosso sonho ardente.
Olhos tristes, vós sois dois monges a rezar.

Ouço ao vos ver assim, tão cheios de humildade,
Marinheiros cantando a canção da saudade
Num coro de tristeza e de infinitos ais.

Olhos tristes, eu sei vossa história sombria
E sei quanto chorais cheios de nostalgia,
O sonho que passou e que não torna mais!

O teor dessa poesia é uma tristeza sem amargor, expressão de um estado de alma traduzido graças a um ritmo lento e ondulante, que

desliza de mansinho, com um conteúdo estranhamento evocativo e através de uma linguagem de suave musicalidade, mais de cochicho que de declamações, feita de murmúrio e matizes, própria a pintar a sensação e a captar a fluidez e o movimento.

O CRONISTA DO RIO DE JANEIRO

Luís de Melo Pimenta da Costa, Luís Edmundo nas letras, nasceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1878, e, sem embargo das diversas viagens que fez à Europa – como resultado de sua atividade de corretor de companhias francesas de navegação, profissão que exercia ao lado do jornalismo, no *Correio da Manhã*, no qual o acolheu desde o princípio Edmundo Bittencourt –, permaneceu um carioca apaixonado de sua cidade. Sentindo que o estro poético se lhe esgotara, transferiu o lirismo e o amor ao ritmo para um prosador que se transformaria no grande cronista da cidade. O boêmio e o poeta foram substituídos pelo homem de gabinete, numa evolução através de quinze anos, que poderá parecer contraditória, pois quem o visse na sua biblioteca da Tijuca, nos últimos anos, jamais representaria naquele homem, quieto e pacífico bibliófilo e pesquisador do passado, o poeta boêmio de outrora, que se pintara a si mesmo, num poema, a correr atrás da Manolita apressada que “indiferente e veloz nem vê minha alma abrasada que a segue pela calçada”.

O gosto da poesia pintura deu-lhe a graça de contar. Alberto Rangel despertou-lhe a vocação da história, e, depois da leitura do seu livro sobre a famosa Domitila, escreveu as duas peças *D. João VI e Marquesa de Santos*.

Tomou-se de paixão pelo século XVIII e imaginou um vasto painel do Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis, ao que foi desaconselhado,

em vista da dificuldade de documentação, em relação àquela época. Foi à Portugal, remexeu os arquivos, bibliotecas e conventos de província, depois à Espanha, logrando, no entanto, reunir um material farto, inclusive iconográfico, e atirou-se ao trabalho.

Vindo a lume, o livro obteve êxito absoluto, de crítica, de público, de venda. Descobrirá um filão fecundo e não teve dúvida em explorá-lo. De 1932, data do primeiro, salta para 1942, quando lança a segunda obra da série, *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Da evocação social dos últimos anos da era colonial, passa para a pintura da vida pitoresca e íntima da corte portuguesa no Brasil, soberanos e nobres, ministros e fâmulos, crianças, adultos e velhos do tempo e da roda do rei fugitivo, retratados nos aspectos físicos e morais e nos costumes, por um miniaturista exímio, a que não faltavam, outrossim, a verve e a ironia.

Ainda aqui o Impressionismo de Luís Edmundo presta-se como uma luva aos seus objetivos e cria a sua maneira. Sua obra não é de historiador estrito, mas de um cronista. Os dons de poeta mantêm-se-lhe presentes na evocação do passado, e a imaginação não o abandona, antes lhe serve de instrumento na fixação e interpretação da realidade, esteja ela nos indivíduos, cidades, ruas, sentimentos ou hábitos. Não são obras graves e sisudas de História. São antes livros de memória, baseados no documento, mas libertando-se deles, como o pintor impressionista, pela imaginação e impressões pessoais. São livros de homem de letras, evocando um tempo antigo ou a época contemporânea sem o rigor do método propriamente histórico. A História não é ciência, em sua pena, mas antes um meio para escrever uma obra artística, de restauração do passado. Há muito episódio divertido, uns quantos tipos caricaturados, comentários espirituosos às pencas, que fazem dos livros de Luís Edmundo nesse terreno obras de grande atrativo, maior do que de muito historiador no sentido

rigoroso do termo. A liberdade que se dava no tratamento dos assuntos proporcionou-lhe um à vontade, uma despreocupação de que lucrou a movimentação do livro, aproveitando-se disso, também, o seu espírito sarcástico e até irreverente. Dizia ele que costumava trabalhar com alegria, tal a paixão que adquiria pelo tema. E essa alegria sabia comunicar ao que escrevia, resultando livros divertidos, em que o passado como que se agita aos nossos olhos, com a franqueza e independência de um espírito que, como todos os de sua geração — uma época que proclamara a morte de Deus e se educara sob os ecos da apóstrofe de Renan, ó abismo és o único Deus —, era forrado de um fino cepticismo, além de isento de sectarismo na apreciação de homens, costumes e acontecimentos. Porventura, não é com esse estofa que se têm escrito alguns grandes livros? E não terá sido essa a razão que levou João Ribeiro a considerar grande livro de verdadeira história nacional a sua crônica do tempo dos vice-reis?

O êxito dos primeiros estimulou-o a explorar ainda mais o gênero. No modelo de seus mestres, os Goncourt, e do mestre de seus mestres, Saint-Simon, lançou-se à crônica de seu próprio passado e da vida de sua cidade no tempo em que a viveu. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, continuado pelas *Memórias*, é o registro despretentoso de episódios e costumes da cidade tal como ele a testemunhou, a que se vieram juntar outros volumes sobre o Rio de outrora, casos e impressões descritos à sua maneira, em *Recordações do Rio Antigo* e *Olhando para Atrás*.

NACIONALISTA MANSO E CAMARADA

Adquiriu Luís Edmundo reputação de extremado chauvinista, o que ele mesmo admitia, apenas acrescentando a qualificação de “manso e camarada”, que não se interessava por “lisonjear as vaidades patrióticas”.

Na última década do século passado, quando se processava a sua fase mais aquisitiva de formação intelectual, assistiu a uma das mais fortes ondas de nacionalismo antiluso em que tem sido fértil a nossa história. Por culpa de nossos antigos colonizadores, inconformados com a perda da presa fértil, houve sempre movimento desse tipo, desde a Independência, em reação às tentativas de subjugar-nos o espírito de autonomia. Depois da República, sofremos uma dessas fases de exarcebção da intromissão portuguesa em nossa vida interna. No terreno intelectual, houve uma revanche da mentalidade colonialista, procurando orientar-nos pensamentos, interesses e conduta e dirigir-nos os passos, no falso pressuposto de que não tínhamos capacidade para agir por conta própria e de que ainda constituímos uma unidade cultural, falácia que leva muitos publicistas de além-mar a acreditar que o que serve para um se deve estender ao outro e a falar na primeira pessoa do plural, quando se referem a problemas que julgam comuns.

Assim ocorreu no decênio final do século XIX, como está testemunhado por Araripe Júnior e como se pode julgar pelos trabalhos de Raul Pompeia, Rodrigo Octavio e do próprio Araripe, entre muitos. Os principais órgãos da imprensa eram ocupados maciçamente por porta-vozes do antigo imperialismo, insuflando no público o veneno do pessimismo e derrotismo contra o Brasil. Nosso País era considerado incapaz de construir uma civilização, porque habitado por uma raça inferior, anêmica, raquítica, sem vontade e com nervos à flor da pele, deprimida, arruinada pela doença, mestiçagem e ignorância.

Ainda naquele tempo, a fisionomia mental brasileira escapava aos portugueses, que não tomavam a sério o Brasil. Para a inteligência lusa, o Brasil não contava, nem no aspecto material, nem no seu desenvolvimento intelectual, a ponto de um escritor de além-mar, Bruno, um dos primeiros a se voltar com simpatia para nossa cultura, declarar: “A mais completa ignorância das coisas do Brasil, das suas

aptidões, dos seus homens políticos, de sua literatura, dava cabimento a extravagâncias de tal ordem que só podiam ser respondidas com apodos e represálias truculentas.”

Com os maiores espíritos de então, Luís Edmundo formou o seu nacionalismo, que cultivou a vida toda. Ao contrário dos pessimistas estrangeiros, recebeu ele de seus compatriotas uma mensagem de fé no País, o qual demonstraria, em meio século, extraordinária capacidade de realização e desenvolvimento, e no seu povo, que provaria a aptidão para todos os progressos, com qualidades diferenciais mui dignas de cultivo e atenção, graças às quais daríamos e estamos fornecendo ao mundo uma contribuição original.

Nossa literatura é um exemplo dessa capacidade criadora. E Edmundo sentiu-lhe bem precocemente o caráter autônomo, verificação idêntica à que levou Domicio da Gama, aos dezoito anos, a fundar um grêmio de jovens para afirmar a existência de uma literatura nacional independente. O conhecimento do nosso folclore mostrava-lhes a novidade ou as qualidades novas da literatura nacional desde o início dos séculos XVI e XVII, quanto ao pensamento, à temática, aos sentimentos, “uma literatura nossa, extremada, independente da portuguesa”, no dizer de Clóvis Beviláqua.

Mas foi a diferenciação linguística a que mais impressionou Edmundo, de modo a apaixoná-lo em todas as oportunidade, e veio à ribalta a discussão do problema, sempre o encontrando na trincheira de defesa da maneira brasileira de escrever, embora, como assinalou Viriato Corrêa, sua pena mergulhasse com mais frequência nas tintas lusitanas. Ele mesmo confessou ao seu amigo as preferências pela forma nacional:

“Ah! Como eu quisera escrever brasileiro como vocês escrevem! Quisera, mas não posso. Culpas de meu pai que

assim me educou. Meu filho, como os de sua geração, não será assim. Minha infância e minha adolescência foram invadidas, encravilhadas pelos clássicos lusos. Saí da fôrma como sou. Além disso, é preciso contar com o ambiente português em que sempre vivi, parentes e amigos portugueses. Viagens a Portugal. Muitas viagens! Às vezes, é confissão sincera, tento escrever como vocês brasileiroamente, mas nada sai. Não mudo. É como se quisesse mudar a cor dos meus olhos!”

Era o reconhecimento do fenômeno da diferenciação linguística, paralelo ao da autonomia literária e ao da formação histórica especificamente nossa, que fez dele um historiador brasileiro do Brasil, no dizer de Viriato Corrêa.

UM BRASIL BRASILEIRO

Esse Brasil brasileiro coube à República dar-lhe a última demão, para fazer com que em nosso tempo o País atinja a sua fase de maturidade e maioridade de civilização. As forças de seu gênio manifestam-se por toda a sorte de maneiras originais, provando eloquentemente a grandeza do povo, desmentindo os conceitos pessimistas e, se a Nação se contorce, ainda, em dificuldades, estas refletem apenas as dores masculinas do desenvolvimento de sua forte personalidade.

Só há que lamentar no atual estágio, a muitos olhos parecendo como crítico, certa defasagem entre o progresso material e intelectual e o das instituições políticas e administrativas. Enquanto o povo oferece ao mundo demonstrações da mais alta afirmação e eficiência em vários setores, mostrando-se cada vez mais politizado e consciente de

seus interesses e dos métodos democráticos de resolvê-los, levantando quase todos os campeonatos mundiais no esporte e conquistando as maiores láureas artísticas; e, enquanto a cultura e as letras dão prova de extrema vitalidade, a cúpula política e administrativa, com raras exceções, revela-se completamente fracassada, inteiramente fora do tempo e necessidades do País, incompetente e desaparelhada para dirigi-lo, dando a impressão de que representa o fim de uma classe dirigente que não sente a terra fugir-lhe aos pés. O Brasil vive um momento revolucionário, e só não o vê essa elite, insensível, inatenta, indiferente a que o processo se concretize à sua revelia.

Não há qualquer sombra de xenofobia em reconhecer a necessidade de sermos brasileiros, como fez Luís Edmundo.

Defronta-nos atualmente apenas um dilema: ser brasileiros ou antibrasileiros. A própria oposição direita-esquerda, que tanto devastou as atuais gerações, está superada. É-nos de todo indiferente a ambição das duas nações, que se digladiam pelo domínio do mundo, conflito idêntico a tantos outros do passado na política das grandes potências mundiais.

O que nos interessa é o Brasil, é dar solução brasileira aos nossos problemas, equidistantes de Cuba e da Argentina, é pensar o Brasil, afirmá-lo, consolidar-lhe as forças vitais, harmonizar-lhe a vida interior, favorecer uma existência feliz e confortável, livre de sofrimentos e angústias, para o povo. Só um fanatismo deve mover-nos, aquele fanatismo da esperança de que falou Mirabeau.

O AMOR DAS DUAS CIDADES

O artista Luís Edmundo, o poeta da adolescência, transferiu a sensibilidade estética para o amor da cidade natal e tornou-se o seu

cronista, na obra da idade madura, estudando-lhe a engrenagem peça por peça, seus órgãos, funções, vida passada.

O adorador do Rio de Janeiro sabia a razão do seu bem querer. Ninguém mais carioca do que ele, e nenhum conhecia melhor os segredos desta metrópole admirável, única no Brasil isenta de espírito provinciano, sempre pronta a reagir pelo humorismo e pela sátira contra os ridículos humanos e as trapaçarias de certos políticos, rica de entusiasmo generoso e prodigalidade justiceira, alegre e cordial, democratizante na sua tendência a favorecer a igualdade dos benefícios, excitante pela sua vida nervosa, mais tranquila e fácil no modo de sua gente flunar pelos bosques e praias, cidade feminina, de graça sedutora e temível, desinteressada e ardente, capitolosa e aconchegada, que se faz amar como uma mulher. Centro nervoso e cultural do País, jardim de aclimação, pela sua vocação assimiladora, ela atua como órgão de unificação intelectual, verdadeira bomba de sucção atraindo de todos os escaninhos da Nação as forças vivas e as seivas regionais com as quais plasma essa consciência e essa fisionomia intelectual una que o nosso passado oferece. Não são as histórias literárias particulares que representam o Brasil, mas o amálgama de todas realizado nesse extraordinário laboratório humano e social que é o Rio de Janeiro no Brasil. E, por não terem passado pela etapa carioca, muitos políticos provincianos jamais lograram mentalidade federal ou nacional, alguns se revelando afinal prejudiciais ao País, pela ausência desse caráter universalizante da educação política que se adquire nas praças públicas e nas redações de jornais da velha capital.

Jamais ela perderá essa função brasileira de capital de fato, em que pese a ter deixado de ser capital de direito.

E é lamentável que um país com tantos problemas de maior premissa viesse a esbulhar de seu antigo papel uma cidade que tem todas as qualidades materiais e espirituais para ser a capital e que

ainda acabou de dar prova dessa superioridade entregando o seu posto, entre folgazã e chocarreira, sem reagir, como a ter certeza de que o futuro lhe daria razão com o fracasso da aventura nababesca no planalto, responsável pelo maior entrave na tão complicada administração nacional.

Tinha, pois, sobrados motivos, Edmundo, esse carioca *flaneur*, de amar a sua cidade. Seus livros trescalam esse aroma de amor. E ele ainda tinha a seu favor poder venerar somente uma diva, ao contrário de muitos de nós outros que aqui vivemos, oriundos de outras cidades.

De mim, sou um sofredor, com o coração dilacerado entre dois amores, o da cidade que me viu nascer, que me embalou a infância, e a outra que escolhi para a idade madura e consciente. Uma depositou-se na memória e no inconsciente com as emoções infantis, a outra conquistou-me pela inteligência e reflexão.

Venho de longe, senhores acadêmicos, venho da Bahia, a terra dadivosa e boa que tanto bem tem feito ao Brasil. Lá formei o espírito e o caráter, lá reuni a seiva que venho gastando pelos caminhos. Como me faz falta a minha Bahia! Tenho dela uma saudade indizível. Guardo na retentiva a imagem daquela cidade superrealista, com as suas ladeirinhas grimpendo pelos morros, o encanto de seus telhados amontoados, as ruas esconsas de cheiro colonial, as igrejas majestosas, os conventos montados nas encostas, a sua colina sagrada do Senhor do Bonfim, as praias de sargaço e areia branca, as restingas, os mangais e as ilhas, as suas árvores — Oh! mangueiras e cajazeiras de minha terra! —, as suas frutas capitosas, as suas comidas e doces, os seus peixes e mariscos, as tradições populares e festas feéricas de arraial, a sinfonia multicolorida de seus poentes e o infinito prateado de seus luares, a música fantástica de suas noites misteriosas, a alma encantadora e mágica de sua gente, alma aristocrática acalentada

ao som misterioso de seu mar a bater caprichoso à beira das verdes praias, o palácio de cristal das mães d'água!

Como me foi penoso arrancar as raízes! Mas como me falta coragem para regressar! Eis o mal de todos os desterrados. Vivem a sonhar com uma volta que é impossível. *You can't go home again!* é a síntese perfeita desse estado de espírito no título do romance de Thomas Wolfe. Ninguém consegue voltar. Com todos que o tentam, repete-se o que ocorreu com o personagem daquele conto de Saroyan. Partido de sua cidadezinha, andou por mil terras e depois de muitos anos cedeu à tentação do retorno. Saltou do trem, dirigiu-se à velha casinha, penetrou o portão e espiou pela janela. Era véspera de Natal, a neve caía, e, dentro, em torno à mesa, no aconchego do lar, os pais e irmãos comemoravam a data de acordo com a tradição. O coração se lhe confrangeu, e, não suportando a cena, o homem saiu de mansinho e se foi na escuridão.

Então, se é assim, porque tantos emigram? A essa pergunta impertinente, respondia o nosso Afrânio Peixoto, o olhar faiscante de malícia: “Saímos para vencer. Lá, não podemos, pois todos somos baianos!”

Se alguma vantagem levamos, é a que explica a energia e o êxito de tantos emigrados: afogam a saudade no trabalho. E, posto que jamais voltemos, resta-nos ao menos a felicidade de falar daquilo que amamos.

O MISTÉRIO ACADÊMICO

Senhores acadêmicos,

ao me escolherdes para a vossa Ilustre Companhia, elegestes a própria controvérsia. Naturalmente, nos vossos ouvidos, repercutiram

os seus ecos. Já tivestes disso a evidência aqui mesmo. Mas ficastes indiferentes. O mistério acadêmico é impenetrável. E é esse mistério que faz as academias agirem segundo seu próprio interesse coletivo e não conforme à vontade e prevenções de qualquer de seus membros. Ninguém é dono de uma instituição. Cada um de nós, ao ser admitido, não perde a liberdade, pois a Academia não coroa as opiniões, mas o talento, a capacidade, as realizações. Cada qual entra como é, e assim ela o quer, sem abrir mão dos princípios e traços de caráter e conduta, que o tornaram conhecido. O que ela exige é precisamente a fidelidade a si mesmo, jamais pedindo o despojamento dos atributos específicos. Se me preferistes, senhores acadêmicos, foi porque me quisestes como sou, com a personalidade intelectual que formei e a modesta obra que venho construindo. Nada vos trago de novo, mas somente a reafirmação de tudo o que fiz e disse.

Acedo, portanto, a esta colina de glória como à culminação de uma longa carreira, no curso da qual não foram poucas as lutas, mas cuja unidade, coerência e culto da dignidade jamais sofreram perda. Premiastes o trabalhador modesto e paciente que não fez outra coisa senão pôr-se a serviço daquela força misteriosa que habita a Literatura, à qual se referiu Cocteau.

Disse alguém que, ao ler os grandes livros de Literatura, tornamos mil homens e, no entanto, permanecemos nós próprios, enxergamos com mil olhos, mas quem vê ainda somos nós, transcendemos para ser cada vez mais nós mesmos.

Meu canteiro tem sido lavrado com o carinho que merecem as plantas delicadas, cuidado de sol a sol, na labuta honesta e a duras penas.

Temperamento de luta, habituado a ser considerado direitista pelos esquerdistas e esquerdista pelos direitistas, não sou amaciamento e contemporização, mas de tomada de posição, de nítidas

opções doutrinárias, por isso despertando sempre divisões, reações e adversários. Minha paixão é o assalto à praça. Capitulada, há que buscar outro motivo para empenhar a pugnacidade ou para a provocação ao debate intelectual permanente e inconformado, renovador e revisionista. Espírito afirmativo, acredito em minhas ideias, sei batalhar por elas e defender o que faço. Acostumei-me a reunir do outro lado da barricada os adversários, a fim de derrotá-los a todos juntos, recuando sem amargor, nas batalhas perdidas, para no final vencer a guerra.

Atinjo, assim, esse momento com a alegria do soldado que chega ao topo da cumeada com a serena postura de quem tem saldadas as dívidas para com Deus e o próximo.

CASO DE GERAÇÃO ESPONTÂNEA

Nas letras, sou um caso de geração espontânea, e minha carreira resultou de um deliberado e tenaz esforço de vontade, abandonando a profissão médica, para forçar caminho com inflexível continuidade. Não sofri as habituais influências de ambiente ou círculos literários para aderir à Literatura. Nunca fui de rodas, antes sempre um isolado, tendo-me, no início, batido dentro de solidão escura, para abrir janelas sobre a vida intelectual.

Certa feita, há muitos anos, numa classe elementar, o mestre, um bom irmão marista, apontou para um menino, que se escondia sob as asas de sua timidez, e mandou que lesse um trecho da antologia. Ia a leitura sem tropeços, quando o pequeno, muito concho, largou uma dessas silabadas memoráveis. Uma gargalhada estrondosa abalou o prédio do colégio, e ainda hoje eu a sinto fazendo tremer-me a estrutura. Mas a gargalhada redobraria, se o mestre benevolente tentasse

bancar a pitonisa e insinuasse que o desastrado ocuparia um dia um lugar ao vosso lado. Naquele instante, em verdade vos digo, nada em mim poderia fazer crer ou prenunciar o homem de letras.

Até onde pode ir a minha memória, tão longe que me recorde, o primeiro frêmito que me perpassou a sensibilidade provocado pela emoção literária, é posterior, em classe mais avançada, diante daquele trecho do *Quincas Borba* a propósito das travessuras do cãozinho. Relembremos a página:

“Quincas Borba vai atrás dele pelo jardim fora, contorna a casa, ora andando, ora aos saltos. Saboreia a liberdade, mas não perde o amo de vista. Aqui fareja, ali pára a coçar uma orelha, acolá cata uma pulga na barriga, mas de um salto galga o espaço e o tempo perdido e cose-se outra vez com os calcanhares do senhor. Parece-lhe que Rubião não pensa em outra coisa, que anda agora de um lado para outro unicamente para fazê-lo andar também e recuperar o tempo em que esteve retido. Quando Rubião estaca, ele olha para cima, à espera; naturalmente, cuida dele; é algum projeto, saírem juntos ou coisa assim agradável. Não lhe lembra nunca a possibilidade de um pontapé ou de um tabefe. Tem o sentimento da confiança, e muito curta a memória das pancadas. Ao contrário, os afagos ficam-lhe impressos e fixos, por mais distraídos que sejam. Gosta de ser amado. Contenta-se de crer que o é.”

É possível que essa impressão remota e primitiva seja responsável pelo humilde mas entusiasta machadinho em que vim a tornar-me.

Outros fatores deverão ter agido em mim como germe do homem de letras que hoje recebeis.

O lar feliz onde nasci tinha por chefe um homem de sensibilidade artística e gosto refinado, arquiteto e construtor, cuja mentalidade técnica não era infensa a valorizar os grandes das letras – e cresci habituado às expressões de admiração pelos nossos Castro Alves, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Gonçalves Dias. Um antepassado, meu bisavô paterno, Antônio Joaquim Rodrigues da Costa, foi poeta da linhagem dos cástridas e sempre recebeu a veneração da família, que lhe editou a obra. Meu próprio prenome é um reflexo do clima de sucesso que cercou o aparecimento de *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto. Parece que os fados teciam misteriosamente e escondidos a rede que me lançaria para as letras, conspiração essa que teve a complacência de meu pai quando no adolescente despontou, em detrimento da formação médica iniciada, o vício impune da leitura literária, nas longas horas de intensa aprendizagem, já então definidos o gosto e o pendor para a Literatura; e a mesma complacência encontrei no coração da amorosa companheira que Deus me deu, embora, estou certo que, no íntimo, secretamente inconformada com a perda do grande médico de seus sonhos. Assim como Rilke desejava que o deixassem morrer a própria morte, faz-se mister muita compreensão para um caminhar a sua própria vida.

RELAÇÕES DA VIDA LITERÁRIA

Nem sempre foram amenas as minhas relações com os grupos literários, desconfiados com o solitário que se recusava a submeter-se ao ritual de admissão nas confrarias e igrejinhas e reagia contra o predomínio, habitual entre nós, da vida literária sobre a Literatura. Desde o primeiro instante de meu regresso ao Brasil, após cinco anos de estudos e trabalhos nos Estados Unidos, carregado como abelha de volta do bosque – uma temporada de estudos no estrangeiro vale-nos para o espírito um grande

salto no tempo –, não foi animadora a recepção que tive. Tal como um Edmundo Dantes, minha volta assustava certas más consciências, e velhas rixas reacenderam-se, o meio literário prevenido por comícios à porta das livrarias e nos serões, onde a cizânia substituíu o estudo. A origem era uma só, e eu senti na pele o visgo da baba de Caim a envenenar o ambiente, na intenção de barrar-me os passos. Eram perfídias, intrigas, pressões, boicotes, meus trabalhos submetidos a um processo de contabilidade, anotando-se no e haver os elogios e referências, até mesmo subestimando-me a capacidade de desforrar e ser inimigo.

Meu mestre Machado de Assis, contudo, ensinara-me a lidar com os rubiões da fauna literária. A paranoia os faz crescerem aos próprios olhos, como o sapo da história, e desafiar a lua. Idólatras de si mesmos, inertes de caráter, põem na cabeça coroas imaginárias, regem impérios só existentes no seu delírio, enxergam fâmulos nas ratazanas que lhes passam aos calcanhares; fazem tudo para chamar a atenção sobre si, como aquele sujeito que acompanha enterros para ver o nome no jornal; multiplicam a própria inópia fazendo-se passar por gênios; incapazes de saber a própria medida e limitações, reduzem por maus tratos até a família a escravos da sua falsa grandeza, produto de uma imaginação esquizofrênica; dão-se em espetáculo tanto mais confrangedor quanto mais sabemos que esses megalômanos são menos prigosos do que desgraçados e torturados como um personagem de *Êsquilo*, infelicitando a si e aos seus pelo veneno que segregam, desastrados e incapazes, estragando tantas oportunidades que a sabujice lhes propicia; cemitérios de amizades, traem amigos e benfeitores no pressuposto de que são credores eternos da humanidade à qual, muito embora, nada oferecem; frustrados, truncadas as suas aspirações por falta de capacidade interior de realização, entregam a alma às devastações da inveja e do despeito. É que o mal só o mal pode gerar.

Também, eu não fui peço. Enfrentei tudo. Da seteira das “Correntes Cruzadas”, não poupei flechadas. Combativo, sabendo cultivar as amizades mas também as inimizades, não dei tréguas. Em vez de cortejar os papas da vida literária e os donos das cadeias de felicidade dos suplementos, atirei-me, qual guerreiro audaz, a desmantelá-las, numa campanha de desmoralização das capelinhas e dos vícios em que se cevavam as mediocridades engalanadas, os moedeiros falsos, os mistificadores. A república das letras é uma comédia representada num beco sujo. Dela, tiram partido os inautênticos, que não servem às letras porque baldos de legítima vocação e amor pela Literatura, antes fazendo dela um instrumento de autopromoção e carreirismo desenfreado. A prova é que, desmascarados e fracassados, muitos vão buscar compensação na política, administração, diplomacia, passeando nelas a sua falsidade, o seu grosseiro ridículo de arrivistas desgarrados.

Minha coluna no jornal tornou-se a pedra no sapato. Várias vezes foi ameaçada de arrolhamento, graças à peçonha da rivalidade mesquinha e aos esbirros a seu préstimo, atirando contra ela polémicas no próprio suplemento, até por fim conseguirem suprimi-la. O meu nome era proibido nas colunas literárias, ódios e desavenças desfaziam-se no interesse comum de combater-me, e escribas mercenários mobilizavam-se em função do sistema de ataque montado contra mim. Embalde, porém, se espezinha alguém contra quem nada se pode alegar além de razões infantis e inconfessáveis.

Não adiantaram os empecilhos contra o trabalho e o estudo. Continuei combatendo a moeda má dos falsários, falando de nomes e coisas que os pseudossábios nunca ouviram. Felizmente, encontrei sempre a compreensão e apoio de amigos que confiavam em mim, um Otávio Mangabeira, um Clemente Mariani, um Simões Filho, um Levi Carneiro, um Clementino Fraga, um Leonídio Ribeiro, um Péricles Madureira de Pinho, um Fernando Tude, um Abgar Renault, um

Rodrigo Octavio Filho, um Ribeiro Couto, um Cassiano Ricardo, um Gustavo Barroso, um Nilo Bruzzi, um Ivan Lins, como já encontrara antes, desde o tempo da Bahia, um Afrânio Peixoto, um Anísio Teixeira, um Eugênio Gomes, um Euvaldo Diniz, um Aristides Novis, alguns grandes homens que são glória desta Casa e do Brasil. Dois desses amigos estão associados mui intimamente a esta solenidade: Levi Carneiro, com a fidalguia de sua palavra; Clementino Fraga, pela segunda vez apadrinhando-me na vida, com a mesma emoção que teria, se no meu lugar estivesse um de seus gloriosos filhos. Não mais vejo entre vós, todavia, o meu querido Otávio Mangabeira, o grande estadista, cuja ausência é a nota triste na festa de meu coração.

O que consegui realizar vejo agora aprovado pelo vosso acolhimento, sem que recorresse a aparelhos de pressão, políticos ou jornalísticos, de que não dispunha, mas impondo-me exclusivamente como escritor, depois de conquistar a simpatia dos independentes e dos jovens.

A BANDEIRA DA RENOVAÇÃO CRÍTICA

A bandeira que empunho neste momento solene de regozijo insopitado é a da Crítica literária renovada, a Nova Crítica, com que identifiquei meu trabalho intelectual e que doravante terá por si o prestígio da Casa de Machado de Assis.

Poderá parecer uma ironia do destino que me haja sido reservada nesta Casa, ao adversário da Crítica impressionista, uma cadeira evoluída sob o signo do Impressionismo literário.

Quando viajei da Bahia para os Estados Unidos, levava comigo todas as inquietações e anseios de renovação da metodologia crítica. Vivera até então debatendo-me comigo mesmo em busca de caminho. Sentia estarem esgotados e superados os velhos processos em

que me educara pelo exemplo da maioria dos meus maiores. Na minha condenação, incluía-me a mim mesmo, e, se há algo a meu favor, foi ter tido a coragem de romper com o passado. Depois, muitos conformistas reagiram à reforma que advoguei, mas a culpa lhes coube pela incapacidade de renovarem-se, e não surpreende que tenham tido que calar-se em virtude da rarefação produzida ao seu derredor pela sua inatualidade.

Em verdade, represento um esforço de mudança de princípios e métodos, quanto ao processo e a à função da Crítica em nossos tempos. A história da Crítica é rica de meditações a respeito de sua própria função, o que constitui motivo a dignificá-la. Assim, tem sido vista ora como instrumento ético, religioso, político, ora como investigadora das origens da Literatura no complexo geográfico, biológico, social e cultural, ora como expressão das aventuras da alma através das obras-primas.

Evoluindo de sua fase primitiva e empírica, em que atuou como ancilar de outras ciências, encaminha-se ela, em nossos tempos, para a plena maturidade de disciplina autônoma, com métodos e princípios específicos.

Tendo a Literatura uma missão reconhecida na sociedade – a captação da voz imortal do homem em busca de explicação do próprio mistério –, cabe à Crítica exercer o magistério da Literatura, regulando a criação e disciplinando-a à luz das leis do fenômeno artístico.

A Crítica não é, em consequência, um gênero literário de imaginação, como o Romance, a Poesia, o Drama, a Crônica. É uma disciplina racional, próxima à Filosofia, e exercendo-se conforme às regras do raciocínio lógico-formal. Esse aspecto aproxima-a também da ciência. Não é uma ciência, no sentido estrito, porque no seu processo colaboram forças intuitivas, impressões sensíveis, elementos de gosto, acumulados no inconsciente, recebidos pela tradição ou pela educação. Tampouco é uma ciência no sentido em que usaria

métodos e conceitos provenientes de outras ciências, como foi o erro dos Hennequin, Brunetière, Taine e outros deterministas biológicos e sociológicos do século XIX.

Mas se não lhe poderão negar foros da ciência – e há ciências do espírito ao lado de ciências da natureza –, se quisermos que ela ganhe em rigorismo metodológico e conceitual, característico da atitude científica, além de independência de meios e fins. E só o lograremos, se lhe aplicarmos o espírito científico, se a forrarmos de uma atitude científica. Os que se recusam a admiti-lo não passam de cépticos quanto à sua possibilidade de aprofundamento técnico e preferem mantê-la e manter-se na epiderme da tarefa, identificando-a com o vago e superficial jornalismo crítico e com a mera função de noticiar e comentar as obras literárias na base do palpite e do espírito opiniático.

A Crítica não é apenas isso. Vejo-a como algo acima do simples diletantismo, do noticiário ou do autobriografismo impressionista.

A POSIÇÃO DO IMPRESSIONISMO CRÍTICO

Não é verdade que advogue a eliminação do impressionismo e mais de uma feita já procurei esclarecer o equívoco. Não há Crítica sem impressão ou resposta intuitiva, imediata, despertada no espírito pela obra de arte. Recuso-me, porém, a aceitar que se reduza o ato crítico a essa operação primária, transformando a impressão em sistema e o seu registro em método. A Crítica é um conjunto de atividades para a aferição do valor estético, e sua manobra valorativa parte da impressão, invade a área de reflexão, análise, explicação e afinal emite um juízo – que deve ser, no caso, não ético, mas estético, de valor. É, assim, um ato complexo, em três etapas – a

da impressão, a da reflexão, a do julgamento —, sem uma das quais não há verdadeira Crítica. E, para realizar-se, ela se vale de uma visão armada, como dizia Coleridge, uma visão armada de todo um instrumental próprio de análise do tecido literário específico, além do subsídio fornecido pela Linguística, Filologia, Estilística, Retórica, técnicas de explicação de textos e análise estrutural e dos que oferecem ciências correlatas, como a Psicologia, a Etnologia, a Antropologia. É, portanto, uma disciplina integral de explicação do fenômeno literário, na sua natureza estética e no intrínseco de sua estrutura. É atividade ergocêntrica e específica, usando nesse objetivo tudo o que tiver à mão.

Minha proposta visa a reduzir o Impressionismo crítico às suas proporções verdadeiras. Ele tem dado lugar, no passado, a elevadas manifestações: um Walter Pater, uma Virginia Woolf, um Anatole France. Mas é erro pretender inculcar como Impressionismo crítico o que não passa de simples comentário jornalístico ou noticiário de livros. Este traduz “impressões sobre” enquanto o primeiro é uma “impressão de”.

Por outro lado, o fato de reagir contra os malefícios do Impressionismo na Crítica não implica em condenar o Impressionismo literário. Ainda aqui minha atitude é crítica. O Impressionismo literário é uma alta escola que merece a admiração, pelo que produziu, inclusive entre nós. A Crítica genuína sabe reconhecer e apreciar uma expressão artística do passado, deixando-a, entretanto, no seu tempo, pois a missão dos estilos não é perene, desde que eles se identificam com o todo espiritual de uma época. Se não pertenço à família espiritual de meus antecessores, sou capaz de reuni-los sob a minha admiração e compreender e valorizar o estilo estético em que se expressaram, procurando enxergar a beleza da arte de entretons e nuances que produziram. Ao mesmo tempo, todavia, proclamo a

necessidade, para a atualidade, de libertarmo-nos das implicações da Crítica impressionista em favor de uma Crítica técnica, objetivista, baseada em critérios e padrões estéticos e métodos rigorosos de investigação e valoração, de análise tanto verbal quanto estrutural, e inspirada no pressuposto conceitual do primado do texto como seu ponto de partida. Há que distinguir entre Impressionismo como elaboração estilística e como método crítico de aferição de valores. O que me recuso a aceitar é a transposição, para a análise do fenômeno literário, da palheta impressionista de Toulouse-Lautrec. A Nova Crítica, como deve ser entendida, é que afinal será a verdadeira Crítica. E, sob a sua égide, eliminar-se-ão automaticamente os espíritos superficiais, os mistificadores, os preguiçosos mentais que costumam não ler as obras para criticá-las e escrevem sob ditado ou à base de conversas, Crítica portanto de orelha, com teses sopradas por outros acerca de autores que nunca leram, analfabetos e jejunos, que não têm *élan* interior para estudar, adquirir cultura e preparo especializado.

O IMPORTANTE É FAZER BEM

O estágio presente da cultura universal, nessa era tecnológica, exige que melhoremos a relação entre o científico e o literário, lançando uma ponte entre as culturas científica e humanística.

De conformidade com o espírito científico, não basta fazer, como já foi proclamado, mas fazer bem. Fazer não é, de nenhum modo, o essencial.

Fazer somente é uma operação animal, e a ela se reduzem os homens impotentes de criar, angustiados nos seus ressentimentos, incapazes de fazer bem, porque não sabem *o que fazer e como se deve*

fazer, empíricos movidos apenas pelos instintos e reflexos vegetativos, inaptos a aprender o que se faz nos centros de cultura por preguiça mental e ignorância linguística, e ficam a falar sozinhos, dialogando monocordicamente com a própria e pequenina sombra e assinando o que outros escrevem, porque são privados da alegria de produzir, talento e capacidade de realizar-se em obras.

O importante não é fazer, mas fazer bem, e, para tanto, é mister pureza de alma, humildade de espírito e propósito e saúde mental, para, em primeiro lugar, aprender como se deve fazer. Do contrário, é a mistificação, a falta de seriedade, a inveja e o ressentimento, porque só a alegria de criar é compatível com a criação alheia.

As gerações que surgem nesse Brasil novo não mais toleram o embuste intelectual. Exigem autenticidade de comportamento. O Brasil está aí para que o pensemos brasileiromente. Cabe à Crítica literária uma função, que, sobre ser literária, isto é, exercer-se no contexto literário, não é menos brasileira, porquanto deve orientar-se para o Brasil, concorrendo para consolidar a sua cultura. Mesmo com o melhor dos métodos, impõe-se que ela se adapte à circunstância social e nacional.

Há, pois uma função especial da Crítica em nosso momento histórico. Em primeiro lugar, aperfeiçoar-se quanto a método e princípios, o que proporcionará o estudo superior de Letras agora possível com a formação universitária. Em seguida, assumir o seu papel de educadora do público e mediadora entre ele e a criação, no sentido de fazer da Literatura uma real voz da tribo, traduzindo-lhe os sentimentos coletivos e, de torna-viagem, atuando sobre a alma popular. O crítico não é um artista, mas um pensador, cujo dever é interpretar a obra de arte literária, elucidando-a aos olhos do público, melhorando o gosto coletivo, a fim de torná-lo mais exigente e assim fazer subir o nível da criatividade. Desta maneira, a Crítica

é uma atividade válida e seminal, uma disciplina do espírito, detentora de um agudo senso da atualidade e apta a enxergar a Literatura no centro da vida cultural, que é a importante posição que usufrui em nosso País.



Senhores acadêmicos,

não creio que a Academia seja a instituição reacionária e abstrata que aparece aos olhos de muitos. Tudo depende de os homens que a compõem quererem firmemente participar dos dramas e do bulício da vida nacional, tornando-se coroáveis à mentalidade nova que cresce cada vez mais no combate à alienação cultural. Não mais estamos no tempo em que os intelectuais se exilavam do Brasil e viviam voltados para a Europa.

Não tenhais receio, senhores acadêmicos, a vossa regra da boa convivência saberei acatar. *Fortiter in re, suaviter in modo*. A educação intelectual é compatível com as tomadas de posição, e não me peja sopitar o vulcão interior para respeitar o direito de opinião.

Antes de integrar-me à ilustre Casa de Machado de Assis, já identificara a alma com outras grandes instituições culturais do País: a Faculdade de Medicina da Bahia, o Colégio Pedro II, a Biblioteca Nacional. Tenho a mística institucional.

Ao me preferirdes, e por isso vos sou agradecido, consagrastes uma vida de fidelidade ao ideal, à dignidade espiritual da pessoa humana e ao culto da beleza, no serviço da Crítica, História literária, organização de edições.

Permiti-me, senhores acadêmicos, que instale aqui, ao vosso lado, em louvor da Literatura Brasileira, a minha lâmpada votiva.

☞ *Discurso de Posse na Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (1965)*

Discurso pronunciado pelo Professor Afrânio Coutinho ao tomar posse da cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 9 de setembro de 1965. Neste discurso de posse, o Professor Afrânio Coutinho, defende, de forma apaixonada, como sempre fez, a necessidade de uma educação de qualidade que seja realmente capaz de formar e encaminhar a juventude brasileira para um “saber de humanidades feito, um saber que auxilia o homem a ser mais profundamente humano”. Ao mesmo tempo, critica, de maneira veemente, a forma como as autoridades governamentais se comportam em relação à Universidade do Brasil, relegando-a a um abandono extremo como se ela não tivesse importância fundamental na construção do País.

Esta solenidade de investidura na cátedra de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia é o resultado da longa conspiração de amigos meus desta casa de ensino superior, tão nova em idade, mas já rica em realizações culturais e cercada do apreço público. Esses amigos que, desde cedo, teceram a trama do meu ingresso foram Alceu Amoroso Lima, José de Faria Góes Sobrinho, Djacir Menezes, João Christovão Cardoso, Victor Nunes

Leal, Raúl Bittencourt, Thiers Martins Moreira, Celso Cunha, José Carlos Lisboa, Aloisio Melo Leitão, Roberto Alvim Correa, sem falar em Deolindo Couto e Pedro Calmon, fora da faculdade. A eles, estendo nesse instante o meu mais comovido agradecimento. Descobriram eles precocemente que o natural ponto de chegada em minha carreira de professor seria a cátedra do magistério superior. Em verdade, nunca passou pela minha mente que algum dia seria catedrático de Literatura Brasileira em estabelecimento universitário. Poucas eram essas cátedras no País, no meu início de carreira, na minha gloriosa província, a doce Bahia, pelo que seria difícil consegui-lo. Fora dela, impossível. Só mesmo percorrendo sem plano os caminhos e descaminhos da vida é que somos levados aonde não esperamos. E, quando paramos um pouco para lançar um olhar retrospectivo ao passado, é que compreendemos como nada do que aconteceu estava em nossas previsões e como fomos aos poucos sendo levados à deriva, como folha numa corrente.

Esta circunstância, no meu caso, ainda é mais agravada diante de uma realidade que me aterra: ser substituto de Alceu Amoroso Lima.

Quando naqueles idos de 30, em minha terra natal, olhava para ele, da remotidão da província, acompanhando sôfrego os artigos de quem firmou como o mestre de minha geração, sorriria na face de quem me segredasse a ideia de vir a ser algum dia seu substituto. Naquele tempo, nem ele era ainda catedrático, senão dessa magistratura intelectual que hoje o faz uma figura oracular do País. Nunca, portanto, ocorreria à mente a possibilidade de uma situação que é agora realidade. O destino fez de mim o que quis. E, se o mestre saiu dessa cátedra glorioso, o discípulo nela penetra envaidecido, por uma substituição que, já de si, é uma consagração a quem, pelos poucos méritos, não a merecia.

Sobretudo, quem, na altura da vida em que atinge tal culminância, já não lhe sobram entusiasmos, chance, energia, como seria mister para enfrentar as obrigações que comporta uma cátedra universitária. Ministrar aulas é o dever mínimo do catedrático. Não é o único, nem talvez o mais importante, sem

embargo da crença vulgar em sentido contrário. Uma cátedra tem toda uma organização, todo um conjunto de misteres que exigem uma mentalidade plasmada em longo tirocínio, em vasta cultura acumulada, em larga experiência dos livros e dos estudantes, da vida e do ensino. Não se faz um catedrático da noite para o dia, e raros serão os casos de jovens que dão bons catedráticos. É justa, portanto, a exigência da carreira do magistério, pois através de suas várias etapas e degraus é que se plasma uma mente de catedrático. E mesmo assim de poucos mais bem-dotados, pois muitos há que jamais poderão atingir à cátedra.

É pena que, somente após dez anos de tentativas e de oito anos de concurso para docência livre, venha a ser utilizada a minha contribuição ao ensino superior de Letras. Anos atrás, talvez não fenecesse ainda o alento, e não me toldassem a alma as decepções, ou não a envolvessem as descrenças na própria capacidade de fazer. É lamentável que as deficiências da nossa estrutura universitária não hajam permitido um aproveitamento mais precoce de uma vocação antiga e de um preparo para essa função já datando de três décadas.

De feito, lembrem-me os primeiros passos para me fazer professor de Letras. No meado da década de 30, instalou-se no País nova organização do ensino médio, à qual se deveu a criação dos cursos complementares. Já vinha ensinando História geral, mobilizado pela descobridora de minha vocação docente, a grande mestra baiana Professora Anfrísia Santiago, honra do magistério de minha terra. Mas sentia uma invencível propensão a ensinar Literatura.

Não sabia porém como ensinar. Tinha a intuição de que estava completamente errado o método vigente do ensino literário pelas biografias e pela história, com abandono do texto. Mas não lobrigava o meio de sair da dificuldade. Não me conformava em incorrer no mesmo pecado, como tampouco tolerava o procedimento dos professores de Português que usavam o texto literário meramente como pasto filológico, esquecendo o que eles possuem de especificamente literário, merecedor de estudo e compreensão no plano do ensino.

Em 1936, passou pela Bahia um eminente professor francês, Robert Gar-
rick, após mais um de seus memoráveis períodos de conferências no Rio de
Janeiro.

Pronunciava algumas no meio baiano, mas o que para mim marcou a épo-
ca nesse particular foram as orientações que me deu, nos poucos dias que
passou entre nós, do método francês da explicação de textos, ponto de partida
de toda a minha evolução no problema.

Marcha análoga processou-se no campo da Crítica, através da qual passei,
na análise crítica, a pôr ênfase nos elementos intrínsecos do fenômeno lite-
rário, Crítica ergocêntrica, oposta à Crítica extrínseca do século XIX, de que
Taine foi o mestre e filósofo.

Chegara e esse ponto quando um acontecimento fundamental imprimiu
um rumo decisivo à minha formação intelectual. No início de 1942, chegava
aos Estados Unidos, levado pela mão amiga do grande brasileiro Otávio Man-
gabeira, para uma estada que se prolongou por cinco anos ininterruptos.

Há dois países nos Estados Unidos. Em um lado, a massa da na-
ção, estruturada em bases comerciais e de negócio, que a faz a maior
civilização mercantil da história, movida pelo ideal do conforto mate-
rial e do lucro monetário como provas da bênção de Deus na terra.

Dentro desse, um outro país, constituído da elite intelectual e uni-
versitária, das mais avançadas, independentes, progressistas e cultiva-
das da terra. Esse pequeno mundo é o da universidade americana, a
oitava maravilha da história, o centro intelectual extraordinariamente
fecundante, mas que, por incrível que pareça, não exerce influência na
vida do país, no que respeita à sua existência social e às suas ideias
diretoras. O divórcio entre esses dois mundos é o fenômeno mais
incompreensível ao observador. Mais do que divórcio, conflito ou
oposição.

Tendo participado da vida desses dois mundos, pude sentir por
dentro a contradição e o drama íntimos da civilização norte-americana.

Pude apreender o conflito entre a mentalidade dos meninões que se apossaram subitamente de um enorme brinquedo que ainda não sabem controlar – qual seja a poderosa civilização industrial e comercial, agora em vias de se integrar na energia atômica – e, do outro lado, a inteligência, que vive marginalizada, dentro dos palácios encantados das suas universidades, que, aliás, por ainda mais estranho paradoxo, lhes são fornecidas e mantidas pelo mundo do negócio.

Pois bem, tive a ventura de entrar em contato com a universidade americana num momento crucial de minha vida. Já não era um menino, pois entrara na casa dos 30. Acumulara alguma cultura básica, à sombra da calma e descansada vida provinciana. Mas atingira um ponto crítico de evolução intelectual, aquele em que, na província, se chega a um nível de saturação, quando se começa a falar sozinho por falta de quem possa acompanhar a nossa capacidade de especialização. Sem comunicação, arriscamo-nos a ter que descer ou no mínimo a parar, o que redundaria, em essência, no mesmo. Quando, na província, esse estado se alcança, não há muitas possibilidades: ou a acomodação e o conformismo ou a ruptura e a saída para um meio maior. A oportunidade que se me ofereceu, entre outras que tentei, foi uma temporada nos Estados Unidos. Só eu sei o que me custou em violentação de minha natureza mais afeita ao grude de sua grei e de sua gente. O trabalho intenso e o estudo profundo é que conseguem afogar as angústias do exílio e as saudades da terra natal. E é por isso que os emigrados vencemos.

Cinco longos anos, em pleno período de guerra, acompanhando dia a dia o esforço do país para derrotar as potências fascistas, mas cinco anos de experiência intelectual inapreciável e inesquecível, no convívio com a comunidade universitária e intelectual, na pesquisa, no debate, no estudo, no enriquecimento bibliográfico. Nada substitui para um intelectual uma experiência dessa natureza.

Trouxe dela a bagagem que aplicaria depois, em meu País, em colaborações na imprensa, em livros, em congressos, em concursos, no magistério secundário e superior e através de uma intensa campanha de renovação e revisão da Crítica e História literárias, do ensino de Letras, do trabalho erudito e editorial.

Essa cátedra, conquistada por meio do nunca assaz condenado e anacrônico processo do chamado concurso de títulos e provas, é, portanto, a culminação de toda uma carreira de 30 anos de aprendizado, aperfeiçoamento e meditações sobre o ensino da Literatura. Oxalá, com a ajuda de Deus, ainda me sobre vida e saúde, para dar-lhe a ela um pouco do que logrei acumular em experiência e saber. E para que, inspirado na lição e no exemplo do meu eminente antecessor, possa deixá-la um dia cercado, não da glória, mas ao menos do apreço, da gratidão, do aplauso com que dela se afastou ele há pouco.

Chego à cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia num momento de crise de sua vida de unidade universitária.

Há um ano e meio venho assistindo admirado aos louváveis, já em grande parte coroados de êxito, esforços de sua nobre congregação e de seu ilustre diretor atual, o Professor José de Faria Góes Sobrinho, para reabilitá-la perante a opinião pública e restaurar, dentro de suas portas, o respeito aos princípios da autoridade e da ordem, sem os quais impossível se torna a própria existência de uma escola.

É claro que a tarefa é ingente numa faculdade que não teve da parte dos governos a dádiva mais elementar: a de um prédio com instalações condignas.

É incrível que a unidade central da antiga Universidade do Brasil haja sido relegada a um prédio alugado, ou melhor, obtido por ocupação de guerra e só mantido por nímio cavalheirismo de um governo estrangeiro ao qual pertence e que continuamente reivindica a sua devolução.

Vive a Universidade do Brasil embalada por um sonho de uma noite de verão, qual seja o da construção de sua cidade universitária na Ilha do Fundão. Mesmo quando o Rio de Janeiro era a Capital Federal, e a sua Universidade do Brasil, tendo a seu favor as verbas que o governo federal, não regateava em despendar na sua sede e nos seus institutos padrões de ensino, mesmo naqueles saudosos tempos era e foi difícil obter os recursos orçamentários indispensáveis à obra daquele vulto, quanto mais agora que o Rio de Janeiro é um estado da federação igual aos outros e, portanto, só por protecionismo distributivo, cuja recusa é uma regra atual da política financeira federal, veria canalizados para a sua cidade universitária os gigantescos recursos exigidos. Sou dos que, por isso, não acreditam nessa construção senão em termos de séculos.

Minha discordância, todavia, é mais funda. Em primeiro lugar, parte da condenação de um erro histórico. Jamais deveria ter sido abandonada a área da Praia Vermelha, entre a Avenida Pasteur e os morros até o Túnel Novo, para a sede da universidade, local vasto, central, belo e aprazível, sobre já ser tradicional e iniciado, para ir atrás daquela fênix dificilmente capturável. Sem falar em outros inconvenientes, tais como a distância, o isolamento, a dificuldade de acesso. Seu afastamento do centro e sua posição não equidistante em relação às diversas zonas da cidade vão transformar a Universidade do Brasil em universidade suburbana, senão rural, abandonando a outras universidades do Rio de Janeiro a população escolar das áreas mais cultivadas e prósperas da cidade.

Mas tudo isso acaso fosse construída a cidade universitária do Fundão. É que 20 anos já se escoaram sem que os diversos edifícios surgissem. Planos sucederam-se em obediência a modificações de conceito sobre o que deve ser e como se instala uma universidade. Escritórios se renovaram, gerações de planejadores e construtores têm

passado sobre os mapas e os projetos. Alguns esqueletos de edifícios se elevaram, nele instalando-se precariamente poucas escolas, que, de tanto desconforto, já estão demarchando o retorno, reivindicado por professores e alunos. A essa altura, é claro que não o lograrão. Bem feito, quem os mandou ser pioneiros. Agora, que aguentem, para não ser otários.

Mesmo que se instalasse entretanto no Fundão a maior parte da universidade, à Faculdade de Letras compete uma missão de relações culturais com o público em geral, e não somente o universitário, que a coloca no direito de permanecer em área de maior contacto com a cidade, a fim de ser uma tribuna constante de cursos e conferências de alcance e interesse público geral. Não podemos, pois, afundá-la nessa ilha cujo nome se presta para o trocadilho não somente de mais mau gosto, mas sobretudo de maior agouro para a Universidade do Brasil.

Em verdade, não se constrói rapidamente uma cidade universitária, que exige verbas vultosas, quase impossíveis num país presa de tão graves problemas financeiros. Então, porque não se constrói, mas se prefere viver nesse sonho, inventou-se um dispositivo que proíbe aplicar qualquer verba em obras na Universidade do Brasil fora do Fundão. Resulta que nem lá nem cá. Nem ganhamos o Fundão, nem o teremos tão cedo e não possuímos também instalações decentes na cidade.

Essa é a tragédia da Faculdade de Filosofia. Instalada, provisoriamente, para começar, no prédio inadequado da Casa de Itália, viu crescerem e multiplicarem-se os seus alunos, a ponto de transbordarem. O provisório, como é frequente, tornou-se permanente e com o tempo as instalações, de inadequadas, ficaram intransitáveis por engorgitadas. Sua crise atual é também de crescimento.

Surgiu, então o jeitinho do anexo, com a ocupação parcial do edifício do antigo Tribunal de Recursos, para lá transferindo-se a biblioteca e parte de algumas seções, inclusive da de Letras.

Quem conhece as instalações do chamado Anexo da Faculdade de Filosofia por certo não terá hesitações em concordar comigo em que constituem uma vergonha. Vergonha, senhores alunos! Vergonha, senhores pais! Vergonha, senhores professores! Vergonha, Sr. Reitor Magnífico! Vergonha, Sr. Ministro! Vergonha, Exmo. Sr. Presidente da República! Vergonha que uma das mais importantes seções de uma das mais importantes unidades universitárias tenha os seus cursos ministrados numa verdadeira pocilga, que é um atentado à dignidade da pessoa humana, de professores e alunos, uma humilhação permanente para todos os que ali mourejamos.

Quisera eu, não fora desprimoroso, convidar autoridades responsáveis para passar algumas horas em nosso convívio no anexo para assistir a cenas bem pouco universitárias, como disputa entre professores, em ordem a conseguir uma sala em que possam dar aula; para ver o saguão que serve ao mesmo tempo de ponto de encontro ou praça pública e de sala de reunião de professores e alunos e às vezes até de sala de aula; para notar a falta de salas próprias para os professores e suas cátedras; para testemunhar o caráter infecto de outras dependências, especialmente os lavatórios, situados em sórdidos porões.

Isso, contudo, não é nada, minhas senhoras e meus senhores. É que às nossas desgraças vieram acrescentar-se outras muito maiores. Se o anexo já era uma vergonha, está ficando inqualificável.

Estava o nosso diretor empenhado na obtenção de melhoria da situação, tendo inclusive logrado do Exmo. Sr. Presidente da República um decreto concedendo à faculdade a posse do prédio do anexo, o que abria o caminho para adaptá-lo e ampliá-lo, com a sua possível ocupação integral, quando a ala do edifício ainda pertencente ao Tribunal de Recursos aparece invadida por uma repartição da polícia federal.

Passamos, então, revoltados, a assistir a fatos e cenas verdadeiramente de estarrecer, na mais abusiva incompreensão e desrespeito por uma unidade de ensino universitário.

Em primeiro lugar, fomos subrepticiamente espremidos. Os nossos já exíguos espaços foram aos poucos sendo conquistados em operações de envolvimento militar típico. Cada dia que passa é um espaço a menos. Por último, chegou-se ao cúmulo de dividir um salão de aulas, justamente o que cabe o maior número de alunos, com um muro de armários, para fazer um corredor que conduzisse a um pequeno banheiro onde se instalou uma cozinha de fazer café. Quem está dando aula neste salão tem que suportar o vozerio e o tilintar de xícaras, sem falar no movimento de gente que vai e vem pelo corredor de parede à meia altura.

Mas há pior. O átrio do edifício é agora o local de reunião de tiras e soldados, que, aos magotes, ali se põem a conversar e a comentar acerca das alunas que passam. Vão além. Porquanto até o muro de Berlim é ultrapassado, não respeitam as divisões entre as duas áreas e ficam a passear pelos nossos corredores, sabe-se lá com que intenções. Para isso, deixaram uma pequena porta, que está sempre aberta, junto da qual, em nossa área, instalaram cadeiras para as suas reuniões.

Quem acompanhou a evolução hora a hora da conquista, semelhante à que a China vermelha vem fazendo, na calada da noite, dos territórios vizinhos, ou que Hitler executou de conformidade com seus planos expansionistas, não alimenta ilusões sobre que está sendo posta em prática a nossa expulsão definitiva do anexo, prédio que, segundo os murmúrios ouvidos nos corredores, se presta à maravilha aos propósitos da polícia federal.

Havereis de convir comigo sobre a gravidade do fato, nesse atentado cometido à dignidade de um estabelecimento de ensino superior. Havereis de convir que não é das coisas mais convenientes para um

instituto universitário conviver sob o mesmo teto com um departamento de polícia, com toda a sua população peculiar, inclusive de suspeitos e possíveis delinquentes. Nós temos responsabilidade na guarda desses jovens que nos são confiados, mormente as jovens, para que fiquemos inermes e indiferentes diante de tão grave situação. Por isso, não quero deixar passar o ensejo sem lavrar o meu protesto de professor ao desrespeito que se está praticando contra a faculdade.

Nos últimos anos, criou-se no juízo público uma atmosfera de desfavor acerca dos estudantes da Faculdade de Filosofia. Acontecimentos recentes criaram para eles uma fama de agitadores e subversivos.

Em verdade, razões houve para que alguns elementos fossem incriminados. Mas não passaram de casos isolados, porque a grande massa dos alunos desta faculdade é cônica de suas responsabilidades e de que o seu interesse legítimo são o estudo e a formação profissional.

Se há, contudo, maior cópia de responsabilidade em muito do que ocorreu nesta faculdade, não é aos estudantes que se deve atribuir. A culpa máxima cabe aos governos que relegaram esta unidade universitária à situação de pária, sem prédio, sem instalações, sem recursos, sem pessoal. Só faziam demagogicamente exigir aumento de matrículas, mas nem organização nem recursos correspondentes forneciam para enfrentar as necessidades acrescidas, condenando professores ao trabalho gratuito e diretores à situação de mágicos a fabricar do nada salas para cursos diurnos e noturnos de alunos excedentes.

Não temos autoridade moral para exigir dos alunos serenidade e respeito à disciplina, quando não lhes fornecemos as mais mínimas condições de conforto para o estudo, condições que falecem outrossim aos professores.

O conforto não de um prédio em que as salas de aula e o saguão sejam divididos com a polícia e em que alunos se misturem com tiras. E sim o conforto de um prédio modesto, porém de

instalações adequadas, com salas de aulas suficientes, com salas independentes para os professores e as cátedras, com bibliotecas sortidas e atualizadas, com laboratórios modernos e museus eficientes. No dia em que o possuírmos, teremos o direito de limitar as atividades discentes aos trabalhos escolares. É que lhes oferecemos ambiente próprio ao estudo, e eles por si mesmos terão o gosto e lhes darão a dedicação integral. Atualmente, com os horários cheios de horas vagas, em consequência da exiguidade de salas de aula, não têm eles nem lugar higiênico para permanecer, nem bibliotecas para encher com leitura os momentos vagos. Caem naturalmente nas atividades impróprias, no desperdício de tempo, na agitação estéril, com razão inquietos e inconformados ante o desprezo em que vivem.



Já dei provas, na qualidade de catedrático interino, no ano de convívio com os nobres colegas do Departamento de Letras, aos quais dirijo neste instante a minha afetuosa saudação, de minha intenção de pôr todo o meu esforço e modesta capacidade a serviço do engrandecimento do ensino de Letras nesta faculdade.

Na cátedra sob a minha responsabilidade, procuro imprimir um cunho pessoal à organização do ensino.

Dou preferência aos cursos monográficos, nos trabalhos de seminário e pesquisa sobre autores e obras individuais, através dos quais os alunos recebem menos uma informação geral, do que uma formação em método e atitude. Para isso, mister se faz a divisão dos alunos em turmas pequenas, multiplicando-as, o que torna necessário maior número de docentes. Até agora, tenho podido levar a cabo o plano, graças à cooperação de jovens professores, que se apressaram entusiasticamente a oferecer-se para compor a minha equipe, trabalhando gratuitamente, só

pela satisfação do trabalho. A eles, pois, dirijo daqui os meus mais cordiais agradecimentos, na esperança de poder algum dia recompensá-los, que não seja apenas pelo aplauso a tarefas bem feitas e com gosto.

Acredito, minhas senhoras e meus senhores, senhores professores, e já mais de uma vez tenho expresso essa crença, que do ensino superior de Letras advirão benefícios incalculáveis para as letras e, através delas, para a Cultura Brasileira, pois as letras são o elemento básico dessa cultura, tendo desempenhado um papel precípua na sua história até hoje.

O ensino renovado e bem compreendido de Literatura, o ensino em termos técnicos, trará para ela um sentido, uma consciência que porão fim à improvisação e ao amadorismo, ao caráter adolescente que nela enxergou José Veríssimo.

É o ensino que entendo o contrário do que se fez sempre no Brasil, máxime no nível secundário, com raras exceções, isto é, o ensino literário pela biografia dos escritores, pela História literária preocupada mais com o meio social e político, a terra e a raça, pela cronologia e datas de nascimento e morte, pelo catálogo dos nomes e das obras.

Já se vai afastando essa técnica, e creio que tive um pouco de responsabilidade nessa mudança. Mas há ainda muito que fazer, sobretudo formando e diplomando mais professores plasmados pela escola nova da fidelidade ao texto, à leitura das obras, em vez do conhecimento do que está em seu derredor. Para isso, é que se torna relevante a missão das faculdades de Filosofia e Letras. A elas é que incumbe essa tarefa magistral, criando novas gerações de professores, que influirão na mentalidade literária do País.

E por que isso é tão importante?

Não serão mais profícuas ao desenvolvimento da Pátria as ciências e as técnicas mais diretamente responsáveis pelo aprimoramento da

civilização industrial moderna? Porventura, não seria mais proveitoso investir capitais nos laboratórios e museus científicos, nas oficinas e nos parques industriais, do que em bibliotecas literárias, escolas de Letras, na formação de pesquisadores literários?

Haverá sempre os descrentes no valor e possibilidades da Literatura.

Jamais faltarão os que ignorem que a Literatura, sem evidentemente pretender salvar a Pátria, está apta a tornar o homem mais feliz, mais compreensivo do seu destino, mais capaz de encher o seu lazer, de formar personalidades mais harmoniosas, de visão mais armada em face aos mistérios da existência, de compreensão melhor ao trato dos semelhantes e à convivência social. É a Literatura que completa uma cultura e lhe dá amadurecimento e equilíbrio, bastando para prová-lo observar quão deficientes e unilaterais são os espíritos de cientistas exclusivamente dedicados à sua especialização. São os homens que sabem cada vez mais de cada vez menos, por isso perdem aquele saber de humanidade feito, a que nada de humano é estranho, no dizer de Terêncio. Este saber é o que fornece a Literatura: um saber de humanidades feito, um saber que auxilia o homem a ser mais profundamente humano, que integra a sua personalidade e que o leva a falar melhor a linguagem da sua gente, ou, para usar a expressão de Mallarmé, que ensina a dar um sentido mais puro às palavras da tribo.

Cochichai, pois, sempre, alunos meus, nos ouvidos dos descrentes, que às vezes se serve melhor ao País escrevendo belos poemas, do que construindo quartéis e adquirindo tanques de guerra e porta-aviões. Não raro tereis que provar que a força mais forte é a do espírito, contra a qual não há masmorras que resistam. Exemplo eloquente disso é o nosso País, que se construiu por si mesmo, a despeito de toda a sorte de instrumentos de coerção que o interesse colonial inventava para subjugar o seu nativismo.

Estamos em uma das mais sérias encruzilhadas de nossa história. Ou progredimos no sentido da justiça social, da industrialização, da educação para todos, da melhor distribuição das riquezas, da independência econômica, do enriquecimento coletivo, da melhoria do padrão de vida do povo, da produção de cultura, da harmonia entre as classes, ou a nossa geração passará à história como não tendo sido à altura do seu dever.

Não preciso declarar quanto confio na universidade para a criação de homens aptos às árduas tarefas a realizar a fim de cumprirmos aqueles desideratos. Mas uma universidade autônoma, economicamente independente, progressista, segura de sua missão.

Nossa universidade brasileira ainda está longe de poder responder a essas exigências. Sua autonomia é uma farsa, coagida pela dependência financeira ao poder público, às variações temperamentais dos programas ministeriais de restrições de despesas ou de concepções pedagógicas, didáticas ou disciplinares. Tudo os governos exigem da universidade, mas pouco lhe dão em aparelhamento material e intelectual. Que se pode fazer mais do que uma rotina improficua, esterilizante e desmoralizante?

Como novo catedrático universitário, quero unir os meus anseios aos de todos os meus colegas do Brasil, no sentido de que se crie no espírito dos governantes, que passam enquanto nós ficamos, uma mentalidade de maior compreensão do relevante papel da universidade na vida de uma civilização. Papel que, se devidamente cumprido, será, entre nós, fundamental, ensinando Brasil ao Brasil, para que o Brasil seja cada vez mais Brasil.

❧ Homenagem a Cecília Meireles (1965)

Discurso de saudação, pronunciado pelo Professor Afrânio Coutinho, na ocasião da criação da Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro. É um texto poético sobre uma de nossas maiores poetisas: Cecília Meireles.

Falar de Cecília Meireles é como falar da flor, da brisa fresca da manhã, é, sobretudo, como falar de uma ave. A sua poesia é um pássaro que nos transmite a boa nova. Poesia do inconsútil, poesia feita de sonhos do impalpável, poesia que não tem peso. Ao lê-la, ficamos em estado de levitação tal como quando ouvimos Mozart. Poesia musical, de efeito encantatório e que nos encanta pela magia de seus dedos de fada. Poesia de beleza tênue e de um leve azulado, como uma paisagem entrevista através da bruma da antemanhã.

Grande e bela Cecília!

E é um fato que honra a nossa geração sabermos que aos governantes não escapa a grandeza daquela mulher extraordinária, que, ao passar na rua, parecia um pássaro voejando tranquilo e sereno, tão sereno como é a sua poesia.

Não foi em vão que a Índia a atraíu com o seu mistério, com a sua magia, com a sua remotidão. Através daquela simpatia, era a sua ânsia de comunicação com todos os seres, para levar-lhes a sua fé, a sua bênção, a sua ternura humana.

Esta casa é um monumento a sua glória, glória dessa terra carioca, de que ela era tão representativa, pela graça e leveza de sua figura e de seu espírito

Bem haja, pois, o Governo do Estado da Guanabara, que compreende o seu papel nesta terra e ensina a cultuar a sua memória.

Um poeta não morre. Passa para dentro de todos nós. Torna-se nossa carne e nosso espírito.

❧ *Discurso de Parainfo dos Bacharéis em Letras da Faculdade Nacional de Filosofia (1967)*

Discurso de parainfo, pronunciado pelo Professor Afrânio Coutinho, aos bacharéis em Letras de 1967, na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. Afrânio Coutinho aproveita o momento para enfatizar aquilo em que acreditava e que estava acontecendo na faculdade: uma reforma universitária que, entre outras providências, resultaria no desmembramento da Faculdade de Filosofia e na criação da Faculdade de Letras. Além dos esclarecimentos que presta sobre as mudanças práticas que adviriam da reforma, refere-se à alegria e emoção que sentiu ao ver seu nome colocado junto ao de Guimarães Rosa, reiterando o pensamento dos dois em relação à importância da Literatura: “Sou um artista, e só a arte me concerne, poderia dizer Guimarães Rosa. Sou um crítico, e só a Literatura me diz respeito, poderei dizer eu. Em ambos os casos, Literatura e Crítica são expressões e indagações sobre o homem, e, parafraseando o dito de Terêncio, a elas tudo o que é humano lhes concerne.”

Meus caros colegas e afilhados,
não creio necessário dizer-lhes quão sensibilizado me vi
escolhido por vocês para parainfar o ato desta noite, em que re-
cebem solenemente a láurea pela qual tanto lutaram. Como aqueles

cavaleiros medievais que se batiam pela posse do Santo Graal, vocês também saíram um dia movidos por um ideal. Nada mais belo, em nossa pobre existência terrena, do que um ideal. Sem ele, reduzidos ficaríamos à condição da vil animalidade. Só o ideal constrói, estimula, justifica a vida. A história é tecida precisamente por homens que se deixaram atrair por ideais e que muita vez os fizeram passar por loucos. A moderna concepção da História reconhece o poder dos mitos como motores de fatos ou façanhas. Lembremo-nos apenas de um exemplo da nossa vida colonial: o mito do tesouro escondido. Premidos pela ânsia de descobrir e apossar-se do tesouro escondido, de que tanto se falava, internavam-se bravos colonos pelo sertão, esse imenso deserto brasileiro, muitos deles não mais regressando trazidos que eram pelos perigosos caminhos. Mas, se não descobriram o tesouro escondido, outro fato resultou do empreendimento ousado: desbravaram o interior, alargando as nossas fronteiras, construindo uma civilização sertaneja. A lenda tornou-se uma bomba de sucção, que povoou o sertão, criou caminhos, levantou cidades. Foi o ideal o responsável por esse impulso civilizador.

Em nossa literatura mesmo, há a marca desse motor. O livro admirável e sempre vivo de José de Alencar, *As Minas de Prata*, é um exemplo do partido que pode o escritor tirar de um mito, no caso esse mito do tesouro escondido. Outro belíssimo exemplo é, na literatura norte-americana, o livro de Herman Melville, *Moby Dick*, haja vista como uma obra-prima da literatura universal. Lá está o mito da baleia branca, simbolizando a felicidade atrás da qual o homem coloca a sua vida, como o supremo anelo, sem o qual ela não teria sentido nem justificativa. Essa busca da felicidade, eis a grande viagem que Melville simbolizou na perseguição da baleia branca.

Meus caros jovens colegas, não percam jamais o ideal, não consentam que feneça dentro de suas almas essa chama. Admito que seja

mister uma batalha, uma guerra sem tréguas contra numerosas forças destruidoras, dentro e fora de nós, que forcejam por fazer-nos desanimar, desviar da senda que nós traçáramos, ou mesmo desistir da mata final. O mundo está mais cheio de motivos contrários do que favoráveis ao bem. O mal é muito mais frequente. A vida humana é, em sua essência, predominantemente trágica, por um perpétuo desencontro do homem e do destino, para dar um nome a essa força misteriosa que dirige os nossos passos. A despeito disso, não nos deixemos derrotar pelas peças que nos pregue o destino, tantas vezes traiçoeiro, maldoso, desleal mesmo. Ele amiúde nos ofende para nos desafiar, e nós demonstraremos nossa grandeza ou nossa miséria na medida em que soubermos ou não responder ao desafio.

Meus colegas, jovens professores de Línguas e Literaturas, vocês deixam a escola, que lhes plasmou a inteligência e a mentalidade na profissão em que escolheram, num momento crucial da vida universitária brasileira.

Estamos vivendo, e devemos orgulharmos-nos de ser testemunhos e participantes desse acontecimento memorável, a implantação de uma reforma universitária, pela qual nos batemos há mais de um decênio. Professores, educadores, estudantes universitários, administradores havíamos-nos convencido de sua necessidade imperiosa e hoje, empregados, assistimos ou nos empenhamos na sua implantação. Não vamos discutir o acerto de muitos de seus pontos. É claro que não pode haver concordância geral em matéria de tamanha relevância. Mas uma coisa podemos afirmar sem receio: esta é a melhor tentativa de reforma universitária até hoje. Façamos tudo para vingar, levando em conta as imensas dificuldades, num país sem tradições nem hábitos universitários. Mas já será uma experiência, que precisamos tornar válida, a fim de que as futuras gerações possam lucrar e, por sua vez, aperfeiçoá-la. Quanto a nós, temos na mão um instrumento de trabalho de que nos

é lícito esperar resultados animadores, contanto que renunciemos à atitude muito comum entre nós de ficar à margem do rio resmungando, ou lamentando que seu destino seja passar sempre, como o destino das águas correntes, do que falou o poeta.

Assistem vocês, nesse momento final de sua vida escolar, dentro do processo de reforma universitária, ao desmembramento da Faculdade de Filosofia, a *alma mater* de vocês. Avalio que não deve ter sido fácil para vocês aceitar esse fato. Compreendo as razões emocionais e afetivas que levaram muitos a reagir contra a ideia. Não vejo, todavia, motivo justo nessa reação. O desdobramento de nossa faculdade foi uma imposição da situação histórica. Verdadeira universidade dentro da universidade, tornou-se injustificável e indefensável a sua permanência em face do crescimento gradativo de sua população escolar. Uma Faculdade de Filosofia, nos moldes em que foi concebida, só se justificava para uma cidade de 200 mil habitantes e uma população escolar de algumas centenas de alunos. Nunca para um alunado caminhando para superar os 2 mil. Portanto, pedagógica, administrativa e disciplinarmente falando, o desdobramento foi uma necessidade, que o futuro por certo aplaudirá.

Estamos agora de posse de cerca de dez novas unidades resultantes do desdobramento. Creio que nós todos que aqui laboramos, nesta gloriosa faculdade, só temos que orgulhar-nos de que ela se haja mostrado tão fecunda que deu lugar a tantos filhos. Ao contrário de uma extinção, o que se operou foi uma cissiparidade, e, pelos novos organismos que dela nasceram, ela prolongará como o pai pelo filho. Ela se expandiu, germinou novas sementes, que Deus queira venham a mostrar-se tão fecundas quanto ela. Rendamos, pois, nós todos, neste momento que é a primeira oportunidade pública, e talvez a última, para registrar o nosso aplauso reconhecimento ao muito que fez a Faculdade Nacional de Filosofia pelo ensino universitário, homenagem

que deve ser estendida aos mestres que souberam cumprir o seu dever, malgrado todos os empecilhos, aos funcionários a cuja dedicação e amor se deve grande parte do êxito. E, para selar essa homenagem, peço um minuto de silêncio em memória dos mestres e servidores que deram à casa o melhor de suas vidas e tombaram no cumprimento do dever. (Peço um minuto de silêncio). Creio que, ao prestar essas homenagens, falo não somente em meu nome mas também no de todas as gerações de filhos espirituais desta casa, espalhados por muitos recantos da cidade e do País.



Meus caros e jovens colegas,

recebo a escolha que fizeram de meu nome como simbólica de um estado de espírito. E isso é tanto mais significativa quanto elevaram o meu nome para junto de Guimarães Rosa. É com orgulho que me sinto colocado junto do seu patrono, o saudoso e extraordinário escritor, meu querido amigo, cujo desaparecimento prematuro e em condições tão singulares continuaremos a prantear. Muitos de vocês podem dar testemunho da importância que a cadeira de Literatura Brasileira desta faculdade reconhece em Guimarães Rosa.

O regionalismo literário brasileiro, iniciado no Romantismo, embora com raízes mergulhando fundo no sentimento nativista originário das primeiras horas da colonização, o regionalismo brasileiro atingira o seu apogeu durante a segunda fase do Modernismo, com o grupo dos escritores do Nordeste. José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Amando Fontes e outros lograram retirar do magma regional a matéria-prima que recriaram nos seus romances. Continuavam numa tradição fecunda, mas parecia que, depois deles, o veio estava esgotado.

E, de fato, os seus epígonos provaram que a repetição da fórmula não dava ensejo para o aproveitamento original da semente.

Surgiu, porém, um grande artista. Consciente, genial, sutil, compreendeu que não havia mais lugar para o regionalismo no sentido tradicional, que havia se realizado na exploração regional do típico, do pitoresco da cor local, dos problemas econômicos e sociais das diversas áreas regionais brasileiras, no que haviam sido notáveis. Mas havia que procurar outra direção. E ele a encontrou. A massa, a matéria-prima era a mesma. O tratamento é que diferiu. Rosa estava criando um universo novo, graças a realismo mágico, um mundo mítico, no qual os mitos são extremamente representativos da realidade e da mentalidade do povo brasileiro e ao mesmo tempo possuem validade universal, pois constituem o modo típico pelo qual o brasileiro se situa na condição humana, medita sobre ela e sofre o destino na terra. Aquele conto sobre a “Terceira margem do rio” é, entre muitos, um exemplo magistral dessa assertiva.

Ao colocar um crítico e professor ao lado de um criador de Literatura unidos na mesma homenagem, como patrono e paraninfo, vocês ainda foram além na sutileza afetiva do gesto.

É que a escolha recaiu sobre duas figuras da Literatura Brasileira que se distinguiram sempre no mesmo culto exclusivo da Literatura. Para Rosa, a atividade literária não tinha sentido ideológico, no sentido restrito de a colocar a serviço de ideias estranhas à sua essência. Para ele como para mim, em lugar da fórmula “politique d’abord”, o que importa é “littérature d’abord”. Reconhecemos que a Literatura merece uma dedicação integral, pois é uma atividade humana que “eleva, honra e consola”, no dizer do nosso grande Machado de Assis.

Todos nós temos o direito de fazer política. Mas o que para nós dois sempre constituiu um crime de lesa-literatura era tentar colocar a atividade e a produção literária a serviço da propaganda política.

O escritor é um ser engajado na sua obra, em cuja criação ele se engaja, por sua vez, na rugosa realidade de seu país e de seu tempo. A massa com que trabalha é a realidade, mas não a fotografa, senão a recria e transfigura, graças ao seu gênio artístico. Nesse particular, ninguém mais engajado do que Rosa, procurando construir a sua obra com o caráter brasileiro que foi a lição de seus antepassados – a busca da fórmula brasileira para tornar brasileira a Literatura que criamos.

De modo que o engajamento do escritor é total, na sua arte, no seu ofício, na matéria-prima que utiliza, retirada de sua vida, de seu meio, de seu tempo, dos problemas que o afligem e aos seus contemporâneos. Se é um escritor autêntico, não será jamais um alienado. Mesmo quando as aparências o insinuam. É exemplo típico o caso de Henry James, cuja obra pareceu situar-se acima do seu tempo, mas que é atualmente vista como altamente revolucionária pela visão integral que oferece da época em que surgiu.

Sou um artista, e só a arte me concerne, poderia dizer Guimarães Rosa. Sou um crítico, e só a Literatura me diz respeito, poderei dizer eu. Em ambos os casos, Literatura e Crítica são expressões e indagações sobre o homem, e, parafraseando o dito de Terêncio, a elas tudo o que é humano lhes concerne.

Considero, portanto, o gesto de vocês, ao enrolar na mesma homenagem, Guimarães Rosa e o seu professor, como um partido que vocês tomaram em favor da Literatura. Isso é tanto mais significativo quanto partido de moços que vão ser profissionais do ensino literário e linguístico e, quiçá, criadores de Literatura na Poesia, no Romance, na Crônica, no Teatro. Defendam a todo o transe o caráter brasileiro para a nossa literatura, a nossa expressão brasileira, a nossa arte.

A Literatura merece. Nada é menos perecedor do que ela. Olhem para trás e, ao perpassar o olhar pelas histórias da Literatura de

todos os povos, veremos como figuram como verdadeiros faróis, no sentido baudelairiano da expressão, do espírito humano. São faróis que jamais se apagam, prestando serviços imperecíveis ao enriquecimento espiritual da humanidade, pelo culto da beleza, formal e moral, pelo sentido que dá à vida humana e, ao mesmo tempo, pelo muito que nos auxilia a compreender o nosso destino, a nossa natureza, os nossos atos de conduta.

Meus caros afilhados, à sombra das Letras, servindo-as e enaltecendo-as, que sejam vocês muito felizes, em realização pessoal e em contribuições ao nosso País, que muito precisa de vocês.

Ide, honrai a profissão que adotastes.

❧ *Desdobramento da Faculdade Nacional de Filosofia e Instalação da Faculdade de Letras (1968)*

Discurso proferido pelo Professor Afrânio Coutinho, em 8 de janeiro de 1968, na qualidade de diretor pro-tempore, no ato de desdobramento da Faculdade Nacional de Filosofia e instalação da Faculdade de Letras. Para o Professor Afrânio Coutinho, esse momento representava mais uma batalha ganha em sua carreira de lutas constantes em favor de uma educação brasileira que levasse nossa juventude realmente ao conhecimento e a uma formação efetiva e humana.

MAGNÍFICO REITOR SR. DIRETOR,
MEUS CAROS COLEGAS

Sumamente honrado, recebo das mãos de V. Exa. a Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, recém-fundada com o desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia, a qual se torna a primeira Faculdade de Letras do Brasil.

Quero afirmar neste momento que não regatearei esforços para a implantação da nova unidade universitária, sob a orientação da nova administração comandada pelo Reitor Moniz de Aragão.

Meus agradecimentos a sua magnificência pela confiança em mim depositada e ao Reitor Fraga Filho, pela honra da sua presença neste ato, e ao Diretor Raul Bittencourt, pelo auxílio que vem prestando à instalação da Faculdade de Letras.

❧ Aula Magna da Faculdade de Letras (1968)

Aula Magna proferida pelo Professor Afrânio Coutinho na sessão solene da Assembleia Universitária presidida pelo magnífico reitor, Professor Raymundo Moniz de Aragão, realizada em 5 de março de 1968, no edifício sede da Faculdade de Letras, à Avenida Chile, e consagrada também à inauguração e instalação da nova unidade universitária. Mais uma vez, o Professor Afrânio Coutinho enfatiza a importância da Faculdade de Letras para a construção de uma sociedade brasileira mais justa. Como ele mesmo diz, “as letras, as artes preparam o homem para que o progresso seja alcançado humanamente”. Para este incansável combatente da educação, o grande desafio a ser vencido naquele momento, e quiçá ainda em nossos dias, era “construir com o auxílio da ciência uma cultura humanamente qualificada”.

SOPRO RENOVADOR DA UNIVERSIDADE

Quando fui convocado pela alta hierarquia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para emprestar a minha colaboração ao esforço global de transformação da nossa mentalidade universitária, não hesitei um só instante. Sabia dos propostos superiores que inspiravam aquela jornada e confiava plenamente nos homens que a conduziam. A universidade brasileira não podia permanecer como peça

retardatária dentro do trabalho concreto de construção nacional. Cabe-lhe um papel vanguardista, de agente dinâmico, de força motriz de um alevantamento cultural que não é senão o modo radical de escrever-se a história de uma nação ávida de desenvolvimento. Sinto na administração da nossa universidade esse alento renovador, essa vontade obstinada de criação de um novo estilo pedagógico. E por isso me encontrei e me identifiquei com ela.

EVOCÇÃO AUTOBIOGRÁFICA

Mas esse encontro e essa identificação, se me são permitidos alguns dados pessoais a título de explicação e justificativa, não foram simples obra do acaso. Não é acidentalmente que me associo à tarefa de implantação de uma Faculdade de Letras, que seja ao mesmo tempo um modelo para a reforma dos métodos e do sentido da universidade brasileira no setor literário e linguístico.

Desde os dias primeiros da minha opção biográfica, inclinei-me para a pedagogia das letras, como uma forma digna de exercício da pedagogia do homem. Dividindo-me entre a escrita e a cátedra, não fui senão fiel a essa distinção íntima e irreversível. E nunca entendi isoladamente essas duas manifestações, preferindo encará-las como aspectos irmãos do aperfeiçoamento de uma consciência crítica.

Há precisamente 20 anos, ao retornar dos Estados Unidos após um fecundo lustro de estudos e trabalhos nos grandes meios universitários e intelectuais do país, vinha como abelha de volta à colmeia, pleno de ideias e entusiasmos. Recebera o impacto que dá ao desprevenido intelectual brasileiro a universidade norte-americana. E sentira choque não menor à comparação com o que aqui se encontrava. Dotado de temperamento combativo, não titubeei e, sem

receio, desencadeei a mais radical campanha na imprensa, na cátedra, no livro, na tribuna, onde quer que se me oferecesse oportunidade, pela mudança de rumos e pela renovação de métodos – nos campos da Crítica e Teoria literária e do ensino da Literatura.

Se reclamava, para o bom entendimento do fenômeno literário no Brasil, uma nova atitude crítica, pedia, como desdobramento inevitável, que aquela transformação se processasse igualmente ou se originasse sobretudo na área do magistério da Língua e da Literatura.

Desde o início, sempre associei as duas tarefas. Compreendia que a remodelação do método crítico estava estreitamente vinculada à transformação do ensino literário. Via este perdido pela memorização de nomes, datas e títulos de livros, verdadeiros catálogos ou índices bibliográficos. Ou, então, subordinado ao ensino do vernáculo, por professores que não tinham noção da Literatura e a reduziam a mero pasto para levantamento vocabulares ou de formas gramaticais.

E então, não sem certo escândalo, clamei por esta verdade bem simples: tanto em Crítica literária, quanto em ensino de Letras, só há uma regra de ouro – o texto. Voltar ao texto, permanecer no texto, retirar do texto as lições que ele oferece ao observador, ao estudioso, ao analista, ao intérprete.

São de todos conhecidos os obstáculos que se interpuseram àquela linguagem diferente. Os proprietários da verdade literária no Brasil de então, num desesperado mecanismo de defesa, tudo fizeram para impedir o fortalecimento daquela consciência que surgia com o sepultamento da velha axiologia, que os criara e os alimentava. Mas todos igualmente sabem que não tardou muito para que uma nova ordem fosse instalada e que a atmosfera intelectual dela decorrente tornasse irrespirável o ar para aqueles fantasmas impressionistas da velha Crítica.

A lição que sustentava aquele programa revolucionário era antes de tudo uma lição universitária. Nunca entendi uma Crítica literária

criadora, se não estivesse plantada no coração do saber universitário. E foi assim que os problemas do ensino, as questões de método, as obrigações do conhecimento sistemático passaram a ter lugar prioritário em nossa pregação.

Por toda a parte, nos colégios secundários e nas faculdades superiores, o ensino literário se vem fazendo atualmente na base da leitura das obras, em seguida analisadas e interpretadas.

Portanto, a fundação desta Faculdade de Letras, a primeira do Brasil, é a complementação daquele esforço, oportunidade rara que o destino me põe nas mãos, ao mesmo tempo que um desafio às ideias que vinha pregando e defendendo para a renovação do ensino literário. Faltava o centro irradiador. Ei-lo aqui. Tudo será feito para que se transforme num importante foco de atuação especializada, nos campos do ensino e da pesquisa linguística e literária.

É por tudo isto que sinto este ato não como um instante isolado, um fenômeno meteórico no curso de uma biografia, mas como o corolário de um longo percurso no sentido de uma compreensão integrada do fato literário, que é sem dúvida uma manifestação superlativa da humanidade do homem.

FACULDADE DE LETRAS E HUMANISMO

Esse entendimento da Literatura como um humanismo é que me faz defender enfaticamente a Faculdade de Letras nessa era de urgências ou prioridades tecnocráticas. Porque existem os que imaginam que uma Faculdade de Letras é hoje, no exato momento da terceira revolução industrial, um ócio ou um capricho intelectualista. É essa uma visão estreita das humanidades, em grande parte responsável pelas sombras ou pelas ameaças que pesam sobre nossa época. Porque

toda vez que, em nome de uma duvidosa objetividade, reduzimos as dimensões e o valor do próprio sujeito, o que fazemos é esvaziar a história da sua substância humana. O ensino das humanidades recebe o seu sentido agora, por mais paradoxal que pareça, da força exacerbada da ciência. O frenesi do algarismo recomenda o refortalecimento da letra. Por isso que a tecnocracia amiúde esquece o homem, é que se torna indispensável lembrar cada vez mais o homem.

A uma Faculdade de Letras, e ao lado da sua função instrumental ou profissional, cabe este papel edificante: o de contribuir para o encontro harmonioso do homem moderno com a técnica. Porque nem sempre o avanço tecnológico acompanha ou preserva a humanidade do homem. Muitas vezes ele se efetiva oprimindo os valores perenes do nosso humanismo. E é por isso que o ensino das humanidades exige uma prioridade paralela à conferida ao ensino das ciências exatas. As letras, as artes preparam o homem para que o progresso seja alcançado humanamente. E qualquer desenvolvimento que, no seu delírio de exatidão, negligencie esses valores estará condenado a se converter numa instituição mutilada, num corpo sem alma, num percurso equívoco. Uma Faculdade de Letras hoje é assim um imperativo do próprio desenvolvimento nacional.

Desde a Grécia, desde Aristóteles precisamente, que a formação do homem se apoia sobre bases nítidas, sobre uma precisa estrutura tripartida em que se equilibram razão, sentimento e instinto. A harmonia desses elementos era agenciada pelo conhecimento. Formar significava desenvolver equilibradamente, tendo como guia a razão, esses três elementos estruturais. O ideal grego do ser homem iluminou todo o período do Humanismo, de tal modo que a concepção de ciência da época se sustentava pelo primado da contemplação.

Com a primeira revolução industrial, acentuou-se ainda mais o primado da razão. O homem controlava os impulsos pela força equilibradora

do conhecimento. Daí se ter falado em humanidades, cuja primeira função era estabelecer na conduta humana o desenvolvimento equilibrado dos recursos da razão e das faculdades do gosto. Isto correspondia à mobilização maciça de todos os setores de atuação do homem: ciência, arte, educação, ética, moda, a convivência enfim. A promoção do humanismo se confundia com o apuro ou o aperfeiçoamento destes saberes. Estávamos diante de um humanismo orientado pelo próprio homem.

Com a Idade Moderna, a razão começa a entrar numa nova fase de seu predomínio. Começa-se a inverter a situação. Já não se trata de equilibrar as possibilidades do homem, porém de desenvolver as forças de transformação da natureza, a ponto de colocá-la cada vez mais a serviço do homem. A técnica enfatiza assim o compromisso humanista que a acompanha sempre. Mas como ela modifica o sistema de produção, aquele primado se transfere da razão contemplativa para a razão transformadora. E o grau mais acentuado do desenvolvimento do primado da transformação é a tecnocracia, que se fez merecedora do nosso crédito, na medida em que se propôs servir ao homem, ou, ao contrário, adquire aspectos ameaçadores quando se contrapõe aos dados identificadores da humanidade do homem. Porque os recursos que o homem tem dentro de si vão sendo restringidos pela hipertrofia dos valores quantificáveis e pela atrofia das humanidades. É por isso que uma Faculdade de Letras é a necessidade inadiável de qualificação do homem.

LINCOLN E A EDUCAÇÃO

Aos que não compreendem a razão de um investimento, por parte do Governo, na Educação, em uma unidade universitária, podemos responder com o exemplo do grande Lincoln. Em 1862, assinou ele o Morrill Act, conhecido como o Land Grant Act, ou lei de concessão

de terras às universidades, o qual foi responsável pelo desenvolvimento destas em um alto e importante sistema de instituições educacionais, auxiliadas pelo Governo Federal. O ato consistiu em conceder terras para a fundação e manutenção de universidades, com o objetivo de, não excluídos outros estudos científicos e clássicos, promover a educação liberal e prática das classes industriais e agrícolas nos ramos de saber relacionados com a indústria e a agricultura. Em cem anos, essa lei produziu profundas repercussões na vida dos Estados Unidos em todos os setores da sociedade, inclusive os econômicos e políticos. Não se limitaria doravante a educação à formação de professores, advogados, sacerdotes e médicos. Seria aberta a todos os jovens e, em vez de objetivar à manutenção de uma elite, tornou-se um instrumento de democratização, abrindo as portas da educação superior indistintamente à juventude qualificada. Isso tornou o norte-americano um homem competente nas suas profissões. Costuma dizer um de nossos maiores espíritos que o brasileiro não sabe fazer ponta de lápis, abrir gavetas e janelas, procurar um nome no catálogo do telefone. Com esse tom de paradoxo, o grande Anísio Teixeira exprime uma verdade incontestável. Falando de modo geral, nós não sabemos fazer bem os nossos ofícios. Não somos subdesenvolvidos, mas sim subinstruídos. Ou melhor, somos subdesenvolvidos porque subinstruídos. Dispomos, com certeza, de uma pequena elite de profissionais competentes, alguns dos quais honrariam qualquer nação. Falta-nos, todavia, em termos coletivos, a infraestrutura, sem a qual não é possível fazer funcionar uma maquinaria desenvolvimentista.

EDUCAÇÃO – MATÉRIA PRIORITÁRIA

E ainda há quem pense não ser a educação matéria prioritária nos programas de Governo. Pois é na educação – entendendo educação

no seu conjunto, da primária à superior – que deve basear-se qualquer plano desenvolvimentista. Não é possível desenvolver um país sem homens competentes, educados no sentido amplo. Até as guerras se ganham na universidade. Sabe-se que foi o mestre escola que ajudou Bismarck a vencer as guerras da unificação alemã. A vitória da Segunda Guerra Mundial foi tramada nos gabinetes e laboratórios das universidades americanas. Invertendo vastos capitais nessas instituições, o Governo Federal conquistou os instrumentos com que os aliados dominaram os exércitos nazistas. Ainda hoje, a investigação científica está financiada pelos cofres federais em centros de ensino e pesquisa como o Laboratório Lincoln do Instituto Tecnológico de Massachussets, em Boston; o Argonne, em Chicago; e o Laboratório Lawrence de Irradiação, na Califórnia. O grande escritor inglês Snow afirmou há pouco que a maior concentração cerebral do mundo estava numa linha imaginária que parte de Boston, passa por Nova York e Chicago e atinge Los Angeles. Jamais as universidades estiveram tão empenhadas em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, e isso graças aos investimentos de fundos federais. A origem desse esforço reside no ato assinado por Lincoln, em 1862. A princípio, foram as revoluções industrial e comercial que dele resultaram. Agora é a revolução científica e tecnológica.

Igual procedimento é levado a efeito nos países da área socialista, onde a técnica tem encontrado enorme desenvolvimento graças ao impulso oriundo das universidades, aliando-se os ensinamentos científico e humanístico.

É inútil, do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro, pensarmos diferentemente. Ou entramos corajosamente na era tecnológica e industrial, pela mão da universidade, ou não lograremos escapar do estado de subdesenvolvimento. Em vez de campanhas sistemáticas e dirigidas contra a universidade, procuremos reformá-la, corrigir-lhe

os vícios e defeitos, dotando-a da aparelhagem necessária ao funcionamento efetivo. Em vez de contribuir para desacreditá-la, procuremos conhecê-la por dentro, compreendendo que, entre nós, é uma instituição recente, sem raízes, sem tradições, sem verdadeira ideia do seu papel e da sua organização. Em lugar de destruí-la, sem que tenha tido nem tempo de se firmar nos pés, tentemos levantá-la, construí-la, ajustá-la, adaptá-la às exigências do tempo e da nossa realidade. Quem vê a velha Inglaterra sair dos padrões das suas ilustres e vetustas universidades para elevar do nada universidades inteiramente novas, como a de Essex; quem assiste ao mesmo espírito de apoio e incremento às universidades por parte da França e da Alemanha; quem aprecia o esforço norte-americano em ampliar a área de ação das universidades, renovando as antigas e multiplicando novas, a ponto de se prever para breve a existência de universidades em cada cidade do país, ou a ponto de se assistir ao crescimento gigantesco de universidades como a da Califórnia ou a do estado de Nova York; não pode deixar, no íntimo de seu sentimento patriótico, de deplorar o que ocorre entre nós, à sombra e com o beneplácito de órgãos oficiais.

Ao invés, a opinião pública precisa ser levada a compreender a universidade, induzida a ajudá-la. É mister fazê-la ver que a educação é cara, e que não bastam as verbas oficiais para mantê-la em bases produtivas. Insinue-se ao contrário aos poderes econômicos privados que eles servem melhor ao País e ao próprio interesse, preparando o homem pela educação, porquanto um homem competente é um investimento e uma fonte de trabalho e riqueza para as empresas e fábricas. E é da universidade precisamente que sai o homem médio produtivo, mediante o adestramento de suas aptidões e o cultivo de seu cérebro, de modo a torná-lo apto às tarefas técnicas e à convivência social. Porque quando digo educação refiro-me à universidade, desde que a verdadeira universidade envolve a educação do alto a baixo da

escala, sendo como é na universidade que se pesquisam os métodos, que se preparam os programas, que se formam e aperfeiçoam professores médios e primários, que se arma um espírito de educador para ensinar a viver bem e sempre melhor. Que é a educação senão um sistema de ajustamento do homem à vida? Que é a educação senão uma forma de humanismo?

HUMANISMO E REALIZAÇÃO TOTAL DO HOMEM

Esse é o ponto: humanismo.

Que é o humanismo senão a busca de realização total do homem? Em todas as épocas da história, em todas as escolas de filosofia e sabedoria, dos aedos aos estoicos, dos socráticos aos epicuristas, culminando no Sermão da Montanha, o que se objetiva é o aperfeiçoamento ou o desenvolvimento perfeito e completo da natureza humana. É fazer do homem um homem na acepção plena do termo.

O humanismo é, pois, esse ideal de vida melhor e mais humana. Mas é também o conjunto de meios e métodos de que se lança mão para atingi-lo. Desde a mais remota era, o homem usa como principal recurso para esse objetivo a educação. Ela é o eixo de tudo o mais: a Moral ou arte do comportamento; a Política, ou técnica de organizar a pólis; a Economia, ou ciência da produção e da riqueza; a Medicina, ou arte de prover a saúde; a tecnologia ou fabricação dos instrumentos de trabalho e defesa. Mas, sem a educação, as demais armas se demonstram inúteis ou ineficientes.

O humanismo é o anseio de estudar o homem na sua constituição orgânica e na sua vida; de dar um sentido humano à estrutura da vida social, colocando o homem no seu centro; de aperfeiçoar a natureza humana, desenvolvendo-a na totalidade de suas dimensões — tanto na

direção espiritual, quanto na material. O humanismo é fazer o homem participar melhor da realidade social e econômica, da vida da inteligência e da sensibilidade. É a preocupação do homem total, realizando-o, integrando-o, humanizando a vida, a cultura, a sociedade.

Será truísmo afirmar-se que vivemos uma era de civilização tecnológica. Nós, povos do chamado terceiro mundo, ou subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento, havemos que entrar na fase da tecnologia para não permanecermos escravos econômicos dos demais.

Cegueira será negar que, a despeito de tudo, nosso País avança a passos firmes para o preparo técnico dos seus filhos.

Temos que alargar e aprofundar o ensino tecnológico, em todos os domínios. Perdemos a batalha do carvão, atrasamo-nos nas batalhas de aço, do petróleo e da água, não podemos arriscar-nos a perder a batalha nuclear, nessa guerra longa pelo domínio da energia, que alicerça as civilizações.

Pois é na universidade que nos preparamos para vencer essa batalha. É aí que ela está sendo travada em todo o mundo. Nos seus gabinetes de estudo, bibliotecas e laboratórios. Sejam generosos, homens de governo, no construir nossos laboratórios, bibliotecas e salas de estudo. Enquanto é tempo. Enquanto os países estrangeiros não nos roubam o *brain power*, os nossos cérebros, para aumentar as suas concentrações cerebrais.

LETRAS E TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO

Mas, se estamos numa era tecnológica, por que investir capitais em uma Faculdade de Letras?

Quando se fala em desenvolvimento de um povo, normalmente se pensa em ciência e tecnologia. Cogita-se de dotar o grupo humano

daqueles recursos que mais diretamente asseguram as condições de vida em nível médio ou superior de existência. Colocam-se, diante do político, do pesquisador, da sociedade ou dos teóricos do desenvolvimento as imagens materiais com as quais, facilmente, se julgam as condições de um povo em confronto com os demais. De algum modo, se compreende que essas imagens, pela sua objetividade imediata, se imponham às suas inteligências e ao seu patriotismo. Uma fábrica, evidentemente, tem maior presença do que uma novela; e uma formulação científica, maior repercussão do que uma crítica metodológica da criação literária. O fato existe e, política e sociologicamente, é impossível desconhecê-lo.

O que se deve, porém, é saber que esse segundo plano em que são colocados os fenômenos das Letras decorre, exatamente, das condições de subdesenvolvimento. E no Brasil, em parte, provêm de um nível universitário, em verdade não superior, das estruturas encarregadas do ensino de Letras. A ideia de que letras se destinam, exclusivamente, à motivação de fatos emocionais ou ao prazer lúdico do homem domina o juízo comum a respeito. No entanto, isso é um grande erro. As letras enriquecem o conhecimento com a mesma força, ainda que sob ângulos diversos, com que se apresentam os recursos científicos e os aperfeiçoamentos tecnológicos. Hoje, o estudo das letras se coloca na mesma posição intelectual que faz a justa glória dos pesquisadores e professores da área científica.

Temos que rever, para que o fato do desenvolvimento seja possível, o seu próprio conceito entre nós, senão o conceito pelo menos a amplitude de sua área. Desenvolvimento é elevação das condições de vida. Essa elevação repousa em elementos tão múltiplos e vários que será absurdo excluir qualquer deles, e as universidades, que não são senão uma das chaves dessa tarefa, não podem, elas sobretudo, desconhecer tal circunstância. Cabe-lhes, por exemplo, saber com

segurança, que o ensino das Línguas, qualquer língua, não só as do Ocidente, cria uma surpreendente fonte instrumental para se conhecer o que outros povos fazem, na área científica ou técnica. Cumpre aos especialistas das línguas estrangeiras dizer, com precisão científica, qual é o pensamento, qual é a sutileza ideológica ou prática que asseguram, ao povo observado, triunfo numa luta igual àquela que travamos. Do ponto de vista de uma alta posição de um povo em face de outros, não há línguas dispensáveis e indispensáveis, pois o mundo, graças aos modernos recursos das comunicações, caminha, cada vez mais, para a unidade. E, se uma língua serve melhor ao conhecimento e posse de recursos científicos e tecnológicos, outras podem prestar-se melhor ao conhecimento de condições sociais iguais àquela com que nos defrontamos. Se o compromisso de um povo é, sobretudo, consigo mesmo, ele pode limitar a sua área de conhecimentos de qualquer outro povo e, portanto, não pode reduzir-se a possuir especialistas somente em duas ou três línguas que, por fatos diversos, são tidas como básicas ao entendimento do que consideram uma civilização superior.

Além disso, é mister deixar claro que desenvolvimento é também consciência de desenvolvimento. Ora, essa consciência é impossível se o homem, em qualquer camada social, não considera seu Romance, sua Poesia, sua Crítica, suas edições, também, desenvolvidas. Aí entra o ponto importante que é o da psicologia do grupo nacional na aceitação ou não da tese do desenvolvimento. E nisto, incontestavelmente, as letras possuem o seu grande papel. Pois as letras dotam o homem de uma visão armada, que penetra mais fundo na sua própria alma, no seu ser íntimo, na sua vida, ensinando-o a compreender mais exatamente a existência, a sua natureza e as relações com os outros homens. A Literatura é, também, uma forma de conhecimento da vida, do homem, da natureza, do cosmo, da convivência.

Assim, letras são também humanismo. Não vou repetir o *homo sum* de Terêncio, para lembrar que tudo o que é humano concerne ao humanismo. E letras partem do homem e dirigem-se ao homem.

QUE É UMA FACULDADE DE LETRAS?

Demais disso, que é uma Faculdade de Letras, quais a sua função e finalidades?

Desde a Idade Média, os mestres agrupados no ensino das diferentes disciplinas nas “escolas” formavam “faculdades”, que constituíam corporações. À faculdade das artes, competia o ensino das humanidades e da filosofia. E entendia-se por humanidades o conjunto de conhecimentos chamados “letras humanas” ou *litterae humaniores*.

O sentido que os medievais e depois os renascentistas emprestaram às humanidades incluía todo um conceito da vida, e as letras humanas eram um instrumento válido de humanização ou humanismo. E, na Idade Média, na sua estrutura universitária, as letras humanas se enlaçavam com as ciências nos dois graus de ensino do *trivium*, ou três vias, que compreendia as três artes liberais da Gramática, Retórica e Dialética, e do *quadrivium*, ou quatro vias, que seguiam as primeiras, com as quatro artes liberais da aritmética, geometria, música e astronomia.

Vemos, portanto, que não havia separação entre artes, letras e ciências. Os conhecimentos constituíam um todo para a formação humana integral, dentro das disciplinas que a época entendia como básicas.

Igual critério é o do Renascimento, quando não só as letras puras, senão também as ciências formavam o arcabouço dos estudos humanísticos. Foi aliás dessa época a adoção das palavras humanismo e humanista. Humanistas que eram os homens que se entregavam à restauração do gosto das letras humanas da Antiguidade. E, em

educação, humanismo queria dizer o uso do espírito vitalizante dos livros antigos no estabelecimento de uma base para a educação do homem. E, como, na compreensão e formação do homem, prevalecia então um senso de totalidade, uma inspiração a ver a realidade como um todo, nas suas diversidades e conexões, o humanismo renascentista não isolava as letras das ciências. Lavrava na Europa, àquele tempo, uma vasta curiosidade científica, e foram os livros ressuscitados de Galeno, Vitruvius, Ptolomeu, Celso, Arquimedes, que dirigiram os espíritos para os estudos astronômicos, médicos, matemáticos, físicos, de que resultaram as revoluções de Galileu, Copérnico, Kepler, Harvey, Newton, Bacon, Leonardo e, por fim, o esplendor da ciência nos séculos XVII e XVIII, até a revolução industrial, de base técnica e científica, do século XIX. Mas não esqueçamos que aquela cultura científica dos humanistas do Renascimento não se fazia separada da literária e filosófica, com Aristóteles, Platão, Cícero, Virgílio e todos os demais. Foi um erro posterior o conflito entre as letras e as ciências. O humanismo ou é integral ou deixa de ser humanismo.

Em 1808, o decreto napoleônico que reformou o ensino superior conservou o nome de “faculdade” para os corpos de professores que ministravam, em nome do Estado, aquele ensino e instituiu cinco tipos de faculdades autônomas: Letras, Ciências, Direito, Medicina e Teologia, esta última supressa em 1885 como entidade oficial. Nesse mesmo ano, as faculdades ganharam personalidade civil e, em 1886, foram agrupadas em “universidades”. Isso na França, que forneceu o padrão para o nosso mundo latino.

Uma faculdade de Letras tem origem, portanto, na instituição universitária medieval do *trivium*, consistente no ensino da Gramática, da Retórica e da Dialética. Mais tarde, transformou-se esse esquema nas faculdades de Letras pós-napoleônicas, objetivando à concessão de diplomas de Estado para os professores de ensino secundário.

No Brasil, o ensino superior de Letras foi englobado nas faculdades de Filosofia, criadas em 1939, segundo a concepção de Filosofia como conjunto de conhecimentos, com o fim de, através do ensino e da pesquisa, formar bacharéis e licenciados em Letras, para o magistério secundário e superior especializado.

Aquele objetivo foi preenchido durante quase 30 anos, e é justo registrar o trabalho realizado em nossa Faculdade Nacional de Filosofia durante esse lapso de tempo, quando o antigo Departamento de Letras, composto de uma luzida equipe de grandes nomes das letras e do magistério, como Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira, Sousa da Silveira, Damião Berger, Mansueto Kohner, Ernesto Faria, Melissa Hall, Jorge de Lima, Serafim da Silva Neto, Augusto Magne, Madeleine Manuele, Fidelino Figueiredo, Fortunat Strowski, para só referir os afastados por aposentadoria ou falecimento, elevou o ensino de Letras a um alto nível. Vale, portanto, a homenagem que neste instante, presto reverente àquele órgão, agora transformado na Congregação da Faculdade de Letras.

Com o crescimento da população escolar das faculdades de Filosofia, tornou-se cada vez mais clara a necessidade do seu desmembramento, o que se veio a concretizar com a reforma universitária estatuída no Decreto-Lei no. 53, de 18 de novembro de 1966, desdobrado no Decreto no. 60455 – A, de 13 de março de 1967.

A Faculdade de Letras, uma das unidades resultantes daquele desdobramento, herda, assim, os objetivos da antiga instituição e se propõe ampliá-los.

ESTUDO DO IDIOMA

Em primeiro lugar, é um centro de investigações e ensino de Línguas e Literaturas. É óbvia a importância dessa tarefa, no conjunto das

atividades universitárias. O aprendizado do vernáculo, além de imperativo constitucional da cidadania, oferece o mais importante instrumento de convivência humana e de comunicação profissional, sem o bom uso e constante aperfeiçoamento do qual um povo deperece e entra em fatal decadência, como ocorreu com inúmeros. A língua é uma força viva na existência de um povo. Deve ser constantemente estudada nas suas transformações, nas suas tendências, nos seus padrões gerais.

A Faculdade de Letras é o local para investigações acerca do estado do idioma, sua evolução, seu futuro, a política que lhe convém.

Mas é também o lugar onde se formam os professores de vernáculo para o ensino médio e superior. Investigando e aprendendo a ensinar, daqui sairão as equipes de mestres, aptos a bem difundir o ensino do idioma.

Para formá-los, devidamente, associa-se o aprendizado e o cultivo das literaturas irmãs de língua vernácula, ambas ricas de monumentos literários que honram a literatura universal. Não se entenda com isso que o ensino literário deva ser mero instrumento para o aprendizado da língua. Ele tem finalidade própria. Entretanto, não se aceita mais que o ensino do idioma seja feito divorciado dos grandes textos literários, aí justamente onde a língua mais se dignificou à custa do processo estético da criação literária — na Poesia ou na Ficção.

Adequadamente formado, o bom professor de Língua estará em condições de exercer um papel fecundo. Confirma essa assertiva o fato de que, já com o estabelecimento da formação superior do professor de Línguas e Literaturas, pelas faculdades de Filosofia, o nível de nosso professorado médio melhorou consideravelmente, a ponto de estar produzindo uma remodelação de métodos e de maneira de ensinar o Português naquele nível.

E disso resultará, sem dúvida, um benefício inapreciável para a coletividade. Técnicos, profissionais, homens comuns, com um domínio

melhor do idioma vernáculo, disporão de muito maiores recursos de comunicação no seu campo especializado e entre os diversos campos. Sabemos quão numerosas são as linguagens profissionais, as gírias e jargões técnicos, para compreendermos a necessidade de os professores primários e médios saberem lidar com o problema, o que só aprendem nas faculdades de Letras, através de investigações de campo, adquirindo a atitude correta de espírito em relação à língua viva, à qual não se podem impor os padrões da língua morta e estratificada nas gramáticas normativas.

É mister não esquecer que o Português é o instrumento de nossa civilização e que a difundiremos sempre que procurarmos estudá-lo e difundi-lo. Com mais de 100 milhões de falantes de Português, a quinta língua do mundo, depois do chinês, do inglês, do russo e do espanhol, falada numa área geográfica de 10 milhões e 600 mil quilômetros quadrados, ou seja a sétima parte da terra, devemos ter orgulho em aprofundar e espalhar o seu conhecimento por um ensino modernizado.

Os métodos de ensino das Línguas têm sofrido uma transformação substancial nos últimos 20 anos. Esta transformação se deve principalmente: ao desenvolvimento dos estudos linguísticos, psicológicos, sociológicos, antropológicos, especialmente os da Linguística aplicada ao ensino das Línguas; aos progressos técnicos realizados no domínio do registro da palavra e da representação visual, que deram lugar ao desenvolvimento das técnicas audiovisuais; aos progressos da eletrônica, a permitirem a utilização de computadores no exame da frequência dos fatos linguísticos e a possibilitarem, em curto prazo, o levantamento das estruturas elementares de uma língua, do seu léxico fundamental, de sua gramática de base.

Esta profunda revolução operada no ensino das Línguas vivas trouxe, como era natural, ao primeiro plano o problema da formação dos

futuros professores de Língua dentro desta metodologia moderna e do permanente aperfeiçoamento dos professores já em exercício.

Os métodos modernos não poderão, obviamente, atingir sua plena eficácia, se aqueles que irão pô-los em prática não tiverem recebido uma sólida instrução linguística, metodológica e mesmo tecnológica a par da formação cultural e literária.

Uma reforma de tal natureza, necessária para superar o tradicional e ineficaz ensino dos idiomas, é das tarefas mais urgentes em que deverão empenhar-se as faculdades de Letras, na busca de métodos que nos permitam ganhar a batalha contra o tempo.

IDIOMAS ESTRANGEIROS

Mas não é somente o vernáculo a finalidade ostensiva da Faculdade de Letras. Sem falar nos idiomas clássicos, necessários à cultura, de um lado, e, por serem as línguas matrizes das modernas, indispensáveis, como ponto de partida, ao conhecimento destas últimas, é nesta unidade que se fazem também os estudos e a formação dos pesquisadores e professores de Línguas modernas estrangeiras e respectivas Literaturas. Mesmo, porém, para esse estudo, domina hoje a convicção de que é condição necessária de eficiência o bom estudo da língua de base.

Não será mal acentuar-se a importância que, para o alargamento cultural do homem médio e para a sua instrumentalização técnica e profissional, tem o conhecimento das línguas estrangeiras modernas. Até hoje foi essa a regra em nosso País, inclusive fazendo as línguas estrangeiras parte obrigatória dos currículos secundários. Nossa tradição é de uma cultura sempre influenciada e enriquecida pelas alienígenas, através do conhecimento dos idiomas que as veiculam.

Sabemos o montante da nossa dívida à língua e cultura francesas, mais recentemente acrescida da contribuição em língua inglesa. Não podemos olvidar as contribuições espanhola, italiana e alemã. No mundo atual, predominantemente industrial e técnico, as nossas janelas terão que continuar abertas a esses e outros ventos vindos do leste e do oeste para o que se fará indispensável o entendimento das línguas que carregam as suas mensagens fecundantes, sejam de ensinamentos técnicos, sejam de beleza e estesia, todas enriquecedoras de nossa alma e de nossos recursos de trabalho e produção.

criação literária

Ao lado dessa finalidade de formação e aperfeiçoamento profissional de trabalhadores intelectuais para o magistério de Línguas e Literaturas, será doravante dos bancos das faculdades de Letras que sairão os criadores de literatura. Há um equívoco a ser desfeito nesse particular. Quando se fala em faculdades de Letras, pensa-se de logo que elas têm por missão formar literatos, isto é, romancistas e poetas.

Em nosso passado, os criadores literários, em sua maioria, provinham das faculdades jurídicas. Os jovens estudantes de Direito, com inclinação literária, encontravam nas suas escolas a atmosfera propícia. Aí se fizeram muitos escritores, que continuavam vida em fora a sua produção poética ou romanesca. Outros, obtido o diploma, davam adeus às musas, encaixotando a lira. Daí José Veríssimo ter observado que muito da Literatura Brasileira denotava um caráter adolescente. É que era produzida por jovens das academias de Direito, que não se submetiam ao necessário processo de amadurecimento, segredo dos grandes criadores.

Agora, a situação vai mudar. O autodidatismo que era a norma dos antigos homens de letras está sendo destruído pelo aprendizado sistemático e superior. Aqui se formarão doravante os poetas e romancistas. Evidentemente, nem todo aluno de Faculdade de Letras será poeta ou romancista. Apenas aqueles dotados da vocação indispensável. Mas estes serão, por certo, melhores, porque a sua formação se fará sistemática e orientadamente, não mais entregue ao arbítrio dos impulsos e ao acaso das leituras de circunstâncias e dos reflexos dos grupos de boêmia.

Além disso, pelo alargamento do público, em consequência de ensino secundário por melhores professores, será daí resultante um incentivo indireto à melhor qualidade da criação literária. Sem falar na compensação financeira ao trabalho, que decorrerá obrigatoriamente do aumento e melhoria do público.

TRADUTORES, INTÉRPRETES, REVISORES, LEXICÓGRAFOS

Está na órbita da Faculdade de Letras outro campo de atividades altamente valiosas para o País. Até agora, a tradução e a revisão não logravam sair do nível do autodidatismo e da improvisação. Por isso, não há especialização nem profissionalização, não passando de meros biscates sem independência financeira e sem qualificação técnica.

Igual pensamento é lícito em relação a lexicógrafos e editores de texto. Quem quer que tenha alguma experiência com trabalhos editoriais sabe a dificuldade em encontrar entendidos – verdadeiramente entendidos – em confecção de dicionários e edições críticas, levantamento de vocabulário, estabelecimento de textos, planejamento e diagramação de livros, sem falar no já aludido problema atualmente

insolúvel do bom revisor. São tarefas estas da mais alta relevância para uma cultura que deseje sair do subdesenvolvimento, estágio próprio da improvisação e da irresponsabilidade.

A Faculdade de Letras incumbe a missão de formar tradutores, intérpretes, revisores, lexicógrafos, pelo ensino sistemático, tornando essas tarefas atividades técnicas e profissionalizadas, de modo a contribuir, no terreno de cada uma, para o engrandecimento de nossa Cultura.

Um exemplo. Não dispomos de lexicógrafos em qualidade e quantidade suficientes. Pois o nosso léxico precisa quase todo ser levantado. Imensos trabalhos se nos deparam no particular. O léxico dos escritores, portugueses e brasileiros está aí, e sem o seu registro o idioma não pode ser estudado e conhecido; e as suas obras, criticadas e interpretadas. Os nossos dicionários correntes na maioria são obras antigas que os novos copiam e repetem. Onde o léxico de Camilo? Onde os de Machado de Assis e José de Alencar? Onde os vocabulários da língua viva? E onde o da língua medieval? Ainda há pouco, em obra altamente meritória, foi lançado, pelo Instituto Nacional do Livro, o léxico de Camões, obra modelar e indicadora do que devemos fazer no futuro, não mais em condições individuais, porém graças a equipes, e é a isso que a Faculdade de Letras se propõe.

TECNOLOGIA NO ENSINO DAS LETRAS

Referimo-nos ao instrumental tecnológico moderno aplicado ao estudo e ensino das Línguas.

Chegamos aqui ao ponto crucial talvez da questão acerca da conciliação do trabalho humanístico e tecnológico numa Faculdade de Letras. É que estamos entrando, os especialistas em Linguística e Crítica

literária, na utilização franca e corajosa do instrumental tecnológico nos estudos das Línguas e obras literárias. As pesquisas linguísticas, os levantamentos de vocabulário, a elaboração dos mapas das áreas linguísticas, a codificação das linguagens dos autores, das escolas, dos estilos são operações eminentemente técnicas e especializadas, que estão sendo feitas cada vez mais mediante o uso de aparelhagem complexa, como os laboratórios de Fonética, computadores eletrônicos e outros, especialmente no campo da Fonologia, da Dialetoлогия, da Estilística e da Linguística aplicada.

As técnicas de computação estão sendo empregadas em vários setores da Linguística, com excelentes resultados, ao substituir a descrição pela exposição, a mera compilação de dados pela análise e solução. É assim que a Linguística aplica a técnica de computação às pesquisas de campo não só na Linguística histórica, senão também nos estudos dialetais; usa a lógica computacional no estudo de problemas de análise gramatical, na determinação da similaridade léxica, na conversão do som à soletração, na morfemização, na verificação de descrições de estruturas de frases, na tradução mecânica, na condensação e resumos automatizados. Abrange, destarte, vastas áreas, desde a coleta de dados atuais e históricos, até o estabelecimento filológico de textos, a Linguística comparada, a Fonologia, a Morfologia, a Estilística, a Sintaxe, a Tradução, o Ensino.

Mesmo no ensino de Línguas, experimentam diversas universidades a computação, em instrução programada, acrescentando-se aos aparelhos audiovisuais, hoje correntes, bem como ao rádio, à televisão e ao cinema instrumental atualmente indispensável no estudo e ensino de Línguas, Literaturas e Belas-Artes.

Outra contribuição relevante da Faculdade de Letras é a formação e aperfeiçoamento de especialistas estrangeiros no estudo e ensino do idioma e Literaturas vernáculas. É surpreendente o interesse atual

em diversos países no estudo e ensino de Português e assuntos luso-brasileiros. As universidades norte-americanas, inglesas, francesas, alemãs e russas disputam-se primazia nesse ramo. E a sua necessidade de mão de obra especializada é intensa, à qual somos nós que nos obrigamos a responder, se não quisermos abrir mão definitivamente de nosso pessoal, atraído à emigração pelos salários mais compensadores. E como satisfaremos ao apelo das universidades estrangeiras? Instituído, como está programado pela nossa faculdade, cursos de formação e aperfeiçoamento para especialistas estrangeiros em estudos de Línguas e Literaturas vernáculas e preparando leitores para os centros estrangeiros. Com isso, promoveremos o maior conhecimento de nossa cultura, disporemos de um dispositivo espontâneo e eficiente de propaganda do nosso País, o que trará benefício ao nosso próprio desenvolvimento.

A Linguística, tanto no sentido tradicional quanto nos desdobramentos modernos da glossemática e do estruturalismo, constitui uma das traves mestras de uma Faculdade de Letras, e o aprofundamento de seus estudos é um dos dados científicos de mais relevo dos nossos dias.

Com a Faculdade de Letras autônoma dentro da estrutura universitária, paradoxalmente tornamo-la mais bem integrada no conjunto, o que lhe oferece margem à colaboração sobremaneira eficaz com outros órgãos, inclusive para a criação no Brasil de novos ramos de estudo, especialidades e técnicas de trabalho, importantíssimos pelo alcance social e humano.

Haja vista o desafio que constitui a Neurolinguística no estudo e correção dos vários tipos de afasia e gagueira.

A Neurolinguística se propõe analisar segundo os métodos próprios da Linguística as perturbações da comunicação verbal que fazem parte das síndromes provocadas por uma lesão do córtex.

Estuda, pois, as correlações existentes entre a tipologia anátomo-clínica e a tipologia linguística das afasias. O postulado fundamental é que esta correlação é significativa para a análise do funcionamento da linguagem e de suas desorganizações.

Especialidade não cultivada no Brasil, com irreparável prejuízo para a recuperação dos empobrecidos verbais, a Neurolinguística se vem desenvolvendo enormemente em países como a França, onde trabalham equipes de linguistas, sociólogos, neurólogos e psiquiatras, tal como a que executa o Programa no. 41 (elaboração da gramática dos afásicos) do Centre National de la Recherche Scientifique no Hospital Saint-Anne, de Paris. Conhecemos os esforços empregados por Mestre Deolindo Couto para fazer nascer entre nós essa linha de estudos.

Por outro lado, a Psicolinguística, que não deve ser confundida com o que há vinte anos se chamava Psicologia da linguagem, abre um novo setor de pesquisas e preocupações com o desenvolvimento paralelo e complementar da Linguística e da Psicologia. Consiste no estudo das relações entre nossas necessidades de expressão e de comunicação e os meios que nos oferece uma língua cedo ou tardiamente aprendida.

A Psicolinguística só se tornou possível quando a linguagem, com os métodos estruturalistas, passou a ser examinada como comportamento, e o pensamento deixou de ser considerado pelos psicólogos como uma função independente de outras atividades intelectuais.

Outro campo de estudos é o referente à motricidade linguística. As pesquisas sobre eletricidade cerebral vieram mostrar que a

“língua não é somente uma cadeia de gestos articulatórios com resultados perceptíveis acústica ou visualmente; não apenas o resultado de uma sequência de segmentos nocionais que funcionam sobre a base de oposições entre unidades

distintas; nem tampouco um sistema autônomo, com leis próprias, e que tenha um fim em si mesmo.”

Uma língua é, em última análise, um conjunto de *stimuli* organizados em sistema, um dos veículos (poderíamos dizer uma das *linguagens*) de que dispõe o ser humano para exteriorizar sua atividade ideio-afetiva. No dizer de Nandris,

“como toda manifestação humana, a língua procede da realidade psicossomática que a modela e a organiza conforme seu potencial. Nesse permanente processo de adequação se encontram a gênese, a evolução e, implicitamente, a diversificação dos sistemas linguísticos”.

Exemplos como esses evidenciam o que podem a Linguística, a Psicologia e a Psiquiatria fazer juntas.

Também com a sociologia se faz necessário um entendimento da Linguística. A língua é um fato sócio-cultural, e, como tal, a sua compreensão não pode fugir também da área sociológica. Assim, por exemplo, as pesquisas em torno da verificação da norma linguística têm que se basear na descrição linguística, adaptando os métodos modernos à nossa realidade e não apenas transplantando técnicas sociológicas. Desse modo, a sociologia se faz companheira indispensável da Linguística, como já é no campo da Etnolinguística.

A Linguística quantitativa é outro campo de atividade especializada a que se deverão notáveis rendimentos. A Estatística e a Matemática são hoje recursos científicos obrigatórios no estudo dos fenômenos linguísticos. O sentido e a estrutura das palavras, os sons dos fonemas, a frequência dos vocábulos, as regras gramaticais, as flexões e construções sintáticas são o valor médio de um certo número de

observações sobre materiais sistematicamente coletados ou de experiências em laboratórios. Na teoria da informação e da comunicação, os cálculos estatísticos e os métodos matemáticos têm um papel fundamental. Um campo não menos interessante da aplicação estatística é o da glotocronologia, que visa ao estudo das relações entre os dialetos aparentados.

LETRAS E COMUNICAÇÕES

A grande área, no entanto, que se abre a novas investigações na Faculdade de Letras é a comunicação. Em nossa civilização de massas, cresceram em importância os instrumentos da comunicação coletiva. A imprensa, o rádio, a televisão, o cinema estão a desafiar a nossa inteligência no sentido de evitar que se transformem em instrumentos de massificação, em vez de meios de enriquecimento espiritual, cultural e artístico.

Trata-se de preservar e fortalecer-se o caráter humano do avanço tecnológico, e não, o que seria uma atitude inexplicável historicamente, de recusar a verdade da ciência. Mesmo porque os recursos da tecnologia são hoje, como já disse, fatores de dinamização do ensino das humanidades. O ensino de Línguas não pode dispensar as novas aberturas que a técnica proporciona ao seu exercício. Antes éramos obrigados a um longo período de transmissão das bases de conhecimentos da linguagem, tanto mais que para conhecermos uma literatura precisamos saber a gramática e os vários desdobramentos da estrutura linguística que a informam. As técnicas atuais possibilitam o encurtamento dessa distância, criando novo tempo para o saber, já que esse instrumental de conhecimentos básicos pode ser apreendido em níveis ponderáveis de rapidez. Isto nos

permite aparelhar números cada vez maiores de brasileiros em espaços de tempo cada vez menores. O ensinamento da Língua e da Literatura recebe assim um novo alento das técnicas eletrônicas. Elas não nos possibilitarão medir o valor literário de uma ode de Horácio, mas facilitarão o mais rápido acesso ao seu universo artístico. O característico ablativo absoluto do poeta latino, que exigia pelo menos um ano de aprendizagem, pode hoje ser assimilado no breve período de uma semana. De maneira que a técnica pode e deve ser uma aliada do homem na tarefa suprema de construção da nossa história. Mas para que isto ocorra é preciso que ela seja uma ciência sem autossuficiência, que ela não invada as áreas específicas de outros saberes, que não se transforme na grande ditadora da nossa época.

É dentro desse quadro reflexivo que emerge a importância das modernas teorias de comunicação. O século da incomunicabilidade, das “multidões solitárias” de que fala David Riesman, é justamente aquele que mais se angustia com a comunicação. E essa angústia é sempre válida toda vez que se trata de abrir novos horizontes, de levar a informação a espaços cada vez mais ilimitados. Torna-se, contudo, perigosa quando o frenesi da comunicação interfere no próprio esforço de elaboração da mensagem. Esta imposição externa diminui o espaço da criação literária, utiliza a linguagem apenas como sistema de signo vigente, sacrificando o seu caráter originário, de fundadora de signos. A Literatura é tanto mais original quanto menos repete o sistema vigente. “Os poetas fundam”, dizia Hölderlin. Por isso, a teoria da comunicação não pode ser instauradora da verdade literária. Ela é antes um processo matematicamente controlado para conduzir uma mensagem já estruturada. O que lhe é específico é a transmissão. Não cabe a ela promover a investigação, mas transmitir os resultados da investigação a auditórios cada vez mais numerosos. Prisioneira do

sistema de signos constituído, a Literatura prejudicaria a sua virtude original, que se mede precisamente pelo grau de criação de signo. A manipulação literária da linguagem é assim mais radical: parte do sistema de signo para chegar à fonte da nova estrutura. E essa nova estrutura tem como centro energético o homem e o seu contorno existencial.

O essencial em relação à teoria da comunicação é, assim, não confundir a mensagem com a transmissão. Não submeter a mensagem à transmissão. O domínio das técnicas da comunicação é a transmissão e não a mensagem. E esta última não pode ser invadida, mas sim preservada. É nas faculdades de Letras que os autores de roteiros para filmes ou novelas de rádio e televisão devem aprender a conciliar o estilo adequado à transmissão com o conteúdo das obras e das mensagens literárias. É nos cursos de Língua, Estilística e Fonética das faculdades de Letras que aqueles profissionais aprenderão a linguagem própria dos diversos instrumentos de comunicação de massa. Para submeter a linguagem às necessidades mecânicas da comunicação, não nos é lícito violentá-la a ponto de prejudicar-lhe a índole ou torná-la artificial ou alienada. Vemos a todo momento exemplos típicos em nossos programas de rádio ou televisão.

É o caso do futuro simples, que é um tempo verbal existente nas gramáticas mas praticamente morto nas línguas românicas. No entanto, ouvimos amiúde essa forma nos filmes dublados ou nas legendas, quando o falante normal empregaria perífrases mais expressivas, que denotam a sua atitude adiante do processo verbal.

Portanto, há a necessidade de estudarmos as linguagens adequadas aos novos meios de comunicação, às novas técnicas de expressão que eles exigem, sem perder jamais de vista a necessidade de impor o homem à máquina, não consentindo que o interesse humano seja subordinado à indústria cultural e que a mensagem literária se deixe

mascarar ou ficar reduzida ao esqueleto que não é mais a arte. A Literatura não é só comunicação. Há nela algo que transcende a letra, ou antes, algo de que a letra é signo. Este algo não pode desaparecer pelas imposições da comunicação, o que redundaria em verdadeiro processo de ossificação ou redução à ossatura, além da qual precisamente é que reside o valor literário. O grande desafio às nossas faculdades de Letras é a harmonização das técnicas da comunicação com os valores literários.

LUTA CONTRA O ANALFABETISMO

A Faculdade de Letras pode ainda ter papel relevante na luta contra a nossa chaga crônica do analfabetismo. Esgotados inúmeros recursos, voltam-se atualmente os entendidos para uma nova arma: o Português Fundamental. É que a elaboração do Francês Fundamental e do Espanhol Fundamental, com excelentes resultados, aconselha a organização de obra semelhante para o domínio da Língua Portuguesa. Diversos organismos estão interessados no problema, como a Fundação Gulbenkian e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e a relevância do empreendimento foi reconhecida em vários congressos luso-brasileiros, que acentuaram a sua urgência. E isso poderá ser feito em convênio entre a Faculdade de Letras e outras instituições universitárias brasileiras para que os estudos tenham cunho nacional. É que o trabalho tem que resultar de vastos inquéritos estatísticos e levantamentos de centros de interesse sobre a língua falada, para elaboração de cartilhas e outros livros didáticos, que, dessa forma, facilitarão o ensino do idioma às massas iletradas, pela simplificação dos métodos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Tem sido também reclamada em reuniões internacionais de estudos luso-brasileiros a instalação de um centro de documentação e informação da Língua Portuguesa contemporânea, à semelhança de órgão existente para a língua espanhola, a Oficina Internacional da Informação e Observação do Espanhol, com sede em Madrid. A Faculdade de Letras tem em mira tal organismo, com os objetivos de coletar dados referentes à documentação dos falares de todas as áreas onde se usa a Língua Portuguesa; de manter um serviço de informes sobre os estudiosos dedicados ao ensino do idioma e reunir os trabalhos relacionados com o estudo e o ensino do Português contemporâneo.

SOCIEDADES

Nesse terreno das associações de estudiosos, a Faculdade de Letras procurará promover a organização de sociedades de âmbito nacional, que reúnam os professores, pesquisadores, críticos, historiadores literários dedicados aos estudos linguísticos e literários nas diversas línguas antigas e modernas, a fim de que, em congressos periódicos, se encontrem, se deem a conhecer, debatam com espírito científico e informem e confrontem os resultados dos seus trabalhos e pesquisas. Concorrerá assim para criar a comunidade de *scholars* especializados em Línguas e Literaturas, sem a qual é um eterno carregar água em cesto a atividade do intelectual. Será ela assim um organismo coordenador de atividades doutro modo perdidas no individualismo, sem o conhecimento entre os diversos membros da comunidade. A organização de associações e congressos, de âmbito nacional e internacional,

é um meio de combater o insulamento do trabalhador intelectual, estimulando a sua atividade pelo conhecimento do seu valor.

Há ainda outras tarefas de que podem desincumbir-se as faculdades de Letras e que exigem um planejamento conjunto com instituições do País e do estrangeiro. Eis algumas: o problema das edições críticas de autores portugueses e brasileiros; a documentação dos falares do domínio da Língua Portuguesa; a elaboração do tesouro da língua, dicionarização o mais completa possível das palavras de todas as épocas do idioma, com o registro da história e vida das palavras; a organização do catálogo coletivo e da referência bibliográfica das publicações que interessam aos estudos linguísticos e literários; o incentivo ao estudo crítico das obras literárias, para torná-las mais bem compreendidas e valoradas.

Como vemos, a Faculdade de Letras, concebida no todo orgânico da universidade, tem um papel essencial, contribuindo da maneira peculiar que é a sua para prestar um tributo ao esforço nacional pelo desenvolvimento.

Sua missão básica é estudar Línguas e respectivas Literaturas e ensinar a ensiná-las. Como as demais unidades universitárias, fundirá a pesquisa e o ensino, pois o ensino superior não pode desvincular-se da investigação. A nossa universidade está dando um exemplo magnífico no particular, como prova o volume *Linhas de Pesquisa*, recentemente publicado, evidência da compreensão que a sua alta administração possui do problema da pesquisa, elevado ao nível de uma sub-reitoria para ser encarado devidamente.

E, ao dizer pesquisa, queremos subentender que a Faculdade de Letras se moldará pelo espírito e método científicos. A ciência é grande motor do desenvolvimento humano. Sempre o foi. Desde o homem que inventou a roda, o moinho, a atrelagem, que se descobriram ou aplicaram leis e técnicas científicas.

Não pensemos, todavia, que os cultores das ciências do espírito, que os que lidam com as humanidades, na consecução dos nobres objetivos do humanismo, entendido — insista-se — o humanismo como a vontade de ser homem em plenitude e perfeição, vamos procurar aplicar às nossas tarefas os métodos das outras ciências. Esse tem sido um erro comum de nossa parte, pretender aplicar aos fenômenos linguísticos, artísticos e literários os métodos das ciências exatas. Para nós, antes de tudo, o que importa é não prescindir do extraordinário instrumento de raciocínio e trabalho que nos proporciona a Ciência. E, como Ciência, entendemos primeiramente um método rigoroso de obter-se o conhecimento seguro. A Ciência muda. O método científico, este é um instrumento permanente. E aplicável a todos os domínios do conhecimento, inclusive às ciências humanas. Ele consiste na observação cuidadosa e objetiva, na disciplina do espírito, no rigoroso respeito aos fatos, na humilde atitude diante dos dados da realidade, no exato controle dos processos de observação de modo a torná-los passíveis de verificação e de utilização de seus resultados por outrem.

Sob a égide desse espírito científico, é que edificaremos, nesta faculdade, o estudo, a pesquisa e o ensino de Letras, isto é, de Línguas e Literaturas, antigas e modernas, ocidentais e orientais. Nesse particular, não temos fronteiras nacionais, pois o que nos move é o pensamento no Brasil, em seu futuro engrandecido, na valorização do idioma que herdamos e do patrimônio literário expresso nesse idioma, que é nosso em comunhão com os nossos irmãos de Portugal. E confiamos que, à luz desse espírito científico, alijaremos de uma vez por todas aquela mentalidade superficial no trato dos problemas, oriunda do autodidatismo, da improvisação, do achismo, do opinatismo, contrária ao método e ao raciocínio lógico-formal.

E aliaremos esse espírito científico ao perfil humanista que alimenta a nossa Teoria da Literatura, segundo a qual é o homem a origem e o destino do fazer literário. E o fazer literário origina obras de arte de linguagem, pelo que a compreensão da língua que as veicula – o Português – é tarefa primordial. Tal projeto enquadra-se perfeitamente no esforço desenvolvimentista do País. Uma cultura, para ter validade nacional, necessita de ser global. E este é sem dúvida o grande desafio de nossa era e de nosso País: construir com auxílio da Ciência uma cultura humanamente qualificada.

☞ *Homenagem a Manuel Bandeira na Sessão de Saudade da Academia Brasileira de Letras (1968)*

Discurso pronunciado por Afrânio Coutinho na Sessão de Saudade a Manuel Bandeira, realizada na Academia Brasileira de Letras, em 17 de outubro de 1968. Este texto nos transmite a reverência, a amizade e o carinho que Afrânio Coutinho sentiu ao falar de um dos maiores poetas da Literatura Brasileira, que, como ele, lutou por uma educação de qualidade para os jovens do País.

MANUEL BANDEIRA

Que é o bardo?

É o poeta épico ou lírico, cuja ocupação é compor e cantar acerca dos feitos dos heróis ou dos deuses, ou dos fatos da história e da religião. Os bardos encarnam os ideais do grupo a que pertencem, falam a sua linguagem, interpretam os seus anseios, sentimentos e pensamentos. São expressões da coletividade, ou, para falar com Mallarmé, usam as palavras da tribo. Não é um sacerdote, mas simplesmente um poeta. Gozam de grandes privilégios, são respeitados pelos leigos,

pelos homens de Estado, pelos reis, pelos guerreiros. São intocáveis. Estão aí para profetizar as façanhas dos seus semelhantes. Todos se orgulham deles e os respeitam. E respeitam sobretudo a sua liberdade. O Rei Artur concedeu 940 privilégios e liberdades a sua corte de bardos. E não é incorrer na formosa bardolatria que cercou o nome de Shakespeare no século XIX reconhecer a necessidade do bardo na vida das nações, que se reveem neles, que aceitam a sua presença, porque ele traduz a alma do povo, graças a poderes especiais e a antenas poderosas que captam o sentimento coletivo. Há mesmo nos seus dons algo de misterioso, de mágico, de sobrenatural, que faz com que a sua inspiração provenha do lençol profundo que liga entre si os homens de uma coletividade.

Manuel Bandeira foi um bardo. Há poetas que são bardos, e há os que são apenas poetas. Gonçalves Dias, Castro Alves foram bardos, cada um à sua maneira, interpretando épocas de diferentes sentimentos, mas com igual força criativa.

Bandeira, nosso contemporâneo, que tanto nos honrou em viver entre nós, foi o bardo de nossos dias. Falava a nossa linguagem, interpretava nossos sentimentos, dizia o que todos nós queríamos dizer.

Não importava a temática ou o motivo lírico. Fosse falando da andorinha, fosse evocando sua cidade natal, fosse referindo-se a sua mãe preta, fosse reagindo contra as tropelias dos poderosos do momento (que passam mas a Nação fica), fosse castigando ou exaltando, era por nós todos que falava, em palavras simples por todos entendidas e reconhecidas como nossas, como nossa era aquela gargalhada franca de dentes em limpa-trilhos. Que bela figura de homem de espírito!

❧ *Discurso de Parainfo dos Bacharéis da Faculdade de Letras (1968)*

Discurso de parainfo pronunciado pelo Professor Afrânio Coutinho aos bacharéis da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1968. Certamente, este discurso, mais do que os outros, apresenta-se perpassado de emoção, pois, entre os formandos da primeira turma dessa faculdade, estava seu filho, Eduardo de Faria Coutinho. Mais uma vez, em seu discurso, Afrânio Coutinho, então diretor da faculdade, deixa claro seu posicionamento com relação à reforma universitária que continuava em processo de implantação e que, conforme acreditava, era fundamental para que se alcançasse uma educação de qualidade, formadora de um cidadão capaz de atuar na sociedade com eficiência.

É com sentimento de verdadeiro e insopitável orgulho que ocupo esta tribuna. Daqui mesmo, no início do ano letivo da Universidade, em nome dela e por delegação do magnífico reitor, tive a honra de pronunciar a aula magna de abertura dos cursos e, ao mesmo tempo, de instalação desta Faculdade de Letras.

Agora novos motivos acrescentam-se para justificar a minha satisfação. É que sou o parainfo da primeira turma de diplomados pela

faculdade, depois de haver sido o paraninfo da turma do ano passado, ainda saída da antiga Faculdade de Filosofia. Meu sentimento é assim redobrado, pela insistência da escolha, recaída no mestre que enxerga no gesto distinto um prêmio de sutil significação a galardoar a sua carreira.

Como se não bastasse, meus caros e jovens amigos, para encher o meu coração de dominadora emoção, há ainda um fato de natureza pessoal. Vejo entre vocês, colega não dos menos queridos, um que para mim é sobremodo querido – o meu filho. Devem avaliar todos quão tocante para mim foi o gesto de vocês sabendo que iriam defrontar-se, na cerimônia da diplomação, pai e filho, a receber um do outro a láurea consagradora dos estudos, que é também a chave da carreira. Sinto a delicadeza da atitude de vocês e acredito que o seu colega deve estar com igual compreensão, nesse instante em que sua alegria é apenas tisonada pela maldade do destino, que não permitiu a aqui a presença de uma pessoa amada, a grande ausente de seu coração.



Minhas senhoras, meus senhores, senhores professores e alunos.

Nossa faculdade está de pé. Proclamá-lo é outro motivo de grande orgulho para mim. Vencemos um ano duríssimo. E o vencemos graças à boa vontade, ao espírito de sacrifício, ao desejo de cooperação de todos que aqui viveram: professores, funcionários, alunos. Proclamo-o alto e bom som: honra lhes seja a todos feita. Ficará nos anais desta faculdade o nome de todos os que, movidos por ideal comum, o de construir uma unidade universitária, uma instituição de ensino, aqui trabalharam, suportando os maiores desconfortos e perigos, apenas com ligeiras diferenças de opinião na maneira de

encarar os problemas e soluções. Jamais será olvidada a dedicação, todos fechando os olhos ante as dificuldades e aceitando dar e receber aulas em locais absolutamente impróprios, as famosas “salas” de aula do galpão em meio às lagoas, que o espírito estudantil marcava com convites ou proibições à pescaria! Foi muita coragem, muito peito, diria melhor em termo de glória, haver aceito aquela situação, quando poderíamos ter permanecido ainda este ano no antigo anexo. Mas era necessário ocupar o prédio, não nos restava outra alternativa, e hoje há que concordar termos tido razão na escolha.

E tivemos razão não só por isso, quero dizer, não só por haverem sido coroados de êxito o nosso esforço e a nossa paciência, hoje estando de posse de um edifício que vai honrar a universidade pelas suas instalações e pela sua localização. Ademais, resolvemos a situação de muitos professores, outrora abandonados, criamos um corpo de funcionários que honra a universidade e demos uma estrutura pedagógica original à nossa unidade.

Há ainda outro aspecto a registrar. O corpo a corpo aqui vivido por professores, alunos e funcionários, a guerra diária para resolver problemas, para encontrar onde dar aula, para superar crises, para estabelecer boa convivência entre professores e alunos, para corresponder às reivindicações estudantis, na maioria justas, esse corpo a corpo constante só teve uma consequência, e esta benéfica: dele resultou criar-se a faculdade. Foi ele que gerou o tecido conjuntivo que conglomerou as diversas partes componentes de uma instituição de ensino, que deu início àquilo que no futuro será visto como a nossa tradição, os traços de nossa fisionomia moral.

Em função da reforma universitária em curso de implantação no Brasil, aqui se fez a experiência de uma completa revolução no ensino, tanto na organização da estrutura e no sistema da faculdade, quanto nos métodos de difusão e de aferição de aprendizagem.

Não foram poucos e ainda não terminaram as dificuldades. Houve que produzir a adaptação das mentalidades, moldadas pelo sistema antigo, às novas situações. É mister muita paciência para lograr-se um ajustamento às novidades. Mas o Brasil está a exigir esse esforço dos seus filhos, sob pena de continuar caudatário da civilização e estado de subdesenvolvimento.

Sobretudo não esqueçamos que somos um país jovem e com uma maioria de jovens em sua população. Não podemos, pois, amarrar-nos aos nossos preconceitos e ideias feitas, mesmo que sejam respeitáveis princípios, para reagir contra forças novas com a aparência de subversivas aos nossos hábitos. Toda renovação – qualquer que seja o seu terreno de atuação – é subversiva. As grandes mudanças de civilização e época foram todas revolucionárias no bom sentido. Ao abrir os caminhos marítimos, ao inventar a imprensa e a bússola, ou ao inventar a energia atômica e lograr atingir a lua, o homem está sendo revolucionário em relação aos padrões anteriores. Nisso, reside o progresso. E os que se aferram ao passado sempre foram devorados. Joana D'Arc e Galileu, Harvey e Copérnico, Pasteur e Freud, Cervantes e Proust, Dante e Shakespeare foram revolucionários, porque criaram novas ordens no terreno estético ou político. Subversivo em alto grau foi Jesus Cristo. Tiradentes foi visto como tal pelos donos de sua época e é hoje um dos pais de nossa Pátria.

Os que não aceitam essa tese falam em terrorismo cultural. Nesta faculdade, sob a direção de quem fala, jamais se fez nem se fará terrorismo cultural. Aqui só há uma forma de terrorismo cultural: contra a burrice e a ignorância. É natural que se sintam pressionados de fora para dentro os que, pela sua própria situação cultural, se prendam a fórmulas mortas e cediças, que o progresso destrói implacavelmente.

E isso ocorre de hábito com os fanáticos da esquerda ou da direita. Jamais, em toda a minha vida, aceitei essa divisão da humanidade

em dois blocos adversos da direita e da esquerda. Por isso, fui uma eterna vítima de ambos os grupos. Para os da direita, sou um comprometido com a Revolução ou um inocente útil, como se somente eles soubessem dirigir os seus próprios passos. Para os da esquerda, sou um reacionário ou um vendido às forças capitalistas, como se eles tivessem o monopólio do patriotismo.

Sempre me recusei a ser enfeudado em qualquer desses grupos. Acredito antes que pertenço às forças progressistas, que estão a meu ver situadas nem à direita nem à esquerda, porém além das duas. Há elementos de ambos no meu pensamento. Se defender a ordem e a autoridade, a tradição e a lei é ser da direita, então eu seria da direita. Se advogar a justiça social, o progresso, a liberdade, o bem-estar e a educação para todos, a destruição do monopólio da riqueza é ser de esquerda, eu seria da esquerda. Mas, em verdade, não sou nem da esquerda nem da direita, porque não sou ortodoxo, não sou fanático, porque procuro defender a minha independência e capacidade de pensar. As ideologias – da direita e da esquerda – são a morte do raciocínio. São a liquidação da lógica e da clareza do pensamento. São a destruição da liberdade interior. O fanático, mesmo agindo em função de princípio – e o inferno está calçado de boas intenções e muita gente matou em nome de princípios –, o fanático é um autômato, é um títere nas mãos de chefes ou de grupos, executando ordens que lhes parecem corretas, mas que às vezes podem ser a da execução fria dos próprios familiares, como tem acontecido nos países sob regime totalitário de esquerda ou de direita.

Eu não sou da direita nem da esquerda, porque sou um homem livre. Para mim, esquerdista e direitista são a mesma coisa, os mesmos deformados morais, os mesmos ressentidos, os mesmos irrealizados, que tentam satisfazer os seus ressentimentos ou substituir as suas frustrações. Mestre Maritain já disse deles uma palavra definitiva: são os dois chifres do mesmo demônio.

Esta direção, enquanto estiver em minhas mãos, jamais se deixará guiar pelas cabeças da direita nem da esquerda. Procurará ter paciência com elas, porque é próprio da natureza humana o erro de perspectiva, mesmo que estejam convencidas da certeza.

E norteado por essa norma foi que conseguimos atingir esta hora. Atravessamos tempestades, incompreensões, riscos, choque, mas não perdemos uma só vez a calma e a severidade, mesmo quando, de um lado ou do outro, lançavam-se apelos ou faziam-se pressões no sentido de deixar que o barco pendesse para boroeste ou para bom-bordo. Sinto-me feliz de haver resistido, mesmo precisando ser duro por vezes. E advirto aos fanáticos de todas as farinhas que assim será para adiante. — Não se enganem. No respeito à lei e às autoridades constituídas.

Sem isso, meus jovens colegas e afilhados, não estaríamos talvez aqui hoje, nesta solenidade tão grata ao meu coração. Teríamos sido parados em meio à jornada, tantas foram as ameaças de tempestade, em circunstâncias inteiramente desfavoráveis, quando o barco poderia ter sossobrado, perdendo-se tudo o que já havíamos conquistado.

Meus caros amigos. Vocês vão iniciar uma carreira nem sempre fácil, nem sempre compensadora. Mas vale a pena, pelas alegrias interiores que traz, pela contribuição inestimável que dá ao progresso de nosso País — o Brasil precisa de professores, como de técnicos.

Nossa ausência tradicional de universidade criou no Brasil uma mentalidade amadorística, fruto da qual a regra geral é a improvisação, o faz de conta, o jeitinho. Somos avessos ao planejamento, à organização, ao espírito profissional. Dotados de inteligência invulgar, acostumamo-nos a resolver os problemas à custa de acomodações, sem técnica, sem método. Somos uns biscoiteiros irresponsáveis na maioria das profissões e dos profissionais.

Por isso, é culpada a falta de universidade durante a nossa formação de povo e de Nação. Nosso homem médio é um incompetente. Não sabe abrir gavetas ou janelas, não consegue andar bem na rua, não sabe raciocinar com lucidez. Se possui automóvel, não sabe dirigir-lo nas ruas com observância mínima das regras do tráfego, porque aprendeu a dirigir pelo telefone do Rio para Niterói.

Isso tudo é a educação que fornece. Mas uma educação de anos, de séculos. Uma educação que sedimenta, que cristaliza, que cultua, que amacia. Uma educação que faz com que o indivíduo, como disse Valéry, esqueça o que aprende, porque o incorpora ao sangue e à carne.

E a universidade é centro de todo sistema educacional válido e construtivo. Da universidade, é que sai o homem médio produtivo. O homem que, compondo a grande massa da população, sabe fazer as coisas que lhe competem, mas sabe fazê-las bem, porque aprendeu e não porque é um curioso, que as executa de outiva.

Aguarda-lhes, meus caros, uma tarefa assaz importante para o nosso País. A de ensinar, a de preparar pessoas. Mas isso vocês não poderão realizar bem se não procurarem ao mesmo tempo destruir a mentalidade do faz-se-conta, da fraude, do meio termo, da acomodação, do jeitinho. Temos que aprender a fazer bem as coisas. Porque tudo se aprende. Vocês tiveram aqui, através do ensino modernizado de Letras que procuramos estabelecer em nossos cursos, uma prova de que até a fazer poesia se aprende.

Ninguém pode ser outro Carlos Drummond de Andrade. Ninguém lhe repetirá a experiência poética, ninguém o repetirá. Porque há um dado pessoal irredutível e intransferível no grande poeta.

Mas há muito no processo poético que se aprende e se apreende. Ao estudioso, não escapam os artifícios, as técnicas, os recursos a que se submete o poeta como um grande artesão. Há um lado de *fazer*,

com regras a que o poeta, mesmo o grande poeta, se submete para tornar a sua poesia mais eficiente e bem-sucedida.

Vocês terão por missão ensinar Letras e Línguas a fim de tornar o nosso País cada vez mais rico de possibilidades e meios de desenvolvimento. Não basta que se multipliquem e aperfeiçoem os seus instrumentos técnicos. Faz-se mister imperiosamente que os recursos humanos sejam aprimorados, tornados aptos, afeiçoados às exigências do mundo nessa hora de esplêndidas realizações da civilização industrial. Faz-se preciso que o homem brasileiro se torne à altura da época, pois isso é que é ser civilizado. E não há outro caminho para essa meta do que a educação.

Vocês terão na mão para plasmar a massa ainda informe do homem médio no menino do nível secundário. Aí, o seu campo de batalha. Que é uma batalha, e árdua, não tenham dúvida. Mas não desanimem logo de saída. O princípio é mais difícil. Depois, os recursos se consolidam, a personalidade se enrija, e vocês dominarão as dificuldades.

Jamais se esqueçam de que estão tratando com pessoas humanas e não com autômatos ou mecanismos. Mesmo porque até as máquinas são dotadas de sensibilidade. Muito professor fracassa, porque não considera esse elemento da equação. E entra na classe como furacões a levar tudo de roldão, a pisar as almas alheias, despejando sobre elas muita vez os seus complexos e recalques, a encará-las como seres inferiores a ser domados pela brutalidade e violência de linguagem. Dia virá em que aparecerá o meio de a educação se defender desses perturbadores incorrigíveis do processo educacional.

Jamais percam de vista essa regra de ouro que aqui lhe ensinaram: Língua e Literaturas se ensinam no texto. E estoura regra não menos áurea: mais vale o aluno aprender no curso médio a ler e escrever, do que a decorar regrinhas de ortografia e terminologias gramaticais a respeito das quais nem mesmo os filólogos se entendem.

O ensino de Português no Brasil nos últimos decênios reduziu-se ao aprendizado da ortografia, da acentuação, da análise gramatical, ou dessa coisa ridícula que é a memorização de sinônimos, antônimos, gentílicos, ou então o desdobramento dos ordinais em cardinais e vice-versa.

Ensinar a ler conforme as regras da caligrafia e a escrever com fluência e decência, isto é que não se faz, porque dá muito trabalho.

O texto é o mestre supremo. Usando o texto, explorando-o em todas as direções, fazendo lê-lo, comentá-lo, interpretá-lo, analisá-lo com inteligência nos seus aspectos estruturais – seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista literário –, o professor torna o aprendizado de Letras um real prazer para o espírito, um imorredouro enriquecimento, um inesquecível e fecundo instrumento de domínio na luta pela vida.

Meus jovens mestres. Vocês constituem a primeira leva de professores saídos da nova Faculdade de Letras, a primeira do Brasil, fundada graças à compreensão da atual administração superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à cuja frente está o eminente Professor Moniz de Aragão.

Sua magnificência e seus diretos auxiliares, os nobres vice e sub-reitores, estão empenhados na implantação da reforma universitária, que vem imprimir rumo novo e dinâmico ao ensino superior em nosso País.

Todos assistimos ao esforço dessa alta administração na aquisição e adaptação deste majestoso edifício para a instalação de nossa faculdade.

Nosso ideal é transformar nossa escola num grande centro nacional de estudos, pesquisas e ensino na área de Letras – Línguas e Literaturas –, nos planos de graduação e pós-graduação. Tudo nos propõe ou nos encaminha a esse destino, contanto que nos unamos,

desprezando os preconceitos e os interesses pessoais que só tragam divisões estereis.

A vocês, meus jovens colegas, aqui formados e daqui saídos, a primeira turma da faculdade, sob a inspiração do ideal que viram nascer e medrar como planta ainda tenra, peço eu levem para onde forem a boa nova de que há algo diferente no ensino de Línguas e Literaturas a ser divulgado e adotado no País para o seu engrandecimento. Digam por aí que ensinar Literaturas não é memorizar datas, nomes de autores e títulos de obras, como ainda fazem pseudograndes mestres. E que ensinar Línguas não é papagaiair nomes e classificações de categorias gramaticais.

Aí estão a ciência contemporânea da Linguagem e a ciência atual da Literatura. Ambas têm muito a ensinar no Brasil para violentar essas mentalidades empedernidas com o escândalo das suas noções. Mas essas mentalidades não têm mais conserto. Abandonemo-las aos seus preconceitos. Cuidemos dos jovens e futuros alunos e professores. Só acredito em gente jovem. O Brasil é em sua maioria de jovens. Os jovens, mesmo quando errados, têm razão. Porque são o *élan*, o entusiasmo, a fé, a renovação. É preciso crer neles. Fornecer-lhes razões de crer na vida, no futuro, em si mesmos. É preciso não decepcioná-los. É preciso fazer-lhes ver que, como diria o nosso Machado de Assis, tudo está perdido no naufrágio das ilusões.

O Brasil, ninguém mais consegue detê-lo nessa marcha para ser um grande país. Nem os reacionários, nem os revolucionários. Ele cresce e se desenvolve a despeito de sua classe dirigente em decomposição. Eu só acredito numa revolução para nosso País: aquela que formará quadros de homens válidos, renovados, competentes, produtivos, para assumir a liderança nacional no lugar dessa elite falida que, há 20 anos, exhibe a sua incompetência, impedindo que o País tirese partido do após-guerra, ao contrário fazendo-o perder a paz depois de haver ajudado a ganhar a guerra.

Continuem a preparar-se, meus caros e jovens mestres, pois o preparo que aqui recebeste ainda não foi o ótimo que desejaríamos. Não parem de estudar, porque ensinando é o melhor meio de aprofundar estudos. Aperfeiçoem-se, vão ao estrangeiro com bolsas, porque nada substitui um curso em universidades estrangeiras. Não deixem que se estiolem em vocês a curiosidade e o gosto de aprender sempre e cada vez mais. A aventura maior do espírito é essa constante janela aberta para o conhecimento. Morre-se aprendendo. Vive-se melhor com o espírito aberto a todos os quadrantes, absorvendo o que a inteligência humana cria nesse jogo supremo de criar. Agora mesmo estamos testemunhando – glória nossa! – essa aventura fantástica de três homens dar a volta à lua! Que mais nos espera, que mais vocês, jovens, assistirão boquiabertos nessa invencível batalha humana do espírito que nada detém, nem vence?

Isso é a inteligência, meus caros, o uso da inteligência, o maior dom, o maior prazer do homem. Não deixem que esmoreça em vocês o prazer da inteligência, da vida do espírito, do gosto do saber. Não consintam que o hábito – esse terrível inimigo do homem – mate em vocês as reservas de energia mental que vence as rotinas e estimula as alegrias criadoras. Não deixem que o sentido da qualidade seja dominado pelo peso da quantidade, que desgraça maior não nos pode acontecer.

Meus caros amigos. Eu lhes agradeço do fundo da alma a distinção da sua escolha, única em um diretor de escola neste momento conturbado de nossa vida. Vejo nisso o apoio, o aplauso, o estímulo, que dos jovens jamais falta, pois é deles a generosidade, ao mestre que, apesar dos embates da vida e dos golpes do destino, não envelheceu, e mais ao mestre a quem coube simbolizar os esforços de toda uma equipe de professores, funcionários e estudantes no erguer uma nova instituição de ensino universitário. Ao agradecer-lhes por todos e por

mim, quero dizer-lhes que a confiança não será traída, e que aqui me encontrarão com o mesmo entusiasmo e dedicação, sem medir consequências nem temer perigos, movido por um só pensamento, o ideal de servir a Pátria, dando-lhe um instituto de ensino de nível superior que será um modelo na preparação dos nossos estudiosos de Letras e Línguas.



Meus amigos e afilhados.

Há um sentimento nos jovens que irrita muita gente adulta e por isso mesmo irremediavelmente envelhecida. É aquele que o ensaísta inglês Hazlitt denominou o sentimento da imortalidade. O jovem não pensa que vai morrer um dia, pois ele possui o sentimento da eternidade. Ser jovem, acentua Hazlitt, é ser como um dos deuses imortais. Nisso, estão tesouros da juventude. O tempo é a seu favor, como se estivesse parado. Tudo lhe pertence, o agora e o amanhã. Diante dele, estende-se uma paisagem de horizonte sem fim. Tudo é novo, a vida é como se fosse por ele descoberta. As reservas de energia são tantas, que se sente no direito de desperdiçá-las ou malbaratá-las, na certeza de substituídas.

Os jovens são o sol da terra. A eles se deve o antídoto da rotina, da falta de estímulo e entusiasmo, da corrupção, da acomodação, do conformismo. Os jovens são a inquietação, que conduz, que germina, que impulsiona, que alegra a vida. O Brasil precisa de sua juventude. Precisamos de sua colaboração, de seu estímulo, de sua fiscalização. Aqui nesta casa, que é deles, terão sempre o lugar de destaque indispensável à construção de uma entidade progressista e renovadora. Que eles tragam sempre à cooperação com os mais velhos um espírito construtivo em bem da Pátria são os votos de quem acredita neles e

os quer a seu lado em todas as tarefas de construção e organização de nossa faculdade. Não queremos uma instituição imobilizada por preconceitos e ideias feitas. Mas – e aqui é a advertência que faço aos nossos jovens – não queiram corrigir a imobilidade que possam, com ou sem razão, enxergar em certos superiores universitários e representantes da autoridade suprema, pela destruição sistemática, pela provocação ao conflito, pela ausência de cooperação e entendimento. Nem todos são adeptos de um conservantismo radical. Mas tampouco o radicalismo oposicionista é fecundo. Qualquer forma de radicalismo é destrutiva. Queremos que um espírito responsável domine jovens e seus mais velhos. Estamos com reformas profundas em curso no sistema universitário brasileiro. A colaboração de todos se impõe, sob pena de incorrermos em alienação. E há uma alienação dos alunos que se recusam a colaborar e outra alienação dos mestres que se enraízam nas suas posições estabelecidas, que julgam corretas. Tanto o burguês que se agarra à sua ordem como o radical que tenta destruir a civilização burguesa não sentem que a violência nada constrói, e ambos são violentos que não raciocinam, e ambos constituem minoria alienada, corrosiva da paz social e improdutiva porque irada.

Fugindo aos extremos e aos extremismos, na tolerância, na simpatia para o que seja contribuição renovadora válida, na resistência a ser enfeudado aos ismos da hora, foi a minha vida de intelectual, de professor, de escritor. Aqui nesta casa, procurarei seguir esta linha, que é a de um certo humanismo, baseado na crença e no respeito da pessoa humana e sua liberdade, sua responsabilidade, sua criatividade. A pessoa humana que o Cristo dignificou no Sermão da Montanha, e sobre a qual foi levantada a civilização ocidental.

Meus queridos afilhados, sejam muito felizes!

❧ *Discurso à Saída do Féretro do Professor Thiers Martins Moreira (1970)*

Discurso proferido pelo Professor Afrânio Coutinho, à saída do féretro do Professor Thiers Martins Moreira da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1970. Trata-se de um discurso emocionado de despedida a um amigo e professor da Faculdade de Letras.

Meu querido:
é, de propósito, Thiers, que eu uso aqui, agora, esta expressão que lhe era tão cara — meu querido — e que os teus amigos tanto recebiam de tua alma terna.

Thiers querido, a tua faculdade, os teus colegas, os teus discípulos, os teus amigos — que todos aqui te admiravam e te amavam — pela minha palavra te dizem o seu último adeus!

Quisemos que tivestes nestes derradeiros momentos o agasalho de tua faculdade, desta casa que tanto amastes, pela qual tanto te batestes, a casa que foste o primeiro a sugerir para nossa sede, a casa que tanto falava ao teu coração, porque falava do teu amado Portugal. E estou muito feliz, meu querido, por teres tido nesta hora, triste para todos nós, o *décor* que eu sei mais poderia agradecer-te sob o signo

destes belos versos do teu admirado Fernando Pessoa, que tantas vezes te vi ler e exaltar.

Meu Thiers, os teus amigos não te esquecerão!

❧ Homenagem a Clementino Fraga na Sessão de Saudade da Academia Brasileira de Letras (1971)

Discurso proferido na Sessão de Saudade a Clementino Fraga, realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1971. O texto do Acadêmico Afrânio Coutinho nos deixa com a sensação de que o título “Sessão de Saudade” dado ao evento onde pronunciou este discurso é perfeito... Por suas palavras, podemos sentir o quanto admirava o mestre e o vazio que sua presença amiga deixara na vida do discípulo.

Sr. Presidente, senhores acadêmicos:
ao tomar parte hoje na Sessão de Saudade em homenagem a Clementino Fraga, eu cumpro um dever cívico, mas, ao mesmo tempo, curvo-me diante da memória de uma pessoa amada. Todos sabem nesta Casa que acabo de perder um pai espiritual. O afeto que nos ligava era profundo, há cerca de 40 anos, reforçado nas últimas décadas. E a admiração que lhe dedicava e dedico é dessas que jamais tiveram um instante sequer de esmorecimento. Permanece Clementino Fraga à galeria dos maiores brasileiros de todos os tempos.

Um dos traços mais característicos de sua personalidade era seu senso de comando. Era um chefe. Ainda moço na Bahia, soube fazer-se um chefe de escola. Sua cadeira Clínica Médica na Faculdade de Medicina, a sua e minha querida faculdade, transformou-se num viveiro de formação de médicos e professores que se espalharam pelo Brasil, exibindo a marca bem nítida da escola. Na Faculdade de Medicina da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, para onde se transferiu, teve oportunidade de repetir o feito, criando uma nova escola médica, da qual saíram discípulos de alto porte, a começar pelos seus dois gloriosos filhos, aqui presentes.

Na administração pública, ocorreu o mesmo, nas duas vezes que teve ocasião de servir: na Diretoria do Serviço Nacional de Saúde Pública, ao mesmo tempo do Presidente Washington Luís, e na secretaria de Saúde e Assistência do antigo Distrito Federal. Em toda a parte, era o chefe, o comandante, seguido e ouvido pelas suas equipes. Um chefe é isto: é o homem de magnetismo pessoal que inspira confiança aos subordinados. Estes sabem que ele jamais falhará e no momento necessário pronunciará a palavra própria de comando e a decisão adequada ou o ensinamento oportuno. Fraga era assim. Jamais falhava aos seus comandados, que o viam como cercado de uma aura de forte espiritualidade. Era um homem, na acepção plena.

Mas também um homem de espírito. É hoje fora de moda, bem o sei, dizer-se de alguém que é um homem de espírito. Tenhamos a coragem de ser *démodé*. Fraga era o completo homem de espírito, no modelo que o século XVIII francês deu ao mundo. Era o *bel esprit*, cultivado ao extremo no trato das boas letras, do pensamento filosófico e moral de todas as latitudes. Era o humanista sempre apto a meditar sobre a coisa humana com perspicácia e finura. Era o moralista clássico debruçado sobre o espetáculo da vida. Provam-nos as páginas admiráveis de seus livros, nos quais o tratamento dos

problemas da vida e da morte mostra que constituíam eles a sua preocupação diuturna, mormente nos últimos anos da existência, quando o ócio do aposentado lhe era propício às elucubrações da sua peregrina inteligência.

Homem de espírito, educado nas letras humanas – às quais nada de humano é estranho, como disse Terêncio –, Fraga era um homem de letras. Sua presença na Academia não era apenas a de um expoente da sua especialidade, como foi o caso de muitos. Fraga aqui estava também por direito de homem de letras, que o era, e exímio. A sua contribuição literária se imporá ao futuro estudioso de sua obra, não somente quanto ao erudito, mas sobretudo ao criador, como nas *Páginas de Outono* e *Reencontros Imaginários*. Aí, estão bem claras as suas qualidades de notável estilista e pensador. Mas há uma parte da sua produção que não é ainda conhecida e que virá um dia, quando publicada, completar o juízo sobre sua figura impar. É a do epistológrafo. Fraga primava na correspondência. Cuidava delas como o ourives. E são verdadeiras joias de fino labor.

Sr. Presidente, certa feita, já lá vão perto de 30 anos, ainda estava longe de pertencer a esta Casa ilustre e que é para mim tão grande motivo de orgulho, dizia-me Mestre Fraga que me preparasse para entrar na sua vaga. Respondi-lhe então: “Isso não, vai demorar muito!” Para bem de todos nós, acertei na profecia. Já estou aqui há quase dez anos. E pudemos gozar da companhia, da convivência daquele grande espírito através dos longos anos de sua gloriosa e lúcida velhice. Um prêmio para os que tivemos essa ventura!

❧ Prêmio Machado de Assis (1973)

Discurso proferido por Afrânio Coutinho na ocasião da concessão do Prêmio Machado de Assis a Andrade Muricy (1973). Afrânio Coutinho, neste discurso, exalta as qualidades do condecorado, chamando particularmente a atenção para o fato de ser ele “o maior conhecedor e crítico do movimento simbolista brasileiro”, e ressalta sua participação no movimento modernista carioca.

A Academia Brasileira de Letras galardoava hoje com a mais ilustre láurea brasileira, o Prêmio Machado de Assis, o nobre trabalhador das Letras Nacionais, o confrade, Jose Cândido Andrade Muricy.

A personalidade de Andrade Muricy, esse paranaense tranquilo, é caracterizada pela serenidade e o equilíbrio. Não é dos exaltados e extrovertidos, ao contrário pertence à família dos bichos de concha, mais à vontade na conversa nos gabinetes e no trato silencioso dos papéis velhos e velhos livros, do que nas reuniões sociais ou aglomerações festivas. Bem compreendo como a sua timidez e a sua sensibilidade devem estar sendo postas à prova neste momento.

Desde muito cedo revelando pendores para o cultivo da música, acostumou-se aos longos momentos de solidão, entregue horas a fio aos exercícios de aprendizado. O mesmo *tête-à-tête* estendeu imediatamente à Literatura. E com essas duas companheiras ideais ligou a sua vida de homem solteiro.

A surdina foi o clima de sua vida. Nunca chamou a atenção sobre si. A sua obra literária – Romance ou Ensaios – caracteriza-se por esse tom de surdina. É para ser apreciada no meio-tom e à meia luz, no canto de uma sala, sem companhia.

Compreende-se daí o seu gosto pelo Simbolismo, literatura de entretons e claro-escuro. Andrade Muricy nasceu talhado para ser o que é hoje a maior autoridade em Simbolismo brasileiro. Nada nessa escola lhe é estranho. Não erraria muito se afirmasse que ele dá a impressão por vezes de ter saído das páginas do *A Rebours* de Huysmans após longos papos com Des Esseintes.

Nasceu Andrade Muricy em Curitiba, em 1895, tendo-se bacharelado em Direito, em 1919, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi professor, advogado e jornalista. Dedicou-se à Crítica literária e musical, tendo sido professor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e crítico musical do *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro, durante muitos anos. Foi também diretor do Teatro Municipal.

Sua obra divide-se por diversos gêneros. Romancista, publicou *A Festa Inquieta* (1926), obra de análise psicológica de fina fatura. Musicista e crítico musical, exerceu a Crítica musical do *Jornal do Comercio* desde 1937, numa atividade consagradora pela continuidade e alto nível, seriedade e competência, de todos reconhecidos. São testemunhos as duas séries de *Caminho da Música*, de 1946 e 1951, que reúnem os seus ensaios, espelhando a atividade musical em nosso meio com o gosto cultivado de um *expert*. Também é autor de um notável estudo sobre *Vila Lobos* (1961), de quem foi íntimo amigo. Crítico literário, a vasta obra que publicou o situa entre os melhores críticos brasileiros: *Emiliano Perneta* (1919), *Alguns Poetas Novos* (1918), *O Suave Convívio* (1922), *Silveira Neto* (1925). Em *O Suave convívio*, estão alguns ensaios críticos da mais elevada qualidade, fruto de sensibilidade apurada e agudo senso crítico.

Andrade Muricy é atualmente, como disse, o maior conhecedor e crítico do movimento simbolista brasileiro. Atenta-o o estudo geral publicado em *A Literatura no Brasil* (Direção de Afrânio Coutinho, vol. IV, 1969), visão panorâmica da Poesia e Crítica simbolistas, trabalho que se destaca pela visão crítica de conjunto, raramente feito entre nós sobre uma escola ou estilo de época.

Mas como estudioso do movimento simbolista, a Andrade Muricy devemos uma obra monumental, o *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*, editado em 1952 pelo Instituto Nacional do Livro, em três magníficos volumes. Crítica e antologia ao mesmo tempo, esta obra constitui uma contribuição inestimável aos estudiosos, resultado de pesquisa árdua e esgotante, ao mesmo tempo que de senso crítico penetrante e abrangente. É uma obra que, em qualquer cultura, deve ser colocada na primeira plana dos livros indispensáveis de historiografia literária.

Andrade Muricy participou do movimento modernista, membro destacado do grupo da revista *Festa*, com Barreto Filho, Tasso da Silva, Francisco Karan, Adelino Magalhães, Cecília Meireles e outros. Sobre o Modernismo, publicou uma excelente antologia, denominada *A Nova Literatura Brasileira* (1946). É a primeira a reunir com objetividade a contribuição literária modernista.

Ainda a culminar a atividade literária de uma vida dedicada à Literatura, Andrade Muricy tem sido editor e preparador de textos. Disso, resultaram contribuições que o tornam ainda maior credor dos estudiosos das letras: as edições das obras de Emiliano Pernetta, B. Lopes e Cruz e Sousa, contribuições que confirmam o juízo de que Andrade Muricy é o maior conhecedor do Simbolismo brasileiro, sobre o qual reuniu a vida inteira um arquivo primoroso.

Em que pese à opinião de nossos confrades paulistas, o movimento modernista não é restrito a nenhuma província brasileira. Estão

sendo levantadas as histórias dos movimentos modernistas das províncias, alguns com qualidades bem próprias e específicas, independentes do movimento paulista. São Paulo, por condições sociais e econômicas, foi o abcesso de fixação de todo um movimento estético de âmbito nacional, resultado da modernização da consciência nacional, expresso inclusive politicamente. Limitá-lo à área paulista é reduzi-lo de proporções e significado, o que não podemos aceitar quando quer que o encaremos de uma perspectiva nacional.

Exemplo típico do que afirmo foi o movimento carioca em torno da revista *Festa*, a partir de 1928, data dos seus primeiros números, porém resultado de longa gestação anterior no seio do grupo antes referido.

Pois bem, se examinarmos a doutrina de *Festa* e a obra poética, publicada sob sua inspiração, de alguns dos membros do grupo, como Tasso da Silveira, Francisco Karan ou Cecília Meireles e Murilo Araújo, bem como a obra crítica de um Andrade Muricy ou um Barreto Filho, sentiremos com segurança que os seus traços fisionômicos nada têm a dever à influência do movimento paulista. *Festa* é o oposto do ultranacionalismo, do antropofagismo, da violência formal, da subversão estética, da revolução ruidosa, do piadismo osvaldiano, do cabotinismo escandaloso de muitos. *Festa* é estética intimista, de espiritualidade, de leveza, de sutileza, de surdina, de tradicionalismo dinâmico. *Festa* ocupa lugar de relevo em nosso movimento modernista. Como o grupo carioca também peculiar de Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Teixeira Soares. Como o grupo da revista *Estética*, de Rodrigo Mello Franco. Como os diferentes grupos de Belém, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, etc.

O movimento modernista, se for reduzido ao grupo de São Paulo, ficará diminuído na sua enorme variedade, riqueza e caráter nacional.

A Academia reconhece isto por já haver acolhido ao seu meio personalidades de escritores de variada tendência modernista, inclusive de São Paulo, pois nem todos os paulistas oferecem a mesma característica.

Quanto ao grupo de *Festa*, a Academia já distinguiu com o Prêmio Machado de Assis a Tasso da Silveira, Adelino Magalhães, Murilo Araújo, e com outra láurea a alada Cecília Meireles.

Agora, com toda a elevação, distingue Andrade Muricy. Com isso, a ilustre Instituição também se honra. Faz justiça a toda uma vida dedicada à Literatura e à Música, como crítico, como erudito, como romancista, uma vida que tem na arte a sua razão de ser.

❧ *Discurso de Posse na Faculdade de Letras (1974)*

Discurso no ato de posse do Professor Afrânio Coutinho como diretor da Faculdade de Letras, a 10 de maio de 1974, na Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com muita clareza, Afrânio Coutinho menciona, neste discurso, todas as melhorias alcançadas até aquele momento, como, por exemplo, a criação da Biblioteca José de Alencar, e agradece a todos — professores, alunos e funcionários — que colaboraram na luta pela implantação da reforma universitária, considerada por ele como imprescindível para o progresso da educação brasileira.

Este ato de posse, magnífico reitor, constitui uma sobrecarga de responsabilidades e obrigações em quem cultivou, toda a vida, a religião do cumprimento do dever. Receber de vossas mãos honradas, magnífico reitor, por delegação do Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, e de S. Exa. o Sr. Ministro da Educação e Cultura, Senador Nei Braga, cuja confiança muito me desvanece, e espero não desmerecer, o cargo, em caráter efetivo, de diretor da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual já vinha interinamente servindo havia seis anos, se, por um lado, é uma honra e um prêmio aos esforços até agora despendidos, também encerra uma advertência para que não esmoreça na difícil e pesada tarefa de dirigir uma

importante unidade universitária, hoje, embora nova, das maiores da universidade.

Ao receber dos meus eminentes e queridos amigos, os Professores Raymundo Moniz de Aragão e Clementino Fraga Filho, a incumbência de transformar o Departamento de Letras da antiga Faculdade Nacional de Filosofia em uma Faculdade de Letras, disse eu ao primeiro deles que só aceitaria o cargo para realmente construir uma unidade, e não apenas para ser aquilo que mais detesto – um diretor que se reduzisse à rotina de assinar matrículas e transferências. Assegurado de que esse era realmente o propósito da reforma universitária que ele, Aragão, em tão boa hora criara como ministro, a melhor reforma até hoje do nosso ensino superior, não tive dúvidas em aceitar e meter mãos à obra.

Se foi coroada com êxito a tarefa, dirão os observadores imparciais. O que resiste a qualquer contestação é o fato de que a Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro é, na atualidade, um centro de estudos linguísticos e literários que inspira respeito e admiração em todo o País.

Dos 200 e poucos alunos do antigo Departamento de Letras, passamos para 2 mil em nível de graduação e cerca de 300 em pós-graduação. Onze são os seus cursos de graduação, estimulados os tradicionais, revalorizando os que estavam praticamente inexistentes, como os de grego, alemão, italiano, espanhol, e criados novos como os de russo, hebraico e árabe. Os professores passaram de 40 e poucos para cerca de 150.

A estrutura pedagógica da faculdade obedeceu aos ditames da reforma universitária, baseando-se na variedade e flexibilidade de currículos, no sistema de créditos, no número reduzido de alunos em cada disciplina, com um numeroso professorado, e a utilização de aparelhagem de audiovisual e laboratórios de língua.

Meses foram consumidos, em 1966, em trabalho acurado, na tarefa de planejar e estruturar a nova unidade, reunindo o Professor José Carlos Lisboa, a quem presto neste momento as minhas homenagens pela sua capacidade de trabalho, sua visão e alto espírito de dedicação e cooperação; o Professor Thiers Martins Moreira, a cuja memória rendo o meu preito de profunda saudade, pela sua arte da composição e convivência, pela sua fina inteligência e argúcia crítica; e quem vos fala.

Problema também de envergadura, que teve de ser enfrentado e resolvido, foi o da instalação. O Departamento de Letras vivia no edifício do antigo Tribunal de Recursos em condomínio com repartições da polícia e do judiciário, o próprio prédio condenado por ameaça de arruir, com salas interditadas. À disposição dos cursos, havia apenas quatro salas, impróprias, sem um mínimo de conforto exigível. É incrível que aquilo tenha permanecido anos a fio sem que se dessem conta os responsáveis pela educação brasileira.

Graças à interferência do então ministro da Educação e Cultura, nosso prezado e ilustre colega, Professor Moniz de Aragão, que compreendeu as razões da reivindicação de uma sede condigna para a faculdade, foi adquirido pelo Governo Federal o prédio da Exposição Portuguesa à Avenida Chile, que hoje é dos mais valiosos do patrimônio universitário. Com as adaptações feitas e outras ainda por executar, o edifício desempenha razoavelmente o seu papel.

Um dos aspectos que mais mereceram a atenção da diretoria foi a biblioteca. Antigo bibliotecário, amante de livro, possuidor de uma biblioteca pessoal de cerca de 50 mil volumes, não consigo entender que o ensino superior possa efetuar-se divorciado do livro. Desde cedo batalhei por compor uma biblioteca à altura das exigências do ensino universitário. Assim, foram atraídas para a faculdade as antigas

seções de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia e da Biblioteca Central. A coleção Serafim da Silva Neto, adquirida pela universidade, permanecia entulhada num quarto da Faculdade Nacional de Filosofia, à mercê dos sabidos e da pilhagem. Tanto ela como a Coleção Adir Guimarães, ambas altamente preciosas, e mais a de Olegário Mariano foram incorporadas ao nosso acervo. Depois, graças a doações de empresas e bancos, foram adquiridas as bibliotecas de Thiers Martins Moreira, Eugênio Gomes e Aurélio Gomes de Oliveira. Doadas ainda pelos seus descendentes, foram recebidas as de Bastos Tigre e Adelino Magalhães.

Nesse ínterim, a pedido do diretor, a Fundação Calouste Gulbenkian fez uma doação em dinheiro, com o qual foi completado o pavilhão lateral, onde hoje se encontra instalada não apenas uma preciosa biblioteca de cerca de 100 mil volumes, a maior e melhor do País na especialidade, mas todo um serviço de documentação, com aparelhagem de reprografia, impressão, microfilmes, para uso de professores e alunos, e para a catalogação e fichamento mecânicos.

Os cursos de pós-graduação, em número de onze, foram os primeiros no ramo credenciados no País, em níveis de mestrado e doutorado, pelo egrégio Conselho Federal de Educação, e qualificados com o grau de excelência pelo nobre Conselho Nacional de Pesquisas. Já funciona por mais de quatro anos em diversas áreas, com a concessão de cerca de 40 mestrados e alguns doutorados, a professores de casa e externos.

Além disso, preocupa à diretoria o estímulo aos estudantes quanto a atividades extracurriculares, nos domínios das artes plásticas, visuais e auditivas, bem como no setor do cinema e do teatro.

Sempre foi minha filosofia que aos estudantes ocupados no estudo e em atividades colaterais de cunho cultural não sobrará disponibilidade para se dedicarem a práticas estranhas ao seu mister. Cumpre

às autoridades responsáveis e conscientes fornecer-lhes os meios e o ambiente propício a essas tarefas. Essa foi a filosofia até hoje por mim seguida e creio que disso resulta a atitude de respeito e a boa convivência reinantes na unidade entre os estudantes.

Mais não se fez em virtude da doença crônica familiar a todos os administradores brasileiros: a escassez de verbas. Ao voltar o olhar para o passado, vendo o que foi realizado, chega-se mesmo a duvidar que haja sido com os pobres orçamentos disponíveis.

É que, se há deficiência de recursos, não falta boa vontade, interesse em servir, honesta intenção, hábito de trabalhar, propósito de construir. E, com isto, pode-se fazer muita coisa. Grandes sábios têm revolucionado a vida humana, trabalhando em modestos laboratórios, embora atualmente isto seja cada vez mais difícil. O administrador malabarista felizmente é uma raça em extinção.

Quero declarar que nada teria sido possível na Faculdade de Letras, quer na sua instalação, quer no seu funcionamento, a partir de 1968 – em março de 1968 foi nela pronunciada a aula magna da universidade, como ato público de sua instalação, sob a presidência do então magnífico Reitor Moniz de Aragão –, nada teria sido possível não fora o apoio jamais regateado da maioria do professorado da faculdade, sem dúvida o mais notável do País no seu ramo. Tampouco nenhum avanço teríamos alcançado sem a dedicação e compreensão do funcionalismo da faculdade, esforçado e capaz até de sacrifício no desempenho das funções que lhes cabem. Por último, se houve algum êxito na administração da Faculdade de Letras, isto se deve também ao nunca negado apoio da reitoria e a sua alta administração, sempre acessível às reivindicações justas, sempre apta a corresponder e compreender, certa de que todos trabalhamos no mesmo objetivo do bem comum. Desejo, bem alto, estender a todos os meus sinceros agradecimentos.

Magnífico Reitor Hélio Fraga: não podia o Destino reservar-me alegria maior que fazer coincidir o meu mandato de diretor da Faculdade de Letras com o vosso na reitoria. Sabem todos os laços de fraterna amizade que nos unem de longa data, iniciados à sombra daquela frondosa árvore de sabedoria e amizade, da bondade e cultura que foi Clementino Fraga.

Não posso esconder a minha emoção ao recordá-lo nesse instante de minha vida, lembrando os momentos de boa amizade e convivência na sua acolhedora casa da Gávea, sentindo que o Destino traçou este momento com a sua escrita de linhas imprevisíveis, juntando a nós ambos no mesmo abraço amigo para servir a causa da nossa universidade, com os olhos fitos no futuro.

❧ *Discurso de Abertura do 2.º Congresso Cearense de Escritores (1974)*

Discurso proferido por Afrânio Coutinho durante a solenidade de abertura do 2.º Congresso Cearense de Escritores, em Fortaleza, a 25 de novembro de 1974. Neste discurso, Afrânio Coutinho, além de agradecer, em nome dos escritores presentes, o convite para participar do encontro, levanta importantes indagações sobre a construção da identidade nacional. Ao referir-se à função da Literatura na sociedade, afirma que ela “é a melhor definição do caráter de um povo” e que “desde os albores da nossa vida nos oferece um retrato de nós mesmos”.

Minhas senhoras,
meus senhores,

ao tomar a iniciativa de promover o 2.º Congresso Cearense de Escritores, nesta bela cidade de Fortaleza, o Governador César Cals de Oliveira Filho e o secretário de Cultura, Deporto e Promoção Social do Estado do Ceará, Professor Ernando Uchoa Lima, mostram-se plenamente conscientes do papel que o intelectual tem a desempenhar no País.

Não se trata de uma classe alienada das necessidades e da realidade nacionais. Tampouco um agrupamento de solitários a ruminar insatisfações e inconformismos.

Em pleno século XIX, um extraordinário filho desta terra, José de Alencar, o nosso patriarca literário, colocou muito bem, ora em termos de ficção, ora em termos teóricos e críticos, o dever do homem de letras para com a sua pátria. Aos seus pronunciamentos, seguiram-se, principalmente, os de Machado de Assis, máxime no famoso ensaio *Instinto de Nacionalidade*, e o de Mário de Andrade, no notável ensaio *Elegia de Abril*, entre outros, os quais se situam como os maiores talvez da Crítica literária brasileira.

Que é o brasileiro? Que é o caráter brasileiro da Literatura? Perguntavam-se os homens que no século XIX pensavam o seu País. Era a questão da identidade nacional, que se alargava a partir da pergunta que todos deviam formular – Que sou eu?

Todos sabemos que somos a ponta extrema do pensamento que partiu da Acrópole, de um lado, e do Sermão da Montanha, do outro.

Mas não somos uma simples repetição, tirada a papel carbono, ou a xérox, para usar a predominante tecnologia da hora. Que somos então? Que resultou do profundo processo de adaptação e metáfora ao mesmo tempo a que o homem europeu foi submetido dentro da nova realidade geográfica, social, econômica, racial?

Até bem pouco ainda não encarávamos a nossa civilização senão em termos de reprodução da lusitana. A nossa historiografia oficial via a história brasileira pelos olhos da Torre do Tombo. Daí que só importavam os feitos e empreendimentos dos portugueses no Brasil. Mas, na realidade, quem fez o Brasil foram os brasileiros, incluindo-se entre estes até os portugueses que aqui fincavam pé definitivamente, adaptando-se à flora e fauna do novo habitat.

Não nos acostumamos a estudar a história por esse prisma. Em vez de valorizarmos os nossos arquivos – das prefeituras, das coleções, das igrejas, dos particulares –, deixamos que eles se destruam pelo tempo, pela umidade, pelas traças, pelo fogo, eternos inimigos

do papel impresso. Ainda agora, é lamentável o abandono em que jazem os nossos arquivos, a papelada que registrou o nosso passado.

Por isso, praticamente ignoramos a história das nossas fazendas, das nossas pequenas cidades, dos nossos caminhos, da nossa vida econômica, das nossas famílias, da nossa administração interior. Enquanto os administradores se preocupavam apenas com as cidades da costa, os homens do interior construíam riqueza, cidades, estradas, povoando o sertão, explorando as florestas, as minas, os campos, desbastando o desconhecido, criando as populações e famílias.

E isso no anonimato, no dia a dia, através de quatro séculos de gerações que se sucediam, de bravos que lutavam entre si, na rivalidade do corpo a corpo com a geografia hostil que os desafiava.

A história dessa parte está por ser feita, no dia em que compreendermos que nosso passado não deve ser visto pelos olhos dos portugueses.

A nossa autodeterminação foi conquistada por nós mesmos. Criamos um novo tipo de homem, com defeitos e qualidades, vivendo hábitos e costumes diversos dos da metrópole.

A Literatura foi uma luta constante por esse problema da identidade, da descoberta de nosso caráter essencial. Ela é a representação simbólica desse impulso pela autodefinição.

É claro que ela o fez com o seu meio próprio, a literariedade. É claro que a Literatura legítima não busca outros instrumentos de ação, como a política ou a religião. Ela o faz incorporando, integrando nos seus elementos intrínsecos e no seu meio próprio – a linguagem – tudo aquilo que a realidade lhe oferece como matéria-prima, transformando essa matéria-prima – social, política, econômica, religiosa – em matéria estética.

O estético é que lhe é peculiar, e o estético engloba tudo, na obra literária.

Não se pode definir um escritor pela sua fidelidade no retratar o seu meio. Isso é a sua primeira obrigação — captar a língua materna, os costumes, a paisagem nativa. Mas isso não o define. O que o define é a maneira peculiar de fazê-lo, a maneira que lhe é própria. Dizer que Machado de Assis é grande por ter retratado bem o mundo do século XIX brasileiro é um erro de princípio, porque se assim fosse todos os escritores de então seriam iguais a ele. E, se afirmarmos que ele é um produto do meio e que o meio era o subdesenvolvido, então bendito subdesenvolvimento.

Não, o artista transcreve o seu meio. Parte dele para uma região em que se confundem a sua capacidade imaginativa e inventiva, o seu espírito criador, a sua sensibilidade artística.

Evidentemente, as forças do meio são motivadoras, desafiantes, colaboradoras na sua formação do homem ou do artista. Daí a importância do problema da relação entre o artista e o meio.

E daí a importância da resposta dada pelo artista a essa provocação do meio. E essa resposta é o que faz a originalidade de uma literatura. A Literatura é a melhor definição do caráter de um povo.

Por isso, o papel do escritor é de magna relevância. A ação que compete ao escritor, como escritor, não é a ação política ou religiosa. É a ação literária, e a ação literária inclui a interpretação do homem. A Literatura é que nos diz o que somos, seja mergulhando as raízes no solo popular, seja adaptando a herança externa.

A Literatura escrita no Brasil desde os albores da nossa vida nos oferece um retrato de nós mesmos, no campo ou nas cidades, no trabalho ou no lazer, nos tipos ou nos hábitos, nos sentimentos ou nos pensamentos, na tristeza ou na alegria, no jogo ou na religião.

Para que, mais uma vez, tomássemos consciência da nossa missão e trocássemos pontos de vista sobre o que devemos fazer, é

que fomos reunidos nesta brava terra pelo seu atual e Exmo. governador.

A ele e aos seus ilustres colaboradores, os que viemos de longes terras estendemos o nosso agradecimento muito cordial e votos de felicidades a essa gente que é exemplo de operosidade e coragem, de civismo e inteligência.

Em nome dos escritores aqui reunidos a convite de V. Exa., Sr. Governador, os nossos cordiais agradecimentos.

❧ *Homenagem a Erico Verissimo na Sessão de Saudade da Academia Brasileira de Letras (1975)*

Discurso proferido na Sessão de Saudade a Erico Verissimo, realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, a 4 de dezembro de 1975. Como todos os discursos feitos em uma Sessão de Saudade, este também encontra-se perpassado de emoção e admiração: Afrânio Coutinho fala do grande escritor e da perda que sua morte representa para a Literatura Brasileira.

Exmo. Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras, senhores acadêmicos:

a morte de Erico Verissimo não pode passar sem registro nesta casa. Ele não foi um dos nossos, mas poderia ter sido, se houvesse superado a sua modéstia e acanhamento.

Foi dos maiores escritores brasileiros. Mais do que isso, foi um dos maiores brasileiros de seu tempo, e é um orgulho haver sido seu contemporâneo.

Personalidade íntegra, superior, honrou a condição humana de brasileiro. Costuma-se falar em que foi um defensor da liberdade. Mas essa atitude foi uma consequência apenas de sua condição humana e de sua obra extraordinária, que foi um retrato da condição humana. Foi livre e defendeu a liberdade em virtude dessa fidelidade à condição humana.

Desde cedo, ainda iniciando na década de 30 minha vida literária na Bahia, fiz-me seu leitor e admirador. Lembra-me bem que naquele tempo eram grandes as restrições que lhe fazia certa crítica condicionada às rodinhas literárias da metrópole, dominada pelos corifeus da ficção nordestina. Ele fugia daquela norma, através de um romance de costumes urbanos, em que culminavam admiráveis figuras femininas. Depois, mais amadurecido, construiu, em termos gaúchos, a sua notável saga de *O Tempo e o Vento*. E aquela crítica rendeu-se à evidência de uma obra superior.

Meus senhores,

Tive uma grande alegria em proporcionar a Erico Verissimo estou certo de que uma satisfação imensa na sua consciência de escritor credor de seu País de uma homenagem merecida.

Foi em 1973 quando da escolha para o Prêmio Moinho Santista. Fui designado pelo presidente daquela fundação, o eminente Dr. Ernesto Leme, para relator final do júri. Redigi o meu parecer, que não foi subscrito pelos dois outros membros da comissão. Levado ao plenário, o meu parecer foi aprovado por maioria, concedendo-se o prêmio a Erico Verissimo.

É, portanto, com júbilo, embora profundamente sentido com o seu passamento, que desejo registrar aqui nesta Casa a minha contribuição para que o Brasil desse a Erico Verissimo o justo reconhecimento público, através de um alto colegiado, aos enormes méritos de seu grande filho.

∞ Palavras em Sessão do Conselho Universitário I (1975)

Palavras proferidas pelo Professor Afrânio Coutinho em sessão do Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a 12 de junho de 1975. Mais uma vez, neste discurso, podemos observar a combatividade que o Professor Afrânio Coutinho sempre demonstrou, característica marcante de sua personalidade, ao lutar para conseguir autonomia e salários dignos para a classe dos professores universitários.

Magnífico reitor:

vou reiterar agora palavras de alguns meses atrás neste egrégio conselho. Trata-se do problema do salário do magistério, problema grave para a comunidade universitária brasileira. Há pouco, soube que um professor português, desejoso de expatriar-se em face da situação política de seu país, conseguiu um contrato de 40 horas e dedicação exclusiva numa das universidades que compõem a Universidade de São Paulo no interior do estado, com o salário mensal de Cr\$ 17.500,00. Ele mesmo ficou espantado, pois nem o presidente da República de seu país auferia tal ordenado.

Ora, foi-nos acenado, quero dizer os professores que formam o corpo docente das universidades federais, com uma promessa de reclassificação e reajuste salarial à altura de nossas responsabilidades e deveres, e, em verdade, o que afinal veio a concretizar-se foi um

verdadeiro parto de montanha. Há dias, foi-me mostrado o contracheque de um dos nossos mais gloriosos catedráticos aposentados: era de 4 mil cruzeiros a sua pensão. Pasmem-se! Ridículo e humilhante que um homem leve a vida em dedicação de uma instituição, dando-lhe o máximo de seus esforços e talentos, e acabe com recompensa ridícula desta sorte!

Eu não quero absolutamente dizer que discordo ou condeno o que faz São Paulo. Isto é que é o certo. Apenas está-se criando no País um verdadeiro mandarinato universitário que causa um desalento aos membros dos demais corpos docentes. Desalento e uma tendência a grande número correr para lá em busca de uma vida financeira compensadora e gratificante.

Na realidade, nós somos culpados por essa situação de desprestígio das universidades brasileiras. Nosso professorado não é dotado de autonomia mental. Em geral, foram aproveitados no momento da federalização homens sem formação universitária, em grande parte humildes, submissos, sem o devido espírito de reivindicação pacífica para falar aos governos e defender as suas prerrogativas. Por isso, nossas universidades não têm autonomia, senão no papel. Não temos uma política financeira própria, uma política de pessoal própria, uma política administrativa própria, uma política jurídica própria, uma política pedagógica própria. Somos caudatários dos órgãos do Governo Federal, cujos chefes nos dão o mesmo tratamento que aos funcionários burocráticos. Não compreendem o nosso papel. Daí que não se cria um espírito profissional em nossas universidades. Somos amadores, para os quais o cargo de magistério não passa de um bico, permitindo que possamos ganhar o nosso adequado sustento em outras atividades fora das universidades. Do contrário, não poderíamos viver, pois o salário que recebemos é de fome.

Há tempos, neste conselho, o Professor Moniz de Aragão sugeriu uma reunião especial do conselho dos reitores para defender junto ao Governo a nossa posição no que concerne a salário.

O fato é que somos realmente muito mal tratados. E o pior é que nós, os mais velhos, desta forma não temos autoridade junto aos mais moços para cobrar trabalho. É geral a justificativa, quando procura um diretor fazer cumprir as exigências de carga horária da COPER-TIDE. Dizem então os que gostam de aparecer como bonzinhos: para que isso, o professor é um pobre coitado que ganha tão pouco, para que afligi-lo com exigências dessa natureza?

Nós estamos, magnífico reitor, neste momento, segundo minhas antenas podem captar, atravessando um grave perigo. Estamos vendo as hostes da subversão, incutidas por propaganda sutil, novamente se aliciando. Cargos importantes foram ocupados. A palavra de ordem é o combate ao que eles chamam de a “cultura burguesa”, para eles uma cultura decadente, a *dying culture* para empregar a expressão de um teórico marxista inglês. Cultura burguesa significa, para eles, a cultura que designam também como “cultura acadêmica”, a cultura abstrata e a erudição, as artes e letras e a filosofia, que constituem o patrimônio cultural do Ocidente desde a Grécia e os judeus. Condenam essa cultura, que formou desde os antigos a essência da educação liberal e da formação humana. O que lhes importa são as formas de cultura popular e as expressões de comunidade.

Cito uma passagem de um artigo de Joseph Lelyveld, publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 8 de junho de 1975:

Com o firme objetivo de afastar os “elementos burgueses” das escolas e das profissões, a China está recompondo ativamente suas instituições educativas de nível superior. Tudo o que possa indicar um exercício intelectual abstrato ou uma

erudição sem finalidade prática foi rebaixado, a favor do aprendizado ideológico e da tecnologia prática com imediata aplicação na vida agrícola e no trabalho intelectual.

Não nego que sejam importantes. Mas exaltá-las em detrimento da cultura intelectual tradicional é um contrassenso. Não teremos desenvolvimento tecnológico, industrial e agrícola, como eles pregam, sem a formação humana, feita à custa da cultura humanística. O nosso objetivo, o objetivo da educação deve ser conciliar as duas formas, aproveitando a contribuição popular e incorporando-a à cultura geral. Foi isto que fizeram os grandes gênios da humanidade.

Outro aspecto dessa tática insidiosa é o que eu chamo a “rebelião dos sargentos universitários”, isto é, a rebelião dos professores dos escalões inferiores contra os da alta hierarquia, especialmente os catedráticos e diretores. Foi um erro a lei retirar as prerrogativas de comando universitário dos escalões superiores e mesmo a diminuição da própria situação do catedrático. Ninguém chega a catedrático de graça, mas à custa de um conjunto de qualidades que não se inventam, não se improvisam, nem se fazem da noite para o dia. Erro igual seria a ruptura da hierarquia militar. No entanto, foi feita essa ruptura na hierarquia universitária. E isso é além de incompreensível, de funestas consequências. Não se deduza que sou contra os jovens professores. Eles constituem legitimamente a base da vida universitária. E eu tenho dado o exemplo desse apreço na Faculdade de Letras, onde reuni um grande numero de jovens professores. Mas eles necessitam da orientação superior.

Mas, pergunto eu, como iremos combater essa infiltração sutil da propaganda subversiva, se não temos autoridade, quando eles dizem que a civilização burguesa trata mal os representantes da cultura, os professores e intelectuais em geral?

Confesso, magnífico reitor, minhas apreensões. Estou dentro de um foco importante que é uma comunidade de professores e alunos de mais de 2.500 pessoas. E estou apreensivo ante o que venho observando. Não sou infenso às reformas sociais. Mas repudio os métodos violentos de alcançá-las, tal como é pregado pelos extremismos.

☞ *Palavras em Sessão do Conselho Universitário II (1975)*

Palavras proferidas pelo Professor Afrânio Coutinho em sessão do Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a 30 de dezembro de 1975. À diferença do discurso anterior, neste, o Professor Afrânio Coutinho presta uma homenagem a Raymundo Moniz de Aragão, afirmando, entre outras coisas, que “não sabe ser amigo quem não tem o senso de lealdade e do respeito à liberdade alheia”.

Senhores conselheiros:

ao término de nossos trabalhos do ano, desejo homenagear este egrégio conselho na pessoa de um de seus membros mais eminentes. Ao fazê-lo, não desmereço nenhum dos demais colegas. Porque estou certo da unanimidade de juízos em torno de sua lúcida inteligência, sua cultura, sua experiência. É o nosso RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO.

Pensava nisto quando um fato novo surgiu que torna esta homenagem mais imperiosa: a concessão ao nosso ilustre colega do Prêmio Boilesen de 1976, em reconhecimento de sua atuação nos setores da cultura e educação em nosso País.

Ao homenageá-lo, não é ao ex-ministro da Educação e Cultura que viso. Não é tampouco ao ex-reitor desta universidade. Nem ainda ao atual presidente do Conselho Federal de Cultura. Nem ao

humanista consumado, nem ao escritor versátil, nem ao orador consagrado. Nem mesmo ao grande universitário, que nesta universidade não pertence a nenhuma área, por estar acima, por cima, de todas, *bors concours, primus inter pares*. O universitário com grandeza humana que, depois de ter sido ministro da Educação e Cultura, dos mais prestigiosos e a quem se deve a reforma universitária; e, depois de haver sido reitor desta universidade, aceitou, humildemente, ser sub-reitor, para servir e tentar melhorar a sua universidade. Só os grandes são capazes de ser humildes.

Ao apontá-lo, procuro homenagear, isto sim, o homem, que é um Homem. O homem que é o companheiro admirável. O homem que é o amigo perfeito. O amigo de seus amigos. O homem que sabe ser amigo. O grande brasileiro.

O amor é o verdadeiro estado de graça, disse São João em seu *Evangelho*. Estendendo o conceito, para mim a amizade é um estado de graça. Amizade que é um dar de si, uma reciprocidade, e que implica um código de ética na convivência, como nos ensinou Cícero.

Nem sempre são amigos os que querem. Mas os que podem, graças a um conjunto de qualidades e requisitos pessoais. Para ser amigo, é mister possuir a alma pura, a alma limpa – de ressentimentos, de maliciosidade, de mesquinhez, de mediocridade, de inveja. Não sabe ser amigo quem não tem o senso de lealdade e do respeito à liberdade alheia. Jamais será amigo quem só respira bem o ar dos ambientes poluídos e interessados das panelinhas, das capelinhas, dos grupelhos, das cáfilas, das patotas, das matulas, das matilhas, das récuas, das varas, das chusmas, das catervas, das maltas, das manadas, dos rebanhos, das tropas, das tropilhas, das carneiradas, das dúncias, das hordas, dos bandos, das chusmas, dos clãs, das claques, das cliques, das greis, das aljamas, das súcias, dos conluios, das confrarias, dos blocos, das facções, dos partidos, das curriolas, das seitas, das ligas,

nos quais dominam a bajulação, a subserviência, o conchavo, a cumplicidade, a intriga.

RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO é o oposto de tudo isso, porque sua inspiração é o ser amigo e companheiro, é o gosto de servir, o espírito público, o ideal universitário, a correção de atitudes.

E tanto esse meu julgamento é partilhado por toda a universidade que, em dois pleitos para reitor, os seus altos colegiados o elegeram por unanimidade, na cabeça da lista, como a significar ser ele o verdadeiro condutor de seus destinos.

É, pois, a esse Homem, modelo do amigo e do universitário, a esse mestre de vida, que dirijo a minha maior saudação, declarando a minha honra em ser seu contemporâneo e em participar deste egrégio órgão que o tem como dos seus membros mais destacados.

❧ Homenagem ao Ministro Raymundo Moniz de Aragão (1976)

Discurso de homenagem a Raymundo Moniz Aragão, em que o Professor Afrânio Coutinho, em nome da Faculdade de Letras da UFRJ, laureia o homenageado com o título de Professor Honoris Causa, enumerando os diversos momentos em que eles lutaram juntos a favor dos pleitos da faculdade.

Em homenagem ao eminente mestre e luminar desta universidade, Professor Raymundo Moniz de Aragão, não pode faltar a Faculdade de Letras.

É que a nossa faculdade lhe deve tudo. Deve-lhe a sua existência de entidade autônoma, pois, quando ministro da Educação e Cultura, apoiou a nossa reivindicação, providenciando para que as letras constituíssem uma unidade isolada a partir do desdobramento da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Não esqueço como ele recebeu em seu gabinete do ministério o saudoso colega Thiers Martins Moreira e eu e acatou as nossas considerações em favor da pretensão.

Posteriormente, de sua visão larga e correta de homem público, logramos as medidas para que tivéssemos uma sede própria. Não mediu esforços para obtermos o atual edifício onde, embora

provisoriamente, está a nossa sede. Também não esqueço os passos que deu nesse sentido, e até uma viagem a Petrópolis fez comigo para conseguir um necessário despacho de S. Exa. o presidente da República de então, Marechal Castelo Branco, no processo de aquisição do prédio.

E desde então sucessivamente o seu carinho pela faculdade se fez notar através de numerosos benefícios, em qualquer posto em que esteja, ou, se qual for a situação, para demonstrar a confiança que deposita em nossas tarefas.

Por isso, a Congregação da Faculdade de Letras, aprovando proposta de seu diretor, resolveu por unanimidade conceder ao mestre e amigo da faculdade, Professor Raymundo Moniz de Aragão, o título de professor *Honoris Causa*.

❧ *Discurso de Abertura do 18.º Congresso Ibero-Americano de Literatura (1977)*

Saudação de Abertura do 18.º Congresso Ibero-Americano de Literatura, proferida no Hotel Glória, Rio de Janeiro, a 1.º de agosto de 1977. Neste discurso, Afrânio Coutinho aborda uma questão ainda hoje crucial no mundo latino-americano: a importância de se estabelecer um maior intercâmbio entre os países de língua espanhola e o Brasil.

Na qualidade de presidente do 18.º Congresso do Instituto Internacional de Literatura Ibero-Americana, seção brasileira, tenho a honra de dar por instalados os trabalhos do conclave.

O Instituto Internacional de Literatura Ibero-Americana é um organismo internacional, com sede em Pittsburgh, estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, dedicado a congregar os professores, pesquisadores e escritores da ampla área ibero-americana em todo o mundo, aplicados ao progresso dos estudos literários e linguísticos. É uma sociedade sábia de enorme prestígio. De dois em dois anos, o instituto realiza o seu congresso dividido em duas partes, reunindo os mais destacados estudiosos dos nossos problemas. Este ano, pela primeira vez em nosso País, a segunda parte do congresso tem como sede o Rio de Janeiro. O tema central é o Modernismo no Brasil, sem

isso significar que outros assuntos não possam ser trazidos a debate, conforme está no programa das reuniões. Quero ressaltar esse aspecto: um assunto brasileiro de literatura é tratado, como tema principal, num congresso ibero-americano. Indica esse fato o interesse que os dirigentes do instituto demonstram ao colocar a Literatura Brasileira em correlação com as de língua espanhola.

É este, assim, um momento muito importante. Sabemos quão difícil tem sido até agora o interrelacionamento das literaturas de língua espanhola e portuguesa do continente americano. Estamos, por isso, aqui, para um esforço de promover um maior conhecimento entre as duas áreas. Não pretendemos uma unificação impossível a meu ver, mesmo entre as literaturas de língua espanhola. O que importa é estabelecer pontes para um maior conhecimento e intercâmbio mútuos. Esta é a finalidade precípua do conclave.

O pensar sobre a Literatura não é um mero passatempo beletrístico, mas, antes, uma reflexão que se quer profunda sobre as raízes culturais subjacentes ao viver cotidiano em nossos diferentes e tão semelhantes países. Por meio das artes, o homem americano, reconhecendo-se a si mesmo, estará em condições de preservar seus valores e sua autenticidade.

Este congresso recoloca, portanto, uma questão fundamental com que, professores e pesquisadores, nos deparamos a todo momento. Qualquer discussão sobre a Literatura envolve uma discussão sobre a cultura.

Não posso finalizar estas palavras sem dirigir uma saudação calorosa aos nossos congressistas – brasileiros e estrangeiros – sejam bem-vindos a esta maravilhosa cidade e estejam certos de que tudo faremos para tornar agradáveis e proveitosos os dias que passarem entre nós.

Recepção de Eduardo Portella na Academia Brasileira de Educação (1979)

Discurso do Professor Afrânio Coutinho, pronunciado em 30 de novembro de 1979, ao receber o Professor Eduardo Matos Portella, ministro da Educação e Cultura, como membro da Academia Brasileira de Educação. Afrânio Coutinho ressalta, neste discurso, as qualidades daquele que, além de seu amigo, fora um homem capaz em todas as esferas em que atuara até então e defende, como sempre, a educação como único caminho para o Brasil se tornar um país civilizado.

Sr. Eduardo Portella,
não fostes vós nascido na Bahia. Não fosse eu baiano. Não houvessem sido baianos o patrono e o primeiro ocupante da cadeira que viestes ocupar nesta academia, e eu dispensaria o ilustre auditório que hoje vos aplaude de ouvir falar sobre a Bahia. Peço perdão, mas isto impõe-se. A nossa querida Bahia está tão dentro de nós que, numa ocasião como esta, é-nos extremamente grato lembrá-la com emoção incontida. Suas velhas ruas e ladeiras, seu casario vetusto, suas árvores majestosas, a luz do seu céu, seus crepúsculos imortais em nossa lembrança, o seu lirismo inato, sua alma insondável e mágica, o mistério de suas noites. A Bahia é sagrada. É grande e misteriosa

como a Índia, dela disse nosso Jorge Amado. Andamos pelo mundo, pelos quatros cantos do mundo, pelos sete mares do mundo e não perdemos a impregnação de baianidade que absorvemos na infância e juventude. Mesmo reconhecendo que a Bahia é um arquipélago cultural e que há tipos diversos de baianos, o do sul, o do sertão, o do Recôncavo, o da Baía de Todos os Santos, o da Capital, sabemos que há caracteres e qualidades comuns a todos: a doçura do trato, a urbanidade, a generosidade, o pendor de ajudar os outros, a prestimosidade, a finura de educação, o gosto da conversação, a classe natural, a arte da conciliação – que faz do político baiano um temível articulador pela palavra sutil e envolvente. Lembra-me um episódio da sucessão do Presidente Gaspar Dutra. O grande Otávio Mangabeira, governador da Bahia, era candidato. E, cada vez mais que visitava o Rio de Janeiro, tecia pela conversa rede de malhas tão entrançadas que deixava a candidatura praticamente estabelecida. Mas os opositores não se deixavam abater. Um deles, Nereu Ramos, experimentado artífice nas tricas políticas, dizia para os amigos: “Deixemos o Mangabeira voltar para a Bahia que nós destruimos todo esse trabalho dele.”

Vós sois, Sr. Eduardo Portella, um baiano típico. Vossa arma é a palavra. Vossa técnica, a conciliação. Não posso deixar de recordar-me, quando ambos fazíamos parte da alta administração da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do vosso esforço ao querer aparar as arestas de meu temperamento, às vezes arremetido e nem sempre com êxito, ai de mim! Eu agia, então, nem sempre como o baiano que sou. Éreis vós o baiano essencial, o baiano existencial, tranquilo, de fala mansa, cordial, amável, generoso, prestativo, conciliador. Qualidades estas que fazem da Bahia, da grande cidade do Salvador, uma central civilizada, acolhedora, gentil, fina, espargindo doçura e hospitalidade, carinhosa com o peregrino que aporta às suas plagas e que deu ao Brasil fulgurante plêiade de

homens de talento, de cultura, estadistas, artistas, escritores, políticos, educadores.

São educadores natos os baianos. Vós sois um educador, e em vós esplende essa qualidade tão preciosa para o Brasil se tornar país civilizado. É somente graças à educação que isto pode ocorrer. Estamos assistindo em nossos dias a um recuo da força civilizadora da educação. A moderna sociedade de massa, que o vosso Ortega y Gasset definiu tão bem, não é propícia à ação educacional. Tivemos que transigir com as exigências da democratização, e a qualidade de nosso ensino caiu verticalmente. Mas quando serenar o conflito, quando as águas da rebelião das massas se aplacarem, então veremos como não há esquecer, que o processo civilizatório da educação é, na essência, de caráter elitista, de formação de elites, não de privilégios, mas de competência, de saber, de ilustração. Não consiste em descer às massas, mas de favorecer a sua ascensão pela cultura, pelo preparo técnico, pela eficiência, pela qualificação.

Qualidade, eis a palavra mágica tão do vosso gosto, verdadeiro lábaro de vossa posição educacional. Ensino para a qualidade, ensino de qualidade. O ensino, vós o dizeis todo santo dia, é qualificação.



Sr. Eduardo Portella: ainda me recordo da noite que por primeira vez fostes a nossa casa, levado pelo amigo comum, o saudoso e de memória muito cara a nós ambos, Heron de Alencar. Ainda tenho guardada a cena em minha retentiva: um jovem tímido, de poucas palavras. Retornava da Espanha e França, onde fizera cursos de aperfeiçoamento literário e crítico nos cursos de Dámaso Alonso e Carlos Bousoño. À minha indagação dos seus objetivos entre nós, respondeu firme: a Crítica literária. Já se passaram mais de 20, e aquele fora o início de uma amizade e uma convivência jamais posta em questão, uma amizade sem

jaça entre nós. Amizade que encerra uma confiança mútua e, de minha parte, uma admiração irrestrita pela sua personalidade rara e rica.

Que misterioso impulso espiritual leva um jovem a sair de sua cidade à busca de melhor ambiente de estudo? Insatisfação, inconformismo, ânsia de saber, gosto pelo aperfeiçoamento cultural, tudo isso e mais algo indefinível e insondável no mais íntimo de nosso ser faz com que, poucos entre muitos, larguem os seus e os lugares amados em busca da aventura intelectual. Sabemos que isso aconteceu convosco. Família de três irmãos, fostes o único a decidir-se pela emigração em prol de melhor educação. A princípio Recife, em cuja famosa Faculdade de Direito conquistastes o diploma de Bacharel. Enquanto isso, em Madrid, adquiríeis as técnicas de abordagem do fenômeno literário, à luz da ciência estilística em que execelem aqueles mestres espanhóis. Assim, chegastes ao Brasil dono de invulgar cultura especializada e, sobretudo, de uma metodologia crítica em que sobressaem o mais fino bom gosto, a sutileza da análise estilística e a expressão requintada, forradas de preocupação filosófica proveniente do convívio com as ideias das escola de Ortega y Gasset, a quem jamais deixastes de admirar e cultivar. Ousaria mesmo afirmar que o mestre espanhol forma com o inglês T.S. Eliot a dupla que, em matéria de personalidade crítica, mais se assemelha a sua figura intelectual.

Testemunha de tudo isso é a obra de crítico literário que realizastes desde então no Brasil. Chamado pelo admirável Santiago Dantas para exercer a Crítica no *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro, imediatamente, impusestes a vossa marca anti-impressionista, graças a uma fundamentação doutrinária, bem ao sabor da tendência renovadora da Crítica a partir dos anos 20, em toda a parte do mundo.

O vosso êxito colocou-vos nos mais altos níveis da vida intelectual brasileira, prestigiado e admirado pelos companheiros de ofício

mais velhos e mais novos. Sabemos o que pensam de vós um Alceu Amoroso Lima e um Gilberto Freyre. E não citarei nomes de mais novos companheiros de geração, porque seria repetir uma coorte de nomes, que se honram com a vossa amizade e acatam a vossa obra de crítico.

Daí, foi apenas um passo para que fostes acolhido no seio da universidade, através do Departamento de Letras da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, pois tudo em vossa pessoa dava seguros indícios do corte de um professor universitário. O vosso êxito repetiu-se aqui, levando-nos a integrar posteriormente o quadro docente da novel Faculdade de Letras, instalada em 1968, e na qual passastes a ocupar lugar preeminente como professor e catedrático de Teoria Literária através de memorável concurso e organizador dos programas de Pós-Graduação. À vossa eficiente direção, devemos esses programas, já com dez anos de funcionamento, haverem sido credenciados pelo egrégio Conselho Federal de Educação e considerados em grau de excelência pelo colendo Conselho Nacional de Pesquisas.

Vossa capacidade de organização, posta à prova em todas essas oportunidades, sempre acobertadas pela vossa urbanidade de trato e vossa alta competência e espírito arejado, não poderia deixar de chamar, para o vosso nome a figura, a atenção dos altos poderes da República. E afinal, como tudo fazia crer, fostes chamado a ocupar um posto no mais alto escalão da administração pública, o Ministério da Educação e Cultura, pelo eminente Presidente João Batista Figueiredo. Ainda aqui vossas características de liderança intelectual, de equidistância das ideologias que teimam em enquadrar os intelectuais à direita ou à esquerda, num estúpido reducionismo lesivo à independência do homem de espírito, e a vossa vocação para o exercício do poder graças a um requintado espírito público e capacidade de servir à coletividade impuseram vossa escolha.

E o que ressalta dos nove meses de vossa gestão à frente daquela pasta é que não decepçionastes os que exultaram em ver, pela primeira vez, à frente dos negócios da Educação e da Cultura, um intelectual, um escritor, um *scholar*, um entendido, por experiência vivida e sentida, dos problemas afetos ao seu cuidado.

Em primeiro lugar, refizestes o conceito do Ministério da Educação e Cultura. Procurastes reintegrar a sua unidade perdida, reformulastes a sua estrutura através da implantação das secretarias e da criação das delegacias regionais, procurando com isso descentralizar, regionalizar e agilizar a administração; destes a necessária ênfase à consideração dos níveis escolares de primeiro e segundo graus, apontando com razão para o descalabro em que se encontram, dominados o primeiro pelo desânimo e descrédito e pelo comercialismo o segundo; entrastes com pé firme no âmbito da universidade, enxergando muito lucidamente o papel que lhe compete em nosso desenvolvimento, mas não fazendo ouvidos moucos às palavras dos que, ultimamente, vêm apontando ao País as suas deficiências e a necessidade de acentuar a sua autonomia e responsabilidade na gestão de seus próprios destinos; professor, levastes para o cargo de ministro a consciência da classe, o seu desalento, a sua frustração, o seu desajuste, a sua inferioridade salarial, a sua queixa profunda pelo não reconhecimento da importância de sua missão social. E o magistério, pela sua facção responsável, está confiante em que sabereis resolver a situação da carreira; ainda há pouco, lograstes aumentar o orçamento do MEC para 52 bilhões de cruzeiros, o segundo ministério em volume de verba, a maior que o MEC já teve até hoje, abaixo somente do Ministério dos Transportes, o que denota o prestígio que desfrutais na alta esfera do Governo Figueiredo. Não podemos deixar de salientar as vossas decisivas palavras e atos em favor da ala cultural do MEC, mediante o que destes impulso vigoroso às responsabilidades do órgão no terreno da

cultura, como é exemplo frisante a recente transformação do antigo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico em secretaria, a fim de melhor aparelhá-lo em benefício da memória nacional.

Essa confiança é a que exprime também esse vosso companheiro, que conhece os vossos recursos, que sabe não esmorecereis ante as resistências das forças da inércia, da má vontade, da inoperância, da contestação sistemática, da virulenta maledicência, dos interesses contrariados e ocultos, da incompreensão dos mesquinhos e enfezadinhos, dos que nada querem, dos que não fazem nada mas impedem os que desejam fazer, dos pobres de espírito e dos invejosos que não constroem.

Sr. Eduardo Portella: o Brasil muito espera de vossa gestão à frente do Ministério da Educação e Cultura. Esta Academia Brasileira de Educação, em gesto premonitório, elegeu-vos para ocupardes uma cadeira de educadores, Anísio e Hermes, e o fez antes que fostes elevado a ministro de Estado. Já era o reconhecimento, pela mais alta entidade educacional, da vossa importância como professor, como publicista, como universitário, como organizador acadêmico, como educador. Vossa atuação particular encontra assim o desdobramento natural na esfera pública. Todos os que vos conhecem e admiram estão certos do vosso êxito, para o bem da educação nacional e do Brasil.

Sede bem-vindo à nossa academia, Sr. Eduardo Portella.

❧ *Discurso de Emergência na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1980)*

Discurso do Professor Afrânio Coutinho ao tornar-se professor emérito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1980. Neste discurso, que marca mais uma fase de conquista na carreira que escolheu para sua vida, Afrânio Coutinho defende de maneira peremptória que o que falta ao Brasil é a conscientização, principalmente da elite brasileira, de que “educar é qualificar, é melhorar, é tornar mais humana a pessoa humana ainda bruta, grossa, arestosa. Educar é torná-la apta à convivência social, é fazê-la útil à comunidade pela capacidade de trabalho e pela competência”.

Magnífico reitor,
autoridades presentes,

senhores professores,

meus senhores,

meus companheiros de emergência Chafi Haddad, Carvalho Neto,
Wladimir Alves de Souza,

este em que vivemos é um dos séculos mais apaixonantes da história da humanidade. Vivemos um grande século. Testemunhamos a

maior transformação por que passou a civilização. Dizia Paul Valéry que as civilizações também são mortais. Em nosso século XX, em Hiroxima, vimos que morria um tipo de civilização e se criava outro. Ainda não chegamos ao final do processo.

Assistimos e compartilhamos o que o gênio criador do homem fez em nosso tempo, e que foram verdadeiros prodígios. Fomos à lua. Criamos o aeroplano, o telégrafo, o cinema, o rádio, a televisão, o raio x, o computador, a eletrônica. Fabricamos a penicilina, os antibióticos, a vacina antipólio. Estamos melhor armados no combate a muitas doenças, que outrora devastavam as populações. Algumas delas conseguimos debelar até em nosso País. A média de vida do homem ocidental melhorou. Fato que também ocorre entre nós, bastando lembrarmos-nos de que as galerias de retratos de nossos antepassados mostravam velhos aos 47 anos, como José de Alencar, que faleceu nessa idade, parecendo o avô de grande número de nossos setuagenários de hoje. É evidente a melhora da qualidade da vida em muitas partes de nosso mundo. A mentalidade que criamos de cultivar o conforto e o bem-estar deu ao século uma fisionomia de limpeza, eugenia, esportividade, desconhecidas no passado, em que até o banho não constituía hábito generalizado.

Jamais talvez na história a humanidade conheceu uma mocidade tão moça, tão diferente e tão divorciada de seus mais velhos – isto é – da geração anterior. A despeito da preocupação que nos despertam certos sintomas de que a juventude atual atravessa uma crise de adaptação às diferenças da vida presente, introduzidas nos costumes, por sua vez oriundas das transformações por que passa a mesma vida, creio que essas preocupações não passam de incompreensão devidas à nossa incapacidade de enfrentar a mudança, claro que presos como somos a outros valores e a outro sistema de vida e educação. Acredito piamente que a juventude está sendo amadurecida pelo extraordinário

espetáculo que a vida moderna lhe propicia aos estarrecidos olhares. Estarrecidos diante de uma tela de televisão que lhes mostra ao vivo a decida do homem na lua ou lhes proporciona assistir aos espetáculos esportivos, políticos ou sociais que se passam no mundo. Estarrecida diante da visão de um sumo pontífice beijando a terra ao chegar ao país que visita, um sumo pontífice que vem fazendo a maior revolução nos hábitos do Vaticano e da Igreja Católica.

Não é em séculos que se deve medir a distância que separa o nosso tempo dos anteriores. Temos que procurar outro critério de aferição, tal é, sem dúvida, a diferença e a rapidez da evolução.

Toda a cultura humana está sendo envolvida por essa transformação. Ciências, filosofia, letras, artes, técnicas sofrem, nem poderiam deixar de sofrer, o impacto dos fatos resultantes, aliás, da própria ação da mente humana.

Acredito, contudo, que a inteligência humana ela mesma encontrará os recursos que farão a necessária adaptação. Foi assim sempre no passado. Será assim agora. Não deploremos o progresso. De um invento técnico – a escrita alfabética –, redundou uma das maiores civilizações da história – a helênica, aquela que Renan designou como o milagre grego. Outras invenções produziram também estupendas revoluções civilizatórias – a da roda, a da atrelagem, a do moinho, a da bússola, a do papel, a da imprensa, a da máquina a vapor, e que sei mais. A mente humana possui recursos infinitos, inesgotáveis. E se por vezes um seu invento parece pôr em perigo a própria sobrevivência da espécie, como o gênio que saiu da garrafa, a inteligência humana entra logo em funcionamento à busca de um antídoto. A entrada na era atômica também terá corrigido seus possíveis efeitos maléficos. E, se a bomba atômica em 1945 constituiu um golpe na ordem moral, teve, por outro lado, o resultado de pôr fim a uma ameaça de colocar a humanidade sob o guante do obscurantismo fanatizado.

Não tenhamos dúvida que a mais forte vocação do homem é para elevar-se mediante instituições que assegurem a dignidade, a responsabilidade e a liberdade da pessoa humana. Só assim as suas virtudes e recursos poderão ser devidamente valorizados e aproveitados na medida máxima, que é sempre a medida do homem.



Estamos, senhores meus, dentro de uma universidade, o que nos obriga a meditar sobre o mister que lhe confia a sociedade.

O papel que compete à universidade em nossa época não é o mesmo de quando as sociedades eram fechadas, a que correspondiam também universidades fechadas, mais ou menos alienadas ou no muito destinadas à formação de altos espíritos dedicados à especulação e às atividades abstratas.

A universidade moderna é um organismo aberto, diretamente ligado à sociedade que a implanta e que é por ela representada. As duas forças alimentam-se reciprocamente. Uma não resiste, se a outra se torna subnutrida. A sociedade vive da universidade, como esta perde o sentido, se se dissocia do interesse social. A universidade existe para a nação, para o país e o povo, que a mantêm.

A colonização ibérica a nós legada pela história da expansão europeia não foi das mais felizes. Máxime no campo da educação, não tivemos os benefícios de uma sistemática organização, a que a expulsão dos Jesuítas no século XVIII ainda tornaria mais grave. O prejuízo que o ato do Marquês de Pombal nos causou ainda hoje dele sofremos.

Quem observa e analisa a situação brasileira não pode deixar de registrar que a razão de todos os nossos males é a incompetência de nossa classe dirigente. Em verdade, vivemos em permanente estado de

crise. Crise econômica, crise política, crise social, crise administrativa, crise educacional. Desde longe, corre uma frase que bem diz dessa visão de nossa crise crônica: o Brasil está à beira do abismo, frase esta pronunciada alto e bom som pelas pessoas mais responsáveis. Qual a origem de tudo isso? A que devemos tal estado?

Se refletirmos com profundidade sobre as causas dos mais graves problemas brasileiros, não há dúvida que a resposta primeira e mais correta será: incompetência crônica de nossas classes dirigentes. É hábito afirmar-se que o País não dispõe de infraestrutura humana que preenchesse os quadros profissionais de maneira adequada e larga. É verdade. Mas o que parece muito mais grave é a falta de competência das camadas dirigentes, sempre na crista da onda das responsabilidades e posições públicas, o que não ocorre com a outra.

Não tenho dúvida que a origem dos nossos males, de nossa insuficiente civilização, reside nessa falência quase total de nossa classe dirigente. Não me refiro à atual, ou à dos anos ou décadas recentes. É a toda a classe dirigente brasileira desde o passado colonial, isto é, a camada dirigente formada pela colonização portuguesa e continuada no poder através dos dois séculos a partir da Independência. Essa elite fracassou em construir no Brasil uma sociedade estável e organizada.

Quando a população do País era reduzida, um pequeno número de homens mais preparados mantinha razoavelmente os negócios públicos, que não eram tão complexos e abrangentes como hoje, e o País caminhava. O trabalho escravo e depois o assalariado de baixo nível e escassas exigências era suficiente para manter o equilíbrio, instável, mas que satisfazia os donos da vida, assentados na sua economia latifundiária e monocultora. Era o regime da “inércia cômoda de mendigos fartos”, de que falou o grande e lúcido Euclides da Cunha. Fazendeiros, pseudonobres proprietários de vastos domínios

semifeudais, galardoados com vistosas comendas imperiais, enviando os filhos à Europa a fim de comprarem um canudo de bacharel com o qual se faziam eleger para os parlamentos, assim viviam tranquilos e bonançosos os nossos homens da classe dirigente, que só tinham, para as camadas inferiores, a superioridade e o olhar de desprezo ou nojo que não dedicavam aos seus animais de pasto ou de carga. Eram os sabidos, os “patrões”, os donos, para os quais os inferiores não passavam de escravos, semigente. O sistema prolongou-se mesmo depois da Abolição e da República.

Não há maior balela histórica do que a tese sustentada por muitos estudiosos nossos sobre a tal cordialidade brasileira. A nossa literatura, a nossa história estão cheias de exemplos da maldade, do espírito tirânico, da violência, das lutas egoístas, do maltrato que caracterizavam o nosso padrão, quando quer que se desafiava o seu estilo todo-poderoso, o seu poderio, o seu arrogante mandonismo em relação aos que estavam sob sua direção nas fazendas e mais tarde nas indústrias.

Assim, vivemos, repita-se e insista-se, num estado crônico de crise. Se procurarmos, contudo, as raízes dessa crise permanente, vamos encontrá-las na ausência de um sistema educacional coerente e continuado.

A incompetência e o despreparo do brasileiro em geral têm raízes profundas no passado. São uma decorrência natural de séculos de uma política colonizadora obscurantista. Há um livro de Ribeiro Sanches intitulado *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), bastante revelador a esse propósito.

Afirma ele abertamente que a boa orientação nas colônias deveria ser a “agricultura universal” e o comércio. Somente seriam permitidos como profissões os lavradores, pescadores, oficiais mecânicos, professores de artes liberais, mercadores. Esses é que deveriam ser

os legítimos habitantes das colônias, senhores das terras, moinhos, engenhos, casas, fábricas “e outros bens de raiz”. O ensino seria reduzido às escolas de ler e escrever e à arte de ensinar os livros de conta e razão. E isso a fim de evitar que “os súditos nativos possam adquirir honras e tal estado que saiam da classe dos lavradores, mercadores e oficiais”.

Eis, aí, claro, maciço, escandaloso, o motivo porque ainda hoje paira a consequência que é o subdesenvolvimento mental, a ignorância, a superficialidade, o semianalfabetismo, a incapacidade de analisar coisa alguma em profundidade, o gosto da improvisação e do jeitinho como solução. O que somos é incompetentes, malformados, superficiais. Que se pode esperar de tal estado? E o pior é quanto mais o tempo escorre pior é a situação. Com o aumento da população escolar, caiu o nível do ensino. E agravou o faz de conta nacional. Saem hoje das escolas secundárias e superiores levas e levas de semiformados, que possuem um diploma, porém que são jejunos nas várias especialidades profissionais. Médicos que nunca entraram numa enfermaria, engenheiros que ignoram o que é um tijolo, professores de Letras que não sabem as regras elementares do vernáculo, bacharéis que escrevem “bacharéus” e outras barbaridades.

Que se pode esperar de gente que, assim formada, vai amanhã tomar conta do poder político, social, profissional? Como exigir desse pessoal assim diplomado que exerça com segurança o seu mister de alto valor social?

Só uma reviravolta que abranja todo o nosso sistema de vida, mudando os propósitos e os princípios, só uma reforma dos valores que norteiam nossa vida é que terá resultado fecundo.

E essa reforma tem que ser na educação. Tudo advém da educação boa ou má que oferecemos aos nossos filhos. E não será a partir do caos em que mergulhou o nosso pobre sistema que melhoraremos.

Com o primário desaparecido, o médio substituído pelo supletivo e pelos cursinhos, o superior aviltado pela massificação e tapeação generalizadas, dificilmente sairemos da crise e conseguiremos dar um novo rumo à educação brasileira. Para isso, é dever de todos falar forte, denunciar a fraude em que redundou o ensino, desmascarar o comércio que é feito à custa de pais, alunos e professores, pela maioria dos estabelecimentos de ensino entre nós.

Que o problema brasileiro é de incompetência generalizada (há séculos), não há que pôr em dúvida. As dificuldades que se nos antolham decorrem dessa grave situação em que o País se vê mergulhado por falta de um sistema educacional à altura de suas reais necessidades. Quem quer que lide com o mais mínimo problema não tem demora em verificar quanta falta faz à nossa vida um corpo social – nas diversas profissões – suprido por gente competente, gente que saiba resolver e não criar problemas. E isso é o mais comum.

No setor técnico, a maioria dos nossos homens é antes criadores que solucionadores de problemas. Mas não é somente na área técnica. Em todas as áreas – da técnica à administrativa, das profissões liberais à alta esfera do poder. O estado de crise não é mais que a consequência da falta de boa administração e competência.

Há países de sólida formação e estrutura administrativa em que tudo funciona à maravilha por efeito de excelente camada de pessoal administrativo de qualidade superior. E todos são assim, porque aprenderam. Não nasceram sabendo como a nossa prosápia costuma pensar de nós mesmos. Aprenderam. Tiveram um sistema educacional que funciona, criando competência teórica e prática.

Nosso sistema educacional é de fancaria, um faz de conta do primário ao superior, fornecedor de diplomas, máquina de jogar na sociedade uma malta de analfabetos ou débeis mentais que passam a dirigir o País nas diversas profissões.

Com o aumento vertiginoso da população, o sistema escolar não pôde acompanhar esse ritmo e tornou-se defasado. Passou então a produzir em massa, caiu de padrão e entrou em colapso. Atualmente, é apenas uma grande colcha a cobrir uma vastíssima incompetência, um formidável logro passado no País.

Evidentemente, não era correta a antiga política de formar apenas um pequeno grupo, em geral na Europa, e que se tornava esnobe a ocupar os postos superiores do bacharelismo político e administrativo. Deram o seu fruto, mas em relação a um país pequeno. Não é o caso presente.

As nossas necessidades presentes e prementes requerem a formação do homem médio produtivo. Requerem que a massa, que hoje se frustra na caça ao falso ideal do diploma, seja elevada à categoria superior mediante todo um processo de educação que a torne competente em todos os setores, sem o que jamais poderá prestar qualquer serviço relevante ao País. Não é só de grandes médicos que precisamos. E nós possuímos grandes médicos. Necessitamos, isto sim, de grande quantidade de médicos competentes. E, sobretudo, de vasto corpo de enfermeiros que conheçam e exerçam bem o seu ofício.

Não é só de grandes engenheiros que o País necessita. É de grande quantidade de mestres de obra e engenheiros de operações. Não é só de grandes jornalistas, mas de bons repórteres, redatores, revisores, tipógrafos. E foi essa a falha de nosso sistema educacional do passado. As profissões menores eram minimizadas e se produziam autodidaticamente, improvisavam-se profissionais, amadoristicamente, por si mesmos. Foi o primado do jeitinho.

Uma sociedade não se constrói, nem funciona, com profissionais superiores, somente. Ela exige que o homem médio seja preparado à altura do tempo, de acordo com as exigências da época tecnológica e da civilização de massa. Ela vive pelos seus homens médios produtivos.

A nossa não os possui, pela falência do nosso sistema educacional, verdadeiro edifício que recebe periodicamente remendos na sua fachada, oriundos em geral da mania de imitar os países estrangeiros. A nossa massa é incompetente, produz mal, porque malformada. Ela espelha a nossa geral incompetência. E a falência do sistema educacional.

Não há mal em que se insista sobre esse tema, tão do agrado dos nossos dias: tudo o que fuja das imposições ou se origine ou se dirija precipuamente ao que costumam chamar de “povo” é apelidado de elitismo. Falar de elite é ser visto como reacionário, e elitização é sinônimo de contrário ao progresso.

Ora, elite é, em toda a parte, qualquer forma de poder. Quem está no poder (político, econômico, cultural) constitui uma elite. É a classe dirigente. É quem comanda os cordões da vida do povo. Os chefes da tribo indígena são o poder e, portanto, uma elite. No antigo Egito, na Grécia, em Roma, em todas as civilizações antigas, o “poder” era exercido por uma classe (ou casta, na Índia), uma elite. Na Idade Média, o poder feudal era a elite da época. Nas monarquias modernas, a aristocracia era uma elite. Com a Revolução Francesa, subiu ao poder uma nova elite, a burguesia, confirmada e reforçada com a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo e do mercantilismo. A Revolução Russa de 1917 colocou no poder uma nova elite, em substituição à aristocracia czarista. Chamam essa nova elite de proletariado, mas o que é, na verdade, é uma nova classe dirigente, que impõe a sua vontade onipotente a todo resto do povo, liquidando os dissidentes. Toda elite tende a exagerar o próprio poder e defendê-lo a unhas e dentes. Seja uma elite capitalista ou comunista, ela não transige com o seu poderio e não dá tréguas aos que estão fora do seu grupo. Há um *status quo* a defender, e para isso mobiliza todo um instrumental militar a fim de afastar o perigo da subversão da ordem que ela representa e de que se locupleta.

O processo educacional é um meio de criar elites. Por natureza, é um sistema de elitização. Por seu intermédio, a elite no poder se continua pelas novas gerações. Para criar outro tipo de elite, seria mister mudar completamente o sistema. A máxima de que “me dê o menino, que eu lhe dou o homem”, diz bem do que é o processo educacional. É um instrumento de criação de elites. Não há educação para baixo. Ela só atua de baixo para cima das camadas sociais. Há quem defenda, por exemplo, que a Literatura, no caso a brasileira, só possui um tipo autêntico – a literatura de cordel. E que deveríamos introduzir nos currículos de Letras, como matéria obrigatória, a literatura de cordel. Isso é o maior contrassenso. Que a produção literária popular tem sua importância, não há o que negar. Mas pretender reduzir o ensino da Literatura Brasileira à produção de cordel é uma estupidez, que só viceja em cabeças dominadas pelo fanatismo ideológico.

E são essas mentes deformadas que torcem o nariz sempre que se fala em educação. Educar sem que seja facilitando; educar exigindo; educar impondo normas de rigor; educar na linha tradicional que vem dos gregos, isto é, procurando formar cidadãos, e não imbecis diplomados e analfabetos de canudo; tudo isso é elitismo, ao parecer dessa gente. E o que mais espanta é que ouvimos tais assertivas até da boca de pessoas ilustradas, de professores e intelectuais. É que educar, para eles, é descer à massa, e não fazê-la subir e aperfeiçoar-se técnica e culturalmente. Educar para eles é baratear, vulgarizar, descer ao “povo”. É o império da facilidade, e, entre nós, a educação transformou-se num imenso facilitário. Ensinar, exigir, fazer com que o jovem aprenda a ler e escrever, consiga dominar uma técnica ou uma profissão, isso, para essa gente, é elitismo, é elitizar.

E daí? Então rasgue-se todo o processo da educação. Porquanto educar é qualificar, é melhorar, é tornar mais humana a pessoa humana ainda bruta, grossa, arestosa. Educar é torná-la apta à convivência

social, é fazê-la útil à comunidade pela capacidade de trabalho e pela competência. E isto é fazer elites. É tornar o povo uma elite, não de herança, de dinheiro, de posição, de aristocracia, mas de preparo técnico, intelectual, profissional. Isso é elite em todos os tempos e lugares. O que se fez na Rússia soviética foi colocar no poder uma nova elite, pois a anterior estava podre. Uma nova classe, uma nova elite. Elite, elite, elite. Não de privilégio. Mas de competência, de qualidade, uma gente melhor do ponto de vista profissional e técnico, intelectual e humano. Tudo isso é elitizar. Seja em nome de uma doutrina ou de uma classe. Inverter a ordem do processo é ir contra o homem, contra a ordem humana, contra o humano.



Esta universidade sempre foi uma forja de elites. No tempo em que o ensino superior era realizado por institutos isolados, as unidades que vieram compor o complexo universitário representaram um papel relevante na formação de elites profissionais. De suas portas, saíram grandes médicos, engenheiros e juristas, de que podemos orgulhar-nos. O mesmo aconteceu com iguais faculdades localizadas em vários pontos do País, como Recife, Salvador, São Paulo. E não só institutos de ensino, senão também órgãos isolados de pesquisa, também produtores de cultura, saber especializado e profissionais.

Mas a eficácia desses organismos era parcial. A universidade que não tivemos no passado, como é o papel da universidade, teria tido uma função mais globalizante, não se limitaria à formação de profissionais. Teria tido uma ação sobre a generalidade da população, criando o homem médio produtivo e competente. Não criaria apenas médicos, engenheiros e juristas de qualidade. Mas abarcaria todo o povo.

Exemplo típico é o dos Estados Unidos. Já o citei certa vez. Em 1862, assinou o grande Lincoln o Morrill Act, ou lei de concessão de terras às universidades norte-americanas, que constituíram um alto e importante sistema de instituições educacionais, auxiliadas pelo Governo federal. O ato consistiu em conceder terras para a fundação e manutenção de universidades, com o objetivo de, não excluídos outros estudos científicos e clássicos, promover a educação liberal e prática das classes industriais e agrícolas. Em menos de cem anos, essa lei produziu profundas repercussões na vida do país em todos os setores da sociedade, inclusive os econômicos e políticos. Não se limitou desde então a educação a formar professores, advogados, sacerdotes e médicos. Seria aberta a todos os jovens, tornando-se um instrumento de democratização, de qualificação e competência da população. Cada qual passou a ser competente na sua profissão.

O brasileiro não sabe fazer bem os seus diversos ofícios ou tarefas. Somos subdesenvolvidos e subnutridos mentalmente. Dispomos, com certeza, de um pequeno grupo de profissionais competentes, alguns dos quais honrariam qualquer nação. Faltam-nos, todavia, em termos coletivos, as infra e média estruturas, sem as quais não é possível fazer funcionar uma maquinaria desenvolvimentista. Que vale possuímos bons médicos, se nos falta um corpo de enfermagem à altura em número e qualidade? De que servem bons engenheiro, se não lhes correspondem mestres de obra, chefes de oficina e artífices em quantidade e qualidade?

Pois bem, esse é o papel de uma verdadeira universidade, que una o ensino e a pesquisa. É a ela que compete dotar o país de uma população rica de homens médios produtivos, aqueles justamente que constituem a maioria do povo.

Infelizmente nosso País não tem universidade senão há menos de meio século, o que não nos proporcionou uma tradição universitária,

sempre responsável em outros povos, pelo amadurecimento e estabilidade nacionais. E aí reside a nossa insuficiência.



Senhores,

na minha terra, a querida e inesquecível Bahia, foi que encontrei o aço bem temperado com que parti um dia para crescer e lutar.

Não posso esquecer-me da seiva que dela recebi. Conheço bem as suas pedras, as suas árvores, as suas vielas, as suas esquinas. Sinto o perfume de suas praias. Não se afastam de meus olhos os seus crepúsculos, o colorido inigualável de sua atmosfera. Não perdi na alma o batecum de suas noites mágicas. Espero que o progresso de seus arranha-céus não impeça jamais os ventos alísios soprarem, expulsando as impurezas da poluição. Minha Bahia!

Sem fementida modéstia, estou certo de que cumpri o meu projeto adolescente de tornar-me alguém. Ainda me lembram as noites e as horas em que sonhava dar ao meu País algo de mim. Para isso, procurei preparar-me pelo estudo, aqui e no estrangeiro, bebendo a lição dos mestres. Creio que não traí os meus ideais, que fui fiel aos credos de minha infância e juventude, aos princípios de honra que herdei de meu pai e aos planos de bem servir à coletividade. Sei que vivi uma vida construtiva, criadora, útil.

Falo por mim, mas estou que exprimo o pensamento e o sentimento de meus colegas que aqui represento. Do contrário, não seríamos alvo desta homenagem de nossa universidade. Não a mereceríamos não fôssemos dignos dela. Permiti que seja jactancioso. É que não desconheço o espírito de corpo de uma coletividade, que sabe defender-se dos maus elementos e premiar as que a servem com dedicação, honestidade e zelo. É o que ocorre com Chafi Haddad, Raymundo

Barbosa de Carvalho Netto, Wladimir Alves de Souza e o saudoso Ângelo Alberto Murgel. Excluído quem fala, todos subiram aos píncaros da carreira no serviço da coletividade, ensinando, construindo, trabalhando no interesse comum, sem falecimentos ainda hoje. As marcas de sua passagem pela universidade aí estão para quem, de boa fé, tenha olhos de ver.

Nossa gratidão é traída pela nossa emoção, nesta hora tão gratificante e confortadora. Que recebam o nosso pensamento positivo em favor de suas felicidades pessoais todos os que nos propiciaram este momento de grandeza.

❧ *Discurso de Doutor Honoris Causa na Universidade Federal da Bahia (1981)*

Discurso pronunciado pelo Professor Afrânio Coutinho, a 26 de março de 1981, no Salão Nobre da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus (Salvador), em agradecimento à concessão, pela Universidade Federal da Bahia, do título de Doutor Honoris Causa. Trata-se de um agradecimento emocionado do homenageado pela honraria que, segundo ele, “partiu de um movimento exclusivo do coração. É uma dádiva de amor, de amizade, de fraternidade, um ato espontâneo de baianidade”. Como em outros textos, também aqui o Professor Afrânio Coutinho fala apaixonadamente de sua Bahia.

A vida, que é mãe e madrastra a um tempo, como diria Machado de Assis, cumulou-me de afagos, como a querer compensar-me pela ferida, ainda sangrando, que abriu em meu coração.

São mil benesses que me põem atônito.

Primeira de todas, fez-me nascer nesta terra, e de gente amorável. E não é em vão que se vem à vida neste recanto paradisíaco, nesta cidade altamente civilizada e de fecundo poder civilizatório.

Em seguida, foi uma série de prêmios: capacidade, estímulo, tenacidade, gosto do estudo. Proporcionou-me grandes amigos, uns que

me deram os empurrões para a caminhada, outros que me embeberam do doce leite da ternura humana, pois a amizade e o amor são os maiores prêmios que podemos ter.

Deu-me uma vocação e uma carreira, colocando-me na boa trilha, com excelentes oportunidades. E, como me ensinaram que a oportunidade só tem um fio de cabelo, aprendi também a agarrar-me a ele com dobrada fúria.

Compreensível, agindo na qualidade de mãe, ela foi assim acumulando em mim, uma após outras, dádivas e vitórias.

Concedeu-me duas cátedras de Literatura – no Colégio Pedro II e na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Premiou minha atuação nestes postos com a nobreza da emergência nessas duas instituições. Deu-me alento para criar aquela Faculdade de Letras. Antes, já me havia integrado no corpo docente da Faculdade de Filosofia da nossa Bahia.

Elevou-me à mais alta honraria a que pode aspirar um puro homem de letras – a Academia Brasileira. Por acréscimos, me propiciou a congênere instituição de minha terra. Recentemente, ainda me proporcionou ser membro do mais elevado tribunal do ensino entre nós, o Conselho Federal de Educação.

Fez-me viajar pelo mundo, sem que jamais suspeitasse essa possibilidade, baldo de recursos como somos os trabalhadores intelectuais.

Forneceu-me um jardimzinho para cultivar, e nele vi germinarem e crescerem duas plantas raras e preciosas, ao aconchego de um grande amor.

Um dia saí desta gleba amada e, ao meditar de mim para comigo, não consigo vislumbrar as razões que levam um a migrar. Força do destino? Ânsia intelectual? Ímpeto para lutas em arenas mais amplas? Ninguém saberá jamais decifrar o enigma. O fato é que a gente sai. E

eu saí. Não me faltaram desejos de voltar. Mas não se volta uma vez partido. “We can’t go home again”, disse o romancista americano, fica-nos o travo de haver partido.

Um dia juntei os trapos e pus-me a caminho. Fui para longes terras, chamado por aquele grande brasileiro e grande baiano – Otávio Mangabeira –, a quem rendo neste instante o preto de minha admiração e saudade.

Estudei, estudei, estudei. Ganhei experiência, e nada melhor do que o estrangeiro para fazer-nos perder as ingenuidades e a timidez. A personalidade se consolida.

De regresso, em 12 anos, era admitido na Academia Brasileira de Letras.

Foi intensa a atividade intelectual.

Todavia, aqui à puridade vos digo, meus caros conterrâneos e amigos. Tudo o que consegui fora, todos os postos e prêmios, não foram obtidos gratuitamente.

As cátedras, a Academia, eu as conquistei, porque quis. Não me foram dadas. Eu as arranquei à força. Com a seiva forte da minha baianidade, que daqui levei.

Por isso, dou maior valia a este prêmio que me concedeis agora.

É que ele partiu de um movimento exclusivo do coração. É uma dádiva de amor, de amizade, de fraternidade, um ato espontâneo de baianidade. São os baianos, os meus companheiros e colegas que visam premiar o baiano, que se orgulha de ter vivido baianamente.

E esse gesto puro é feito com sutileza de cálida amizade pela voz desta vitoriosa Universidade Federal da Bahia, na qual comecei minha carreira no magistério superior. E com ainda maior sutil significação da parte do Reitor Luís Fernando Macedo Costa, ao realizar esta festa neste augusto salão, onde assisti alguns dos mais belos prêmios do espírito e de onde saí com o meu anel de esmeralda.

Que posso dizer-vos para testemunhar-vos minha gratidão? De logo, afiançar-vos que não esqueço a Bahia. Ela vive em meu coração, no meu cérebro, nas minhas veias, no meu sangue, na minha memória, na minha saudade. A Bahia é mágica.

Conheço esta vetusta e sempre nova, esta espetacular cidade do Salvador, como a palma de minha mão. Amo-a de todo coração. De longe, revejo em espírito as suas belezas naturais, a sua esplêndida paisagem, os seus recantos, os seus crepúsculos, as suas árvores, as suas calçadas, a sua viração gostosa, as suas praças, ah! O Campo Grande, onde nasci e que atravessei anos a fio em busca do Colégio dos Maristas. Como sinto os perfumes e ouço os pregões antigos de nossa terra tão rica de espiritualidade. A tudo aqui, minha alma é sensível. Só com esta declaração de amor filial é que posso traduzir a emoção de estar entre vós recebendo das mãos do Magnífico Reitor Luís Fernando Macedo Costa e do egrégio Conselho Universitário a enobrecedora comenda de Doutores *Honoris Causa* que o Instituto de Letras decidiu prender ao meu peito. Em Luís Fernando Macedo Costa, um símbolo de todos vós, eu centralizo minha gratidão. E a David Salles, que interpretou o sentimento amigo, não menor agradecimento.

Do fundo da minha baianidade comovida, eu vos agradeço.

Recepção de Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras (1981)

Discurso de recepção de Eduardo Portella, no ato de posse da Cadeira n.º 27 da Academia Brasileira de Letras, a 18 de agosto de 1981. Como em outros textos, neste, podemos percebê-lo perpassado pela emoção ao dirigir-se a um amigo. Além disso, não perde a oportunidade de defender suas ideias. Atribuindo a Eduardo Portella a qualidade de ser “um crítico militante nos mais diferentes espaços do saber”, mas, “principalmente, um crítico literário”, Afrânio Coutinho reforça sua ideia de que: “No Brasil, a Literatura é a mais importante expressão do espírito nacional”, e acrescenta: “Somos um povo literário por excelência. Foi a Literatura que desenvolveu, desde Anchieta, a nossa identidade de povo e Nação.”

Sr. Eduardo Portella:
nascestes na Bahia, naquela Salvador barroca, cidade encantada e misteriosa, altamente civilizada e civilizadora, da qual recebestes o gosto da conversa amável e culta, da convivência gentil, das boas maneiras, da sociabilidade, do convívio familiar, da arte de bem receber e da boa mesa. Dela, deriva a vossa tendência à composição sem capitulação. É que, civilização humanística a da Bahia, procura resolver os contrastes políticos e sociais pela conciliação e pelo diálogo, pela

miscigenação e hibridismo, detestando os sectarismos e as posições extremas. Estou a ouvir a música celestial de seus milhares de campanários dobrando às ave-marias! Ainda escuto o batuque de seus atabaques, subindo do fundo dos vales e enchendo as suas noites de sonho e mistério. Bahia mágica!

De vossa genitora, D. Maria Diva Mattos Portella, representante típica da classe média daquela sociedade, baiana de tronco longínquo e ilustre, herdastes as qualidades de distinção que fazem o gáudio da boa gente de vossa e minha terra. Também dela, recebestes a vocação para o magistério, competente e culta professora de quem fala alto a comunidade de Feira de Santana, pela admirável folha de serviços prestados à causa da educação em nosso estado.

Nessa cidade, porta do sertão, sede de um dos mais importantes centros do ciclo econômico do couro e do gado, hoje verdadeira encruzilhada dos caminhos que buscam o Norte e o Nordeste, em Feira de Santana, vosso pai, Enrique Portella, honrado comerciante espanhol, cedo se estabeleceu e ficou no ramo em que prosperou. Viera da Espanha, daquela área da Galícia de Santiago de Compostela, de cuja imigração se enriqueceu a Bahia, de forte colônia espanhola. E foi ele, vosso pai, quem vos despertou a compreensão valorativa da Europa e a paixão pela Espanha; e nos vossos irmãos, Enrique Portella e Franco Portella, a tranquila vocação empresarial.

Assim, ao tronco baiano, juntou-se um forte enxerto espanhol, de cuja mescla se engendraria muito do encanto e da robustez de vossa personalidade humana e intelectual.

Como se não fosse suficiente, ocorreu outra enxertia para mais vos fortalecer o espírito. Concluídos os estudos primários e iniciadas as humanidades, em 1947, partistes para Recife, a fim de completar o curso secundário e seguir os estudos superiores na famosa e

admirável Faculdade de Direito, na qual vos matriculastes em 1951. Aí, aguçastes o temperamento crítico e o pendor para as ideias, em que se distinguiram aquela cidade e aquela forja, sempre fiéis ao debate intelectual que caracterizou os tempos de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Recife era no Direito o que a faculdade do Terreiro de Jesus na Bahia foi para a Medicina: extraordinários centros de irradiação cultural.

Ainda ressoavam pelos salões e corredores da vetusta academia os ecos do famoso concurso de Sílvio Romero, em 1875.

– A metafísica está morta, bradava ele a um examinador menos cordato às suas ideias.

– Foi o senhor que a matou? Perguntou o lente sarcástico.

– Não, não fui eu, foi a Ciência... o espírito positivo, o progresso. E retirou-se da sala, renunciando ao concurso, ante a mofa dos examinadores e em meio aos aplausos frenéticos da estudantada sempre ávida de novidades.

Mal sabia o nosso gigante que a história das ideias não o confirmaria; a metafísica não morreu.

Também pelas ruas, pelas sacadas e no interior do velho Teatro Santa Isabel parece que se ouviam as vozes dos dois pugnazes boêmios da poesia – Tobias Barreto e Castro Alves – que se encontraram como dois navios iluminados, cruzando-se na escuridão da noite.

A briga entre o sergipano e o baiano, por causa de duas atrizes, explodiria em versos.

Meus instintos não esmago
Não sonho, não me embriago
Nos banquetes de Friné

Era Tobias na ofensiva, ao que retrucava o Castro:

Sou hebreu... não beijo as plantas
Da mulher de Putifar

A Academia do Recife, contudo, não logrou fazer-vos um bacharel típico, embora vos diplomastes em 1955. Dela, é verdade, saíram juristas que, com os da Faculdade de São Paulo, deram ao nosso País a sua estrutura jurídica. Mas também por ela perpassaram jovens que se tornariam escritores, alguns notáveis escritores, historiógrafos, poetas, romancistas, críticos literários. Trazíeis do bom berço a vocação docente. A ela se ligaria, desenvolvendo-se, a vossa vocação de escritor. E vos fizestes escritor e crítico literário. Nessa condição, é que entraís para esta Academia. Desde muito cedo, vosso e meu querido Jorge Amado e eu conspirávamos a vossa entrada para a Academia. E isso é de longe. O próprio autor de *Os Velhos Marinheiros*, ao empossar-se em 1961, já renunciava a vossa eleição.

Sentistes, no Recife, que não era aquele o vosso caminho. Vosso inconformismo intelectual exigia mais que um diploma de bacharel em Direito. Por isso, buscastes a Espanha. E, enquanto decorriam os anos do curso jurídico, ao mesmo tempo, viajáveis à Espanha, dividindo o ano de estudos entre Recife e Madrid, conciliados os períodos letivos, que não coincidiam, e assim conseguindo queimar as etapas de um e outro, num esforço explicável somente por indômita vontade de saber.

Dessa forma, foi-vos fácil absorver obras como as de Unamuno e Ortega y Gasset, ao tempo em que vos familiarizáveis com a grande literatura espanhola e com as lições, então no apogeu, da escola espanhola da Estilística, nos cursos de Dámaso Alonso e Carlos Bousoño, bem como de filosofia com os Professores Xavier Zubiri e Julián Marías.

Durante esse tempo, não desdenhastes a França e a Itália, onde Paris e Roma vos proporcionaram ainda mais que aprender.

Então, concluídos em 1955 os cursos de Letras em Madrid, em 1956 chegastes ao Rio de Janeiro, com o caráter formado e a inteligência burilada. Aqui, plantaríeis a vossa tenda de peregrino intelectual, armado de barão e cutelo para grandes feitos no campo das letras.

Ficará, todavia, acima de tudo, marcado para sempre no vosso espírito aquele hibridismo Bahia-Pernambuco. Não é novo aliás o fenômeno em nossa vida cultural. Nossos Castro Alves e Rui Barbosa dele participaram. O pernambucano Joaquim Nabuco era filho de pai baiano. Gilberto Freyre é muito querido e festejado na Bahia e ainda em artigo recente salientava o fato de Pernambuco e Bahia, desde o século XVI, “constituírem as bases uma completando a outra, de uma cultura nacionalmente brasileira”.

Vós perfizestes essa união, estabelecendo o vosso lar harmonioso com uma doce pernambucana, D. Célia Maria de Albuquerque Portella, pós-graduada em Educação, a qual já vos propiciou, como dádiva e patrimônio maior, a carioquinha Mariana.

É dessa mistura que se tem constituído o Brasil.

A convite de nosso companheiro Mauro Mota, tivestes ao retorno uma fugaz passagem pelo Recife, como redator político e crítico literário no *Diário de Pernambuco*. Mas a velha capital intelectual do País vos atraiu, e aqui fostes nomeado técnico de educação do MEC, professor assistente da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e participastes do gabinete civil da Presidência Juscelino Kubitschek.

Começa, então, vossa atividade de crítico literário militante no *Jornal do Commercio* em 1957, a chamado do saudoso Santiago Dantas. Não éreis novo no mister. Ainda estudante no Recife, já haviam aparecido artigos críticos de vossa lavra, tanto quanto, de volta ao Brasil, em jornais de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Essa atuação firmou definitivamente o vosso conceito de notável literário.

De mim, entretanto, não enxergo em vossa personalidade intelectual um crítico de exclusiva formação literária, muito embora vos considere um dos maiores que já tivemos, um crítico de Literatura, a que não falta a preocupação com os segredos da linguagem. Compreendo que não aceiteis a Crítica sem um embasamento doutrinário, ao invés do que ocorria com os críticos impressionistas. Roland Barthes, a maior figura das letras francesas de geração surgida após a Segunda Guerra Mundial, em uma das admiráveis entrevistas reunidas no seu último livro – *Le Grain de la Voix* –, afirma não compreender método crítico independente de uma filosofia mais geral e reconhece que “toda Crítica declara a ideologia sobre a qual inevitavelmente ela se funda”.

É esse o vosso caso. Considero-vos um crítico de Literatura envoltos por um crítico de ideias, filosoficamente fundamentado e sustentado. Sois, mais do que isso, um crítico da cultura, voltado ontologicamente para tudo o que diga respeito ao homem, o homem universal, dentro e fora da “tragédia burguesa”. Parece-me que ressoa permanentemente aos vossos ouvidos aquela máxima sábia de Terêncio: sou humano e tudo o que é humano me concerne.

Por isso que sois um crítico militante nos mais diferentes espaços do saber: a Literatura, a Filosofia, a Política, a Educação, a Comunicação, os diversos níveis do conhecimento brasileiro, sobre os quais se debruça constantemente a vossa rica e original meditação.

Sois um crítico de Literatura num amplo trajeto que começa com os vossos pioneiros estudos reunidos nos livros *Dimensões I*, *Dimensões II*, *José de Anchieta*, escritos à luz da estilologia espanhola, até chegar a *Literatura e Realidade Nacional* e especialmente à formulação de uma teoria ontológica da Literatura, na vossa tese de doutorado, defendida na Faculdade de Letras da Universidade Federal Rio de Janeiro e aparecida em livro sob o título de *Fundamento da Investigação Literária* (1974).

Enquanto crítico de ideias, vós vos afirmais como pensador, numa linha de coerência dentro da filosofia ocidental, que se articula de Heráclito a Nietzsche, atingindo Heidegger e os pensadores da escola de Frankfurt, especialmente Jürgen Habermas. Os vossos ensaios sobre Ortega y Gasset, Sartre, Lukács, Heidegger são testemunhos vivos da vossa vocação filosófica.

Como crítico da cultura, vós reunis a compreensão aberta da cultura, a de sempre e a que emerge em nossa sociedade de massa, tal como aparece em vossos livros *Dimensões III, Teoria da Comunicação Literária e Vanguarda e Cultura de Massa*.

Também aí se instaura a vossa oportuna e atilada “pedagogia da qualidade”, concepção nova a ser incorporada ao nosso ideário educacional, e aparecida em artigos e conferências esparsos e no discurso de vossa posse na Academia Brasileira de Educação, publicado sob o título de *Educação e Estado*, no qual empreendeis uma análise magistral do nosso saudoso Anísio Teixeira, o Estadista da Educação, na feliz definição de Hermes Lima. Consoante vossa concepção, cultura e educação podem ser vistas unidas num jogo alternado, marcado por extrema originalidade e no qual os sistemas formais e os mecanismos informais configuram um novo e matizado espaço pedagógico.

Visto desse ângulo, vós sois um político, um pensador político, no sentido alto, mas não sois, de modo algum, um partidarista. Vejo-vos antes como um *inteirista*, se me for permitida a expressão de um mestre muito de vosso agrado, D. Miguel de Unamuno.

Sois um militante livre, como cabe a todo intelectual autêntico, jamais submisso ao jargão da militância.

Daí que vossa linguagem é aberta, como vosso pensamento e como a história, a sociedade, a cultura e a Literatura que postulais e estudais.

Vossa militância, não sendo partidarista, exerce-se nos livros, na cátedra, na imprensa, na revista *Tempo Brasileiro* e em vossas publicações autônomas e também nas funções públicas que desempenhastes, inclusive no Ministério da Educação e Cultura do governo do eminente General João Batista de Oliveira Figueiredo.

Não posso esquecer, ainda, que tendes tido uma brilhante carreira universitária: bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, seguistes no estrangeiro cursos de especialização em Filosofia, Literatura e áreas de Ciências da Linguagem. Posteriormente, conseguistes em concursos públicos os títulos de doutor em Letras e titular de Teoria Literária pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual viestes a ser diretor. Os cargos públicos que ocupastes vos chegaram naturalmente, convocado graças ao conceito excelente que granjeastes, sem que corresses atrás deles, nos quais entrastes e deles saístes com a mesma dignidade e naturalidade, sem precisar usurpar para subir.

Desta maneira, poderíamos dividir, da perspectiva doutrinária, o vosso itinerário crítico e filosófico, em três momentos principais: o primeiro é o *culturalista*. É a fase da formação na Espanha, sob a égide de Ortega y Gasset e Unamuno e da estilologia de Dámaso Alonso, Carlos Bousoño, além de Amado Alonso. Não faltaram nesse período as sábias lições do grande hispanista francês Marcel Bataillon e dos alemães Leo Spitzer, Ernest Robert Curtius, Erich Auerbach e Hugo Friedrich.

A segunda fase é a da absorção progressiva da trepidação social e da crise contemporânea da civilização, quando se nota a presença de Jean Paul Sartre, que trouxestes ao Brasil, por ocasião do I.º Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, reunido, por vossa iniciativa e organização, na cidade do Recife, em 1961. A esse momento, pertencem os vossos livros *África, Colonos e Cúmplices* e *Literatura*

e *Realidade Nacional*. E é dentro dessa mesma atmosfera cultural que criastes, em 1962, a revista *Tempo Brasileiro*, que até hoje dirigis, na qual, a controvérsia intelectual de nosso tempo encontrou uma tribuna e um valioso núcleo de debate. A Editora Tempo Brasileiro, que edita a revista, e de que sois conselheiro editorial, deve o seu êxito também ao vosso irmão Franco Portella.

O terceiro momento de vossa evolução literária se caracteriza pelo exercício e elaboração de uma ontologia plantada socialmente, onde se busca, em meio às dificuldades impostas pelas seduções tecnocráticas do nosso tempo, o encontro e o intercâmbio convenientes do homem moderno com a técnica.

Sois, assim, um pensador, um crítico literário, servido por um escritor nato.

Como todo escritor de categoria, vós possuís o gosto da palavra. Tendes o prazer sensual de lidar com elas, elegantes e finas que se tornam em vossa pena. Não foi em vão que recebestes as lições dos mestres da Estilística. Hoje sois dono de uma das mais belas prosas do Brasil. Sem esquecer também aquele vezo bem baiano do trocadilho, do *bon mot*, do epigrama, do torneio malicioso e da ironia mordaz, heranças da linguagem baiana dos Gregórios de Matos, de quem gostais de dizer-vos descendentes.

Vossa escritura denota um gosto voluptuoso da frase torneada, bem-soante, melódica, sem concessões ao racionalismo do idioma e do estilo de Racine, efeitos esses obtidos graças a inovações e inusitadas aproximações de palavras e frases de rica sonoridade em que exerce a vossa alma sensitiva.

Por isso e muito mais, como escritor e crítico literário dos mais bem-dotados de vossa geração, vosso lugar sempre foi nesta Casa.

Aliás, ela vos acompanha há muito. Prova-o o Prêmio Sílvio Romero de Crítica Literária que vos concedeu em 1959. Outros prêmios

vos foram galardoados, revelando o apreço em que vos têm os juízes literários. Assim, o Paula Brito, da Prefeitura do antigo Distrito Federal (1959), o Fernando Chinaglia da União Brasileira de Escritores (1971), o Golfinho de Ouro de Literatura (1971).

Não posso esquecer que vossos méritos têm sido reconhecidos também através da concessão de honrarias estrangeiras e nacionais, como as condecorações de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, a de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, A Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Brasília, a Grande Medalha da Inconfidência, a Gran-Cruz da Orden Civil de Alfonso El Sábio, oferecida esta última pelo rei da Espanha, D. Juan Carlos, além da Cidadania Carioca, outorgada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.



Sr. Eduardo Portella,

em recente conferência sobre a missão da universidade, o vosso mestre Julián Marías assinalava que a universidade não é um sindicato, nem um partido político: é uma universidade – e é assim que deve atuar na vida pública. Se agir de outro modo, torna-se estéril, acrescenta.

Aprofundando o seu pensamento, Julián Marías, por se tratar da inauguração de uma cátedra com o nome de Ortega y Gasset, lembrou palavras muito pertinentes do imortal pensador espanhol. Pregava Ortega a reforma urgente da universidade e afirmava que o mal espanhol era então o que ele designava por “grosseria”, isto é, a complacência com a vulgaridade. O contrário da grosseria é o homem que, dotado de caráter, procura fazer as coisas, não de qualquer maneira, mas bem feitas. É aquele que tenta fazer as

coisas bem. Essa é a principal obrigação do homem que exige de si mesmo.

Nenhuma reflexão mais apropriada a nosso mundo em crise, submerso em um aviltamento de valores, característico de uma época de transição. Esta é a tragédia de nosso tempo, de todos nós: vivemos no fim de uma época e começo de outra, ainda somos presos a valores arcaicos e não criamos novos, estamos destruindo um tipo de civilização e não logramos gerar outro. Não nos faltam progressos técnicos, materiais, mecânicos. Falta-nos grandeza. E nenhuma civilização digna desse nome ainda cresceu sem grandeza.

Daí a importância que dou à vossa “pedagogia da qualidade”, componente, a meu ver, de todo um acervo de importantes meditações, que desenvolveis neste momento, acerca das relações entre o intelectual e o poder.

Desde que Dalember, em 1753, lançou o seu famoso ensaio sobre o intelectual e o poder, desencadeou-se uma polêmica, ainda hoje viva, a propósito do papel que o intelectual pode desempenhar no governo das sociedades, ora posto em dúvida, ora em conflito, ora requestado como influência possível ou colaboração desejada. Não tem sido fácil a intimidade. De um lado, há às vezes a tendência ao isolamento, à torre de marfim, à recusa a sujar as mãos. Do outro, a anulação frequente da independência. E ainda, em diversas ocasiões, o chamado ao engajamento, ao enfeudamento, nesse ou naquele grupo, do homem de pensamento e do escritor de imaginação. Nunca talvez como em nossos dias essa polêmica foi tão aguda. É que nossa época é particularmente estúpida, ao reduzir os homens à oposição maniqueísta de direita e esquerda. De qualquer modo, esquerda, direita, centro, partidos políticos conservadores ou revolucionários, de todos os quadrantes sociais, o intelectual é bafejado ou repellido, seja como ineficiente aos tecnocratas, seja como incômodo às burocracias totalitárias, seja como buliçoso

demais para os conservadores, seja envolvido em desconfiança pelos governos temerosos da força da inteligência.

Sr. Eduardo Portella, é estreita a porta dos donos da vida e das mansões do poder.

Por isso, não temerei afirmar: para quem possui a vocação das Letras, a Literatura acima de tudo. Mesmo porque o mister literário só depende de nós. Jamais se logrou impedir o ato de escrever a quem possui esse dom. Nem tribunais, nem censuras, nem inquisições.

Não recearei asseverar ainda: no Brasil, a Literatura é a mais importante expressão do espírito nacional. Somos um povo literário por excelência. Foi a Literatura que desenvolveu, desde Anchieta, a nossa identidade de povo e de Nação. É ela que vem empreendendo, de maneira progressiva e pertinaz, o processo brasileiro de descolonização mental. É ela que melhor reflete em nosso País as formas de sua unidade na variedade. É ela que resiste a qualquer tendência ao abastardamento, tão comum entre nós, de homens, costumes, instituições. É ela o melhor espelho do caráter brasileiro. *Littérature d'abord*.

Em nossos dias de crise, fomos deixados órfãos pela política, religião, ciência, educação. Nenhuma delas parece apta a propiciar ao espírito conturbado a força necessária para levarmos avante a aventura humana. Que nos aguarda?

A vida humana existe muito além do cotidiano. É um projeto, em constante desenvolvimento, no qual há muito de mistério. Pois a Literatura é a viagem ao desconhecido, é a busca de solução para o destino ignoto, é uma resposta à noite existencial. Ela nos torna comensais dos gênios. Integra como um só todo o homem e o mundo, a natureza e as coisas, ela aponta o sentido da vida, ensina a viver a dignidade. Só ela nos salva do naufrágio das ilusões. Ela é a própria esperança.



Senhores acadêmicos,

a Cadeira 27, cujo patrono é Maciel Monteiro e na qual se sucederam Joaquim Nabuco, Dantas Barreto, Gregório Fonseca, Levi Carneiro e Otávio de Faria, atualiza a sua tradição – participante, liberal, legalista, literária, crítica –, ao incorporar a personalidade de Eduardo Portella.

Sr. Eduardo Portella,

um privilégio que desfrutaremos nesta Casa, dos mais nobres templos da cultura brasileira, é o ensejo que tereis de privar mais frequentemente com um mestre, que é vosso tanto quanto meu e que é dos maiores brasileiros de todos os tempos, a figura ímpar de Alceu Amoroso Lima.

Ainda há pouco, em um programa de televisão, entre as inúmeras provas de sua grandeza intelectual, ouvimos esta lição oracular de sua velhice gloriosa: o que vale acima de tudo na vida é a sabedoria do coração.

Sr. Eduardo Portella: vós sois um homem que vive pelo coração, não obstante a refinada, lúcida e ativa inteligência que Deus vos deu.

No Brasil, duas coisas comunicam essencialidade ao nosso viver: a Natureza e o Coração.

Nada mais importante do que saber curtir a Natureza, essa Natureza generosa que a nossa incúria depreda, essa paisagem espantosa de praias, baías, montanhas, lagos, florestas e planícies, essa riqueza de flores, frutos, árvores, este céu azul de luz, que nos provariam a existência de Deus, não fossemos amiúde assaltados pela velha dúvida do herói dostoyevskyano. Não foi em vão que o gênio florentino de Botticelli fez surgir a Vênus por entre as forças da Natureza simbolizando assim o nascimento do Amor e da Beleza.

Por outro lado, Sr. Eduardo Portella, não menos fundamental é saber viver pelo coração. E isso vós o sabeis. Vós sois um autêntico

homem cordial, sabeis fazer amigos, sabeis ser amigo, sabeis ser amigo dos vossos amigos, jamais vos esqueceis deles, sabeis dar-vos – e a doação de si é a suprema dádiva –, tudo isso torna um prêmio a vossa convivência. Viver é conviver. E conviver com as pessoas, com os companheiros, com os irmãos da mesma fé e de idênticos ideais. Sabeis ser generoso. Sois um artista da amizade. E a aptidão para a amizade pressupõe a renúncia à inveja e aos impulsos momentâneos dos interesses e da inautenticidade. O vosso gosto da amizade traduz-se por vossa capacidade invencível de admirar.

Quando, ao final da existência, voltamos a mirada para trás, nada mais compensador do que a recordação dos amigos que fizemos na caminhada. Nada mais confortador do que ouvir de companheiros de infância o que escutei há pouco pela voz de um querido e saudoso amigo, Péricles Madureira de Pinho: “Seu Afrânio, está fazendo 60 anos que nos encontramos nos Maristas!”; e de outro não menos querido, Jones Seabra, catedrático de Medicina na Bahia: “Você é o meu mais velho amigo!”

Isso faz um bem enorme à alma, meu caro amigo. Poder sentir que fomos amigos, que não traímos nenhuma amizade, que não decepçionamos e fomos fiéis aos amigos, o que é igual a ser fiel a si mesmo.

Os moralistas e sábios sempre exaltaram a amizade. Há referências e mesmo estudos sobre a amizade em Homero, Hesíodo, Eurípedes, Xenofonte, Aristóteles, Cícero, Virgílio, Ovídio, Shakespeare, Montaigne, La Rochefoucauld, Molière, La Fontaine, Boileau, La Bruyère, Voltaire, Oscar Wilde, Cocteau e inúmeros outros. A Voltaire, se atribui a frase: “Toutes les grandeurs de ce monde ne valent pas un bon ami.” Nosso Machado de Assis também refletiu sobre o assunto e verberou a ingratidão, que é a pior forma da antiamizade. É possível mesmo admitir que a amizade é superior à paixão, à sensualidade, ao amor.

Sr. Eduardo Portella, nesta Casa da convivência amiga, encontrareis grandes oportunidades para dar expansão às excepcionais qualidades do vosso coração. Sereis aqui bom amigo de muitos amigos: alguns já são antigos, outros serão amizades novas dia a dia construídas.

Sede bem-vindo à nossa convivência, Sr. Eduardo Portella.

❧ Cinquenta Anos de Formatura (1981)

Discurso pronunciado por Afrânio Coutinho em Salvador, a 24 de outubro de 1981, na comemoração dos seus 50 anos de formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Trata-se de um discurso pleno de emoção, recordação e saudade, em que ele faz uma homenagem à faculdade e põe em relevo “a dívida de gratidão àqueles mestres que [lhe] deram os primeiros empurrões na profissão”.

Meus queridos colegas,
aqui estamos reunidos de novo após 50 anos. Desta cidade gentil e gostosa, partimos um dia para a vida. Daquela forja admirável que era a faculdade do Terreiro de Jesus, saímos bem formados e confiantes. A casa de tantas tradições, não obstante as nossas queixas, era realmente um laboratório de competências. Exigia muito para que lográssemos atingir o topo da montanha. Isso era bom. Sabemos que as facilidades não levam a nada.

Lembra-me bem – naqueles tempos ainda usávamos paletó, gravata, chapéu e bengala – que dávamos duro no estudo. A boa convivência, a alegre camaradagem, a sadia rivalidade para o êxito nas aprovações, foram caminho seguro, sem o qual não teríamos alcançado a meta.

Restamos 49. Repetindo o jargão da época, éramos a turma madeira. Pelo crivo rigoroso do vestibular só conseguiria passar um pequeno

lote refinado. Vinham de toda a parte: do extremo norte, do nordeste, do sul. Era assim a Bahia da década de 20: meca dos que desejavam ser médicos. Professores famosos espalhavam o renome da escola pelo País. Assistimos a grandes prélios intelectuais, naquele salão nobre majestoso da faculdade, nos quais terçaram armas notáveis estudiosos, pesquisadores, técnicos da Medicina, grandes professores.

Desejo ressaltar as figuras inesquecíveis, a quem tanto ficamos devendo em nossa formação: em primeiro lugar, nosso querido parainfo, Aristides Novis, que sabia transmitir os segredos da fisiologia envolvendo-os em bela palavra, sábia e mestre; Euvaldo Diniz, o severo e elegante sabedor das trocas bioquímicas; Eduardo Diniz, o Biriba, rigoroso na exigência a decorar, como ele, a linha miúda do Testut; Afonso de Carvalho, com os seus bilhetinhos no ar; Leôncio Pinto, sarcástico dissecador da nossa ignorância na constituição dos tecidos mórbidos, como Mário Andreia, dos tecidos vivos, a microestrutura depois da macroestrutura; Fernando São Paulo, o terrorista, de quem dissera Novis pai, que vivia “infernando” o Apóstolo; e Estácio de Lima, preocupado com as carnes defuntas de Lampeão, a traduzir essa preocupação com frases de beleza oratória; e Almir de Oliveira, com a sua bonomia, inimigo da cesárea, que hoje entraria em transe com o que os obstetras fazem, a reivindicar a sua teoria do “enfaixe-se a gestante”; e Gugu Viana a proclamar que a água deveria ser pura como a mulher de César, talvez a única lição de microbiologia que tivesse a nos dar. Ainda não me sai da retentiva a cena em que, preparado o saudoso Fernando Carneiro, na ponta de um dos lados superiores do Anfiteatro Alfredo Brito, para perpetrar um discurso pedindo férias antecipadas em junho, levanta-se Gugu de um jato e sai às carreiras, deixando o nosso colega aparvalhado com o papel na mão.

De Biriba, corria na faculdade uma estória que não era de nosso tempo, mas vale a pena recordar. Um dia, o anfiteatro cheio, um

jumento fura a cerca que separava a roça vizinha e coloca a cabeça na janela, com um sábio olhar e numa atitude de curiosidade pela matéria em exposição. Imediatamente, o mestre lhe dirigiu a palavra: “Entre, sente-se junto de seus colegas!” Ao que um jovem sentado na primeira fila lhe retruca: “Mestre, me permita, mas as visitas devem sentar-se junto do professor!”

Certa feita, o sarcástico Pirajá da Silva, no primeiro ano, estávamos numa das bancadas de cima do Anfiteatro a cochichar eu e alguns colegas vizinhos, quando ele suspende a dissertação que fazia e aponta o dedo em riste para mim e pergunta: “O senhor aí, qual o assunto que estou explicando?” Evidentemente eu estava de todo por fora e não podia responder. Ao que comenta o Mestre: “É uma substância que existe no sangue e sobe à face das pessoas que têm vergonha!” Referia-se, é claro, à hemoglobina, e eu fiquei arrasado.

Ainda estou a ver o nosso querido Oscar Dantas todo pelado, a berrar escandalosamente no corredor de uma pensão em Santo Antônio de Jesus, quando fizemos uma excursão pelo interior para angariar fundos para a Maternidade Clímério de Oliveira. Era noite alta, e Oscar acordara com a cama invadida por um exército, de lança em riste, de um bichinho que ameaçava devorar as suas carnes como aqueloutro verme cantado por Augusto dos Anjos que costuma roer as frias carnes dos cadáveres da gente.

E Jorge Olivais? Dávamos plantão na cabeceira de agonia do nosso saudoso Adolfinho Tourinho. Madrugada. Alguém, no quarto vizinho, desalterava-se de uma necessidade. E Jorge, sussurra aos meus ouvidos: “Essa foi de rachar!” O momento não permitia uma gargalhada, que tive de reprimir quase sufocado.

Outra muito boa foi a do nosso Vitorino, o Vitu, no vestibular com o velho Inácio de Menezes. Sorteara o ponto de batráquios. O professor pedira que ele pegasse um batráquio na mesa onde estavam

os animais empalhados. Vitu, com aquela calma tranquila espalhada na face, sem a menor ideia do que era um animal daquela estirpe, apanha uma enorme tartaruga e apresenta ao examinador, que logo lhe diz: “Ou batracão danado!”

Nós éramos estudantes, e não, como hoje, trabalhadores que estudam nas horas vagas. Formavam-se grupos pelas afinidades eletivas e afetivas, e, cada dia, após a aula matutina, nos reuníamos em casa de alguém do grupo e fazíamos a revisão do ponto dado, aprofundando-o. Em geral, tínhamos um esqueleto em casa e ainda recorde a tortura com que nos enfronhávamos no estudo do esfenoide, do temporal ou do sistema circulatório ou nervoso, decorando o caminho por onde passavam os vasos e os orifícios que perfuravam, verdadeiros túneis nos caminhos das ferrovias, que marcavam os canais da circulação dirigente de nossa economia orgânica.

Gozávamos das folgas naturais da juventude nos intervalos das obrigações de estudo e escola. Não desdenhávamos nossos deveres, que colocávamos acima de tudo. Daí, os êxitos de nossa turma, sempre aquinhoadas com os melhores prêmios e pelo reconhecimento e admiração dos mestres.

E assim, desde o ambiente dos anfiteatros de anatomia, rescendendo a formol, até o aprendizado pelo cheiro do doente nas enfermarias, que o grande Prado Valadares crismou de “osmodiagnóstico”, completamos o itinerário e adquirimos o modesto instrumental com que partimos para enfrentar o mistério dos doentes e das doenças. Estávamos preparados? Vocês estavam, não tenho dúvida.

Mas essa dúvida, será que foi em consequência dela que deixei a Medicina? Será esse fato um misterioso recurso do inconsciente que me forçou a abandonar a carreira que havia abraçado por livre e espontânea vontade? É difícil dizer. Mas o fato é que, embora desde a metade do curso a Medicina me tenha desinteressado – e os colegas

diziam que eu andava sempre com um livro debaixo do braço mas nunca de Medicina —, apesar de me haver desligado completamente, o que aprendi, o contato que mantive com o doente e com a ciência, me legou o espírito científico, aqui haurido certo sexto sentido na observação das pessoas enfermas. Toda a vida ele esteve presente à minha mente, tal a força do aprendizado. Mesmo no exercício literário a que me dediquei, o espírito científico me serviu bastante, na defesa de sua aplicação à análise crítica.

Meus queridos amigos, ao fazer o elogio do ensino que recebemos em nossa grande faculdade, não quero, de modo algum, estabelecer qualquer comparação ou contraste. Não seria eu a pessoa autorizada para fazê-lo. Quero apenas pôr em relevo a dívida de gratidão àqueles mestres que nos deram os primeiros empurrões na profissão e homenagear aquela faculdade, reconhecendo o clima nela reinante, clima de decência, de honestidade intelectual, de cumprimento do dever, de sadia hierarquia, de vontade de saber e de ensinar.

Não quero terminar sem uma palavra de saudade aos nossos colegas que não resistiram, nos deixaram e não acorreram ao nosso encontro marcado para hoje. Que Deus os tenha.

Com todo o cabimento, por se tratar de situações semelhantes, quero encerrar estas palavras que outro colega teria dito melhores, não fosse eu o escolhido pela generosidade dos seus corações antigos no afeto e sempre novos na benevolência, agradecendo-lhes de coração a gentileza sutil do gesto que me designou, usando o fecho de ouro com que Raul Pompeia termina a obra-prima de *O Ateneu*:

“Aqui suspendo a crônica das saudades. Saudades verdadeiramente? Puras recordações, saudades talvez, se ponderarmos que o tempo é a ocasião passageira dos fatos, mas sobretudo — o funeral para sempre das horas”.

❧ *Recepção de José Paulo Moreira da Fonseca no Pen Club do Brasil (1984)*

Discurso de Afrânio Coutinho ao receber o poeta e pintor José Paulo Moreira da Fonseca no Pen Club do Brasil, no Rio de Janeiro, a 20 de junho de 1984. Neste discurso, temos uma verdadeira aula sobre o Modernismo, seus principais representantes e suas gerações.

Em 1945, cessada a Segunda Guerra Mundial, a Literatura Brasileira foi percorrida por duas correntes paralelas.

I. De um lado, a constituída pelo grupo de poetas – sobretudo poetas – que passaram a ser conhecidos como “a geração de 45”, como: Lêdo Ivo, João Cabral de Melo Neto, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Domingos Carvalho da Silva, Ciro Pimentel, André Carneiro, José Paulo Moreira da Fonseca, Geir Campos, Otávio Mora do Couto e Silva, Olímpio Monat da Fonseca, Fernando Ferreira de Loanda, Darci Damasceno, Afonso Félix de Sousa, uns de São Paulo outros do Rio e que tiveram o seu porta-voz, na revista *Orfeu*, na *Antologia Poética da Geração de 45*, no Clube da Poesia de São Paulo, com a *Revista Brasileira de Poesia*. A eles, podem juntar-se alguns prosadores.

Eles não constituíram um movimento literário, mas um grupo de jovens intelectuais inconformistas, dotados de sensibilidade aguda e consciência da época em que viviam, verdadeira encruzilhada histórica, e possuíam algumas tendências estéticas comuns: reação contra o libertarismo e iconoclastia da fase inicial do Modernismo e contra o coloquialismo, em favor de um retorno às disciplinas formais e ao rigorismo artesanal do verso. Condenavam o caráter desleixado do primeiro Modernismo, reagiram contra o verso livre, sentiam a necessidade de retomar as regras do fazer poético, a retórica do verso, do poema, ao mesmo tempo que reencontrar novos significados e conteúdos, mediante um trabalho rigoroso e bem-acabado, daí a preocupação com a Retórica e a Poética. Não queriam promover uma ruptura radical com o Modernismo; ao contrário, a geração de 1945 é uma continuação do movimento, máxime porque surgiu depois do trabalho de reconstrução iniciado com a geração que caracterizou a fase de 1930 a 1945, de que são exemplos Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Moraes, Jorge de Lima e Graciliano Ramos. Mário de Andrade, morto em 1945, atravessara as duas fases, a primeira da rebelião e destruição, a partir de 1922, e a segunda, de reconstrução, por ele mesmo propugnada no admirável ensaio *A Elegia de Abril*.

Essa terceira fase, começada em 1945, realizou uma continuação, mas sobretudo um aprofundamento das conquistas modernistas. A modernidade está de pé. Ela não traz o novo. Usa-o em outra pauta. Sob uma forma em que domina a preocupação estética, cessada a fase de pesquisa, a que se referiu Mário de Andrade. Essa mudança incluiu as outras artes, como a pintura, com Sciar, e a música com Marlos Nobre e Cláudio Santoro. Além disso, o período tem um sentido universalista, uma preocupação com o homem, graças a influências e leituras novas — Eliot, Proust, Valéry, Ungaretti, Fernando

Pessoa, Rilke, Lorca, que produziram uma abertura grande para novos horizontes. Era, assim, pode-se dizer, uma geração aristocrática, que não rejeitava a contemporaneidade com os grandes das primeira e segunda fases do Modernismo. Foi, portanto, não a criadora de um novo período literário – o Neomodernismo – como a designou impropriamente Tristão de Atayde, mas a terceira fase ou terceiro período modernista, que irá terminar no final da década de 60.

2. Paralelamente a esta, o Brasil foi percorrido, a partir de 1945, por uma inquietação entre os jovens, que se fazia sentir em toda a parte do País. Essa corrente denota sinais evidentes de uma ânsia ou busca inovadora. Estavam esgotados os cânones modernistas. Por volta de 1960, o Modernismo está morto. Havia que procurar uma saída ou saídas. E, desde o início da década de 50, essa inquietação se fazia sentir, inclusive, já com manifestações inequívocas e precursoras de algo novo a surgir. Terminado o conflito mundial, por todo o País surgiram simultaneamente grupos com tendências e preocupações semelhantes, procurando abrir novos rumos para a criação literária e artística. Expressos em revistas de vanguarda, referem-se a seguir os grupos principais: *A Ilha*, em São Luís, Maranhão; *Novo Mundo*, em Cuiabá, Mato Grosso; *Clã* e *José*, em Fortaleza, Ceará; *Bando*, em Natal, Rio Grande do Norte; *Joaquim*, em Curitiba, Paraná; *Agora*, em Goiânia, Goiás; *Caderno da Bahia*, em Salvador, Bahia; *Região*, *Nordeste*, *Presença* e *Letras Pernambucanas*, em Recife, Pernambuco; *Panorama*, *Kriterion*, *Alterosa* e *Acaiaca*, em Belo Horizonte, Minas Gerais; *Orfeu*, *Cromos*, *Juventude*, *Esfera* e *Revista Branca*, no Rio de Janeiro; *Colégio*, *Revista Brasileira de Poesia*, *Artes Plásticas*, *Letras da Província*, *Palmeiras*, *Trópico* e *Paralelos*, em São Paulo; *Horizonte* e *Quixote*, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, *Sul*, em Florianópolis, Santa Catarina. Acontecimentos importantes também marcaram a fase, que se pode chamar de encruzilhada ou de transição:

1.º e 2.º Congresso de Poesia (Recife, 1941 e 1942); o 1.º Congresso de Poesia (São Paulo, 1948); 2.º Congresso de Poesia (Ceará, 1948). Os seguintes livros publicados também apontam para novas direções: *Sagarana* (1946), de Guimarães Rosa; *Novelas Nada Exemplares* (1943), de Dalton Trevisan; *Perto do Coração Selvagem* (1943), de Clarice Lispector. A partir desses sinais precursores, a linha renovadora se intensifica, através das décadas de 50 e 60, já produzindo obras de significação inteiramente nova, que culminaram na publicação de *Corpo de Baile* (1956) e *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa.



José Paulo Moreira da Fonseca iniciou sua carreira em plena geração de 1945, com o livro *Elegia Diurna* (1947) e cresceu desde então com cerca de quinze livros para ocupar hoje posto de primeira linha na poesia brasileira e sul-americana. Poeta maior, seu senso de harmonia e de beleza faz dele um lírico de grande altura e significação, um artista integral.

Essa é a palavra — um artista integral. Porque, ao poeta, soma-se um pintor excepcional. Não é que haja nele um poeta que é também pintor. Como já assinalou um crítico, ele é poeta e pintor, em grau máximo e ao mesmo tempo.

Como todos sabemos, foi Horácio quem cunhou a frase *ut pictura poesis*; que quer dizer, assim a pintura, assim a poesia, sugerindo que pintura e poesia são comparáveis ou similares.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a ideia provocou largas especulações e discussões, inspiradas na sentença da *Arte Poética* de Horácio, a grande influência teórica naqueles séculos, entre críticos renascentistas e barrocos. O que pretendiam esses estetas era acentuar a importância das semelhanças entre a poesia e pintura. A poesia é a

pintura falada, a pintura é a poesia silenciosa. O poeta expressaria por imagens o mundo exterior, do mesmo modo que o pintor as gravaria na tela, traduzindo nela emoções humanas. As duas artes denunciavam “correspondências”. Por vezes, certos teóricos fugiam a registrar as separações, insistindo em acentuar a confusão entre as funções das duas artes. Assim, em muitos casos, o poeta usa cores, usando palavras e frases elegantes, e se transforma no pintor, manipulando as tintas na sua tela. Há várias escolas de poesia na Natureza, sobretudo em voga no século XVIII, cuja característica está na poesia-pintura. Tal situação, corrente em especial na literatura alemã, provocou a famosa reação de Lessing, que, em seu *Laokoom* (1766), redefiniu a faixa limítrofe entre poesia e pintura, na linha ortodoxa aristotélica, insistindo em que a poesia é arte humanística, de expressão das emoções e ações humanas, e não de descrições.

A despeito das teorias de oposição ao conceito, sempre houve quem defendesse e aplicasse a teoria da correlação, sobretudo no final do século XIX, quando se deu uma onda de orientalismo, muito favorável ao entendimento de que o poeta deve escrever pintura; e os pintores, escrever poemas silenciosos.

Nada disso quer dizer que os poetas e pintores não possam entender-se na prática, e não deixa de haver sempre os que realizam uma obra que valoriza as duas artes, sobretudo em poetas que são ao mesmo tempo pintores.

É o caso do nosso José Paulo Moreira da Fonseca, grande poeta e grande pintor. Para ele, é “indiferente o pincel ou a pena. Em ambos escorre a visão da existência do Homem”. Eis nesse brasileiro praiano, para quem a “morada é a ventosa fronteira entre a terra e o mar”, pintor impregnado do barroco luz-cor, neste poeta para quem “mar” e “amor” são palavras mágicas, neste artista visual está o exemplo brasileiro mais nítido e mais representativo do *ut pictura poesis* horaciano.

Há pouco, José Paulo veio a público novamente na continuação de sua obra personalíssima e bem brasileira, apresentando-nos este livro maravilhoso, de extrema originalidade: *Cores e Palavras*.

O livro é uma alegoria do dia. É dividido em cinco escalas – manhã, meio-dia, tarde, noite, madrugada. As ilustrações de cada parte, que são reproduções de pinturas do autor, acompanham-se de textos poéticos referentes ao quadro. Há coisas lindíssimas: “Agora que veio a tarde como um fio de navalha o céu em seda”, descrevendo um fim de tarde no Rio; ou quando fala de D. Quixote: “Este mundo é muito difícil... Quem segura a lua, a terra, no vazio da noite? Quem sou eu? (Sai cambaleando).” É difícil não mencionar as palavras de Antônio a Cleópatra. As pinturas e os poemas aí se fundem num só acorde (metendo a música nessa correspondência) de extrema sintonia, nos quais José Paulo vai ao auge de sua mestria criadora nos dois aspectos de sua arte.

Um ponto acentuaria ainda: essa arte de extrema sutileza e refinamento deve ter recebido certo influxo do mundo oriental. O próprio autor cita a gravura japonesa como uma das fontes de estudo, além do Impressionismo. Mas, aos orientais, ele deve, com certeza, essa tendência a mesclar a poesia e pintura, segundo uma linha a que não deve estar ausente, como em todo bom brasileiro, o espírito barroco. Não creio tenha havido outro artista de sua estatura que, no Ocidente, lograsse atingir o grau de perfeição na fórmula *ut pictura poesis*, unindo cores e palavras.

❧ *Recepção de Sergio Corrêa da Costa na Academia Brasileira de Letras (1984)*

Discurso de recepção do Embaixador Sergio Corrêa da Costa no ato de posse na Academia Brasileira de Letras. Trata-se de mais um discurso em que Afrânio Coutinho defende os posicionamentos que adota em sua vida cotidiana. Neste, ele volta a referir-se ao Brasil como um país mestiço que precisa se orgulhar dessa característica e buscar na educação a solução para seus problemas.

Sr. Sergio Corrêa da Costa:
esta Academia é uma Companhia.

Claro que não possui o feitio, a estrutura e a finalidade daquela que o grande Santo Inácio de Loyola imaginou, como soldado que era, colocando, a serviço do Cristo, verdadeira milícia de combate para trazer ao bom caminho os que O haviam esquecido ou ainda não O conheciam.

A nossa Companhia é de paz, ou melhor, é também de combate, mas um combate paradoxalmente pacífico, porque a sua dinâmica atua exclusivamente no mundo do espírito. É uma ação pela cultura, pela Literatura, pela Língua. A dos filhos de Santo Inácio também mobilizava, de outro modo, os instrumentos espirituais, mas

para a ação temporal. Tanto que dela nasceu uma nova fase histórica, hoje designada como a era barroca do século XVII. Da sua atuação, transformaram-se artes e letras, maneiras de pensar e sentir, de vestir e jardinar, de construir igrejas e outros monumentos arquitetônicos. Estava fadada a criar no Brasil um tipo de civilização cristã-comunitária, nos moldes da que vinham os jesuítas construindo nas Missões, não fora impedida pelo ciúme e falsa visão de estadista de um ferrenho Marquês metido a iluminista. Possivelmente, diverso teria sido o nosso destino, não houvessem extinguido aquele exército de negras sotaínas que

Do zimbório de Roma – a ventania
o bando dos apost’los sacudia
Aos cerros do Brasil.

E que buscavam eles? Ouro, pedras preciosas, âmbar, cravo, como os ambiciosos colonizadores?

“Mentira”... respondia em voz canora
O filho de Jesus...
“Pescadores... nós vamos no mar fundo
Pescar almas pra o Cristo em todo o mundo,
Com um anzol – a cruz! –”

O nosso bardo Castro Alves tinha a intuição dos gênios. Por isso, compreendeu o papel que tiveram em nossa terra os filhos de Santo Inácio.

Nossa Companhia tem esse nome, porque é constituída de companheiros. Somos companheiros uns dos outros pela existência. Sofremos e nos alegamos juntos. Aqui chegados, largamos na soleira as

sandálias de nossas desavenças ou incompreensões ocasionais, em que a vida é fértil, e nos tornamos companheiros. Que quer isso dizer? As palavras companhia e companheiro originaram-se do Latim *compania*, que quer dizer “acompanhar”, formada de *cum* e *panis*, “com pão”, isto é, que “come pão com”, desenvolvida a expressão pelos soldados do Baixo Império. Aqui, nós, companheiros, tomamos “chá com”. De qualquer modo, somos, para a vida, *compagons de route*.

Antes mesmo de aqui pousar, Sr. Sergio Corrêa da Costa, já éreis companheiro. Vosso temperamento, vosso comportamento, vossa atitude convival, denotavam o vosso caráter de bom companheiro, e isso não passou despercebido à Instituição. A Academia Brasileira de Letras é dotada de um *esprit de corps*. Suas reações não são individuais, nenhum de seus membros é dono dela, nem abriga tal pretensão. O que a alma é um espírito coletivo, que existe independentemente dos seus componentes eventuais e momentâneos. Esse espírito é permanente. É invisível, impalpável.

Vossa conduta era de companheiro nosso, antes de pensardes em bater à porta da Casa de Machado de Assis. Há um episódio de vossa vida bastante significativo. Vivíeis tranquilo a cultivar o vosso pomar, o doce lar que construístes ao lado dessa extraordinária companheira com que Deus vos premiou. O vosso pomar, como não podia deixar de ser, comunicava-se com uma floresta, a jangla feroz que é o nosso mundo. Certo dia, ao passardes por uma aleia mais solitária, ouvistes um gemido. Parastes a escutar melhor. O gemido repetia-se. Havia um desvão meio escondido atrás de uma soca de arbustos e dali partia o gemido. Aproximastes-vos com a cautela devida. E destes então com um vulto escuro. Era um leão. Restava estendido, com a cabeça encostada no chão, da qual escorria sangue. Receoso, foste-vos chegando aos poucos para perto. O leão parecia cego. Uma flecha incompetente vazara-lhe um olho. Mas a vida ainda não lhe

fugira. Tomastes o ferido, inteiramente inerme e perdida a ferocidade natural, e o trouxestes para casa. Emprestastes-lhe todo o conforto e carinho, ajudando-o a sarar a ferida e reconquistar a visão. Até que um dia sentistes que não podíeis mais detê-lo, chamado pela floresta. Já sarado, o leão aguardou um momento propício, olhou-vos com a maior ternura como a dizer-vos adeus e agradecer-vos e penetrou matagal a dentro. Vosso espírito de companheirismo estava satisfeito.

SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

A Cadeira que vindes ocupar em nossa Academia é a de número sete, que se inicia com um Patrono maravilhoso, o vate magnífico de “Vozes d’África”. Ela é marcada pelo signo nacionalista. A palavra de ordem herdada de vossos antepassados é que devemos ter orgulho de ser brasileiros. Com todos os defeitos que reconheçamos nele, construímos um país, uma civilização, nos trópicos, façanha inédita, a avaliarmos o grau de progresso que conseguimos. E fomos nós que a realizamos, nós brasileiros, a despeito do sistema colonialista a que ficamos subjugados por séculos. Não carece queixar-nos. Nenhuma nação da Europa teve as mãos limpas na vigência do pacto colonial, desde que o ímpeto renascentista, mudando a face do mundo, abriu os mares e plantou-as nas terras que descobriram. Mas isso já terminou. Não alimentemos ódios nem ressentimentos, mas tampouco sentimentalismos. Não se muda a evolução dos tempos. Não esqueçamos, contudo, que somos outra coisa, uma nova situação histórica, uma nova gente, uma nova era, olhando para o futuro e não virada para o passado, como a estátua de sal da *Bíblia*. Nossas raízes estão aqui fincadas no solo pelos nossos antepassados que, a despeito da mó colonial, abriram caminhos e estradas, fundaram vilas e cidades,

construíram fazendas, descobriram minas, criaram a agricultura, cantaram os nossos feitos dos primeiros anos e diferenciaram da europeia a Língua Brasileira, que herdamos da portuguesa, do mesmo modo que portugueses, espanhóis, franceses, italianos fizeram com a latina; e os holandeses, com a alemã.

Como brasileiros, dotados de caráter e sensibilidade peculiares, vivendo costumes próprios, aqui por nós desenvolvidos e inovados, criando uma Música e uma Literatura, maneiras de fruir o lazer, nas praias e em nossas festas de arraial e igreja, não abrimos mão das nossas peculiaridades, mesmo que isso implique prejuízos materiais. É que a vida de um povo não consiste somente em enriquecer e acumular poder. Há outras coisas que proporcionam felicidade, e, pobres como somos, e enfrentando séria crise no momento, é espantoso que realizemos, como assistimos anualmente, uma festa como o carnaval, divertimento mágico.

Além de tudo, não nos esqueçamos de que há algo muito precioso na curtição da Natureza e na sabedoria do amor e da amizade, que são características de nossa psique.

SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

Escrevestes um belo livro sobre uma das figuras mais representativas do nosso espírito nacional, aquele marechal das nossas gloriosas forças armadas, que, ante a ameaça de lesão à nossa soberania, não ficou encucado e reagiu como devera, mostrando que, àquela altura, já havíamos concluído o processo de descolonização, processo este que estudei em livro recente, no campo literário.

Vossos livros expressam a vossa dedicação à causa da Pátria, e esse princípio vos guiou desde o início de vossa vida. E, ao escolherdes a

carreira diplomática, vosso espírito público, vossa inteligência e habilidade, vossa dedicação e competência sempre se fizeram presentes nas vossas providências e ações no estrangeiro, através da carreira notável, começada nos Estados Unidos e chegada, 30 anos após, ainda a Washington, depois das Embaixadas de Londres e Nações Unidas. E agora, nesse posto de grande relevo, seguis à risca os dois maiores guias e exemplos que vos sugere a legação em Washington: Joaquim Nabuco e Oswaldo Aranha, duas figuras excelsas da vida brasileira. Não terá sido por acaso que o destino vos colocou na família do grande estadista gaúcho, como a sugerir-vos, por gratíssima coincidência, os rumos que devíeis trilhar nas relações internacionais em defesa dos nossos problemas, na mesma embaixada por ele regidamente exercida, em momento não menos difícil que o de nossos dias, embaixada que está no centro de nossas relações internacionais.

Nesta Casa, paira também sobre vós a sombra augusta de vosso avô, o nosso poeta-filósofo Raimundo Correia.

Como vós, todos os vossos antecessores na Cadeira número sete pugnaram pela grandeza de nosso País: Castro Alves, o Patrono, deu-nos a autonomia de nossa linguagem lírica; Euclides da Cunha clamou contra o abandono em que foram deixados os nossos sertões isolados da influência civilizatória; Afrânio Peixoto pôs em relevo pelo Romance o contraste entre as áreas urbana e rural, na mesma linha de pensamento pela valorização do interior esquecido desde a colônia; antes, Valentim Magalhães empenhara-se pelo desenvolvimento cultural, estimulando a agremiação dos homens de inteligência e a criação de órgãos literários; Afonso Pena era um esmiuçador do nosso passado cultural; e Hermes Lima, um gladiador pelo nosso futuro mediante transformações sociais necessárias à libertação das nossas raízes arcaicas e arcaizantes; Pontes de Miranda falou a favor do Brasil no estrangeiro, e Dinah Silveira de Queiroz escreveu uma obra de

ficção toda ela refletindo a nossa gente, os nossos costumes, a nossa sensibilidade, a Língua Brasileira, tal como fazem nossos criadores de literatura, consolidando a nossa Ficção e a nossa Poesia, colocando-as em lugares do mais alto relevo pela originalidade e peculiaridade, e dando continuidade à tradição criada pelos nossos Gregório de Matos e Antônio Vieira, os dois grandes brasileiros que, ao lado de Anchieta, deram início às nossas letras, com um sentimento de autonomia, que, na palavra barroca de ambos, foi o nosso primeiro brado de protesto e reivindicação espiritual autonômica e nativista.

Como historiador, vindes ao nosso meio sobraçando, entre outros trabalhos, dois livros nacionalistas. Um acerca de D. Pedro I, o implantador de nossa independência, em 1822, contra a vontade das câmaras de Lisboa; e o outro sobre Floriano Peixoto, o consolidador da República, esta que constituiu a nossa verdadeira independência, pois o século XIX, entre nós, permanece um século português, com laços muito fortes, de todo tipo, ainda nos prendendo ao antigo sistema. Gilberto Amado deixou-nos uma afirmação de extrema argúcia: a República é que teve capacidade de criar Brasil dentro do Brasil.

Esses dois livros são de excelente teor historiográfico: *As Quatro Coroas de D. Pedro I* e *A Diplomacia do Marechal*, o primeiro de 1941 — tínheis 20 anos —, o segundo de 1945, são obras que revelam um espírito preocupado em realçar os trabalhos de homens de Estado construtores da nossa independência.

Vosso gosto e preferência historiográfica, ao lado do trabalho de pesquisa em arquivos e publicações de documentos, tarefa importante e indispensável, vos conduzem para compor sínteses de épocas centradas em torno de figuras que buscaram dirigir o País para a consolidação de sua identidade nacional, como Pedro I e Floriano, em duas fases críticas e decisivas de nosso passado, momentos em que se operaram profundas mutações históricas, quando o País mostrou

sua vontade de abandonar uma fachada de aparência para encarar a realidade concreta e modernizar-se.

Três faces caracterizam a vossa obra de historiador: a paixão documental, a ideia de síntese e a interpretação da história viva, de ação e combate.

A historiografia moderna surgiu em França na década de 30 e mudou completamente a concepção e orientação de escrever História, desde que Marc Bloch, Lucien Febvre e Henry Berr conceberam a revista *Les Annales* e aplicaram a teoria da síntese histórica na grande coleção de 100 volumes de *L'évolution de L'humanité*. Daí, surgiu a “Nouvelle Histoire”, à qual estão ligados nomes de notáveis historiadores como Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jacques Le Goff, Marc Ferro e Fernand Braudel, este último autor do extraordinário livro sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, das maiores obras de História jamais escritas e que tanta ajuda nos fornece para a compreensão da península ibérica. Essa “História nova”, ciência moderna, revolucionou, nas últimas décadas, a metodologia histórica tradicional. Se ela exige uma reflexão teórica, no dizer de Jacques Le Goff, não se submete a nenhuma ideologia.

“Ela afirma, ao contrário, a fecundidade das abordagens múltiplas, a pluralidade dos sistemas de explicação, além da unidade problemática. Ela é uma História escrita por homens livres para homens livres ou em busca da liberdade, a serviço dos homens em sociedade”,

arremata o historiador francês.

Não hesito em enquadrar as vossas duas obras principais, sobre D. Pedro I e o Marechal de Ferro, nos moldes da nova História, tal como descrita no dicionário *La Nouvelle Histoire*, volume das *Encyclopédies du Savoir Moderne*.

Vossa preocupação, como disse, dirige-se em três rumos: o documental, a síntese, a ação.

O livro sobre Floriano Peixoto é obra de síntese magistral. É de admirar o vosso instinto de pesquisador do documento certo no arquivo certo. Daí, a riqueza documental que exibis. O mesmo pendor vos leva a enxergar no acontecimento o entrechoque dos fatores econômicos, políticos, psicológicos e o digladiar de correntes nacionais e internacionais. Tratando da diplomacia no governo de Floriano Peixoto, não escrevestes um livro seco de discussões diplomáticas. Vossa perspicácia não perde de vista as correntes subterrâneas e o conflito dos interesses que procuram sobrepor-se às razões nacionais. O que, acima de tudo, perseguis é o interesse nacional, é o pensamento do Brasil. Daí que conseguis uma visão global, sintética, dos acontecimentos, acima dos quais pairam as figuras poderosas, muito brasileiras, de Pedro I e Floriano Peixoto. Além do mais, não desprezais os canais literários da boa escritura, do estilo, da capacidade narrativa para a ressurreição do passado e do registro dramático dos acontecimentos.

À luz da vossa mestria na arte de Plutarco e La Bruyère, em que a análise psicológica surge do pano de fundo dos acontecimentos, três personagens ressaltam de vossa pena no primeiro livro: Floriano, Saldanha da Gama e Salvador de Mendonça.

Embora situados em posições opostas, Floriano e Saldanha assumem porte de grandeza que o vosso pincel traça com a força dos grandes retratistas da história literária. Floriano é a consolidação das novas instituições, que defende com astúcia, bravura, firmeza, autoconfiança, dignidade, visão clara do que representava melhor o ponto de vista do País. Enfermo, frágil e esquivo, como dizeis, defende-se da mão armada dos adversários sem contar a princípio com os meios bélicos necessários a desfrutá-los, recursos que só no decorrer dos

meses vai improvisando contra a parte da armada em rebelião. Mas suas táticas, seu pulso de ferro, sua resistência moral, sua autoridade e austeridade conseguem levar de vencida a provocação e o desafio de Custódio de Melo e Saldanha da Gama, merecendo “o reconhecimento e o orgulho da Pátria”. São vossas estas palavras. Do outro lado, é Saldanha a figura que se agiganta da neutralidade e hesitações iniciais até a morte solitária, melancolicamente, em combate, nas mãos de um lanceiro numa grota da fronteira do Rio Grande com o Uruguai, depois de se haver revelado com atos de incrível bravura na Guerra do Paraguai. A Pátria venera esses dois heróis, das suas forças militares de terra e mar.

Idealista, inconformado com o curso que tomara a história do País, Saldanha entrou na luta, assim que percebeu chegado o momento azado para tentar a restauração monárquica do agrado de uma corrente da opinião pública e política.

O terceiro personagem que se destaca é o nosso embaixador em Washington, Salvador de Mendonça. À sua capacidade diplomática, à sua paciência e pertinácia, deve o Brasil ter-se resguardado de intromissões alienígenas para a debelação da revolta, sem quebra da soberania nacional, inclusive evitando a declaração da beligerância para os revoltosos, e que, apesar da intensidade da arrogância estrangeira, logrou ganhar a batalha diplomática. A figura de vosso antecessor em Washington ressalta com toda inteireza e justiça. Para honra nossa, ele também pertenceu a esta Casa.

Cabe aqui registrar o papel do Conde do Paço d’Arcos, embaixador de sua majestade fidelíssima o rei de Portugal. Em meio à confusão reinante no Rio de Janeiro e, sobretudo, na baía de Guanabara – pela presença da frota rebelada e de navios mercantes e de guerra de outras nações, que se arvoravam a interferir no conflito sob o argumento de defesa dos nacionais de suas respectivas pátrias, entre o

Rio de Janeiro e Petrópolis, onde residiam quase todos os diplomatas fugindo à febre amarela —, o conde luso, irrequieto, com sua inexperiência diplomática, sua impertinência e suas artimanhas, querendo influir na vida interna do País, criou tal estado de insatisfação no Governo, que acabou pondo termo às relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil. O Visconde de Cabo Frio, diretor geral do Ministério das Relações Exteriores na época, segundo correspondência do Paço D'Arcos, teria até grande má vontade contra Portugal, o qual, como comenta o diplomata português, “ele, Visconde, supõe sempre disposto a desfrutá-lo, como se ainda fosse a sua antiga colônia!” A saída de Paço D'Arcos foi pedida pelo Governo brasileiro, porque, segundo ainda outra correspondência oficial por vós transcrita, ele se envolvia “abertamente na política brasileira, de modo a tornar-se incompatível com o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República”, isto é, Floriano Peixoto.



Vossa exímia arte de pintar retratos já havia dado demonstração cabal, em relação a D. Pedro I e às duas imperatrizes, D. Leopoldina e D. Amélia. No augusto fundador do Império, com o vosso seguro conhecimento histórico, apontais o homem extraordinário, o Rei Cavaleiro, na definição do nosso Pedro Calmon, o soberano sereno, generoso, magnânimo, em reação, sem hesitações, contra a prepotência das cortes de Lisboa inconformadas com o ato de 1815, de D. João VI, ao criar o Reino Unido. Discutis e argumentais muito bem com os fatos. Eram o valor, a lealdade do príncipe para com o povo brasileiro, que ele queria retirar da situação colonial, quando não nos era permitido nem importar livros nem montar tipografias, cujo ouro e produtos agrícolas é que sustentavam o consumo da metrópole,

inteiramente dependente da colônia, e, por isso, em luta pela recolonização. Traduzis com muito conhecimento de causa o que pensavam de nós na Europa: “O Brasil não passava de uma colônia longínqua, povoada por gente de várias cores, sem conforto, sem civilização.” D. Pedro, entretanto, recusou a oferta de coroas europeias para permanecer ao lado do povo que nele depositava total confiança e que o aclamaria seu defensor perpétuo. Corajoso, bravo, intimorato D. Pedro! Jamais seria a sua teimosia perdoada pela metrópole, pois àquela “existência tormentosa e romanesca”, para repetir as vossas palavras, foi negado até um funeral de rei, e só mesmo o carinho da filha Maria da Glória é que colocaria sobre o peito do moribundo a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, conquistada por bravura, valor e lealdade.

Enlaçada ao retrato do rei, vossa página sobre as duas esposas é uma miniatura de singela beleza, que põe em evidência a ventura que teve o Rei Soldado, a primeira esposa ajudando-o na campanha da Independência, a segunda animando-o nas lutas liberais da península. E ele cresce na vossa pena e a vossos olhos ao lado dessas duas heroínas. Do imperador, disse Oswaldo Aranha palavras esplêndidas:

“Apesar da elevação moral e do patriotismo com que o filho, o segundo Pedro, veio a governar o Brasil durante quase meio século, é na juventude impetuosa do pai que sentimos palpar qualquer coisa de adolescente e inquieto que ainda hoje acentua o retrato psicológico da nossa Nação (...) D. Pedro I esse, como que nasceu da própria natureza brasileira; refletiu numa certa desordem de vida (que jamais quebrou a dignidade fundamental do seu caráter) as quedas, os arrancos, as improvisações ambientais. A identificação do seu

temperamento com o temperamento do povo que o rodeava é que o torna tão vivo diante dos nossos olhos (...) Não sei quê do seu sangue palpita no nosso sangue”,

conclui Oswaldo Aranha que está presente aqui no regozijo de seus filhos por vossa glorificação.

Essa mesma tendência nacionalizante pode-se apontar na evolução de nossa literatura, criando o que chamei “a tradição afortunada”, em livro deste título. Desde Anchieta, Gregório e Vieira, essa tradição existiu, embora até o século XIX sufocada pelo arrocho colonialista. Mas ela evoluiu firme, através da história, mediante o esforço intelectual de homens de gênio, como os referidos, e mais um José de Alencar, um Castro Alves, um Araripe Júnior, um Sílvio Romero, um Raul Pompeia, um Machado de Assis, até consolidar-se com os modernistas, em verdadeira linhagem nacionalista a que se deve hoje em dia possuírmos uma Literatura que se iguala com as maiores do mundo. Essa Literatura, junto da música popular, do carnaval, do futebol e da religiosidade popular, é o que de mais autêntico surge da alma do homem brasileiro, esse mestiço de sangue ou cultura.



Esta Academia, Sr. Embaixador, tem laços muito fortes com a História que cultivais e com a diplomacia, pela qual servis o nosso Brasil, procurando lá fora engrandecer o seu nome, a sua civilização, a sua cultura.

Pela sua índole e formação, nossa Instituição não é apenas constituída de homens de letras no sentido estrito, isto é, de romancistas, poetas, cronistas e críticos. Como a Academia Francesa, seu ilustrado modelo, assentam-se nas suas Poltronas homens de letras em sentido

lato, homens de cultura, expoentes nas várias atividades do espírito. Grandes médicos, grandes eruditos, grandes historiadores, grandes jurisconsultos, grandes sacerdotes, grandes cientistas, grandes jornalistas, grandes militares, grandes educadores e tantos outros. No discurso inaugural da Academia, Joaquim Nabuco bem caracterizou essa condição peculiar com a sua palavra bela e eloquente. E Afrânio Peixoto costumava salientar a necessidade de a Academia possuir como seus membros um mínimo de dez acadêmicos estranhos às atividades puramente literárias. Disso, decorria o prestígio de que desfrutava.

Desde os patronos João Francisco Lisboa e Varnhagen que a Historiografia é representada na Academia: Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Afonso Taunay, Rocha Pombo, Roberto Simonsen, Gustavo Barroso, Luís Edmundo, Paulo Setúbal, Viriato Corrêa, Rodolfo Garcia, João Ribeiro, Ramiz Galvão, sem falar em memorialistas e biógrafos. Agora mesmo, aqui estão Pedro Calmon, Luís Viana Filho, Américo Jacobina Lacombe, José Honório Rodrigues, Afonso Arinos. Recusou-se a pertencer ao quadro dos fundadores Capistrano de Abreu, o grande mestre da nossa Historiografia, porque, na sua alegação de casmurro iluminado, só pertencia a uma sociedade, o gênero humano, assim mesmo porque não havia sido consultado.

Tendo existido a diplomacia desde a Grécia, Egito, Roma, Assíria, Florença e no mundo moderno, por que também não teria entrada nas academias? Não há incompatibilidade entre as duas atividades de escritor e diplomata. E, em nossa Casa, tivemos o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Domicio da Gama, Oliveira Lima, Luís Guimarães Filho, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Salvador de Mendonça, Graça Aranha, João Neves da Fontoura, Helio Lobo, Gilberto Amado, Osvaldo Orico, Pontes de Miranda, Paulo Carneiro, Ribeiro Couto, Guimarães Rosa,

diplomatas escritores ou escritores diplomatas, e o fato repete-se em nossos dias, com João Cabral de Melo Neto e José Guilherme Merquior. A vossa admissão aos nossos quadros vem premiar um diplomata brilhante, eficiente, capaz, uma personalidade humana cujo convívio é enriquecedor, e isso importa sobremaneira à Academia. Vindes acrescentar-nos com os vossos dotes superiores de espírito, a vossa formação moral e a vossa cultura. Será para nós um orgulho a vossa companhia.

Graças a esses dons de vossa pessoa, chegastes à Academia Brasileira de Letras ao mesmo tempo em que ao mais importante posto da nossa diplomacia. Em Washington, tereis fartas oportunidades de elevar o nosso País, ajudando o nosso Governo a resolver a crise profunda que abala os alicerces de nossa estrutura econômica e social. A vossa marca é de um historiador atuante, vale dizer de um historiador para quem a História não é coisa morta, mas um instrumento de combate pelo presente e pelo futuro à luz da interpretação do passado. A escolha de vossos temas e o tratamento que lhes destes mostram bem a vossa garra. Essa mesma virtude se evidencia no diplomata.

O que temos diante de nós, Sr. Embaixador, é um desafio. O Brasil necessita de todos os brasileiros, pequenos e grandes, sobretudo dos que, pelos acasos da vida, ocupam os postos de elite dirigente e se devem empenhar para vencermos as dificuldades presentes e entrarmos em dias melhores, dominando as nossas mazelas, herança de uma colonização espoliativa, predatória e obscurantista. Crescemos ao léu, sem qualquer planificação, sem instrução a não ser a ministrada pelos jesuítas, sem educação superior universitária, sem imprensa, os nossos produtos pilhados – o pau brasil e outras madeiras de lei consumidos pela Europa inteira com benefício de intermediários espertos, e assim o açúcar, as pedras preciosas, o ouro, tudo o que só aproveitava ao estrangeiro. Não logramos fazer do Brasil um país para nós mesmos,

como conseguiram os norte-americanos, cuja população é dividida em duas partes — uma que produz e vende, a outra que compra e consome. E todos vivem felizes, numa sociedade socialista como jamais houve igual no mundo. E isso graças à existência de um mercado interno que não nos deram chance de criar. Ao contrário, entre nós, uma economia baseada no trabalho escravo deu lugar a uma falsa elite, passageira, ociosa, sem o gosto do trabalho, que se banqueteava em tablado podre, exibindo os adereços e até os alimentos importados. Pela ausência de ensino generalizado e superior, não desenvolvemos um padrão de competência em nossos homens — nas áreas públicas e particulares. Enquanto a população era pequena, íamos caminhando ao Deus dará, e assim o País cresceu. De repente, a explosão demográfica passou a exigir um sentido técnico para todas as atividades, daí o colapso inevitável. Feita no papel, improvisada e atrasada, nossa universidade não tem condições de socorrer o País com pessoal técnico, especializado, competente, que cobrisse as necessidades das várias classes — do mecânico ao engenheiro, do enfermeiro ao médico, do bancário ao funcionário público, do agricultor ao industrial.

Somos um País surrealista, imprevisível, ilógico, no qual tudo acontece menos o óbvio, como disse muito bem Carlos Drummond de Andrade, o vate que nos honra em ser nosso contemporâneo.

E, no entanto, o País merece, pois é ocupado por um povo alegre, sensível, imaginativo, criativo, de boa índole, inteligente, hábil, embora com uma parte vasta — cerca de 80% — vivendo uma situação sub-humana, semiprimitiva, conforme a retratou o pincel mágico de Portinari, e cujos vícios lhe foram comunicados e impingidos pelo sistema de séculos de erros acumulados.

O quadro é desalentador, mas não devemos desanimar nem perder a esperança. Países europeus que hoje ostentam um nível alto de civilização, quando tinham quatro séculos de vida, que exibiam?

Salteadores nas estradas, candidatos ambiciosos ao trono que assassinavam os legítimos herdeiros para abocanhar o poder, rainhas que financiavam e transavam a pirataria nos mares e uma vida social nem sempre animada por bons padrões morais, sem falar num clero vicioso e parasita. Em verdade, cinco séculos são quase nada na vida de uma nação. Embora não tenhamos completado a nossa, e uma nação nunca se completa, muito já fizemos e por nós mesmos. Aqui, existe realmente um mundo novo.

Não percamos a fé. Nesta Casa ilustre de cultura, procuramos dar o bom exemplo pelo labor continuado em prol do País.

SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

Pelo vosso valor e pela tradição da Casa de Machado de Assis, esta Poltrona há muito já era vossa. Aqui estamos para vos aplaudir e bem receber-vos em nosso ameno convívio.

❧ Medalha ao Mérito Castro Alves (1986)

Discurso de agradecimento do Professor Afrânio Coutinho ao receber a medalha ao Mérito Castro Alves, concedida pelo Governo do Estado da Bahia, em Salvador, em 1986. Trata-se novamente de um texto perpassado pela emoção de receber mais uma homenagem na Bahia, sua terra amada e nunca esquecida. Afrânio Coutinho refere-se ao orgulho que sente de se ter empenhado sempre na luta pela descolonização do pensamento brasileiro, principalmente no terreno da Literatura, e dos resultados que visualiza naquele momento, afirmando que “hoje possuímos uma Literatura que é a maior das Américas e das maiores do mundo”.

Venho de novo à minha terra para receber homenagem. A Bahia não espera que os seus filhos morram para homenageá-los. Recentemente foi o título do Doutor *Honoris Causa*, que a universidade me outorgou e que recebi das mãos afetuosas do nosso saudoso magnífico Reitor Macedo Costa. Agora, é o diploma de Mérito Cultural Castro Alves, que o nobre secretário da Educação, Edivaldo Boaventura, me entrega em nome do Governo do estado. Mais uma vez, expresso comovido o meu profundo agradecimento aos conterrâneos, cuja amizade não me abandona. Já o disse e repito, eu sou um produto dos meus amigos, que os tive e tenho muitos e que me deram os empurrões que me levaram às melhores conquistas de

minha vida. E na vida nada como deixá-la dirigir-se pela sabedoria da amizade.

Todos sabem que, saído da Bahia, jamais deixei de amar a minha terra e sua cultura, os seus valores, vivendo inspirado por eles e a eles fiel.

Muito me orgulho de minha baianidade. Ela caracteriza os meus atos e orienta os meus passos na luta da existência. Fui criado e educado à sombra do clima espiritual da cultura baiana, nesta estupenda cidade barroca, e proclamo sempre a minha fidelidade ao espírito baiano – o primado da conciliação, da conversa amena, da solução dos problemas sem imposições, mas também sem subserviência. Aqui, aprendi a lutar pelas boas causas de interesse público e cultural, muitas vezes dando a impressão de intransigência e belicosidade, mas sem perder a elevação e a civilidade. Porque a Bahia constitui uma civilização, com sua peculiaridade e valores próprios de viver e conviver, mas também de batalhar.

Orgulho-me de haver surgido para a vida literária numa época de efervescência e descolonização, em que a Cultura brasileira assumiu a sua identidade conquistada através dos séculos e passou a caminhar por si mesma, graças ao movimento modernista, que antropofagicamente proclamou a independência da nossa literatura.

Minha ação de escritor e crítico foi toda ela marcada por essa ideologia nacionalista. Graças à minha formação na Bahia e ao alargamento e aperfeiçoamento adquirido no estrangeiro, pude exercer uma atividade entusiasta e animadora no sentido dessa autonomia, a fim de contribuir para que o Brasil fosse senhor de si mesmo e consolidasse a forma própria de sua literatura, de acordo com a alta linhagem de seus escritores, de Gregório de Matos, a José de Alencar, a Castro Alves, a Gonçalves Dias, a Machado de Assis, a Mário de Andrade. Nós hoje possuímos uma Literatura que é a maior das Américas e das maiores do mundo, graças aos movimentos contemporâneos.

Essa é a minha convicção que procuro difundir por todo o País, inclusive como tentativa para afastar de nosso espírito o sentimento colonial de inferioridade em relação às demais literaturas. Literariamente, os brasileiros podemos já agora criar e produzir por nós mesmos, pela inspiração em nossa realidade nacional, sem embargo de permanecer com as janelas abertas para os ventos vindos de fora.

Essa é a mensagem que sei levou os meus conterrâneos a aplaudir-me com a concessão de mais essa honraria da medalha que tem o nome do nosso maior poeta, Castro Alves.

Muito Obrigado.

❧ *Recepção de Eduardo F. Coutinho no Pen Club do Brasil (1988)*

Discurso de saudação a Eduardo de Faria Coutinho, proferido no ato de posse no Pen Club do Brasil, no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1988. É um texto em que a emoção e o orgulho de pai estão latentes todo o tempo: Afrânio Coutinho saúda e dá as boas-vindas a seu filho como membro do Pen Club do Brasil. Ele traça aqui um caminho da evolução da Crítica literária no Brasil e no exterior e afirma: “A verdadeira Crítica é pluralista, fazendo porém com que pelos diversos caminhos se chegue à obra, para interpretá-la.” Refere-se também à Literatura Comparada, especialidade de seu filho, como um dos instrumentos mais adequados para o desenvolvimento de uma Crítica literária brasileira em diálogo com outras, em especial a hispano-americana.

Os estudos literários — que em língua inglesa têm o nome de *scholarship* literário — atingiram em nossos dias, em escala mundial, um alto nível de sofisticação, graças à radical transformação consequente ao surgimento de uma plêiade de pensadores, pesquisadores e estudiosos na área da estética literária e da arte da linguagem. Desde os russos do Círculo de Moscou, por volta de 1915, e, depois, no Círculo de Praga, para onde muitos se transferiram, a vaga reformista

se desencadeou contra a herança do século XIX, dominante ainda no início do século XX. A Literatura antes ora se considerava um documento da raça, meio e momento, ora servia apenas para os devaneios da alma do crítico.

Chegara a Crítica a um verdadeiro impasse, espremida de um lado pela herança decimononista, baseada no positivismo e sociologismo do século XIX, em que pontificaram as teorias geneticistas do meio, raça e momento, a famosa tríade codificada por Taine, que repercutiu no Brasil na obra dos críticos da fase naturalista, os Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo e outros. Do outro lado, em reação contra essa fórmula, e igualmente inspirada nos franceses, Anatole France à frente, o Impressionismo, para o qual a Crítica era um passeio da alma do crítico pelas obras literárias. Também existia a voga da biografia crítica, segundo a moda de Sainte-Beuve, para quem o estudo crítico deveria surgir da análise da vida do autor.

Nisso, resumia-se o trabalho crítico. O século XX não só mudaria completamente essas abordagens, como também enriqueceria o estudo crítico, mediante novas teorias e práticas, de que surgiram livros notáveis, verdadeiras obras-primas.

Já Benedetto Croce, em 1902, reagira a essas concepções, que constituíam verdadeira seita literária, contra cujos ditames era impossível fugir na prática. Qualquer obra de Crítica, qualquer atividade dedicada à compreensão da produção literária ou se reduzia aos meros registros jornalísticos impressionistas, ou se firmava na pesquisa dos fatores extrínsecos que geravam, como diziam os seus adeptos, a produção da obra.

Foi o movimento do Formalismo Russo, como se chamou, que deu o impulso à renovação da Crítica, incluindo também a concepção nova da História literária, inteiramente dominada até então pelo método lansoniano, positivista, do último século. Os russos procederam

a uma total revisão dos princípios segundo os quais eram concebidos os estudos literários. A obra literária foi encarada não como um documento de época, autor, meio, raça, mas como um monumento artístico. Uma obra de arte literária, em que a linguagem, a palavra constituíam não só o instrumento específico, senão também o ponto de partida da sua análise e compreensão.

Os russos introduziram a teoria do que se passou a denominar a forma da obra, daí denominarem-se formalistas, isto é, o elemento intrínseco que constituía a sua estrutura. Era uma concepção nova de forma. A preocupação com a linguagem tornou-se central, não só em Praga, como na Escandinávia. Proveio depois a revolução saussureana, de consequências fundamentais e desenvolvimento amplo em diversos meios.

Na Inglaterra, um notável professor, I. A. Richards, mais ou menos ao mesmo tempo, revolucionou, por sua vez, a abordagem didática e a interpretação crítica da obra literária, iniciando um movimento extraordinariamente fecundo, que se irradiou pelos Estados Unidos, tomando o nome de *New Criticism*, envolvendo figuras de grande vitalidade e influência, tais como John Crowe Ransom, Allen Tate, Cleanth Brooks, Richard Blackmur, Kenneth Burke e outros, institucionalizando-se nas universidades os seus processos e normas no ensino literário. O nome de T. S. Eliot é do maior relevo nessa vaga renovadora.

Também, uma outra linha de pesquisas, oriunda da Alemanha e da Suíça, a Estilologia ou Estilística, contaminou os meios universitários, com figuras de proa, como Leo Spitzer, Erich Auerbach, F. Strich, às quais se juntou a escola espanhola de Dámaso Alonso, rica de seguidores, na Espanha e fora dela.

Muitas das correntes renovadoras surgiram sem ligação com os formalistas russos, antes de maneira paralela porém com orientações

semelhantes e concomitantes. É interessante assinalar que essas coincidências mostraram que, embora com rumos variados, elas seguiam concepções próximas, o que põe em relevo ter havido um esforço coletivo, visando a modificar completamente a visão da obra de arte, a qual, em vez de satélite, passou a ser o centro da preocupação de críticos e historiadores. A obra de arte literária, o texto, passou a ocupar o lugar do enfoque. É a teoria do primado do texto, regra de ouro da Crítica renovada, entre outras noções que marcam o estado atual dos estudos literários, como base desses estudos.

Já se disse que vive o mundo a era da Crítica, e isso precisamente por causa da radical e profunda transformação operada nessa área cultural em nosso tempo. É verdade que essa mudança chegou tarde ao Brasil, como sói acontecer por aquela defasagem natural e pelo atraso com que repercutem entre nós os movimentos culturais. Ainda somos um país culturalmente remoto. Para comprová-lo, basta correremos um índice bibliográfico de qualquer especialidade, quando seremos forçados a reconhecer quão atrasados andamos em relação ao que se produz e publica nos grandes centros de cultura. Todavia, já vamos melhorando, se não nos enganam diversos sinais e se tivermos olhos para ver o que ocorre entre a mocidade universitária em matéria de curiosidade, ebulição e inquietação mental. É pena que nem sempre ela encontre em nossa anacrônica estrutura universitária o ambiente propício a tão salutar inconformismo. É que a universidade brasileira apodreceu antes de amadurecer.

A Nova Crítica é a expressão com que designo todo o conjunto de correntes de renovação da Crítica literária, e não apenas a sua tendência anglo-americana, chamada “the New Criticism”. Esta é somente um aspecto do movimento global que, envolvendo as escolas eslava, alemã, suíça, italiana, espanhola, inglesa, americana, francesa, vem produzindo uma revisão da filosofia e dos métodos da Crítica

moderna no seu esforço de analisar, interpretar e julgar a obra literária. Nesse trabalho de revisão da Crítica — essa forma de “studied discourse about works of art”, como diz o filósofo Morris Weitz —, colaboram a Filosofia estética, a Antropologia, a Psicologia, a Ciência da Linguagem, a Estilologia, o Folclore, etc.

Não há uma só corrente da Nova Crítica. Isso porque ela é antes de tudo uma mudança de atitude em face da obra literária. Enquanto a velha Crítica se interessava sobretudo pelo autor e pelo ambiente genético, reduzindo-se praticamente à biografia e à história social, a Nova Crítica situou precipuamente a obra no centro de preocupações do trabalho literário. Dessa premissa, decorre tudo o mais. E os diversos métodos de abordagem não passam de tentativas de penetração da obra, com vistas a compreendê-la e julgá-la.

Por isso, também a Nova Crítica é de cunho estético, o que nem todos compreendem. É que, sendo a obra literária de natureza estética, o seu estudo, obrigatoriamente, para ser legítimo, tem que ser estético, e não sociológico, histórico ou biográfico. Todos estes estudos possuem validade literária, se se fizerem úteis à abordagem crítica da obra. Fora disso, não interessam à Crítica. São estudos sociais, históricos, psicológicos...

É estética, portanto, na medida em que coloca a obra de arte literária — que é uma obra de arte de linguagem a que se somou uma estrutura estética específica — no âmago do ato crítico. Embora se possa chegar a ela por vias diferentes — o social, o autor, o fato econômico, o estudo do mito, o estilo, etc. E, por vezes, usando-se vários desses caminhos a um só tempo. Não se pode desprezar nenhum elemento esclarecedor. O próprio ambiente histórico fornece amiúde dados úteis à compreensão do fato literário. O erro da Crítica histórica, erro que repetem a Crítica psicológica, a marxista, a religiosa, é o monismo. A verdadeira Crítica é pluralista, fazendo, porém, com que pelos

diversos caminhos se chegue à obra, para interpretá-la. Não será, portanto, reduzindo o estudo ao exame do ambiente social e histórico, ao fator econômico e político, à vida do autor, que faremos justiça à complexidade do fenômeno literário, dotado de uma especificidade sobretudo estética.

Essa a grande ideia básica da Nova Crítica em toda a parte do mundo. Foi esse o pressuposto que coloquei na base da campanha de renovação da Crítica brasileira a partir de 1948, na imprensa, na tribuna, na cátedra, no livro. Campanha hoje plenamente vitoriosa em nosso meio, a julgar pelas expressões novas da Crítica e pelo trabalho efetuado nas faculdades de Letras, no ensino e na pesquisa.

Qualquer que seja a orientação filosófica e o método adotado, tudo evidencia o novo espírito que anima as novas gerações de estudiosos das letras.

Fora do Brasil, o que de mais elevado e avançado produz a Crítica é nessa direção renovada. Seria interminável a lista de críticos de todo o mundo que estão contribuindo com obras definitivas à luz de métodos diversos, para a bibliografia da Nova Crítica.

O esforço é grande no sentido de atingirmos a etapa da Crítica-Ciência da Literatura, com a sua segurança metodológica, o seu rigorismo na pesquisa, a sua fidelidade ao raciocínio lógico-formal, a sua utilidade no desbravamento dos segredos da natureza e estrutura do fenômeno literário.

Nas derradeiras décadas, o movimento de renovação dos estudos literários tem sido dos mais auspiciosos. No congresso de Cérisy, na França, em 1966, mostraram críticos de todos os quadrantes como se hão debruçado para a reflexão dos destinos da Crítica, produzindo profunda investigação no setor. Chega-se a adotar uma denominação genérica para aquilo que os alemães chamam “Ciência da Literatura”. É a ressurreição da palavra “Poética”, com um

sentido inteiramente novo, para designar o conjunto de métodos de estudo literário.

Trabalhos recentes apontam algumas das mais modernas correntes: a Crítica da consciência, com Albert Béguin, Marcel Raymond, Georges Poulet, Jena Rousset, Jean Starobinski; a Crítica do imaginário, com Gaston Bachelard, Jean-Pierre Richard; a Crítica psicanalítica, com Charles Baudouin, Charles Mauron; a Sociologia da Literatura, com Mikhail Bakhtin, Charles Duchet, Lucien Goldmann; a Estética da Recepção, com Hans Robert Jauss e a Escola de Constança; o Marxismo crítico renovado, com Georg Lukács e a escola de Frankfurt; a Crítica linguística, com Michel Riffaterre, Pierre Guiraud, Gérard Genette; a Crítica semiótica, com Algirdas Julien Greimas, Julia Kristeva, Iouri Lotman; a Crítica poética, com Mikhail Bakhtin, Tzvetan Todorov, Gérard Genette, Georges Blin, Marcel Raymond; a Retórica da leitura e as relações obra e leitor, com Wolfgang Iser, Hans Robert Jauss; o Desconstrutivismo, com Jacques Derrida, Jonathan Culler, Paul De Man e a Escola de Yale; a Textologia e Intertextologia, ainda com Jacques Derrida e seus discípulos, além do grande Roland Barthes, a maior figura da Crítica francesa nos últimos decênios. Acrescente-se ainda a corrente do pluralismo.



Que interesse encerram para o Brasil todas essas tendências da Crítica contemporânea? Que partido podemos tirar de tantas correntes que se debatem nos grandes centros intelectuais? Devemos continuar como eternos epígonos dos movimentos estrangeiros?

No Brasil, de modo geral, em virtude do longo período de dominação estrangeira e colonialismo mental, mesmo continuado após a

Independência, persiste o hábito de valorizar em extremo a contribuição estrangeira e mesmo a copiá-la.

Não seria quem fala, um nacionalista convicto, que até defende a denominação de língua brasileira para o idioma nacional, que iria advogar a reprodução simples das lições estrangeiras. Nosso dever é absorver o que possuem de válido e construtivo para nós, aplicando-o à nossa realidade. A cultura é uma só, contudo há nela dimensões diferentes.

Mas, entre essa atitude de respeitar e absorver o legado estrangeiro e a subserviência ou o exclusivismo de considerá-lo como o único possível, há um abismo que cumpre analisar para repelir a segunda alternativa.

Não se pode em sã consciência advogar a completa ruptura em relação à herança ocidental. Fomos criados na ponta de lança da expansão europeia, e ela carreou para a nossa alma um conjunto de valores culturais, morais, espirituais, que constituem o grosso de nossa vida mental e social.

É verdade que devemos proclamar e ensinar aos nossos jovens que o Brasil foi feito pelos *brasileiros*. E, por brasileiros, entendam-se todos os que aqui firmaram o pé desde o início e aqui permaneceram. Disse Ortega y Gasset que os europeus tornaram-se americanos, desde o primeiro momento em que aqui se estabeleceram e não mais voltaram. E o nosso Araripe Júnior falou no fenômeno da “obnubilação brasílica”, para bem definir a ruptura que os portugueses praticavam ao se radicarem na nova terra. Esqueciam os laços que os prendiam ao passado e à terra de origem no contacto com as novas paisagens, flora, fauna, hábitos de trabalho, luta e convivência a que se obrigaram no habitat novo. E, graças a esse processo, operava-se uma revolução interior que fazia e fez deles homens novos. E foram esses homens novos, esse homem novo, que construíram

o Brasil. Criaram povoações, cidades, abriram caminhos e estradas, domesticaram animais, espalharam a agricultura, construíram fazendas, penetraram pelo interior. Esses, os homens que fizeram o nosso País, muitos dos quais, em grande parte até o século XVIII nem o idioma português falavam. Eles é que criaram nossa música, nossas festas de arraial, imprimiram suavidade à língua herdada de Portugal, tornaram-na diferente.

Tal processo de diferenciação não foi possível senão como resultado das intensas miscigenação e aculturação aqui executadas espontaneamente, como produto da convivência e fusão dos três componentes étnicos a que fomos submetidos nos quatro séculos de existência. E a esse processo de diferenciação é que ficamos devendo toda a nossa formação. E, aos primeiros, foram juntados outros componentes étnicos.

Como deixar de ver isso nas letras, na música, na dança, na pintura, na arquitetura, na escultura. A pedra-sabão, material das obras-primas do Aleijadinho, obrigou-o a adaptar os padrões europeus criando um Barroco diferente.

Essa “diferença” é que os nossos críticos de artes e letras, em grande maioria, subestimam. Amiúde nem lhe dão atenção, preocupados em mostrar que os nossos artistas e escritores souberam muito bem imitar os modelos europeus. E, por isso, ao analisar e interpretar os nossos produtos, só enxergam neles o lado revelador da imitação ou importação.

Como e quando nos libertaremos desse complexo de inferioridade colonial?

Por que não procuramos apurar o que de “brasileiro” existe em nossas artes e letras? Quando começaremos a compreender o grito de José de Alencar e o de Mário de Andrade em favor de nossa originalidade, de nossa capacidade de fazer Arte e Literatura realmente

brasileiras? E quando os nossos críticos resolverão encarar a nossa literatura pelo que ela possui de brasileira e não de repetição de padrões estrangeiros? Uma literatura antropofágica e de exportação, como queria Oswald de Andrade?

Há uma linhagem “brasileira” que atravessa os nossos quatro séculos, desde Anchieta e Gregório de Matos, buscando e incorporando temática brasileira e propondo projetos literários de essência nacional. Essa linhagem exige valorização crítica. Adonias Filho é dos que se cansam de mostrar a significação nativa de nossa ficção, fortemente influenciada pela oralidade, refletindo condições culturais e geográficas típicas do mundo brasileiro.

É claro que os gêneros são universais. Mas, a uma observação e a uma análise do ponto de vista brasileiro, poderá evidenciar-se como a evolução deles no Brasil, aos poucos, introduziu no universal elementos locais, que foram adquirindo caráter de constante. Estudando a narrativa, por exemplo, notaremos que as suas várias formas tornaram-se cada vez mais peculiares, pela incorporação de tipos nacionais como personagens, de temas regionais, de costumes nossos, ou pela diferenciação progressiva da sensibilidade, da língua e da filosofia de vida.

Isso é que denota o caráter brasileiro da Literatura que se veio fazendo desde o I.º século. Caráter inequívoco, indisfarçável, indiscutível. Costuma dizer-se que Machado de Assis é um escritor mais universal do que brasileiro. Toda a vida brasileira do século XIX está nos romances, contos, crônicas de Machado: nossos costumes, nossa vida social, nossos problemas. Se quisermos saber como eram as festas, os casamentos, os divertimentos, os vícios, os modos de trabalho e manutenção, os meios de vida, nada melhor do que recorrer à obra do nosso maior escritor. Ele não fez mais do que transplantar para a representação estética os fatos de nossa vida. Aliás, é o que fazem

todos os grandes escritores. A imaginação e a invenção não passam de um laboratório onde se processa a transfiguração dos fatos de vida em material artístico a ser integrado em obra literária. O estético abrange e incorpora o social, o histórico, o cultural, na linguagem literária, criando a estrutura específica que é a obra. Assim foi de Homero a Dante, a Shakespeare, a Cervantes, a Balzac, a Proust, a Joyce, a José de Alencar, a Machado de Assis.

O mesmo ocorre no lirismo. A herança medieval do lirismo ibérico foi absorvida pelos nossos primeiros autores gerando o nosso lirismo, que é peculiar, graças às incorporações, modificações, adaptações realizadas pelos nossos poetas, desde Anchieta a Gregório, aos árcades, aos românticos. E mesmo os simbolistas e parnasianos, apesar da forte marca de origem europeia, mostraram a diferenciação ou a integração de elementos locais.

Nossa Crônica é um exemplo bem típico. A sua evolução, desde Francisco Otaviano e José de Alencar, foi de tal modo presente em nosso processo de diferenciação, que pode hoje ser considerada um gênero característico e autônomo de nossas letras, influenciando inclusive na criação da língua brasileira.

Por que então ficarmos indiferentes a toda essa corrente de abasileiramento de nossa literatura? A esse esforço de criação e de Crítica, realizado pelos nossos escritores desde Anchieta e Gregório, desde Basílio e Santa Rita Durão. Esforço fundamentado por uma progressiva também conscientização crítica, que atingiu seu ponto alto no século XIX, ao se firmar em doutrina através de polêmicas, prefácios, posfácios, manifestos, acerca do que deveria ser o “caráter brasileiro” da Literatura aqui produzida. Essa é a “tradição afortunada” a que me referi em livro deste nome.

Esse processo é que está a desafiar o nosso pensamento crítico-historiográfico na Literatura. Abandonemos o vício de valorizar os

nossos escritores e artistas pelo que encerram de herança europeia. Para o futuro da nossa Literatura, o que importa é o que ela possa traduzir, como já traduz, das condições de nosso meio, de nossa gente, de nossos fastos, de nossa vida, de nossa sensibilidade, de nossa alma. Foi isso que os europeus fizeram em relação à herança greco-latina. Partiram dela para “outra coisa” inspirados no seu exemplo, mas impondo a sua originalidade e diferença. Por isso, criaram grandes literaturas. Enquanto não adotarmos tal postura mental, não lograremos fazer crescer uma Literatura que seja nossa. Aliás, nossos grandes criadores literários já assim fizeram no passado. Por certo, intuitivamente. Resta conscientizarmos essa atitude. E, sobretudo, torná-la consciência crítica.

Insistimos: é essa consciência que precisamos criar na Crítica e Historiografia literárias. Temos que desenvolver essa mentalidade, implantando uma Crítica literária brasileira. Uma Crítica, bem formada e informada pela tradição e debates universais mas que se aplique ao magna literário nacional, tentando definir os nossos padrões típicos de criação literária nos vários gêneros. Há obras nossas que evidenciam à exação o que a mente brasileira é capaz de produzir de original. Exemplo disso são *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Entre muitas outras. Já há tempos, venho afirmando e aproveito esta audiência de vulto para reiterá-lo: considero Machado de Assis a maior figura literária das Américas. É o escritor mais completo. Essa convicção, ao parecer ufanista, encontrou há pouco, para minha grande alegria, a exata ressonância na palavra do grande escritor mexicano Carlos Fuentes, que afirmou em entrevista:

“Deixe-me dizer uma coisa: vocês, brasileiros, é que iniciaram o *boom* latino-americano! Vocês têm, no Brasil, o primeiro grande romancista da América Latina. Chama-se Machado

de Assis. É a vanguarda do Romance latino-americano. Não temos grandes romancistas no século XIX. O único grande é Machado de Assis”.

Eis, portanto, uma opinião abalisada a corroborar o meu juízo sobre o nosso maior homem de letras.



Os intelectuais brasileiros e hispano-americanos, de vez em quando, descobrimos quão semelhantes são certas situações existentes em nossos países. É evidente que há problemas e atitudes comuns entre nós, naturalmente por força das raízes de formação de nossos povos, oriundos do encontro de heranças europeias e situações autóctones que resultaram em civilizações mestiças e de desenvolvimento histórico e social nas quais se notam muitos paralelismos.

Há pouco entrei em contacto com o tema, através de um livro — *Hacia una Crítica Literaria Latinoamericana* — publicado na Argentina, no qual tive a satisfação de encontrar pontos comuns com teorias que venho de há muito propugnando entre nós. O livro constitui-se de um conjunto de estudos devidos a um grupo de intelectuais e críticos literários criadores do Centro de Estudos Latino-Americanos, de Buenos Aires, em torno do qual se reúnem. Este livro expressa uma só preocupação: a Crítica literária. E o propósito central é a criação de uma Crítica literária latino-americana, de acordo com os interesses e características das literaturas da América, das áreas hispânicas. Os estudos reunidos no volume são da maior pertinência e atualidade, marcados por doutrina sólida e fundamentados por informação à luz da melhor e mais atual bibliografia. Dificilmente, se encontram trabalhos mais bem situados em doutrinas vivas e atuantes no mundo ocidental.

A ideia básica é a proposta de uma Crítica literária latino-americana, a partir da cultura latino-americana, “nosso âmbito vital e histórico”, com a “intenção de restabelecer a relação do fato literário e, por conseguinte, do que fazer crítico com o contexto geral”. Esta “reintegração da Crítica à cultura latino-americana”, título de um dos estudos, vem ao encontro do desejo de torná-la livre das dependências, outrora dominantes, que a fixaram de reboque às teorias europeias, libertando-nos para criar algo novo e acorde com o nosso contexto cultural.

A posição advogada pelos argentinos é a mesma que venho de longa data defendendo e propugnando entre nós. Há tempos, venho reivindicando o mesmo trabalho no sentido de estabelecermos uma nova Crítica literária brasileira dirigida para os nossos problemas, baseada em doutrinas consentâneas com os caracteres da nossa cultura e de nossas raízes nacionais, autônoma em relação às teorias europeias, não obstante termos que levar em conta as heranças europeias. Todavia, o que relewa assinalar é que essas heranças não devem ser absolutas, nem absorventes, nem dominadoras, mas sim fecundantes de novos rumos e técnicas.

Já atingimos em nosso continente um grau de autonomia literária que faz que as nossas literaturas possuam características próprias, peculiares, em tudo diversas das europeias das quais saímos. Não há mais qualquer laço de subordinação mental entre nós e os antigos colonizadores. A evolução de nossas letras foi coerente no sentido de criarmos literaturas nossas, com identidade nacional literária, com caráter próprio. Somos diferentes. E isso mediante um longo processo progressivo de nacionalização, de busca de identidade e afirmação própria. Processo este sempre em luta contra a mó colonizadora, que não nos deu educação, somente interessada em espoliar as nossas riquezas, uma colonização predatória e obscurantista.

A Literatura sempre lutou contra isso, embora subrepticiamente, por baixo do pano.

Atingido esse estágio de nossa cultura, somos chamados a formar um humanismo novo, no qual a Crítica literária ocupe uma parte importante. Uma nova Crítica, brasileira, americana, própria a nossas preocupações e aos impulsos de nossa criatividade, diferenciada de tudo o mais. Uma Literatura não pode existir sem uma Crítica. E esta Crítica tem que corresponder às qualidades peculiares e ao contexto de onde emerge.



Um dos instrumentos críticos de que dispomos, no seio do ensino e fora dele, é a Literatura Comparada.

Nos últimos anos, ela tem-se desenvolvido como uma verdadeira disciplina acadêmica, gozando de posição e técnica bastante definidas, com tradição e conceito firmados e metodologia própria. Foi-se o tempo em que se reduzia a pesquisas vagas de fontes e influências, de autores para autores, entre grupos ou movimentos. É hoje uma disciplina que exige largas pesquisas e, em especial, um seguro sentido de interdisciplinaridade. Outrora, a Literatura Comparada resumia-se às vezes em estudar-se um autor estrangeiro, no muito chegando-se a indicar a sua possível influência em nossa literatura.

A disciplina atualmente adquiriu *status* universitário, ocupando grande número de especialistas. Fixaram-se os seus parâmetros, as suas relações com outras disciplinas dos currículos literários, seus objetivos, a importância do estudo das Línguas estrangeiras, a preocupação de estabelecerem-se também as suas normas e princípios de trabalho e os processos de práticas. Ao contrário do que pode parecer, a Literatura Comparada não é incompatível com os estudos das literaturas nacionais, ao contrário serve para ajudar a esclarecê-los.

No momento, a Literatura Comparada goza de completa aceitação como disciplina crítica da Literatura. Ela é inclusive um valioso instrumento de relacionamento literário internacional.

É justamente o ponto a que pretendo chegar. Referi-me antes ao grupo de escritores argentinos, do Centro de Estudos Latino-americanos, que estão na boa pista da Crítica literária latino-americana. É o que estou propondo: que nós, brasileiros, também nos lancemos nesta senda. Criemos uma Crítica literária brasileira, entrelaçada com a latino-americana, ou melhor dito, hispano-americana. Problemas semelhantes exigem abordagem semelhante. Saibamos abolir a barreira que existe entre nós e os hispano-americanos. Unamo-nos nesse objetivo comum. E nenhum instrumento, como já disse, é mais útil e mais fecundo do que a Literatura Comparada, concebida como está atualmente. A Literatura Comparada é um meio excepcional para o conhecimento da Literatura. Já se disse que ela visa a “compreender melhor a Literatura como uma função específica do espírito humano”.

Para exercer esse papel, foi que se preparou o novo membro do Pen Clube do Brasil, o Professor Eduardo de Faria Coutinho. Meu filho, brasileiro de Nova York, criado e educado, com a irmã Maria da Graça, em lar harmonioso, sob a direção de uma mãe admirável; desde cedo observei seu pendores docentes e sua aplicação aos estudos, nos colégios Chapeuzinho Vermelho (o curso primário), Brasileiro de Almeida (o secundário), que completou no Clássico do Internato do Colégio Pedro II, onde tive, como seu professor, o prazer de acompanhar seu desenvolvimento mental. Depois, na Faculdade Nacional de Filosofia, onde penetrou graças a brilhante vestibular, adquiriu com louvor o seu diploma de licenciado em Letras Vernáculas, em 1968. Reformulada a antiga Faculdade de Filosofia, com a criação da Faculdade de Letras, foi engajado como seu professor.

Não obstante a diplomação, observei que não se conformava com as falhas que ele mesmo sentia na sua formação. Buscava um alargamento de horizontes. Estimulei-o a tentar os Estados Unidos, que conhecia como o maior centro de estudos do mundo. Tentativa de obtenção de uma bolsa no momento foi infrutífera. Decidiu-se então, com toda a coragem, a viajar de qualquer maneira. O dinheiro para a passagem e mais alguns trocados para a primeira manutenção no país estranho resultaram da venda de um pequeno fusca, herança do avô, o Professor Rogério Gordilho de Faria, grande catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Chegou assim, em 1971, à Universidade da Carolina do Norte, à qual havia solicitado a bolsa, e ofereceu-se ao Departamento de Letras Românicas para trabalhar em troca de estudo. Submeteu-se a um teste e, aprovado, foi contratado como instrutor. Só mais tarde é que lhe foi remetida uma bolsa pela CAPES. O seu êxito foi completo, e, aliando o ensino e o estudo, com extremada dedicação, esforço pertinaz, capacidade de trabalho, energia paciente, qualidades que são peculiares de sua forte personalidade, em dois anos obteve os créditos e fez as leituras exigidas para a obtenção do mestrado (Master of Arts). Assunto: Literatura Comparada.

Neste meio termo, casou-se à distância com a namorada brasileira, Maria Lúcia de Carvalho Rocha, com quem completa um lar feliz. Diplomada em Psicologia, é hoje também professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois de obter o mestrado da especialidade na Universidade de São Francisco, na Califórnia.

Ainda faltava o doutorado (PhD). Queria obtê-lo em uma universidade maior. Candidatou-se à Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, no Departamento de Literatura Comparada, uma das mais importantes da América. Não só conseguiu a inscrição, como também um posto para lecionar Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. A sua fama de bom aluno e professor já estava consolidada.

Em Berkeley, bela cidadezinha universitária à margem da Baía de São Francisco, passou os quatro anos exigidos pelos cursos diversos e exames de qualificação para a redação da tese.

De volta ao Brasil, em 1977, trazendo Rodrigo, o novo brasileiro-americano da família, ao qual se juntaria a carioca Eduarda, reintegrou-se na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde continua a sua carreira docente, agora muito mais completo como pesquisador e professor. Além disso, já firmou o nome em outras universidades do País, das quais tem recebido convites para ministrar cursos, arguir dissertações e teses, e participar de congressos.

De sua estada de seis anos dentro de duas universidades norte-americanas, restou-lhe uma bagagem cultural incomum e um amadurecimento real. Naquelas escolas, não se brinca. É estudar, estudar, estudar. É ler, ler, ler. Enorme é a massa de estudos para se completar um currículo de pós-graduação. O campo de sua preferência – o chamado *major* – foi o comparatismo crítico aplicado às literaturas brasileira e hispano-americanas. Pois bem: além do conhecimento dessas literaturas, exige-se do candidato o conhecimento dos *corpora* das literaturas portuguesa e espanhola, além das obras-primas universais e a teoria literária. Lembro-me que, certa feita, remeti para ele um grande lote de obras da literatura lusa obrigado a estudar. E não basta ler: é mister escrever relatórios sobre as obras estudadas. Trabalho insano, mas que deixa na mente um lastro fundamental de cultura. Não disse Paul Valéry que a cultura é tudo aquilo que fica depois que nós esquecemos? No Brasil, há muito quem realize cursos de Letras Brasileiras e outras sem conhecer as obras dessas literaturas.

A carreira acadêmica, do nosso recipiendário, após a licenciatura em Letras Vernáculas, em 1969, teve desenvolvimento ascensionai,

de horista a auxiliar de ensino, a professor assistente, a professor adjunto nos quatro níveis, graças aos títulos de Mestre e Doutor que conquistou nos Estados Unidos. Com a sua capacidade de trabalho, sua competência e eficiência, sua conduta orientada pelos mais altos padrões éticos e seu agudo senso da convivência universitária, não é difícil prever seu sucesso maior.

Como docente, tem-se aplicado nas áreas de Literatura Comparada, Teoria Literária, Literatura Brasileira e Hispano-Americana e Língua Portuguesa. Além da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a cujo quadro docente participa desde 1969, tem lecionado em outras instituições, como a Universidade Santa Úrsula e a Oficina Literária Afrânio Coutinho (OLAC), de que é vice-presidente. Também é credenciado pelo Conselho Federal de Educação como professor de pós-graduação em Literatura Comparada, cujo ensino vem exercendo desde 1977. É, outrossim, professor visitante das Universidades Federais da Paraíba, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Juiz de Fora. Na Faculdade de Letras da UFRJ foi coordenador do setor de Literatura Comparada do Departamento de Ciência da Literatura da pós-graduação; atualmente é vice-coordenador geral da pós-graduação.

Tem tido participação ativa em diversas comissões julgadoras de concursos, na Consultoria Científica da CAPES e nas Comissões Verificadoras da CAPES para avaliação de diversos cursos de pós-graduação. É ainda consultor científico do CNPq. É membro das Associações Nacional e Internacional de Literatura Comparada, bem como de redações de revistas, brasileiras e estrangeiras. Ultimamente, integra o Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Foi bolsista da Capes para a realização do doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley. E tem sido bolsista-pesquisador do CNPq.

Participou, como examinador, de várias comissões julgadoras de teses e dissertações na Faculdade de Letras da UFRJ, bem como em outras faculdades, inclusive concursos para candidatos à carreira docente. Tem atuado como orientador de pós-graduação.

Suas duas teses para obtenção do mestrado e doutorado, escritas em inglês, versaram temas de Literatura Comparada, a primeira um estudo sobre Cortázar e Guimarães Rosa, intitulada “O Processo de Revitalização da Linguagem e Estrutura Narrativa” e já publicada em Valência, Espanha; e a segunda “O Romance-Síntese na América Latina, com Ênfase Especial sobre o *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa”.

Outros trabalhos já foram publicados. Foi organizador do volume *A Unidade Diversa: Ensaaios Sobre a Literatura Hispano-Americana*, em coautoria com vários colegas; organizou o volume sobre *Guimarães Rosa*, na coleção *Fortuna Crítica da Civilização Brasileira* e da OLAC.

Cerca de dez ensaios críticos integram livros e anais de congressos, dedicados a temas de Literatura Comparada e mais de doze em periódicos acerca de assuntos diversos. Ainda um tipo de atividade a que se tem dedicado são as conferências e participação em debates, no Brasil e no exterior.

É claro que não vou aqui esgotar o seu currículo, mas não posso deixar de registrar o fato de que em dez anos, desde seu retorno dos Estados Unidos, após a conquista do mestrado e doutorado, é importante a esta altura a produção do professor e do publicista na área de sua especialidade, o que lhe garante um futuro auspicioso quanto a sua contribuição aos estudos literários.

É com razão, pois, que o Pen Clube do Brasil o acolhe entre seus membros. É um intelectual completo, um professor nato, já cercado de justo renome.

O Pen Clube é uma instituição de prestígio internacional, criada em Londres, em 1921, por um grupo de intelectuais impressionados com a devastação produzida pela Primeira Grande Guerra, tendo a intenção de melhorar as relações internacionais pela mobilização das forças da cultura desinteressada. A seção brasileira do Pen Clube foi implantada pelo saudoso Cláudio de Sousa. Atualmente, é dirigido com tranqüila sabedoria pelo nobre confrade Marcos Almir Madeira.

O Pen Clube é um organismo cultural baseado na ideia da internacionalidade, inclusive da Literatura. É assim um ambiente propício ao exercício da Literatura Comparada, a especialidade do novo membro. Além disso, a área de sua maior aplicação é a das letras hispano-americanas e brasileiras. Talvez, desta maneira, poucos poderão dedicar-se melhor ao projeto antes referido de criarem-se as críticas literárias brasileira e hispano-americana.

Por tudo isso, são incontidas a minha emoção e alegria nesta solenidade.

Seja bem-vindo a esta instituição, Sr. Professor Eduardo de Faria Coutinho. Que se cubram de êxito os seus trabalhos em prol da maior compreensão literária, e portanto nacional, entre os demais países da América Latina e o Brasil.



Afrânio Coutinho
em sua biblioteca.

